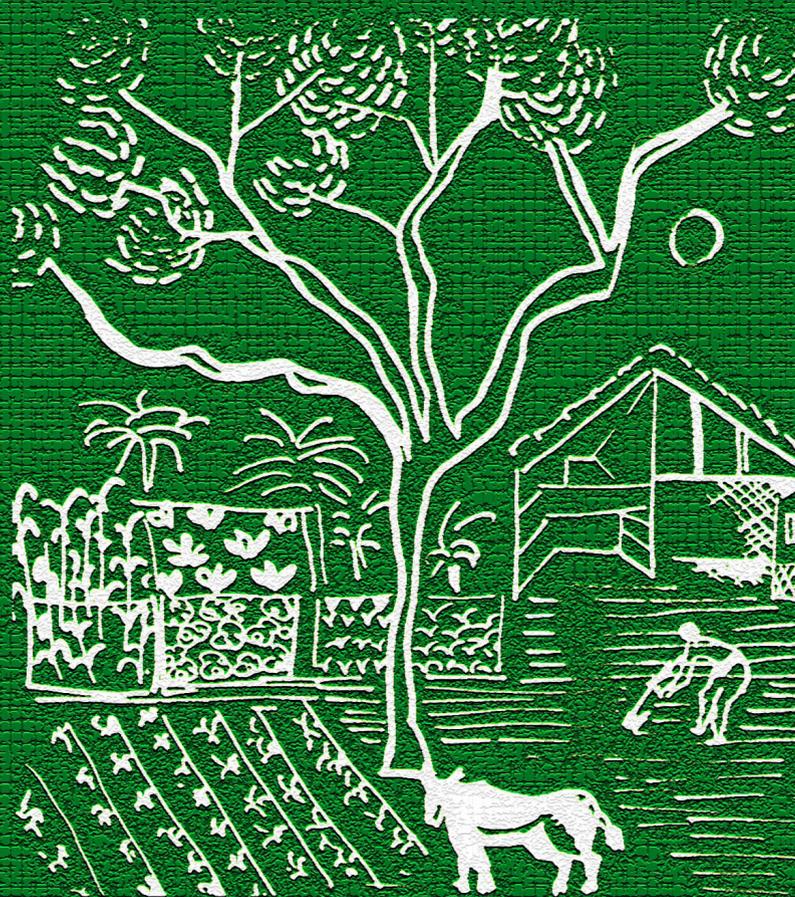


Retratos de Assentamentos

V. 20 N 02 2017

ISSN: 1516-8182



UNIARA
UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA



CNPq

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 20, Número 2, 2017

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 20, Número 2, 2017

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*
Diagramação da Capa: *Publiara/Thatiany Mariano*
Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7252
Revista eletrônica: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>
e-mail: npc@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 20, Número 2, 2017

PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DA PESQUISA

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Uniara. Coordenadora-geral do projeto.

EQUIPE:

Ana Flávia Flores
César Giordano Gêmero
Daniel Tadeu do Amaral
Henrique Carmona Duval
Osvaldo Aly Júnior
Silvani Silva
Thauana Paiva de Souza Gomes

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA/DIAGRAMAÇÃO:

Thatiany Mariano

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Alário Ennes, Maria Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria



Retratos de Assentamentos

E-ISSN 1516 8182

Volume 20, Número 2, 2017

<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

† SUMÁRIO | CONTENTS †

Apresentação/Presentation10
Comércio tradicional de alimentos: avanço na contracorrente / <i>Traditional Food Trade: Countercurrent</i>	
Luísa Corrêa Leda Newton Narciso Gomes Jr.13
Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional na dinâmica de estado: abrangência e limites da política social / <i>National system of food and nutritional security in state dynamics: the scope and limits of social policy</i>	
Raimundo Pires Silva Helena Carvalho De Lorenzo31
Rede sociotécnica do núcleo de agroecologia Apetê Caapuã de Sorocaba (SP:) percepções e avaliação das ações desenvolvidas no contexto das políticas públicas / <i>Socio-technical network of the agroecology nucleus Apetê Caapuã de Sorocaba (SP:) perceptions and evaluation of the actions developed in the context of public policies</i>	
Caio Yamazaki Saravalle Lucimar Santiago de Abreu57
Agricultura urbana em São Carlos-SP: situação atual e perspectivas / <i>Urban agriculture in São Carlos-SP: current situation and perspectives</i>	
José Henrique Biondi Zildo Gallo Vera Lúcia Botta Ferrante Ethel Cristina Chiari da Silva José Maria Gusman Ferraz86
Agroecologia e processos de transição no assentamento rural Santa Helena / <i>Agroecology and processes of transition in the rural seating Santa Helena</i>	
Paulo Rogério Lopes Keila Cássia Santos Araújo Roberta Cristina da Silva Jonas Pereira da Silva Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco125

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994

v.20, n.2, 2017. 311p.

ISSN 1516-8182

E-ISSN 2527- 2594

Agroecologia e economia solidária frente ao modo de produção capitalista e a questão da sustentabilidade / *Agroecology and solidarity economy in the face of the capitalist mode of production and the question of sustainability*

João Costa de Oliveira
Pedro Ivan Christoffoli149

Cultura escolar e experiência educacional no meio rural: estudo histórico do grupo escolar comendador Pedro Morganti (Araraquara-SP, 1942/1988) / *School culture and education experience in the rural environment: historical study of the school group comendador Pedro Morganti (Araraquara-SP, 1942/1988)*

Reginaldo Anselmo Teixeira
Rosa Fátima de Souza171

Formação do professor indígena em Humaitá, sul do Amazonas / *Training of the indian teacher in Humaitá, south of the Amazonas*

Danielle Ivana Pereira dos Santos
Maria do Carmo Marques Gobbi
Mario Marcos Lopes206

Formação profissional rural no assentamento São Roque, município de Franco da Rocha-SP / *Rural professional training in São Roque, municipality of Franco da Rocha- SP*

Jefferson Rodrigo Cantelli223

As dificuldades de “passar o bastão”: perspectivas da sucessão da propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de Campos Gerais- MG / *The Difficulties of “Passing the Bat”: perspectives of succession of ownership among producers of rural communities in the municipality of Campos Gerais/MG*

Denison Ferreira da Silva
Maria Lúcia Ribeiro
Henrique Carmona Duval
Vera Lucia S. Botta Ferrante240

Aquisição de capital cultural no processo de luta pela terra no sul da Bahia: da militância dos pais ao acesso à universidade / *Acquisition of cultural capital in the process of struggle for land in southern Bahia: from parental militancy to university access*

Jheyds Lemos Farias
Elis Cristina Fiamengue
Dulce Cansuelo Andreatta Whitaker262

O posicionamento dos parlamentares do partido dos trabalhadores sobre a reforma agrária na década de 1990: omissões, propostas e violências / *The positioning of parliamentarians of the workers' party on agricultural reform in the 1990s: omissions, proposals and violences*

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz
Priscila Carlos Brandão278

† APRESENTAÇÃO †

Este número de Retratos vem em um contexto político e econômico de imensos desafios para os avanços recentemente conquistados pelas categorias sociais rurais no Brasil. Indiscutivelmente, nas áreas de segurança alimentar, educação, assistência técnica, mercados e políticas públicas em geral, a agricultura familiar se depara com um contexto de avanços e retrocessos. Para os assentamentos rurais, as perspectivas de titulação e a formação de um mercado de terras em áreas duramente conquistadas pelos movimentos sociais aparecem como ameaça.

Os reflexos dos avanços, bem como os recuos impostos na atual conjuntura vêm e continuam sendo registrados e estudados pelas ciências sociais rurais. Ainda que a comunidade científica tenha encontrado difíceis caminhos para expressar o conhecimento produzido, em grande parte crítico, as barreiras se avolumam pela falta de sensibilidade dos setores governamentais expressa em cortes e afunilamentos também de verbas destinadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, tal situação exige, dentre outras coisas, o maior esforço em prol da continuidade dos avanços, no âmbito dos direitos sociais, das políticas públicas, via movimentos sociais e sociedade civil em geral, o que deverá produzir ainda muitos e muitos capítulos. Como diria James Scott: “exploração normal, resistência normal”. Em nome dessa resistência, Retratos continua, firme e forte!

Neste contexto, o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural tem feito esforços para manter seus compromissos com o campo de estudos rurais. Vem aí o VIII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, que, em sua oitava edição terá como tema: Terra, Trabalho e Lutas no Século XXI: projetos em disputa, entre os dias 6 e 8 de junho de 2018 na UNIARA.

Já a revista, continua com sua política editorial de ser mais aberta à publicação de jovens pesquisadores, trabalhos de pós-graduandos com análises empíricas, em colaboração com seus pares. As temáticas são variadas e abarcam análises sobre o mundo rural e suas relações com o urbano, procurando, sobretudo, democratizar o acesso aos mecanismos de formação e construção de conhecimento.

A revista foi organizada em quatro blocos que revisitam temas que vêm sendo discutidos em outros volumes. O primeiro deles trata do abastecimento, da segurança alimentar e das políticas públicas, bem como

seus impasses e avanços. São discutidas criticamente as transformações no abastecimento alimentar desde a década de 1960 no Brasil, quando as megaestruturas de comercialização, como os hipermercados, passaram a dominar toda a cadeia de distribuição de alimentos, influenciando inclusive os padrões de consumo e a dieta da maioria da população.

No segundo bloco, temas como agricultura urbana, agroecologia e economia solidária fazem parte das discussões suscitadas pelos artigos. A agricultura urbana é discutida como uma experiência possível em município de porte médio, e o artigo mostra sua amplitude quando é tratada com seriedade pela gestão municipal. Ainda mais, é expressão viva de que não há fronteiras rígidas entre rural e urbano quando se trata de inúmeras experiências diferenciadas que agregam elementos do campo da economia solidária. Por outro lado, experiências como os NEAs (Núcleos de Estudos em Agroecologia), adotados enquanto política científica em editais do CNPq em parceria com ministérios, sobretudo o MDA, são provas irrefutáveis de que com baixos recursos públicos é possível transformar realidades territoriais com base na Agroecologia. Evidenciam-se experiências diferenciadas dos modelos convencionais de desenvolvimento rural, muitas vezes ignoradas pelos gestores e por parte da comunidade acadêmica.

No terceiro bloco, voltado à análise da Educação Rural em perspectiva histórica, mas também na atualidade em assentamentos e em comunidades indígenas, a cultura escolar é analisada na perspectiva de conjunturas políticas e sociais em um dos artigos que dialoga criticamente com fontes documentais. Em outro artigo, analisam-se comunidades indígenas e a construção de propostas pedagógicas para a formação de docentes, que geralmente não levam em conta a participação dos professores indígenas. Com isso, expõem-se não haver atendimento às especificidades culturais das comunidades e suas demandas políticas. Por outro lado, os autores apontam relevantes conquistas das comunidades no acesso à educação, inclusive superior, o que é digno de comemoração. Há também apresentação de um estudo de caso acerca de capacitações e cursos dados pelo SENAR em comunidade rural, objetivando-se expor as dificuldades de cursos técnicos que qualificam a produção, mas têm problemas de continuidade com outras políticas públicas e não fazem a conexão com canais de comercialização, comprovadamente um dos bloqueios para o desenvolvimento dos assentamentos.

Por fim, um bloco de artigos do fluxo contínuo que tratam de temas

diversos, mas igualmente importantes nos estudos da ruralidade. O tema da juventude aparece com um estudo empírico no sul de Minas Gerais, que enxerga a sucessão familiar enquanto um processo de transmissão do comando da propriedade, no qual o risco de dissolução é alto pela falta de planejamento familiar. O artigo põe à tona, também, os tabus religiosos, no sentido de que a sucessão é evitada pelas famílias em razão de sua associação com a morte dos pais. Em outro artigo, histórias de vida de famílias rurais são retratadas em um exercício metodológico que reconstrói a militância dos pais, alertando para dimensões poucos visíveis na luta pela terra. Encerrando o volume, e na contramão da bancada ruralista, um artigo apresenta a atuação da bancada do PT como protagonista da reforma agrária no Congresso Nacional, situação que certamente não corre por mares tranquilos.

Este volume de Retratos não quer alimentar consensos, mas sim estimular debates, analisar casos concretos, produzir críticas e a continuidade das nossas utopias. Boa leitura!

Os Editores

COMÉRCIO TRADICIONAL DE ALIMENTOS: AVANÇO NA CONTRACORRENTE

*Luísa Corrêa Leda¹
Newton Narciso Gomes Jr²*

Resumo: O sistema de abastecimento alimentar no Brasil experimentou profundas modificações nas últimas décadas em especial a partir da intensificação da urbanização na década de 1960. A contínua concentração do setor de varejo vem, desde então, modificando a forma de aquisição de alimentos nas cidades, a organização das cadeias de suprimento e o padrão alimentar da população, caracterizada por um processo de homogeneização. Contudo, ao lado da expansão das grandes redes de supermercados resistem formas tradicionais de comercialização de alimentos, como feiras, mercados municipais e pequenos equipamentos comerciais familiares distribuídos pelas cidades. Isto posto, o presente artigo tentou captar de forma panorâmica essas modificações e apontar para uma outra perspectiva e abordagem que lide com a condição de acesso e com o formato de organização do sistema de abastecimento alimentar no Brasil no atual contexto. Tentou-se especialmente compreender como a resistência do sistema tradicional de comercialização e seu arranjo de organização podem significar um freio ao atual processo de concentração do varejo de alimentos e de transição alimentar sofrido pela população.

Palavras-chave: Sistema de abastecimento alimentar; Mercado tradicional de alimentos; Varejo alimentar.

¹Economista, mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural - MADER/FUP/UnB, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre Abastecimento Alimentar e Comida – CNPQ/MADER/UnB; e mail luisa.ternera@gmail.com

²Economista, Professor Adjunto da UnB, membro permanente do Programa de Pós Graduação em meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – MADER/FUP/UnB, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Abastecimento Alimentar e Comida CNPQ/MADER/UnB, pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários – NEAGRI/CEAM/UnB

Abstract:The food supply system in Brazil has undergone profound changes in the last decades, especially from the intensification of urbanization in the 1960s. The continuous concentration of the retail sector has since modified the way food is acquired in the cities, the organization of the supply chains and the food standard of the population, characterized by a process of homogenization. However, alongside the expansion of the large supermarket chains, traditional forms of food marketing, such as fairs, municipal markets and small family-run commercial equipment distributed by the cities, resist. This article attempts to capture these changes in a panoramic way and to point out another perspective and approach that deals with the condition of access and with the organizational format of the food supply system in Brazil in the current context. It was especially tried to understand how the resistance of the traditional marketing system and its arrangement of organization can be a brake to the current process of concentration of food retail and food transition suffered by the population

Keywords: Food supply system; Traditional food market; Food retails system.

Introdução

O abastecimento alimentar de grandes e médias cidades brasileiras, desde que o supermercado em meados dos anos 1960 consolidou-se como opção moderna, prática e barata para gastos com alimentação e produtos de higiene e limpeza, viu o seu setor convencional caracterizado pelos equipamentos tais como feiras – livres, mercados municipais, armazéns, açougues, mercearias e quitandas perder importância a ponto de literalmente terem sido extintos inúmeros tipos de varejo de alimentos.

Entretanto, as feiras livres e os mercados municipais resistiram ao efeito “arrasa quarteirão” da era dos supermercados e seguem operando até os dias de hoje ora com mais ora com menos pujança, mas, ainda assim, sobrevivendo e atraindo para seus espaços uma clientela fiel que não se incomoda com aglomerações e com a aparente desorganização desse tipo de comércio. Persiste e resiste, ainda, uma cumplicidade entre compradores e vendedores que passa de geração para geração tanto de um lado quanto de outro dos tabuleiros que cumprem o papel de balcões.

No ensaio que apresentamos a seguir buscamos discutir o papel e o potencial desses equipamentos de varejo, feiras livres e mercados municipais.

Nossa abordagem foi dividida em duas partes conectadas entre si. Na primeira nos dedicamos rapidamente a uma discussão teórica sobre os

(BELIK, 2001).

Nos anos iniciais da década de 1970, no ápice do surto de industrialização iniciado em 1968 e com taxa de desemprego aberto próxima de zero, pelo menos 60% da população nacional apresentava algum grau de desnutrição decorrente da assimetria entre a renda disponível nas mãos da maioria da população e os preços praticados pelo mercado para os itens da cesta salário (MULLER, 1986). A carestia, como ficou conhecido esse período na história política do país, forneceu o combustível para que ressurgissem movimentos sociais sufocados pelo governo militar, reivindicando melhores condições de vida para o povo (SANTAGADA, 1990).

A conjuntura tensa foi traduzida pelo governo como potencialmente perigosa para o regime e seus compromissos com a acumulação de capitais e interesses associados a isso. No diagnóstico realizado pelos técnicos de planejamento e agricultura o problema da carestia foi relacionado não com as causas estruturais do modelo de desenvolvimento econômico notadamente dependente do financiamento externo, inflacionário, concentrador de renda e excludente, mas, com ineficiências do sistema de abastecimento assentado no arcaísmo de equipamentos de varejo e atacado responsáveis pela especulação com preços e fragmentações da oferta. Tal diagnóstico, relata Belik (2001), iria resultar em uma nova política voltada para o que se anunciou como modernização do abastecimento, centrada na criação das CEASA's e no apoio e incentivo à implantação e expansão do autosserviço no Brasil.

Ao lado da criação e implantação de centrais de abastecimento públicas (as CEASAs) nas capitais e principais núcleos urbanos do país, com vistas a organizar o atacado de hortifrutigranjeiros, a política de modernização do abastecimento passou a incentivar, também, a especialização dos comerciantes e as economias de escala no sistema de comercialização (BELIK, 2001).

O modelo de varejo que orientou a política se baseou essencialmente no autosserviço⁴ norte-americano que, diferentemente do comércio tradicional, operava em larga escala e utilizava novas tecnologias de estoque e armazenagem as quais possibilitavam acentuado barateamento dos preços de secos e molhados. A partir de então, os supermercados converteram-se em

⁴A ideia do autosserviço foi patenteada em 1917 nos Estados Unidos juntamente com a criação dos *check-outs* e da automação da compra cujo foco foi a disseminação de lojas especializadas em produtos industrializados. Trata-se de uma inovação logística orientada para a expansão do consumo de massa e para a exposição de um número gigante de mercadorias. Os supermercados são, portanto, uma criação intimamente relacionada à expansão das firmas alimentícias, ou seja, da comida industrializada (COCKRALL-KING, 2012).

supermercados e seus impactos positivos e negativos tanto no abastecimento alimentar quanto na formação de novos hábitos de compras e consumo.

Na segunda seção discutimos o setor tradicional de comercialização varejista de alimentos para encerrarmos essa discussão destacando as vantagens que identificamos na preservação e estímulo aos sistemas tradicionais de comercialização. Os argumentos foram arranjados de sorte a defender a ideia de que o sistema convencional de comercialização varejista de alimentos representa uma possibilidade efetiva de melhorar, nas cidades, as condições de acesso da população a uma alimentação diversificada e segura.

Traços gerais do sistema alimentar brasileiro recente

O sistema de abastecimento alimentar no Brasil experimentou profundas modificações nas últimas décadas, modificações estas que sucederam o surto de urbanização tardio simultâneo às transformações no campo que, sob a perspectiva da modernização conservadora, reforçou a concentração da terra ao mesmo tempo em que expulsou para a cidade milhões de pessoas a partir dos anos finais de 1960.

A atuação de grupos “oligopsônicos”³ que controlaram e geraram especulação em torno do comércio de alimentos tradicional (DE MELLO, 1982), dominante até os anos 1970, sempre se valeram das dificuldades técnicas, financeiras e de logística que faziam com que a produção agrícola voltada para o abastecimento interno de alimentos fosse notadamente inconstante e fragmentada (PAIVA, 1965). Com a opção pela monocultura de poucas espécies voltadas para o mercado externo, implementada a partir da versão brasileira da Revolução Verde, o que antes já era problemático piorou, na medida em que as culturas alimentares tradicionais foram deslocadas espacialmente em relação aos centros de consumo urbano que inchavam com os contingentes populacionais expulsos do campo sem que fossem resolvidos os gargalos de circulação e distribuição desses alimentos (DA SILVA, 1972).

A instabilidade da oferta, a especulação recorrente e a escalada de preços dos gêneros básicos converteram-se rapidamente em um problema de Estado, uma vez que seu potencial explosivo representava uma ameaça real aos interesses representados no governo brasileiro pelo autoritarismo dos militares e civis que comandavam a nação desde o golpe de 1964

³Diz respeito à uma estrutura de mercado caracterizada por haver um número pequeno de compradores.

ícone da modernidade nas cidades, ofertando a preços muito baixos quando comparados com o comércio tradicional, uma ampla gama de produtos industrializados de alimentação, higiene e limpeza, utilidades domésticas, roupas dentre muitos outros, alcançando todas as faixas de renda. Entre 1969 e 1970, os supermercados subiram sua participação no varejo de alimentos de 1% para 13% (SUPERMERCADO MODERNO, 2010).

Uma série de ondas de disseminação de grandes redes de varejo ocorreu no Brasil desde então, primeiramente estruturadas sobre o capital nacional e, mais recentemente, na expansão das grandes redes transnacionais de varejo, especialmente por fusões e aquisições de redes nacionais (BELIK, 2001). Cresceu igualmente a fusão de atividades de distribuição e comercialização, estimulando cada vez mais uma organização especializada e verticalizada ao longo da cadeia de abastecimento e um sistema de abastecimento altamente concentrado.

No Brasil, a primeira onda de se deu a partir de 1980 e foi marcada pela aquisição, por parte das grandes redes de supermercados, de lojas independentes e cadeias locais (BELIK, 2001). A década seguinte foi marcada pelo ingresso forte das redes internacionais que rapidamente assumiram o controle das grandes redes de capital nacional: entre 1976 e 1998 as lojas de supermercado saltaram de 997 para 51.500 lojas no Brasil, passando, na década de 1990, a deter 86,3% das vendas de varejo (SILVEIRA; SANTOS, 2001).

Em 2000, as cinco maiores redes de supermercados no Brasil⁵ controlavam 41% do mercado, subindo para 53% em 2013 (ABRAS, 2014). Em 2015 o setor supermercadista brasileiro faturou mais de R\$ 315 bilhões, um crescimento de 7,1% em relação a 2014, e o faturamento das 20 maiores empresas correspondeu a cerca de 64% do faturamento total do setor, sendo essa proporção maior do que 50% para as cinco maiores, que possuem mais de 3.200 lojas no país (ABRAS, 2016).

Ao longo desse processo, as grandes redes de varejo passaram a ampliar seu controle de mercado não apenas como varejistas, mas, como atores dominantes na organização geral do abastecimento. Os supermercados, na condição de monopólios incentivados pelo Estado, inseriram novas tecnologias e lógicas de produção e distribuição que acirraram a competição no setor. A fusão de atividades de distribuição e comercialização cresceu ao lado da progressiva introdução de hortifrutigranjeiros na pauta de

⁵As cinco maiores redes de supermercados do Brasil: Pão de Açúcar, Carrefour, Walmart, Ceconsud e Záfari

comercialização dos supermercados e as grandes redes passaram a exercer cada vez mais domínio sob a organização do próprio atacado de produtos in natura, modificando o arranjo do sistema abastecimento de hortifrutigranjeiros (REARDON; BERDEGUÉ, 2006).

Desenvolveu-se progressivamente um sistema de abastecimento paralelo composto por serviços especializados de aquisição em zonas de produção (Plataformas Privadas) e que se distanciou das CEASAs e suas estruturas de distribuição. A expansão das plataformas privadas de distribuição de produtos frescos, denota que os supermercados têm avançado no sentido de firmar contratos diretamente tanto com a indústria alimentícia como com os produtores rurais, privilegiando os segmentos mais capitalizados e capazes de operar com a escala requerida pelo varejo moderno, inviabilizando atividades das pequenas unidades de produção agrícola ou industriais locais e regionais. (REARDON; BERDEGUÉ, 2002; BELIK; CHAIM, 1999).

A forma como se verticalizam e se formam as cadeias especializadas varia de produto para produto e estão bastante relacionadas à expansão da produção de frutas, legumes e verduras voltados à exportação⁶. Essa dinâmica de dominância vertical depende, também, da intensidade com a qual a transformação do sistema de varejo foi - e é - capaz de reconfigurar o mercado atacadista tradicional e de como essa estrutura afeta a cadeia de abastecimento para trás da porteira. É comum os circuitos dominantes e oligopolizados coexistirem com os sistemas tradicionais e “nacionais” de abastecimento (REARDON; BERDEGUÉ, 2006).

Para Belik e Cunha (2012), a dinâmica do comércio atacadista não é mais determinada e impulsionada no âmbito das centrais de abastecimento, mas sim em outros circuitos da grande distribuição. Os autores afirmam haver, de modo geral, uma dinâmica de crescimento de “fora para dentro” nas centrais públicas, o que limita que esses equipamentos exerçam papéis importantes de planejamento do abastecimento.

A concentração da produção em menores espaços, corolário da

⁶Alguns exemplos são a produção de laranja em São Paulo, controlada por um pequeno grupo de exportadores de seu suco que controlam igualmente as condições de distribuição e abastecimento da fruta no país. Da mesma forma, a produção de melões no Ceará, cujos principais destinos são Holanda, Alemanha, Inglaterra, França, Espanha e Estados (Ceasa, Ceará) e a produção de uva no Vale do São Francisco, região que entre a década de 1970 e 1980 se tornou produtora de alimentos básicos e posteriormente consolidou-se como grande produtora especializada da fruta, aumentando sua participação na produção regional de 14% para 47% (PRITCHARD, 2009). Desde 1970, a horticultura tem sido o setor de alimentos de maior crescimento global (ALI, 2006) e o mercado internacional de frutas e vegetais cresceu em torno de 30% entre 1990 e 2005 (DIOP, JAFFE, 2005).

especialização, e em locais mais distantes dos centros consumidores, implica em maiores custos com transporte, desperdícios, e maior dependência de combustível fóssil para a realização da distribuição. Além de uma parte considerável dos alimentos viajarem uma longa distância, abrem-se amplas brechas para especulação: além do distanciamento, os preços dos mais importantes produtos da cesta de consumo não são mais formados dentro das centrais públicas, pois são os grandes “reis dos produtos” que formam os preços dos principais itens de consumo alimentar diário (BELIK; CUNHA, 2012).

No que diz respeito à diversidade produtiva, esta tende não só a diminuir como a se distanciar das condições ecológicas locais, pois os agricultores abandonam explorações mais adequadas às condições naturais no intuito de se adequar às demandas das grandes cadeias. “[...] é comum o agricultor optar pela exploração de um cultivo comercial em virtude das exigências do mercado e abandonar aquelas variedades já adaptadas ao meio ambiente local” (MACHADO et al. 2008, p. 35) e passar a produzir para um mercado distante qualquer. Isso acaba por gerar ainda maior vulnerabilidade dos produtores, que, para produzir espécies não nativas, passam a depender ainda mais do mercado de insumos e de financiamento para tal.

Há, aqui, um elemento fundamental que sustenta e faz parte desse processo amplo de transformações: a modificação dos hábitos alimentares da população. Se levarmos em consideração que a população urbana cresceu de 56% para 81% entre as décadas de 1970 e 2000 (IBGE, 2007), vê-se que o setor supermercadista abocanhou grande parte do mercado de alimentos desde então. Em outras palavras, as modificações sofridas pela organização do abastecimento alimentar estão diretamente relacionadas ao intenso processo de transição alimentar presente na vida da população brasileira nas últimas décadas.

Nas primeiras décadas do século XXI, a obesidade e o sobrepeso associados ao consumo inadequado de alimentos ou em outros termos, relacionados com a ingestão excessiva de alimentos processados onde dominam excessos de gordura, sódio e açúcar em detrimento do equilíbrio requerido para que um alimento seja considerado saudável e seguro, converteram-se em epidemia. O avanço de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)⁷ associadas à má

⁷As mais comuns são diabetes, hipertensão, problemas coronários e de circulação, câncer e colesterol alto. Essas doenças constituem, hoje, o problema de saúde de maior magnitude no Brasil, sendo responsáveis por mais de 70% das causas de mortes (Pesquisa Nacional de Saúde, IBGE, 2013). Hoje, quase 40% dos brasileiros adultos apresentam pelo menos um tipo de DNCT (Ibid). A obesidade é um dos principais efeitos da transição alimentar e está diretamente associada à maior frequência dessas doenças.

qualidade da alimentação predominante nos hábitos alimentares de mais da metade da população brasileira é o sinal mais evidente do processo de substituição dos alimentos tradicionais por uma dieta fundada em comida artificializada.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF; 2009) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) explicita as dimensões dessas transformações: no Brasil, em 1980, os produtos in natura participavam com 44% no consumo alimentar e os alimentos industrializados contribuíam com 56% desse consumo. A partir da década de 1990 essas proporções se modificaram para 30% e 70%, respectivamente, chegando, em 2008, a uma relação de 15% para consumo de alimentos in natura contra 85% de alimentos industrializados.

Houve o aumento no consumo de alimentos preparados de 1,7 kg anuais per capita para 5,4 kg entre 1987 e 2003 (POF, 2009). A comparação, feita pelo IBGE, entre os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, de 2002/2003 e 2008/2009, mostra que continua a crescer o consumo de produtos industrializados enquanto o consumo de arroz e feijão, apresenta viés de baixa, de recuo. Entre 1975 e 2009, o arroz polido apresentou uma redução de 60% na quantidade anual per capita adquirida para consumo no domicílio, enquanto a aquisição de feijão reduziu em 49%. O aumento no consumo de frutas é pequeno e há uma estagnação observada quanto às verduras, legumes e hortaliças.

Enquanto nas cidades as grandes redes expandem seu poder de mercado e tornam cada vez mais monótona e padronizada a aquisição e consumo de alimentos, para trás da cadeia a agricultura camponesa perde fôlego e diversidade. O controle cada vez maior sobre a organização e distribuição da produção torna a replicação de lojas das grandes redes um fenômeno cotidiano, concentrando o acesso aos alimentos em zonas lucrativas e ampliando a privação do acesso em locais de menor faixa de renda (CUMMINS, 2014). Essa dinâmica tem endossado debates diversos em torno fenômeno do *food deserts* (desertos alimentares), que aponta para o escasso acesso a alimentos saudáveis ou frescos nas cidades, especialmente onde vivem as pessoas com rendas menores, trabalhadores em geral (BEAULAC et al., 2009).

Resistências: o sistema convencional de varejo na contracorrente

Nessa perspectiva e considerando o cenário acima delineado, diversos debates têm se orientado para a reflexão em torno de novos arranjos que se contraponham, em alguma medida, às dimensões nocivas de concentração do mercado de alimentos. Uma visão integrada acerca do abastecimento, nessa perspectiva, aliaria o desenvolvimento da agricultura local ou regional – ou mesmo nacional – ao abastecimento interno da população. É nesse sentido que algumas abordagens frisam a importância de repensar a alimentação no interior do planejamento do sistema de provisão de alimentos.

Morgan (2009) denomina essa abordagem de *food planning movement*, que vê dimensões como saúde pública, justiça social e integridade ecológica como cruciais para o planejamento de um novo arranjo do sistema de abastecimento. Nessa perspectiva, por exemplo, o rearranjo dos sistemas de abastecimento seria uma importante forma de reverter a lógica de remediar os problemas de saúde pela medicina em prol da construção de um modelo que abarque, em seu interior, a promoção da saúde e o exercício da cidadania em torno da alimentação.

Similarmente, Lang (2009) qualifica essa perspectiva de paradigma da saúde pública ecológica – *ecological public health paradigm* –, que dá ênfase às formas que o cotidiano e as condições de vida dos sujeitos, como mobilidade urbana e lazer, determinam as dimensões da saúde e da alimentação e viver-versa. Steel (2013), por sua vez, faz um longo debate acerca da formação dos desertos alimentares e sobre a invisibilidade da questão alimentar no planejamento público do espaço urbano, retomando a importância das diversas dimensões da comida no âmbito da convivência social, especialmente no que diz respeito à forma de aquisição dos alimentos.

Alguns exemplos práticos de políticas também ilustram essa preocupação. Nos Estados Unidos, essa perspectiva inspirou a política Philadelphia Healthy Corner Store Network, cujo objetivo é a melhora do acesso a alimentos frescos e de qualidade na cidade, assim como a preservação de práticas alimentares tradicionais. O objetivo é a inserção de alimentos frescos e produzidos localmente em cerca de 600 equipamentos comerciais de pequeno porte, chamados de lojas de esquinas, com até um *checkout* e com distância de 2000 pés dos moradores do bairro (THE FOOD TRUST, 2014).

Outro exemplo que alia a alimentação tradicional à capilaridade do sistema de abastecimento ocorre na cidade de Barcelona, Espanha, onde desde a década de 1980 o governo local – mediante o Plano Especial de Equipamento Comercial Alimentício de Barcelona – proibiu a comercialização de frutas,

legumes e verduras pelos supermercados no mercado de rua – ou vizinhança –, como forma de preservar os mercados municipais da cidade – ou seja, o sistema tradicional de comercialização – como pontos de abastecimento⁸.

Outra via possível é a criação, pelo poder público, de mercados regionais de alimentos. Tal como são os *foodsheds*⁹ ou *food hubs*, desenhado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. O foco desse modelo é uma análise geográfica ou uma estimativa da capacidade regional de fornecimento alimentar para determinada aglomeração urbana. O objetivo é incentivar a criação de estruturas que permitam oferecer facilidades aos pequenos produtores para que acessem coletivamente serviços desde a reunião da produção à comercialização (BARHAM et al., 2011)¹⁰.

Os *food hubs* visam modos de aumentar o acesso a alimentos saudáveis e locais em suas comunidades, especialmente em bairros mais pobres com presença de desertos alimentares, onde as opções de aquisição de alimentos frescos como frutas e verduras são limitadas (BARHAM et al., 2011). Esse exemplo se aproxima da abordagem desenvolvida por Wiskerke (2009), que frisa a diminuição de intermediações ao longo da cadeia como forma de fomentar sistemas de abastecimento sustentados por hábitos alimentares adequados às condições territoriais e ecológicas locais, como diversidade e sazonalidade, aliando segurança alimentar ao desenvolvimento rural local.

No Brasil, muito embora a expansão dos supermercados e o processo de fusões e aquisições de pequenos equipamentos e redes nacionais apontem para o enfraquecimento do sistema convencional de abastecimento, ainda resistem nas grandes e médias cidades um importante circuito de varejo alimentar sustentado nas feiras livres, mercados municipais e pequenos supermercados independentes, comércio familiar de pequena escala

⁸In Barcelona, Making the Markets Fresh Again. New York Times, Edição de Outubro de 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/10/19/travel/in-barcelona-making-the-markets-fresh-again.html?_r=0>. Acesso em: 15 Abr. 2017.

⁹O termo *foodshed* foi mencionado pela primeira vez em 1929, por W.P Hedden, com o trabalho HowGreatCities Fed. Sua análise aponta para o leque de questões relacionados ao sistema de distribuição da comida, incluindo o importante problema do desperdício, a necessidade de terminais municipais de alimentos, o custo de transporte para os consumidores e na época, o problema, hoje anacrônico, de ter-se apenas lojas muito pequenas para comercialização dos alimentos (POTHUKUCHI, KAUFMAN, 2000).

¹⁰Dos 72 *food hubs* pesquisados pela National Food Collaboration em 2011, 47% afirmou que estava distribuindo ativamente produtos para locais de desertos alimentares, aumentando, assim, acesso a alimentos frescos e locais em áreas em que muito provavelmente não haveria esse tipo de oferta. Além disso, mesmo em casos onde os *food hubs* não atuam ofertando alimentos frescos locais para as comunidades, eles se associam a organizações que trabalham no intuito de aumentar o acesso aos alimentos. Não por acaso um dos mais importantes trabalhos sobre Food Hubs foi intitulado “The Missing Middle”, com o objetivo de frisar que o problema de abastecimento está no desaparecimento do meio, da organização da intermediação (BARHAM, 2011).

operando como varejo de vizinhança.

Algumas das características do sistema tradicional são a pequena escala, alta ramificação, utilização do trabalho familiar, baixa capitalização, adaptação ao consumo pequeno e irregular, utilização da caderneta, entre outros elementos. Essa lógica de organização implica em elementos aqui considerados relevantes: a menor escala e distribuição espacial capilar no espaço urbano sugerem um arranjo que se contrasta com a padronização do acesso e dos produtos impulsionada pelas grandes redes. Ou seja, esse sistema sugere a possibilidade de maior diversidade de organização de suas cadeias de suprimentos, ou pelo menos um formato não verticalizado e centralizado e, simultaneamente, um arranjo de distribuição mais pulverizado ao longo do espaço urbano pela própria condição de menor escala.

Em geral, as feiras livres, especialmente pelo seu deslocamento espacial, bem como os pequenos mercados familiares, apresentam uma forma de resistência à tendência de formação de desertos alimentares provocados pela oligopolização do varejo. A capilaridade desse sistema, portanto, não remete apenas à sua distribuição espacial, mas a um arranjo que engloba formas complementares de comercialização: mercearias, varejões, feiras, mercadinhos, mercados municipais, etc. Em outras palavras, trata-se de um desenho heterogêneo que se opõe à lógica de expansão supermercados: o problema não se situa no grande autosserviço em si, mas na sua crescente dominância e as implicações disso sobre o perfil alimentar e sobre a estrutura produtiva na medida em que o mercado se concentra.

A menor escala dos equipamentos do sistema tradicional sugere, ainda, uma maior diversidade para trás da cadeia, ou seja, do sistema produtivo. Uma pergunta inversa também poderia ser feita aqui: que formatos de comercialização suportam ou são adequados à diversidade de produtos? O pressuposto aqui é de que a menor escala poderia significar canais diversificados de fornecimento e, portanto, uma menor padronização da alimentação da população e dos sistemas produtivos. Segundo a pesquisa GfK sobre mercados de vizinhança¹¹, quase 90% desses equipamentos no Brasil são empresas familiares (ABRAS, 2015) e 79% desse tipo de comércio, em 2011, eram lojas pequenas e independentes e não redes de supermercados locais (ABRAS, 2012).

Ou seja, esses equipamentos se contrapõem à lógica concentração e organização em larga escaladas grandes redes. Complementarmente e ainda

¹¹Pequenos supermercados independentes com no máximo 4 checkouts.

segundo a pesquisa, esses equipamentos tendem a comercializar marcas locais ou regionais de produtos (ABRAS, 2013), o que não é diferente para os produtos in natura, comercializado por 70% desses equipamentos (ABRAS, 2015): em 2012, 35% do mix de FLV¹² provinha dos produtores, sendo apenas 16% provenientes de centrais de abastecimento e, no mesmo ano, 43% do varejo de vizinhança comercializavam produtos orgânicos (ABRAS, 2013). Cabe, ainda, ressaltar que seu preço chegou, em média, a ser 8,6% mais barato comparativamente às grandes redes (ABRAS, 2014).

Assim como os pequenos supermercados familiares que resistiram ao domínio do varejo alcançados pelas grandes lojas das redes de autosserviço nas grandes e médias cidades brasileiras, as feiras livres e os mercados municipais sobrevivem. Como destaca Junqueira e Peetz (2015), a despeito dos seus críticos que insistem em apontarem as feiras como obsoletas e inconvenientes, o imaginário social segue atribuindo a esses equipamentos significados que desbordam as simples relações de compra e venda, levando frequentadores e aqueles que já não mais vão às feiras e mercados saírem em defesa daqueles espaços a cada vez que alguma autoridade tenta interferir no seu funcionamento ou existência.

Não por acaso, o varejo moderno tenta insistentemente recriar nos espaços assépticos e impessoais de suas lojas ou em *shopping centers* arranjos que remetem, na organização em barracas, no alinhamento e setorização dos produtos e até mesmo recriando versões *gourmet* de ícones de feiras e mercados tais como pastel, caldo de cana, sanduiches, na expectativa de capturar, pela associação de memórias, parte da clientela das feiras e mercados; desnecessário dizer sobre o malogro que acompanha tais tentativas. Novamente invocando (JUNQUEIRA; PEETZ, 2015) a feira é subversiva, é invasiva, pulsante de vida, de sons, afetos e encontros, requerimentos impossíveis aos frio e impessoal mundo da luz artificial e do ar condicionado.

A conjunção de supermercados familiares, sacolões e varejões, mercados municipais e feiras livres formam um sistema de varejo alimentar que nada na contracorrente da padronização e das grandes marcas. Em pesquisa

¹²Mix de FLV referência à composição da oferta (mix) de frutas, legumes e verduras (FLV) para a comercialização no varejo alimentar. A ideia de mix remete à possibilidade de arranjos de preços ponderados pelas elasticidades de demanda de cada item de sorte que seja possível compensar eventuais reduções de margens de um grupo de itens com a expansão das margens de outros, alcançando-se assim um padrão de preços adequado à renda dos consumidores da loja. Essa alternativa de construção de mix tende a ser válida quase que exclusivamente para equipamentos de pequena escala. Os arranjos semelhantes nas grandes redes são muito mais complexos e consideram variáveis extra – produtos tais como prazos de pagamentos, giro financeiro, etc.

recente sobre o sistema convencional de abastecimento do Distrito federal, Leda (2017) observou que seu sistema tradicional de varejo de alimentos exibiu uma oferta diversificada e produzidos localmente ou regionalmente, incluindo nesse rol, desde gêneros *in natura* a alimentos industrializados.

A pesquisadora identificou, também, a existência de um perfil diversificado e dinâmico de aquisição de produtos que se contrapunha ao modelo verticalizado e padronizado do moderno sistema de varejo, o que evidenciou a capacidade do arranjo convencional em estimular a agricultura e a agroindústria local, regional e de natureza familiar. Apesar da inexistência de dados confiáveis em razão da ausência de estudos e, quiçá, interesse do governo do Distrito Federal na temática dos sistemas convencionais de varejo, Leda (2017) constatou nas suas investigações a presença de expressivo conjunto de produtos industrializados de marcas locais e regionais além da presença na composição da oferta de gêneros in natura, da produção local de pequena escala, principais fornecedores do varejo tradicional.

Assim, a resistência do sistema convencional de varejo na forma de feiras livres, mercado municipais ou mesmo os mercadinhos familiares representa, a princípio, um instigante espaço de investigação quanto aos benefícios gerados seja pela proximidade entre a produção e o consumo, seja pela preservação de práticas e hábitos alimentares que a oferta diversificada e regionalizada de alimentos permite.

Conclusões

A questão alimentar urbana atual, no Brasil, tende repetir os contornos do que acontece no restante do mundo: oligopólio dominando a produção no campo, oligopólios controlando o processamento e industrialização de alimentos e oligopólios dominando quase que completamente o varejo por intermédio das grandes redes de supermercados e autosserviço.

Esse cenário ganha contornos mais preocupantes na medida em que o domínio exercido sobre toda a cadeia alimentar, da produção ao consumo, pelas grandes corporações subverteu a noção de comida deslocando para muito distante das possibilidades da população em geral pela via do preço, o acesso a uma dieta saudável e segura. As consequências já se fazem notar quando a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) e a VIGITEL, do Ministério da Saúde, revelam o avanço do excesso de peso que atinge quase 60% dos brasileiros e a escalada vertiginosa das Doenças Crônicas

não Transmissíveis, como hipertensão, diabetes, agravos coronarianos, do trato hepático, dentre outras. Na identificação das causas desses males todos, sobressai a dieta assentada no consumo excessivo de produtos ricos em gorduras, açúcares e sódio e miseráveis em fibras e nutrientes. A porta de entrada dessa dieta, os supermercados, equipamento preferencial de compras da população.

Novamente, são os mais pobres os mais atingidos pelo consumo inadequado desses alimentos. A assimetria entre a renda disponível e os preços do que se entende como alimentos seguros e saudáveis recria em pleno século XXI o paradoxo clássico do abastecimento onde os mais ricos gastam menos para comerem melhor.

Na contracorrente dessa tendência, resiste o sistema tradicional de varejo alimentar assentado nos pequenos mercados familiares de vizinhança, nas feiras livres e mercados municipais que, pelo menos nas grandes e médias cidades onde conseguiram sobreviver, têm atendido a cada dia um número crescente de consumidores.

A resistência tem se dado tanto por conta da força das práticas e hábitos alimentares das populações viventes nas áreas de influência desses equipamentos quanto em razão dos impactos da compressão do espaço – tempo que tem tornado o cotidiano do cidadão uma luta permanente contra o tempo e as demandas privadas deslocadas pelas obrigações do emprego, do trabalho. Com tempos cada dia mais comprimidos em razão das dificuldades de mobilidade, a loja de vizinhança volta para a agenda de prioridades levando esses equipamentos a experimentarem um novo período de vitalidade e diversificação das suas ofertas.

As pesquisas da GfK sobre o pequeno varejo e a resistência das feiras livres e mercados – apenas de quando em quando objeto de algum estudo ou pesquisa -, evidenciam a importância desse tipo de comércio para a manutenção e melhoria das condições de participação de fornecedores de baixa escala – agricultores familiares, pequenas indústrias locais e regionais. São esses fornecedores, praticantes de uma agricultura diversificada, ou a pequena indústria de transformação que processa produtos alimentícios tradicionais os responsáveis pela melhoria das oportunidades de acesso a uma alimentação saudável e segura ao alcance da população em geral.

Assim, ao reivindicarmos a atenção para o sistema tradicional de abastecimento alimentar urbano, marcamos nossa posição em defesa de uma agricultura diversificada e segura, uma ideia de comida que preserve

as raízes na história da nossa sociedade. Em outros termos, esse ensaio buscou chamar a atenção dos que se interessam pelo tema da alimentação, quanto a importância do Estado voltar a se responsabilizar pelas condições que propiciem a plena fruição do Direito Humano à Alimentação no Brasil.

Referências

ABRAS e GfK, Revista SuperHiper, Edição de Junho de 2012. Disponível em: <<http://abrasnet.com.br/edicoesanteriores/Main.php?MagID=7&MagNo=87>>. Acesso em: 28 Dez. 2016

ABRAS e GfK, Revista SuperHiper, Edição de Junho de 2013. Disponível em: <<http://abrasnet.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagID=7&MagNo=104>>. Acesso em: 28 Dez. 2016

ABRAS e GfK, Revista SuperHiper, Edição de Junho de 2014. Disponível em: <<http://abrasnet.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagID=7&MagNo=134>>. Acesso em: 28 Dez. 2016

ABRAS e GfK, Revista SuperHiper, Edição de Junho de 2015. Disponível em: <<http://abrasnet.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagID=7&MagNo=158>>. Acesso em: 28 Dez. 2016

ABRAS, 29 de Março de 2016. Disponível em: <<http://www.abrasnet.com.br/clipping.php?area=20&clipping=55616>>. Acesso em: 28 Dez. 2016.

ABRAS/Revista SuperHiper. Associação Brasileira de Supermercados, Revista SUPERHIPER, edição de abril, 2014. Disponível em: <<http://abrasnet.com.br/edicoes-antiores/Main.php?MagID=7&MagNo=129>>. Acesso em: 28 Dez. 2016

BARHAM, James. Regional Food Hubs: Understanding the scope and scale of food hub operations. Washington, DC: USDA AMS, 2011.

BEAULAC, Julie; KRISTJANSSON, Elizabeth; CUMMINS, Steven. A systematic review of food deserts, 1966-2007. **Prev Chronic Dis**, v. 6, n.

3, p. A105, 2009.

BELIK, Walter. Muito além da porteira. **Série Teses. Instituto de Economia da Unicamp**, 2001.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. Formas híbridas de coordenação na distribuição de frutas, legumes e verduras no Brasil. **Revista Cadernos de debate**, v. 7, p. 1-9, 1999.

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida. A produção agrícola e a atuação das Centrais de Abastecimento no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 1, p. 46-59, 2012.

COCKRALL-KING, Jennifer. Food and the city: urban agriculture and the new food revolution. Estados Unidos, Prometheus Books, 2012, 372 p.

CUMMINS, Steven. Food deserts. **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Health, Illness, Behavior, and Society**, 2014.

DA SILVA, José Francisco Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Zahar Editores, 1982.

DE MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Editora Brasiliense, 1982.

DIOP, Ndiame; JAFFEE, S. Fruits and vegetables: global trade and competition in fresh and processed product markets. **Global agricultural trade and developing countries**, p. 237-257, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível), Estatísticas do Século XX, 2007. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível. **Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=530010>> Acesso em: 20 Dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. IBGE, 2010.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; PEETZ, Marcia da Silva. 100 anos de feiras livres na cidade de São Paulo; tradução Traduzca.com; fotografias Maycon Lima; Jailton Leal. São Paulo: **Via Imprensa Edições de Arte**, 2015. 312 p.

LANG, Tim. Reshaping the food system for ecological public health. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, v. 4, n. 3-4, p. 315-335, 2009.

LEDA, Luisa Corrêa. **Sistema tradicional de varejo de alimento e sua importância para a segurança alimentar e nutricional: o caso do Distrito Federal**. 2011, 133 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MORGAN, Kevin. Feeding the city: The challenge of urban food planning. **International Planning Studies**, p.341-348, 2009.

MÜLLER, Geraldo. Fome: o não-direito do não-cidadão. **Covre, MLM A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense**, p. 13-38, 1986.

PAIVA, Ruy Miller. Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, junho, 1966.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, WORLD HEALTH ORGANIZATION. Consumption of ultra-processed food and drink products in Latin America: Trends, impact on obesity, and policy implications. 2014.

POTHUKUCHI, Kameshwari; KAUFMAN, Jerome L. The food system: A stranger to the planning field. **Journal of the American planning association**, v. 66, n. 2, p. 113-124, 2000.

PRITCHARD, Bill. Regoverning Markets: A Place for Small-Scale Producers in Modern Agrifood Chains?. **Journal of Agrarian Change**, v. 9, n. 3, p. 449-452, 2009.

REARDON, Thomas; BERDEGUE, Julio A. The rapid rise of supermarkets in Latin America: challenges and opportunities for development. **Development policy review**, v. 20, n. 4, p. 371-388, 2002.

REARDON, Thomas; BERDEGUÉ, Julio A. The retail-led transformation of agrifood systems and its implications for development policies. **Latin American Center for Rural Development (RIMISP), Santiago, Chile**, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. **Rio de Janeiro: Record**, 2001.

STEEL, Carolyn. **Hungry city: How food shapes our lives**. Random House, 2013.

SUPERMERCADO MODERNO, Relatório Anual, ano 41, nº 4, 2010. The Food Trust. **Philadelphia Healthy Corner Store Network**, Philadelphia Department of Public Health, 2014.

WISKERKE, Johannes SC. On places lost and places regained: Reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. **International planning studies**, v. 14, n. 4, p. 369-387, 2009.

SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA DINÂMICA DE ESTADO: ABRANGÊNCIA E LIMITES DA POLÍTICA SOCIAL

Raimundo Pires Silva¹
Helena Carvalho De Lorenzo²

Resumo: Por que as políticas sociais de Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto uma ação de Estado de garantia de direitos e dever do Estado, não consolidaram a plenitude dos seus objetivos? O presente artigo busca apontar alguns aspectos relacionados ao fato de que, mesmo exitosas, essas políticas sociais estabelecidas pelo arcabouço do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), implantadas pelo governo democrático, de cunho centro-esquerda do presidente Lula, e continuadas pelo governo sucessor da presidenta Dilma, não concluíram os objetivos da estratégia Fome Zero.

Palavras-chave: Estado; Políticas Públicas; Segurança Alimentar.

Abstract: Why the social policies of Food and Nutrition Security, as a State action guaranteeing the rights and duty of the State, did not consolidate with fullness its objectives? This article seeks to point out some aspects related to the fact that, even if successful, these social policies established by the framework of the National System of Food and Nutrition Security (SISAN), implemented by the democratic government, center-left of President Lula, and continued by the successor government of President Dilma, did not complete your objectives of the Zero Hunger strategy.

Keywords: State; Public policy; Food Nutrition.

¹Engenheiro Agrônomo, mestre em Desenvolvimento Econômico IE/UNICAMP.

²Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Introdução

Por que as políticas sociais de Segurança Alimentar e Nutricional, em quanto uma ação de Estado de garantia de direitos e dever do Estado, não consolidaram a plenitude dos seus objetivos? O presente artigo busca apontar alguns aspectos relacionados ao fato de que mesmo exitosas essas políticas sociais estabelecidas pelo arcabouço do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), implantadas pelo governo democrático, de cunho centro-esquerda do presidente Lula, e continuadas pelo governo sucessor da presidenta Dilma, não concluíram os objetivos da estratégia Fome Zero.

Do ponto de vista institucional o SISAN inovou ao atribuir ao Estado a responsabilidade da questão alimentar, tendo quanto prioridade o atendimento à população em situação de Insegurança Alimentar. Ou seja, atos de governo que determinaram um padrão de proteção social e a distribuição de bens e serviços públicos que garantissem o direito das pessoas à alimentação adequada, com a constituição de mecanismos (programas e ações) que as habilitassem ao acesso ao alimento de qualidade e de resolução do espectro da fome, bem como, da produção desse alimento. Apesar dos resultados expressivos do SISAN, permaneceu no país um significativo contingente de pessoas em situação de Insegurança Alimentar, esta constatação é que está em questão na presente análise.

Do ponto de vista do método, o artigo está apoiado em uma compreensão dialética da História que interpreta os fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente aos fenômenos e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Nesta direção, Boschetti (2015) mostrou que a investigação dialética da realidade social envolve a análise da totalidade concreta, indicando que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo. Um fenômeno social (e aqui se inserem as políticas sociais de Estado) é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo e desempenha uma função dupla: definir a si mesmo e definir o todo, sendo ao mesmo tempo produtor e produto, conquistando o próprio significado e ao mesmo tempo conferindo sentido mais amplo ao fato.

Assim, o fenômeno social analisado deve ser compreendido em sua múltipla causalidade, bem com sua múltipla funcionalidade. Entretanto isso não significa que a pesquisa de avaliação dos fenômenos sociais deve conhecer todos os aspectos da realidade e oferecer um quadro total dela Boschetti

(2015). Na verdade, os fatos expressam um conhecimento da realidade se forem compreendidos como fatos de um todo dialético, isto é, determinados e determinantes desse todo. Assim, não podem ser entendidos como fatos isolados.

O estudo assim considerou a multidimensionalidade da política pública analisada como um aspecto a ser considerado. Por esta razão apoiou-se em uma concepção de análise e avaliação de políticas públicas como alternativa da abordagem racional e sequencial, até para dar conta da dimensão contraditória destas, arraigada na natureza do Estado, buscou ainda fundamentar-se em uma concepção de análise que propõe dimensão diversa e conflitante da sociedade civil. Boschetti (2015)

Do ponto de vista das estratégias de pesquisa, o estudo fundamentou-se em literatura específica sobre avaliação de políticas públicas, considerando principalmente a perspectiva a que considera a importância do avaliador na escolha dos sinalizadores da realidade, isto é, a presença de certa realidade selecionada pelo pesquisador e de decisões, conscientes ou não, tomadas pelo avaliador. É o conjunto dessas opções e preferências que definirá o tipo de avaliação do estudo eleito. Tais escolhas integram o que se pode chamar de estratégia de avaliação, conceito que, entretanto, abrange as decisões metodológicas (DRAIBE, 2001). Foram realizadas pesquisas em fontes secundárias, particularmente relatórios do CONSEA, dados e séries históricas, fornecidas pelo IBGE e RAIS. Pode ainda ser considerado como um estudo de natureza exploratória, com preocupações qualitativa e descritiva.

O artigo está organizado em seis seções, sendo esta introdução, a primeira seção. Na segunda apontam-se elementos teóricos para a compreensão das ações de Estado na construção de políticas públicas, visando responder questão apontada no início, bem como, contribuir na discussão teórico-metodológica acerca da avaliação de políticas sociais. Na terceira apresenta-se um histórico da formação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), suas diretrizes e instâncias de gestão, mostrando sua ligação com o Programa Fome Zero. Na quarta seção o artigo aponta ações públicas implementadas de cooperação e o envolvimento da agricultura familiar como uma das ações prioritárias da política. Na quinta seção são apresentados dados e informações que apontam para a inflexão da estratégia que deu origem ao SISAN, o programa Fome Zero, a partir de alguns indicadores de redução do gasto público e outros indicadores considerados significativos. Finalmente, a última seção expõe uma reflexão sobre a abrangência dos resultados e os limites do SISAN sobre a vida de todos os

cidadãos, de uma forma mais abrangente. O foco da análise é a questão da ação do Estado, a partir da abordagem sobre as políticas sociais de SAN.

Políticas públicas como dimensão do estado contemporâneo

Para compreender a política pública (conceito que engloba o de políticas sociais) como a dimensão mais contemporânea da ação de Estado, nesta seção ressalta-se, de forma sucinta, a trajetória do papel do Estado no desenvolvimento do sistema capitalista, na economia e no pensamento econômico.

Tendo como referência OLIVEIRA (2012) apresenta-se a seguir a seguinte periodização do papel do Estado no cenário mundial, mais especificamente nos países desenvolvidos:

- i. No período nascente da sociedade capitalista o papel do Estado é crucial para a constituição da burguesia como também para liquidar as resistências do antigo regime que se opunha ao seu florescimento³;
- ii. No período do capitalismo competitivo, ao Estado caberia apenas a tarefa de garantir as condições externas para reprodução do sistema e atuar para corrigir falhas localizadas na alocação de recursos que levam à perda de competitividade⁴;
- iii. Quando o sistema competitivo desmorona e é substituído por estruturas não competitivas, o mercado perde o seu poder autorregular e a lei de valor, na perspectiva marxista, deixa de operar na sua plenitude. Nessa situação, onde as condições endógenas de reprodução do sistema deixam de existir, torna-se necessária a intervenção do Estado para garanti-las e impedir sua derrocada⁵.
- iv. A crise do Estado do bem-estar (estagflação associada à dificuldade financeira do Estado), nos anos 60 e 70, desencadearam a ideia

³Para compreender a fraqueza de a burguesia nascente ver Engels (2010) “A revolução antes da revolução” e Huberman (1979) “História da Riqueza do Homem”.

⁴IDEM

⁵Para Keynes, a entrada em cena do Estado, por meio da implementação de políticas indutoras de investimento e geradoras de renda e emprego, combinadas com políticas de conteúdo redistributivo, torna-se uma exigência para evitar as forças autodestrutivas do mercado conduzam o sistema para o colapso. Assim, dotando o Estado de políticas de estabilização e voltadas para redução das desigualdades, incentivando o Estado do bem-estar. Na visão marxista, a lei do valor, ao deixar de operar na sua plenitude, impede o mercado de autorregular e garantir a reprodução do sistema, o que leva o Estado a assumir e desempenhar as funções de acumulação e legitimação para garantir essa reprodução (apud OLIVEIRA, 2012).

força do pensamento neoliberal, que passou atribuir ao Estado a responsabilidade pelos desequilíbrios do sistema e a sugerir como saída da crise, o esvaziamento de suas funções. Entretanto, nas décadas seguintes, os resultados colhidos com as propostas de encolhimento levaram o pensamento dominante a uma revisão, já que o Estado é necessário para garantir a reprodução do sistema, à medida que o mercado não dispõe de mecanismo para tanto. Deve-se portanto procurar reciclar e regular suas instituições, capacitando-o a melhor desempenhar suas funções com maior eficiência e a um custo mais baixo para a sociedade e o capitalismo: questões propostas nas teorias Neoinstitucionalistas, Nova Economia Política, que dão respaldo às propostas do Estado gerencial, que opera com eficiência. As crises do final do século XX e primórdios do XXI reforça as teorias institucionais de regulação do mercado.

Desse quadro temporal da trajetória do Estado fica evidenciado que: (i) o papel desempenhado pelo Estado capitalista tem uma determinação histórica, que só pode ser entendida no contexto das necessidades e crises do sistema e das condições exigidas para reprodução; (ii) nos momentos em que o mercado se mostrou incapaz de garantir, endogenamente, essas condições, o Estado foi convocado para desempenha-las, politizando a economia, ao trazer para seu seio a regulação dos conflitos entre classes e suas frações (OLIVEIRA, 2012).

O aumento crescente de seu papel na economia, como resultado desse processo, terminou conduzindo-o a um forte desequilíbrio financeiro, que passou a ser identificado como causa primária da crise de sistema, cuja remoção se torna indispensável, na visão liberal, para restaurar as suas forças recuperar sua eficiência. Na visão keynesiana, assim como na visão marxista, o Estado aparece como vital para assegurar a reprodução do sistema. Na keynesiana, o cumprimento pelo Estado das funções distributiva e estabilizadora é indispensável para amortecer as flutuações cíclicas do sistema e garantir sua reprodução. Por outro lado, na marxista, a necessidade de o Estado atuar como agente de acumulação e legitimação torna visível a sua essência, a simbiose que estabelece com capital, a sua construção – e transformações em ossatura material e suas formas de intervenção – de acordo com as exigências políticas e/ou econômicas surgidas nas diversas fases de desenvolvimento do capitalismo (apud OLIVEIRA, 2012).

O Estado contemporâneo está fortemente orientado para a construção interna das condições de existência de seu próprio território. Isso vai propor então, uma série de caminhos de desenvolvimento de um Estado que o colocará em confronto com sua própria natureza de Estado monopolista da violência, da legitimidade e, portanto, da representação, no sentido mais moderno, dessas populações. É o Estado que constrói a existência da Nação, que apresenta esse sentido de nacionalidade e de melhorar as condições de existência dessa sociedade – ele leva à construção de uma estrutura política e administrativa, que começa a estabelecer uma série de atividades que não estavam dadas pela matriz original do Estado moderno. Um dos grandes paradoxos da modernidade é que os Estados que são construídos como máquinas eficazes de dominação das sociedades acabam sendo aprisionados pelo processo de desenvolvimento destas mesmas sociedades. Isso tem implicações nas políticas públicas (COSTA, 2105).

O Estado contemporâneo é, por natureza (histórica), o Estado das Políticas Públicas. As políticas públicas que estão sendo construídas também refletem a natureza dos conflitos e a dinâmica dessa dupla natureza do Estado; a qual se estrutura através do monopólio do poder, mas ao mesmo tempo representa as diversidades e desigualdades da sociedade. A pluralidade constitui-se num único e mesmo processo histórico. As políticas públicas são a expressão dessa contradição. Isto porque se conforma como um espaço de expressão dos interesses mais diversos da sociedade; contudo estão estruturadas no aparato de Estado, que tem características concentradoras de poder e, por vezes violento. Esse conflito vai aparecer durante todo o processo de formulação e implementação das políticas públicas. As Políticas Públicas, portanto, refletem a heterogeneidade da sociedade capitalista e suas contradições (COSTA, 2015).

Assim, cada Estado nacional tem uma história própria, que traz consigo contornos de processos de diferentes realidades culturais, econômicas, sociais e a história revela a identidade de cada sociedade.

Tentando resumidamente situar a trajetória brasileira no campo das relações entre Estado e políticas públicas, Oliveira (2012) destaca três períodos. O primeiro, que se estende até a década de 1930, apresenta as características de um Estado⁶ de cunho liberal, restringindo suas atividades, até mesmo pelas limitações financeiras, a episódicas e localizadas incursões nas atividades econômicas do país. Do ponto de vista da política

⁶Ver FURTADO (1986) “Análise do Modelo Brasileiro”.

econômica, contudo, sob o controle das oligarquias é um Estado com forte poder regulatório, que intervém expressivamente na atividade econômica, principalmente pela adoção de medidas protecionistas voltadas a defender os níveis de produção e de renda dessas mesmas oligarquias, ou seja, do setor hegemônico da economia.

O segundo que se inicia nos anos trinta e se prolonga até o início dos anos 1980, um Estado⁷ que deu início, avançou e consolidou suas bases materiais e institucionais, libertando-se dos interesses oligárquicos imediatos e colocando-se em condições de atuar como um Estado moderno, capitalista e de implementar políticas no âmbito nacional. Nesse período é um Estado que se caracteriza por forte envolvimento, intervencionismo e regulação em vários campos da vida econômica e social – educacional, trabalhista, previdenciário, entre outros. O Estado atuou como indutor, organizador e agente estruturante do desenvolvimento capitalista nacional, com forte atuação na constituição de suas bases, por meio das empresas estatais, dos investimentos públicos e sociais, e da implementação de políticas voltadas para estimular o investimento privado. O modelo de Estado que surgiu deste paradigma passou a assentar-se no compromisso de ampliação dos espaços para garantir a soberania do mercado. Estado de vertente keynesiana/cepalina.

Um terceiro que tem início, nos anos 1980, revela um Estado em crise, mergulhado numa profunda crise fiscal, questionado em sua dimensão e eficiência pelas mesmas elites que se beneficiaram enquanto vigorou o desenvolvimento anterior. Por essa razão, o Estado que começou a ser reconstruído neste período, no Brasil, seguiu as recomendações preconizadas pela doutrina neoliberal, consubstanciadas nos postulados do Consenso de Washington⁸, o que significou promover reformas para sua retirada da vida econômica.

A retirada do Estado da economia significou mudança em sua ossatura material, com a adoção de políticas de abertura comercial e financeira, desregulamentação da economia e de desmonte do setor público e das políticas sociais. De modo geral, privatizando empresas estatais e promovendo/reduzindo o compromisso com a oferta de política pública, em prol das forças de mercado. Ao mesmo tempo em que se encaminhara uma série de reformas para realizar seu ajustamento financeiro e assegurar

⁷Ver CARDOSO DE MELLO (1982) “Capitalismo Tardio: contribuição crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira”.

⁸Ver Paulo Nogueira Batista “Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos (1994). Disponível em <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>.

uma gestão responsável de suas finanças, traduzida em equilíbrio fiscal e garantia de sustentabilidade e pagamento da dívida pública e de seus encargos (OLIVEIRA, 2012).

A remodelagem da ossatura material do Estado, em nome da eficiência e eficácia, bem com a limitação de seu papel regulador, refletem as exigências colocadas pelo capitalismo nestes tempos de globalização, em que o afastamento do Estado regulação de mercado é pelo capital considerado essencial para garantir seu curso natural, sem incorrer em ônus excessivo representado pela necessidade de manter o apoio e coesão das classes dominadas, por meio de políticas redistributivas, que drenam parcela substancial de seus ganhos (OLIVEIRA, 2012).

Uma característica desse Estado contemporâneo é que não existe mais limite para a definição de uma agenda de políticas públicas. (COSTA, 2015). A Política Pública tem sua origem nos meados século XX, quando o Estado se vê confrontado com uma série de desafios econômicos e sociais. O que faz com que o Estado se confronte com os problemas nacionais e se volte para o desenvolvimento do país. Portanto, a natureza das Políticas Públicas se insere em uma agenda de ação advinda do Estado. Neste caso, podem se desdobrar em qualquer campo de atividade, desde que essa atividade seja de intervenção estatal.

Desde Constituição de 1988 tem sido institucionalizada o a produção de políticas públicas, conceito que engloba as políticas sociais. Trouxe-se à tona a ideia da política social como instrumento de inclusão social; nesse contexto, estão associadas ao resgate da cidadania e de sua universalização.

Tomando como referência o trabalho de Theodoro e Delgado (2003), as políticas sociais podem ser compostas por um conjunto de programas e ações de garantia de direitos, que vão desde políticas estruturadas no aparelho estatal (saúde, educação, seguridade social, entre outras) até as de caráter emergencial no atendimento a uma demanda difusa (atendimento a questões emergenciais, efêmeras) passando pelas de caráter temporal. As políticas sociais temporárias são aquelas que também respondem pela garantia dos direitos sociais previstos no ordenamento constitucional, mas que, diferentemente do primeiro grupo, dependem da iniciativa dos governos por meio de ações e programas temporais para que os cidadãos possam exercer os direitos ali designados; entretanto seus recursos orçamentários em geral estão vinculados constitucionalmente, mas não estão protegidos de cortes como as do primeiro grupo.

No caso do SISAN (políticas sociais temporárias), no período de 2003 a 2016, a resolução da questão alimentar passou pela ação de Estado, com formulação e execução políticas sociais, ou seja, atos de governo que determinaram um padrão de proteção social: direitos sociais e dever do Estado; universalidade do acesso; instrumentos de inclusão social; e alocação de recursos, bens e serviços públicos. A governança dessas políticas sociais teve ênfase nas formas de participação da sociedade civil num contexto de descentralização federativa, ou seja, de interação Estado e sociedade civil em todos os níveis federativos (União, estados, municípios e distrito federal).

SISAN: conjunção do estado e sociedade civil

Em 2003, logo no início do mandato, Luiz Inácio Lula da Silva definiu a estratégia “FOME ZERO” como umas de suas prioridades nas políticas sociais de governo. Essa estratégia compôs um rol de políticas e programas fins de resolução da Questão Alimentar nacional: disponibilidade de alimento e água, acesso aos alimentos, consumo de alimentos prejudiciais à saúde e a falta de conformidade na oferta e consumo acessível desses alimentos (BELIK, 2014). E traçou um leque de ações voltado a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) às pessoas, a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (MACEDO et ali, 2009).

Para condução institucional dessa estratégia criou um ministério específico⁹, e recriou o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)¹⁰ com ampla participação social¹¹. Assim, buscou centralidade compartilhada entre Estado e sociedade civil na formulação e monitoramento das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para a institucionalização de um espaço comum de construção de senso comum governo e sociedade civil foi designado ao CONSEA a realização de Conferencias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN).

Assim, nesse contexto compartilhado Estado e sociedade civil se compôs

⁹Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA), posteriormente, com a extinção do mesmo, foi conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

¹⁰Em 1993 foi CONSEA, sendo que em 1994 foi constituída a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar – CNSA. A experiência do CONSEA foi interrompida após dois anos de execução, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso (MACEDO et ali, 2009).

¹¹Disposto no organograma de governo, diretamente ligado ao gabinete da Presidência da República, com o seu presidente escolhido pela sociedade civil.

um conjunto de políticas sociais e um arcabouço de normas e leis de SAN (legislação constitucional e ordinária em vigor¹²), que atribuíram ao Estado à responsabilidade das questões: direito humano a alimentação adequada (DHAA), produção de alimentos (tendo como prioridade a agricultura familiar) e abastecimento alimentar (distribuição e acesso ao alimento, principalmente, a população em risco alimentar).

A promulgação da Lei nº 11.346/2006¹³ estruturou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas assegurar a implantação e consolidação das políticas públicas de SAN no território nacional. Como estabeleceu o conceito nacional de SAN: visava garantir que todos tenham o direito a uma alimentação saudável, acessível e de qualidade, em quantidade suficiente de modo permanente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde e de respeito a diversidade cultural e, ambientalmente e socialmente sustentáveis; ou seja, garantir o direito do brasileiro de se alimentar devidamente, segundo as particularidades e características socioculturais de cada região (CONSEA, 2007).

As diretrizes nacionais de SAN tiveram um caráter de equidade social, com o trinômio: produção de alimentos, abastecimento alimentar/consumo alimentar e conservação ambiental, assentado nos eixos¹⁴ (CONSEA, 2007): (i) ampliação das condições de acesso; (ii) conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos ambientais; (iii) promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, em especial de populações em situação de vulnerabilidade social; (iv) garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos; (v) implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

O SISAN conta com duas instâncias: o CONSEA e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Durante os governos de Lula e Dilma o CAISAN foi presidido pelo MDS (Ministério

o Desenvolvimento Social), tendo representação de vários Ministérios¹⁵.

Coube a CAISAN articular e coordenar a Política Nacional de SAN. Esse sistema foi sendo distribuído pelo país ao articular: (i) as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, em âmbito federativo (União, estados e municípios); (ii) os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), de caráter federativo; (iii) a Câmara Interministerial (âmbito nacional) e as Câmaras Intersetoriais de SAN dos outros entes federativos (CAISAN); (iv) os órgãos ou entidades de SAN da União e dos estados, Distrito Federal e municípios; (v) as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestassem interesse de adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

O Decreto n.º 7272/2010 edificou as diretrizes da Política Nacional de SAN (PNSAN), e fixou os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), principal instrumento de planejamento, gestão e execução de política pública de SAN no território nacional. O 1º PLANSAN (2012/2015) compôs diversas iniciativas dos Ministérios membros, ao agregar dezenas de ações e programas articuladas nas diretivas, dentre as quais destaca-se: (i) promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas descentralizados; (ii) acesso à alimentação adequada e à água; (iii) instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional; (iv) fortalecimento da agricultura familiar; (v) abastecimento alimentar; (v) fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde; (vi) promoção ao direito da alimentação saudável e adequada; bem como, ações de abastecimento e de produção alimentar direcionadas aos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Ao término do quadriênio do 1º PLANSAN foi proposto o segundo, que, praticamente, seguiu as mesmas diretivas (CAISAN, 2011).

SISAN: ações, participação e redes de políticas públicas

O SISAN instaurou ações de abastecimento alimentar (tendo como prioridade as pessoas em situação de vulnerabilidade social) e de fomento

¹²O direito à alimentação foi incorporado à legislação nacional quando da ratificação do Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais em julho de 1992 sob a forma de Decreto Legislativo nº 591 (MACEDO et alii, 2009).

¹³Lei disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm.

¹⁴Artigo 4º da Lei 11.346/2006.

¹⁵Compõem a CAISAN: Casa Civil; Secretaria-Geral da Presidência; Desenvolvimento Social (MDS); Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Desenvolvimento Agrário (MDA); Educação (MEC); Saúde (MS); Fazenda (MF); Justiça (MJ); Meio Ambiente (MMA); Pesca e Aquicultura (MPA); Integração, Cidades (MCidades); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria de Direitos Humanos (SDH); Relações Exteriores (MRE); Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Trabalho e Emprego (MTE).

à produção agrícola familiar pelo território nacional. Os meios e fins dessas ações foram sendo definidos tanto pelo preceito normativo legal, quanto pelas esferas federativas de governo e comunidades de atores sociais fins (beneficiados pelos programas), como também, pela sociedade¹⁶. Esse arranjo nacional e territorial de elaboração e execução de políticas públicas de SAN compreendeu alguns elementos de governança. Do ponto de vista institucional da gestão foi idealizado quanto princípios a intersetorialidade e a participação social, previstos nos Artigos 8º e 9º da Lei 11.346/2006¹⁷.

A intersetorialidade significou edificar no governo (CONSEA, 2007) ações planejadas e executadas de forma partilhada entre setores do governo federal, dispondo os orçamentos fins a atender as prioridades definidas em conjunto; atuação federativa de promoção de segurança alimentar e nutricional e de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e fomento a agricultura familiar. O que significou consagrar um conteúdo transversal e de integração, envolvendo vários ministérios nos programas de SAN, como também, compartilhar a gestão dos programas de SAN com estados, municípios e ao distrito, ao delegar atribuições. A descentralização federativa implicou numa tentativa de regionalização, quer dizer, levar a governança para âmbito local.

A participação social foi um propósito cotidiano de articulação de um diálogo e construção do senso comum entre o Estado e sociedade civil nas etapas de formulação, planejamento e avaliação das políticas públicas de SAN.

Segundo o CONSEA (2007), através da consolidação nacional e local do SISAN, o governo e sociedade civil cooperaram na elaboração, em alguns casos na execução, de políticas e ações de combate à fome, de fomento à produção agrícola familiar e de promoção da segurança alimentar da nação. Também houve cooperação da sociedade civil tanto no monitoramento delas e quanto formulação legal dos parâmetros da segurança alimentar nacional, segundo os princípios e diretrizes definidas a partir de critérios estabelecidos pelo CONSEA e pela CAISAN.

¹⁶Os entes federativos (Estados, Municípios e o Distrito federal) para aderirem ao SISAN tiveram que assumir o compromisso de elaborar seus planos de segurança alimentar e nutricional próprios, por um processo que compreendesse a participação de gestores públicos e sociedade civil, segundo o seu contexto socioeconômico e territorial; no limite do marco regulatório nacional e local.

¹⁷Segundo o documento referência da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Documento disponível em www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/documentos-da-5deg-conferencia/versao-online.pdf.

Como elemento constitutivo do SISAN, a participação social consagrou sua cooperação através do CONSEA (nacional, estadual, municipal e do distrito federal) e da Conferência de SAN (dos entes federativos).

Neste campo institucional aconteceram as mediações de promulgação de normas e, de formulação, avaliação e monitoramento dos programas de governo. Conformaram-se espaços públicos por onde se estabeleceu o binômio conflito e acordo dos diversos interesses entre sociedade civil e governo, locus de exercícios de consenso. Ou seja, se instituiu uma política de Arena (no sentido dado por FREY, 1999; GRISA, 2011).

Por determinação de governo houve fortalecimento do tecido social no espaço de Estado, o qual, por sua vez, passou a tratar a sua cooperação nesta esfera institucional na forma de redes de ação pública.

Nas redes de ação pública, segundo MASSADIER (2006) destacam-se os processos de intermediação de grupos de interesses, onde os atores sociais convergem numa racionalidade do tipo convencional, participando dela para compartilhar recursos e também ideias.

Além deste arranjo de Arena e Redes de Ação Pública, em alguns programas de governo foi delegada para algumas instituições sociais uma série de programas públicos, através de contratação por convênios ou outras formas de contrato de gestão, no sentido se acolher uma demanda específica num processo de parceria público-social. Como por exemplo, no caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA), cooperativas de produtores agrícolas familiares foram executores dele.

Como disse Poulantzas (1980), o Estado age de forma positiva e não somente sob o ângulo exaustivo da repressão e da doutrinação de classe, contudo estes aspectos existem na materialidade das funções do Estado; entretanto, a relação das classes dominadas com o poder e o Estado, no que se chama de consenso, possui um substrato material: medidas de governo que refletem concessão impostas pelas lutas delas.

O espaço de cooperação de arenas foi também ambiente de pressão social a infligir ao Estado obrigações ao decidido. O documento 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: “Comida de Verdade no Campo e na Cidade”¹⁸ (pag. 39) expõe a ausência ou não obrigatoriedade de retorno ou aplicação das recomendações ou deliberações dos órgãos

¹⁸Segundo o documento referência da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Documento disponível em www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/documentos-da-5deg-conferencia.

colegiados nas políticas públicas do Poder Executivo, com pouco diálogo no Poder Legislativo e quase nenhuma incidência no judiciário.

Quer dizer, o espaço institucional de cooperação, também foi por onde se percebeu os limites da ação social nas ações de Estado, ao reconhecer suas desigualdades de poder existentes no interior do círculo de governo.

Nesta direção, como mostrou Offe (1984, p. 85), à medida que se colocam processos consensuais delineiam-se riscos tendo em vista heterogeneidade de interesses: as estruturas de poder e interesses econômicos que podem ser obstáculos à realização dos programas; e a automatização de processos de consenso que sujeitam premissas que sobrecarregam o governo.

SISAN: fomento à agricultura familiar.

Na prática cotidiana do SISAN também se pode observar que houve programas e ações de convergência para inserção socioeconômica do diverso tecido social da agricultura familiar¹⁹ como mostra o documento de referência da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: “Comida de Verdade no Campo e na Cidade²⁰” e o do 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN)²¹. Nele se destacou o papel da Agricultura Familiar na alimentação dos brasileiros.

E neste contexto, esta Conferência, reiterou²² a importância do fortalecimento das diversas políticas públicas para este setor rural: (i) de crédito; (ii) de assistência técnica e extensão rural; (iii) de apoio à comercialização; (iv) de proteção da produção; (v) da renda; (vi) de inclusão social.

Cabe lembrar ainda, que os documentos citados acima, também reafirmaram os temas relacionados: (i) à diversidade cultural e territorial; (ii) a sustentabilidade ambiental; (iii) a reforma agrária; (iv) a regularização fundiária de posseiros, quilombolas e indígenas.

A agricultura familiar foi envolvida pelo SISAN com ações de fomento

¹⁹A agricultura familiar no plano institucional de governo se conformou numa categoria social com diferentes processos sociais constitutivos tanto em relação à terra (proprietário, posseiro, quilombolas, indígenas; extrativistas e pescadores artesanais) quanto na condição do produtor (patronal e não patronal) – Lei nº 1.1326/2006, artigo 3º (SILVA, et ali, 2014).

²⁰Documento disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/documentos-da-5deg-conferencia/versao-online.pdf>

²¹Documento disponível em <http://www4.planalto.gov.br/CONSEA/comunicacao/noticias/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-ja-esta-disponivel-na-internet>.

²²Visto que tal tema está expresso em todos os documentos públicos do CONSEA, CAISAN, CNSAN e PLANSAN valorizando a diversidade social, cultural, territorial, ambiental e a pluralidade econômica do rural brasileiro

produtivo e de abastecimento alimentar a fim de garantir a estabilidade desse produtor, principalmente, na distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade social. Dentre os programas alinhados no SISAN, se destaca o PAA²³ (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), pela sua temporalidade.

O PAA se caracteriza como exemplo de programa intersetorial para fomento à agricultura familiar, ao constituir approach de programas que viabilizaram tanto a oferta de alimentos proveniente da agricultura familiar para a demanda por alimentos de populações em situação de insegurança alimentar; equipamentos públicos (alimentação escolar, hospitais, distribuição gratuita de alimentos, presídios, etc.); como também, de formação de estoques.

Assim, ao conectar o modo familiar de produção de alimentos aos padrões de consumo e hábito alimentar nacional; foram também assinalados os direitos a terra, a água, aos recursos naturais e de reconhecimento da produção familiar na economia agrícola como elementos decisivos para estratégia de implantação do SISAN.

Em resumo, SISAN requereu interações e cooperação entre instituições públicas e destas com a sociedade civil, formando espaços compartilhados para se formular e executar serviços e bens públicos de abastecimento alimentar para habilitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e desenvolvimento da agricultura familiar.

SISAN: resultados expressivos na distribuição da renda

As ações de Estado foram direcionadas rumo à lógica compartilhada governo e sociedade civil a partir de processos concomitantes. Com multiplicação de modos e locais de interação dos agentes públicos com os atores sociais (Arenas, Redes), o governo passou, atuar tanto nas repartições que gerencia como no aspecto de cooperação público-social.

O ato do Estado situou em múltiplos espaços o exercício compartilhado de mediação; que envolveu desde negociação de interesses de classes e grupos sociais subalternos até o acesso a bens e serviços públicos, como a execução de algumas funções públicas (por exemplo, o PAA que em alguns momentos foi executado por organizações de produtores familiares).

²³Para aquisição dos alimentos de agricultores familiares o governo contou tanto com a estrutura federativa da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) quanto do apoio operacional de estados e municípios.

Tal esforço de governo de construção do SISAN, conjugado com as políticas de distribuição de renda²⁴, trouxe resultados na diminuição da desigualdade social e na erradicação da fome – entre 2004 e 2014 o número de domicílios em situação de Segurança Alimentar²⁵, cresceu de 68,1% para 77,4% (PNAD, 2014).

Ao longo da década a desigualdade de renda diminuiu substancialmente, entre 2001 a 2014, o Índice de Gini do rendimento de trabalho diminuiu continuamente, de 0,563 para 0,489. Apesar desta tendência de queda permaneceu elevada a desigualdade, no que diz respeito à renda o país se classifica entre os quinze piores do mundo (PNUD 2015; OCDE, 2015).

No mesmo período aconteceu também uma elevação significativa do IDH²⁶ (Índice de Desenvolvimento Humano), de 0,683 em 2000 para 0,755 em 2014, passando da faixa de países de IDH-médio para IDH-alto²⁷, com uma taxa média de crescimento anual de 0,96%. Porém, no período, esta taxa teve um comportamento díspar ao se comparar as três últimas décadas: era de 1,18% no período entre 1990 e 2000; caiu para 0,76% entre 2000 e 2010; e para 0,60% entre 2010 e 2014; apontando uma inflexão no ritmo de evolução dos três índices que compõem o IDH (saúde, educação e renda) no país (PNUD, 2015).

Na trajetória da formulação das políticas relacionadas ao SISAN se destacam três eixos de intervenção que obtiveram resultados expressivos:

1) Programas de abastecimento alimentar que proporcionaram o acesso alimentar a populações em situação de vulnerabilidade social, por exemplo: a) PNAE²⁸ (Programa de Alimentação Escolar), os recursos orçamentários disponibilizados para tiveram uma taxa de crescimento anual na ordem de 22,2% e número de alunos atendidos

²⁴Políticas de transferência de renda, o programa Bolsa Família entre 2004/12, o número de beneficiados passou de 6,6 para 13,9 milhões.

²⁵Segundo a PNAD (2014) domicílios em Segurança Alimentar: aqueles que têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade.

²⁶O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/>.

²⁷O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. As faixas de IDH: até 0,499 IDH-baixo; de 0,500 a 0,699 IDH-médio; de 0,700 a 0,799 IDH-alto; e acima de 0,800 IDH-muito alto. Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/>.

²⁸Dados do FNDE, disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-f%C3%ADsicos-e-financeiros-do-pnae>.

passou de 37,8 para 41,5 milhões, entre 2004/15; b) Doação Simultânea de Alimentos do PAA²⁹ (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) 10,9 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social receberam alimentos, entre 2005/15.

2) Programas de transferência de renda conjugado as políticas de emprego e renda possibilitaram alavancar o poder aquisitivo das famílias pobres, conseqüentemente, melhorar o acesso delas ao abastecimento alimentar, por exemplo: a) O programa Bolsa Família³⁰ entre 2004/12, o número de beneficiados passou de 6,6 para 13,9 milhões; b) Políticas de emprego³¹, entre 2004/14 a taxa de desemprego caiu de 9,7% para 7,5%, no período 2004/14 e houve crescimento do salário mínimo³² com incremento na de 16% ao ano; (c) Renda³³, a renda média de todos os trabalhadores no período de 2004/14 passou de R\$ 1.035,61 para 1.737,13.

Entre 2004/14 a taxa de desemprego caiu de 9,7% para 7,5%, no período 2004/14 e houve crescimento do salário mínimo³⁴ com incremento na de 16% ao ano; (c) Renda³⁵, a renda média de todos os trabalhadores no período de 2004/14 passou de R\$ 1035,61 para 1737,13. (FONTE)

²⁹Dados da CONAB, disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>, e os dados do IPEADATA, disponível em www.ipeadat.gov.br/

³⁰O Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, focalizado em famílias pobres cadastradas em cada município do país. Resultante da unificação de diferentes programas, foi instituído por lei em 2004. O valor do benefício, reajustável por decreto, varia conforme a renda domiciliar per capita da família, o número e a idade dos filhos (IPEADATA).

³¹Segundo dados do IPEADATA, disponível em www.ipeadat.gov.br/.

³²Desde 2007 o reajuste do SM deveria repor a inflação mais o crescimento do PIB de dois anos antes. Tal procedimento virou Lei 12382/2011, que vigorou até 2015, a qual trouxe previsibilidade de formulação de projeto de Lei para o reajuste dos anos seguintes. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12382.htm.

³³Segundo dados do IPEADATA, disponível em www.ipeadat.gov.br/. Média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos totais em dinheiro recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Valores reais expressos aos preços vigentes no mês de referência da última Pnad disponível, calculados a partir dos microdados da pesquisa e atualizados conforme o deflator para rendimentos da Pnad apresentado pelo IPEADATA. Elaboração: DISOC/IPEA

³⁴Desde 2007 o reajuste do SM deveria repor a inflação mais o crescimento do PIB de dois anos antes. Tal procedimento virou Lei 12382/2011, que vigorou até 2015, a qual trouxe previsibilidade de formulação de projeto de Lei para o reajuste dos anos seguintes. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12382.htm.

³⁵Segundo dados do IPEADATA, disponível em www.ipeadat.gov.br/. Média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos totais em dinheiro recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Valores reais expressos aos preços vigentes no mês de referência da última Pnad disponível, calculados a partir dos microdados da pesquisa e atualizados conforme o deflator para rendimentos da Pnad apresentado pelo IPEADATA. Elaboração: DISOC/IPEA

Dentre os programas bem-sucedidos cabe destacar os programas de fortalecimento da agricultura familiar no campo do abastecimento alimentar nacional, por exemplo, o PAA, que entre 2003/15 disponibilizou R\$ 3,4 bilhões na aquisição de 219,7 mil toneladas de alimentos, sendo que, cerca de um total de 95,7 mil produtores venderam seus produtos³⁶ (que significa 22% do total de agricultores familiares registrado pelo Censo Agropecuário de 2006/IBGE participaram deste programa).

No campo da produção de alimentos e de abastecimento alimentar a fim de garantir a estabilidade na distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade social, os recursos do PAA, entre 2010 a 2015, operacionalizados pela CONAB totalizou R\$ 2,3 bilhões. No período, foram adquiridos 1,2 milhões de toneladas de diversos produtos, beneficiando em média por ano 77 mil produtores familiares³⁷.

Esse esforço foi ancorado com a evolução do volume de recursos orçamentários aportados nessas políticas sociais; por exemplo, as estatísticas compiladas pelo CONSEA e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) demonstraram que o orçamento para programas de SAN (em valores reais de agosto de 2011) saltou de R\$11,1 bilhões para R\$28,5 bilhões, entre 2004 e 2011 (BELIK, 2014).

Segundo a CONAB³⁸, no ano 2015, a renda média dos 38,8 mil agricultores familiares que participaram do PAA foi de R\$ 7.411,33, o que equivale a um aumento de 375% quando comparado à renda média no ano de 2003 (R\$ 1.972,41).

O arranjo institucional de políticas de crescimento econômico e de combate à pobreza, por meio de programas de transferências de renda condicionadas; de acesso ao alimento; de emprego e renda; e de inserção produtiva da agricultura familiar, permitiu uma melhora no poder aquisitivo da população; alavancando o consumo das classes populares e transformando esse aumento real no motor de um círculo virtuoso de crescimento econômico do país.

SISAN: a inflexão da estratégia fome zero

Apesar dos avanços institucionais e sociais obtidos, os dados da Pesquisa

Nacional por Amostragem por Domicílio (PNAD, 2014) indicam que permaneceu no país o quadro de pessoas vivendo em situação de Insegurança Alimentar (IA). A PNAD (IDEM, 2014) mostrou que 52,0 milhões de pessoas convivendo com algum grau de IA³⁹: 34,5 milhões em situação de IA leve (aquelas com preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro); 10,3 milhões em situação de IA moderada (aquelas com limitação de acesso quantitativo aos alimentos); 7,2 milhões em situação de IA grave (aquelas com restrição alimentar, na qual, para pelo menos uma pessoa foi reportada alguma experiência de fome no período investigado). Nas áreas rurais observou-se que índices de IA foram maiores que nas urbanas – enquanto na área rural 13,9%, de domicílios em situação de IA moderada ou grave, na área urbana 6,8%.

Segundo BELIK (2014), a área rural é o território de maior vulnerabilidade social e onde a pobreza é mais profunda, e por isso as ações e programas de SAN necessitam ser intensificadas, sob risco de se enraizar ainda mais a separação entre agricultores produtivos e inviáveis, como vêm sendo denominados os residentes rurais não integrados ao modo hegemônico do agronegócio. Para BELIK (2015) a pobreza rural e a falta de oportunidades de trabalho e renda têm como origem as diferentes condições de acesso aos fatores de produção e a sua baixa capacidade produtiva.

As pesquisadoras Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA (MESQUITA et alii, 2015), com base na PNAD 2013, mostraram um ligeiro aumento da miséria no país, o qual reverteu a tendência de queda observada desde 2005. Os dados da pesquisa mostram que 4% da população estavam em situação de miséria em 2013, percentual levemente superior ao registrado no ano anterior (3,6%).

Além deste quadro adverso a consolidação da estratégia FOME ZERO, entre 2012 a 2015, houve uma inflexão das razões de agir de governo na condução das políticas públicas de SAN, tanto na perspectiva do gasto público quanto na abrangência de sua amplitude de ação e de seus resultados. Houve uma inversão na evolução dos recursos orçamentários federais empenhados para a implantação de políticas públicas de SAN⁴⁰ cerca de -16,2% por ano, com consequências na abrangência das ações e programas de SAN.

³⁶Dados da CONAB, disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>, e os dados do IPEAdata, disponível em www.ipeadat.gov.br/

³⁷Dados da CONAB, disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>.

³⁸Dados disponíveis em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/>.

³⁹Contingente de pessoas equivalentes a população da Espanha (47,1 milh.); e superior a da Argentina (41,4 milh.) e do Canadá (35,1 milh.).

⁴⁰Dados do SIGA Brasil/Senado, disponível em SIGA Brasil disponível em <https://www12.senado.leg.br/orcamento.<>

Por exemplo, no caso da agricultura familiar, entre 2012/15, o volume de recursos gastos do PAA⁴¹ passou de R\$ 839,2 para 541,1 milhões, e o número de agricultores familiares participantes passou de 186,0 para 95,8 mil e número de famílias que receberam alimentos foi 22,5 para 13,4 milhões de pessoas. Na modalidade Doação-simultânea o número de agricultores familiares fornecedores reduziu de 129,7 para 70,7 mil e na modalidade Compra Direta de 13,1 para 1,6 mil.

Esse traçado de redução do gasto público do governo se acentua em razão do ajuste econômico recessivo realizado em 2014. A crise econômica mundial, a desaceleração do crescimento econômico e o desequilíbrio financeiro e fiscal das contas públicas influíram na formulação de políticas recessivas.

Consequentemente, desde então, no âmbito dos componentes da demanda interna houve perda de dinamismo no mercado de trabalho. Segundo pesquisa do IBGE entre 2014/16 ocorreu um acréscimo de 53,6% no contingente de desocupados, e também, na mesma toada, houve uma queda no rendimento real habitual dos trabalhadores que passou de R\$ 2420,05 para 2227,50 (INDICADORES IBGE², 2016).

Mesmo diante: (i) do comportamento dos resultados primário e nominal das contas públicas se agravando, reflexo, em grande medida, da crise econômica internacional e do esgotamento do ciclo de consumo das famílias; (ii) da não impulsão dos investimentos; (iii) de um novo ciclo de elevação da taxa de juros; (iv) de um momento negativo para a questão do emprego e renda dos trabalhadores (em tendência de queda); o governo optou por uma inversão na trajetória de investimentos nas políticas sociais de SAN, apesar das conferências e encontros de SAN definirem outros caminhos.

A trajetória do SISAN (2003-2016) desafia a noção de continuidade e ampliação, mesmo quando fora bem-sucedida, ao contrário mostra-se que está dependente do contexto econômico e sociopolítico vigente. Já que, as ações de Estado de SAN responderam com adaptações as mudanças nesses contextos conjunturais políticos e econômicos.

9. ESTADO E SISAN: OPORTUNIDADE E LIMITES DA POLITICA.

O projeto teórico-prático do SISAN, ao implicar novas formas de governança na relação entre o Estado e a sociedade civil no exercício de alocação de bens e serviços públicos, focalizou: (i) na participação da sociedade (requerendo o consenso, no qual a gestão pública buscou outras formas de legitimação além das institucionais próprias); (ii) no caráter

federativo e republicano (base conceitual de seus instrumentos aplicáveis a outras esferas de governo).

O que foi proposto foi uma estruturação republicana (parceria, consenso e coexistência de poderes sociais e de governo na distribuição de recursos, serviços e bens públicos); vigência de direitos de cidadania (dever do Estado e direito de todo indivíduo estar alimentado e sem fome); democracia representativa (exercício de poder da sociedade civil através de seus representantes); e um arranjo institucional onde a sociedade civil organizada influencia seus interesses na tomada de decisão de execução de distintas políticas sociais.

Essa forma de governança compartilhada Estado e sociedade civil na execução do SISAN expôs algumas questões: (i) o modelo estrutural de governança destinou-se a aumentar a capacidade do Estado em garantir direitos sociais e republicanos ou substituiu o Estado de serviços por uma forma de Estado na qual que deu poderes aos indivíduos para competirem na sociedade; (ii) a governança proposta esteve parcialmente adequada para servir como novo modelo regulatório entre o Estado e a sociedade civil, onde os espaços públicos compartilhados, por sua vez, ajudaram muito no problema de atendimento das demandas dos grupos subalternos; (iii) o acesso à pública política de concessão de direitos houve significativa inclusão social, mas que conviveu, ao mesmo tempo, com a exclusão efetiva de indivíduos, grupos, perspectivas sociais e interesses; (iv) o atendimento a direitos, a garantia de oportunidades, o enfrentamento de carências e de situações de vulnerabilidades sociais foram elementos por onde essa política social de SAN atuou como parte de uma efetiva estratégia de combate à pobreza e à desigualdade social quanto ação de Estado.

A discussão sobre Políticas Públicas no Brasil, segundo COSTA (2015) ainda é marcada por uma visão de matriz pluralista que, de certa forma, nega ao Estado a condição do Estado weberiano clássico, a abordagem ignora a natureza do Estado como um poder territorial centralizador, e é incapaz de apreender a natureza contraditória do Estado, essa dupla natureza do Estado. Ela tem uma visão do conflito, da contradição, mais simples, mais chata, mais plana, em que os conflitos aparecem como expressão de interesses pré-constituídos, interesses geralmente de visão econômica que se distribuem num certo campo de conflitos em que o Estado arbitra, que o Estado de certa forma coloca em ação apenas quando precisa resolver essas diferenças.

No SISAN o alcance de instituições estatais incorporando a sociedade

⁴¹Dados do IPEADATA, disponível em www.ipeadat.gov.br/.

civil abrangeu um universo de manifestações empíricas e científicas, pois a questão da participação social está perpassada tanto por ações determinadas pelo Estado (exercício de poder, a governança compartilhada) como pela prática da organização social na esfera estatal. A execução da política social de segurança alimentar do SISAN transitou num conjunto teórico que vem contribuindo para enriquecer o debate contemporâneo sobre as políticas públicas como os aportes americanos e europeus: neoinstitucionalismo e os modelos de redes de política pública (policy network)⁴².

O caminho traçado pelo SISAN, na última década, sugere reflexão sobre tema Políticas Sociais partindo de pressupostos do Estado para apontar rumos das políticas sociais no que diz respeito ao entendimento de seus sentidos, resultados e limites na garantia de direitos e, de como essas políticas se expressam no aparato de Estado em conjunturas nas quais a sociedade civil parece instrumentalizar o Estado em seu favor.

Considerações finais

A responsabilização do Estado na garantia de direitos à alimentação eleva o alimento à condição de bem público e problematiza a abrangência de seu caráter de acesso universal e de inclusão social no âmbito do atendimento as necessidades humanas, cuja a privação compromete a vida. Na perspectiva dos rumos e abrangência de uma política social de SAN é fundamental que não se perca a referência constitucional, base de uma perspectiva universalista, inclusiva e de garantia de direitos.

Assim, a identificação da assimetria entre a direito do indivíduo e o reconhecimento desse direito pela ação do Estado na execução das políticas sociais de SAN merece atenção para fins de se compreender as causas e as implicações do comprometimento do caráter universalista e inclusivo da ação do Estado. Em suma, qual a função que Estado se atribui e o que ele realiza em suas ações?

Sem desconsiderar o que foi feito em termos de política social no âmbito do Estado – de experimentação prática dos ditames constitucionais, os resultados alcançados, que por sua vez, mobilizou milhares de pessoas de grupos subalternos organizados na busca por influência sobre a formulação e execução das ações de Estado – se compreender os limites se compreende a totalidade da política de Segurança Alimentar, pois ao definir o todo confere

⁴²Ver Romano (2007), Santos (2011) e Teló, Medeiros (2017).

sentido mais amplo a política realizada. Para se avaliar o SISAN supõe coloca-lo na dinâmica da realidade, além de se conhecer seus conteúdos e práticas, eles precisam ser analisados como uma ação de Estado, a qual deve garantir direitos, universalizar o acesso e promover a inclusão social.

Assim, para se proceder a um estudo analítico sobre as raízes, a abrangência e os limites de uma política social de Estado se deve compreender a materialidade da estrutura do Estado e o funcionamento desta. Deve procurar dispor de um arcabouço de instrumentos de análise de como a ossatura⁴³ do poder político age na composição e execução das políticas públicas, mesmo quando está sob alcance da sociedade civil.

Entender a abrangência e o limite da garantia do direito e do caráter universal e inclusivo de uma política social na materialidade do aparato de Estado trata-se de desvendar os mecanismos e as condições concretas da participação não estatal na política social do SISAN. Pois, o direito de estar alimentado e o reconhecimento do Estado desse direito não é só um problema geral da sociedade, mas uma questão vital para uma parcela da sociedade brasileira, como outras necessidades humanas de viver (educação, saúde; transporte; habitação; saneamento; renda e trabalho); entretanto a abrangência dessas necessidades está limitada a questão da legitimação do Estado⁴⁴.

Referências

BELIK, W. Segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação. In: Ferreira, B. et al. **Questão agrária e segurança alimentar**. Revista Política Social e Desenvolvimento. Disponível em www.plataformapoliticassocia.com. Acesso em 10/06/2015.

BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.53, n1., SOBER, 2015.

BOSCHETTI, I. **Avaliação das políticas públicas, programas e**

⁴³No sentido dado por Poulantzas (1980), o Estado supõe necessariamente uma organização particular do espaço político sobre o qual exerce o poder.

⁴⁴No sentido posto por OFFE (1984), capacidade do Estado em atender processos de socialização (políticas sociais) que colaboram na manutenção da concordância social ao sistema político vigente.

projetos sociais. Disponível em <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91...> Acesso em 02/11/2015.

CAISAN Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília: CAISAN, 2011.

CARDOSO DE MELLO, J M. **O capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Cartilha Lei de Segurança Alimentar e Nutricional:** conceitos, Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/CONSEA/publicacoes/cartilha-losan-portugues>, 2007. Acesso em 05/12/2017.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira.** Brasília: FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) / IICA (Instituto de Cooperación para la Agricultura), 2009.

CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil:** indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.

[CORRAZA, G.; FERRARI FILHO, F.](#) A política econômica do Governo Lula no primeiro ano de mandato: perplexidade, dilemas, resultados e alternativas. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v.32, n.1, 2004.

COSTA, V. Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum**, Campinas, v.6, n.2, 2015.

DRAIBE, S M. Avaliação de implementação: esboço de uma política metodológica de trabalho em política pública. In: BARREIRA; CARVALHO

(Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC, 2001.

FAGNANI, E. **Previdência social e desenvolvimento econômico.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 140. Campinas/SP: UNICAMP, 2008.

FERNANDES, F. **Marx, Engels, Lenin:** história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREY, M P K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.20, IPEA, 2000.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. In: BONNAL, P; LEITE, SP (Orgs.) **Análise Comparada de políticas agrícolas:** uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Muad X, 2011.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.

INDICADORES IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego Fevereiro 2016.** Brasília: IBGE, 2016. Disponível em www.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal... Acesso em 14/06/2017.

MACEDO D C, et ali. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Rev. Simbio-Logias**, v.2, n.1. Botucatu/SP: UNESP, 2009.

MASSARDIER, G. Redes de Política Pública. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (orgs). **Políticas públicas.** Coletânea, Brasília: ENAP, 2006.

MESQUITA, A C S et ali. Política Assistência Social. In: **Políticas sociais:** acompanhamento e análise, v.23. Brasília: IPEA, 2015

OCDE (A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ou Econômico). **Relatórios econômicos da OCDE Brasil** (resumo em português), 2015. Disponível em <http://www.oecd.org/eco/surveys/Brasil-2015-resumo.pdf>.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, F A. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2012.

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). **Segurança Alimentar**, 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**: o trabalho como motor do desenvolvimento humano. New York: PNUD, 2015.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

SILVA, R P et ali. PRONAF e a produção familiar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v 18, n 2., UNIARA, 2014.

REDE SOCIOTÉCNICA DO NÚCLEO DE AGROECOLOGIA APETÊ CAAPUÃ DE SOROCABA (SP:) PERCEPÇÕES E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Caio Yamazaki Saravalle¹
Lucimar Santiago de Abreu²

Resumo: Apesar da atual importância da problemática relacionada às redes sociotécnicas e o fortalecimento de núcleos de agroecologia, até o momento essa temática foi pouco estudada. A pesquisa teve como objetivos: i) caracterizar o universo social da rede sociotécnica do Núcleo Apetê Caapuã da UFSCar (SP); ii) avaliar, por meio das percepções do grupo as políticas públicas de incentivo à agroecologia, em especial dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA). Para tanto, realizou-se entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionário online e observação participante em reuniões-chaves do grupo. Foram sistematizados os projetos desenvolvidos pelo grupo a partir dos editais CNPq, PET, PROEXT e ProEx, além da identificação das percepções dos sujeitos envolvidos, que expressam a importância dos mesmos nas atividades de ATER e construção do conhecimento agroecológico pelo grupo. Conclui-se que apenas os editais de NEAs não são suficientes para a manutenção do Núcleo, sendo importante a articulação entre as políticas como o PET, PRONERA, Editais CNPq e, outros órgãos para a sustentabilidade da rede. Os principais desafios apontados são a falta de tempo suficiente dos projetos para a transição agroecológica das unidades de produção familiar, além da pouca disponibilidade de recursos para a contratação de profissionais formados em ATER.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Extensão Rural; Extensão Universitária.

¹Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – PPGADR, Centro de Ciências Agrárias – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; caio.sarava@gmail.com

²EMBRAPA Meio Ambiente; lucimar.abreu@embrapa.br

Abstract: Despite the current importance of the problem related to socio-technical networks and the strengthening of agroecology nuclei, until now this theme has been little studied. The objective of the research was to: i. characterize the social universe of the socio-technical network of the Apetê Caapuã Nucleus of UFSCar (SP); ii. to evaluate, through the perceptions of the group, the public policies of incentive to agroecology, in particular of the Nuclei of Studies in Agroecology (NEA). For that, we conducted semi-structured interviews, application of online questionnaire and participant observation in key group meetings. The projects developed by the group from the CNPq, PET, PROEXT and ProEx edits were systematized, as well as the identification of the perceptions of the subjects involved, which express their importance in the activities of ATER and the construction of agroecological knowledge by the group. It is concluded that only the calls for NEAs are not sufficient for the maintenance of the Nucleus, being important the articulation between the policies, like the PET, PRONERA, CNPq calls, among others, for the sustainability of the network. The main challenges are the lack of sufficient time for the projects for the agroecological transition of the family production units, as well as the limited availability of resources for the contracting of professionals trained in ATER.

Keywords: Public Policies, Rural Extension, University Extension

Introdução

Nos últimos anos cresceu o interesse por estudos relacionados à agroecologia que não sejam focados apenas na perspectiva agrônoma ou ecológica, mas ainda são poucos os estudos que tratam a questão da emergência novas configurações de redes, mais especificamente denominada redes sociotécnicas (ABRAMOVAY, 2000) de agroecologia. O olhar das ciências sociais traz grandes contribuições para a compreensão do funcionamento e papel das redes sociotécnicas de agroecologia e para o entendimento da sua relação com as políticas públicas, proporcionando uma reflexão qualificada. Essa problemática de pesquisa é parte integral da abordagem da investigação que visa captar as percepções dos atores sociais, as relações que estabelecem com o mundo rural, os sujeitos protagonistas dos movimentos sociais e as múltiplas facetas do desenvolvimento rural no mundo contemporâneo.

Neste sentido, é de grande importância os estudos que buscam

compreender quem são e o que pensam estes atores e, como diversos elementos da dimensão sociocultural e econômica influenciam suas ações (ABREU, 2005). Portanto, neste tipo de pesquisa sobre o mundo rural contemporâneo selecionou-se como público alvo da pesquisa não mais simplesmente agricultores ou técnicos, mas o conjunto de atores vinculados aos coletivos articulados com projetos de fomento à agroecologia.

Esses projetos, em geral, são aprovados para terem sua execução por Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA). Essas iniciativas de suporte ocorrem por meio de editais públicos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). As iniciativas de fomento ao desenvolvimento da agroecologia são tidas como fundamentais para o fortalecimento das ações de transição para uma agricultura de base ecológica, uma vez que as ações são operacionalizadas diretamente junto aos agricultores familiares e jovens rurais, trata-se de ações afirmativas que visam dar visibilidade e reconhecer saberes e conhecimentos de natureza ecológicos, base das ações de um conjunto de agricultores familiares do país, incluindo a valorização da cultura local. Pode ser a base para as mudanças necessárias com inclusão social, e reforça positivamente as identidades locais e a relação entre campo e cidade. No corpo desta proposição afirmam o compromisso com as diversidades de atores locais e cidadania ativa, pois permitem a continuidade de uma política social e ecológica. Essas ações afirmativas são parte de um processo mais amplo da transição da agricultura de base ecológica, podendo ser consideradas um pressuposto para um amplo conjunto de mudanças.

Assim, o presente artigo tem como objetivo principal, avaliar as políticas públicas vinculadas à construção do conhecimento agroecológico, em específico as chamadas relacionadas aos Núcleos de Estudos em Agroecologia, por meio do estudo de caso do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã, contribuindo para o aperfeiçoamento e ampliação das chamadas públicas de Agroecologia.

Buscando atender esse objetivo foram desenvolvidos, por meio de uma abordagem qualitativa e participativa, uma caracterização do universo social da rede sociotécnica do Núcleo Apetê Caapuã da UFSCar Sorocaba (SP); a descrição das ações dessa rede como resultado das políticas públicas e projetos acessados; descrição das percepções dos membros sobre as ações desenvolvidas. Para captar a visão dos atores a respeito dos projetos e políticas públicas de agroecologia utilizou-se o aporte teórico sobre percepções (ABREU, 2005; RODRIGUES, et.al., p. 99, 2012). Foram

realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros atuais e anteriores do grupo, de modo a resgatar o histórico das atividades desenvolvidas, bem como a aplicação de questionários *online* sobre suas trajetórias, motivações, referenciais e percepções. Ademais, foram coletados dados secundários por meio de revisão bibliográfica e dados primários junto aos membros sobre os projetos desenvolvidos no âmbito das políticas públicas.

O trabalho está dividido em quatro seções: primeiramente apresentamos uma breve introdução. A segunda seção busca, por meio de uma revisão da literatura e exploração de dados secundários, apresentar os conceitos abordados e descrever o contexto em que se insere a pesquisa, introduzindo o desenvolvimento da agroecologia no Brasil, para em seguida focar no surgimento dos Núcleos de Estudos em Agroecologia e o papel da juventude neste processo. Além disso, contextualiza e descreve as políticas públicas voltadas para este público específico. Na seção seguinte, dedica-se ao percurso metodológico adotado na pesquisa. Por fim, apresenta-se os resultados e breves considerações finais.

Revisão da literatura

A seguir, apresenta-se uma revisão da literatura sobre os principais conceitos utilizados na pesquisa, bem como o processo histórico do desenvolvimento da agroecologia no Brasil, especialmente o surgimento dos Núcleos de Estudos em Agroecologia.

Redes sociotécnicas

O conceito de rede vem sendo muito utilizado nas ciências sociais e nos estudos relacionados ao desenvolvimento rural nas últimas décadas. Autores como Radcliffe-Brown (1952) e Castells (2003) argumentam que a dinâmica da rede, com suas características de interconexões e fluxos estariam na base fundante de nossa nova morfologia social. Para Radcliffe-Brown (1952), nossa sociedade seria baseada na rede de relações sociais existentes, sustentadas a partir da confluência de interesses ou no manejo dos conflitos resultantes.

A imagem da rede é uma metáfora potente (uma trama de fluxos de relações entre nós), sendo utilizada em diversos contextos distintos, desde a Administração até a Tecnologia da Informação, mas de modo geral, a rede representa uma forma de organização ou prática social.

Segundo Abramovay (2000), revisitando as concepções de Latour (1995),

as redes sociotécnicas são aquelas que são compostas por um conjunto de especialistas ou técnicos, mas também por elementos não-humanos, conferindo seu caráter heterogêneo e altamente imprevisível quanto às articulações que as compõe. Deste modo, os nós podem ser constituídos por atores sociais, grupos de pessoas, instituições, tecnologias, objetos, entre outros, sendo que cada rede possui uma composição específica. Outro elemento importante é uma nova percepção da dimensão espacial, sendo não mais uma moldura das ações sociais, mas um espaço político que extrapola fronteiras, onde a realidade se apresenta por meio das relações estabelecidas.

Neste contexto, escolheu-se o conceito de rede sociotécnica como definição e perspectiva analítica do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã, pois compreende-se que a abrangência do núcleo extrapola os limites territoriais e de composição exclusiva de seus membros. Sendo assim, o Núcleo pode ser representado como uma teia de relações interdependentes. Neste sentido, buscou-se determinar quais são os nós constituintes desta rede e o papel que as políticas públicas assumem na confecção dos fios de relações desta teia.

A importância da percepção na pesquisa qualitativa de natureza participativa

Levando em consideração a percepção dos atores e sujeitos da pesquisa, inúmeros trabalhos têm se focado nos distintos sentidos do conceito de percepção e como ele pode ser considerado no incentivo à incorporação dos conhecimentos locais nas pesquisas científicas.

Portanto, segue uma breve construção histórica sobre a percepção.

Os estudos da percepção humana têm início no final do século XIX com os estudos do psicólogo Wilhelm Wundt (1832-1920) em seu laboratório experimental com foco nos estudos da percepção (SIMÕES; TIEDEMANN, 1985), norteados a formação das escolas e teorias que aprofundaram o conceito (RODRIGUES, et al., p. 99, 2012).

Dentre as linhas conceituais da percepção, descreve-se a seguir a Fenomenologia e o Behaviorismo Radical, estudos que se distinguem em significado, mas que são importantes para a construção conceitual da percepção e também para a formatação de metodologias científicas, com enfoque cultural e social.

Merleau Ponty resume a concepção de comportamento à consciência perceptiva, na qual teorias do comportamento e da percepção estão

inteiramente interligados, existindo uma reciprocidade (RODRIGUES, et.al., p. 99, 2012). Portanto, a percepção é fundamental em estudos das funções sociais, pois considera a vivência de cada elemento com o fenômeno abordado. Para Abreu, 2005, a percepção dos agentes é fruto de interação de valores, condições sociais e oportunidades econômicas. Portanto são múltiplas, é necessário considerar esses elementos para desvendá-las.

Apesar das diferentes definições encontradas na literatura, pode-se identificar que para ambas as vertentes a percepção é uma consciência intencional que está intimamente relacionada ao comportamento que os indivíduos tomam perante suas realidades, sendo extremamente complexo já que perpassa o comportamento perceptivo.

Por fim, trabalhos recentes iniciados na década de 1960, apontam a importância da percepção também nos estudos na área do meio ambiente, principalmente relacionados à geografia. A proposta é de que a percepção seja utilizada não apenas na elucidação da relação entre homem e ambiente, mas também nas pesquisas sociais ou políticas (PACHECO; SILVA, 2006).

No desenvolvimento da pesquisa é necessário compreender de que maneira os valores presentes resultam em percepções distintas do mesmo fenômeno, mesmo por indivíduos constituintes de um mesmo grupo social (MELLAZO, 2005; RIBEIRO, 2003; SIMÕES; TIEDEMANN, 1985; OKAMOTO, 2002; RODRIGUES, 2012). (RODRIGUES, et al, p. 101, 2012).

Portanto, a percepção é um componente importante nos estudos que buscam incorporar a visão dos atores e sujeitos envolvidos com a pesquisa, de modo a agregar suas vivências e experiências em uma análise participativa da realidade estudada.

Histórico da Agroecologia no Brasil e os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA)

No final da década de 1970, surgem os primeiros e mais significativos trabalhos que lançam os fundamentos do que iria se tornar a atual agroecologia. Em 1989, Miguel Altieri publica o livro “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa” focando a análise política e social na construção da dependência dos camponeses ao modelo de desenvolvimento capitalista, bem como suas estratégias de resistência via desenvolvimento de técnicas agrônomicas apropriadas, economicamente e ambientalmente sustentáveis. Outro pioneiro, Stephen Gliessman (2000) preconiza a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e

manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Sendo assim, sua contribuição principal representa a aproximação da Ecologia à Agronomia, buscando um equilíbrio ecológico na produção primária.

No Brasil, a agroecologia tem início com os debates na década de 1980 dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), motivados pela conjuntura da época, em que o avanço das políticas econômicas de industrialização do campo ou a “modernização conservadora” termo cunhado por (GRAZIANO DA SILVA, 1982) da década de 1960 geravam o empobrecimento das populações rurais, a expropriação e o êxodo rural, além do esgotamento da fertilidade dos solos, a perda da biodiversidade de sementes e raças animais, envenenamento de ambientes e populações, no que se convencionou chamar de Revolução Verde.

Na década de 1990, houve a criação de diversas ONGs resultantes da atuação da PTA/FASE (Projeto de Tecnologias Alternativas/ Federação de Órgãos para a Assistências Social e Educacional, respectivamente), criando-se a Rede PTA e a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa). É a partir desta reestruturação que o termo agroecologia é incorporado, influenciado pelos trabalhos de Miguel Altieri, dando embasamento à discussão do processo endógeno de desenvolvimento de tecnologias apropriadas pelos produtores e não uma mera transferência de técnicas, como preconizava a política pública de extensão rural promovida pelo governo da época (BENSADON, 2016).

A partir dos anos 2000, a agroecologia ganha corpo com a criação de entidades nacionais dispostas a desenvolver a agroecologia no campo científico e político, como a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e a ABA-Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia), resultando na articulação dos ENAs (Encontros Nacionais de Agroecologia) e CBA (Congresso Brasileiro de Agroecologia). AABA-Agroecologia integra a ANA enquanto entidade-membro da coordenação nacional, sendo um reconhecido ator de mobilização do campo científico-acadêmico (PETERSEN et al, 2009). Além disso, dentro das universidades organizavam-se os Grupos de Agroecologia (GA), em sua maioria originados nos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e em menor quantidade na Biologia, frequentemente vinculadas a Centros Acadêmicos. Atualmente, os grupos são cada vez mais diversificados, sendo constituídos por pessoas de outros campos acadêmicos e, inclusive, de fora da universidade. Em 2010 foi criada a REGA Brasil (Rede Brasileira de Grupos de Agroecologia) durante o II ENGA (Encontro

Nacional de Grupos de Agroecologia) em Aldeia Velha-RJ. O Encontro e a Rede inspiram-se em padrões horizontais e autogestionários de atuação, relação e organização social. Além disso, seus processos deliberativos são baseados na democracia direta (FURQUIM, 2014). No Brasil todo estão cadastrados aproximadamente 50 Grupos de Agroecologia. Somente na região Sudeste estão cadastrados 38 grupos, sendo 17 no estado de São Paulo (REGA BRASIL, 2016).

Muitos Grupos de Agroecologia são, também, Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA). Os núcleos foram criados a partir de 2010, por meio do Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010 com o objetivo de qualificar a formação de professores, alunos e técnicos extensionistas, de modo a garantir serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) aos agricultores familiares, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº12.188, de 11 de janeiro de 2010). Desde sua criação, foram apoiados 281 projetos em 102 instituições de ensino superior diferentes. Os núcleos estão distribuídos em todas as regiões políticas do país, com uma predominância na região Nordeste.

Apesar disto, o estado de Minas Gerais concentra a maior quantidade de municípios por unidade da federação, sendo criados 40 grupos em 22 municípios nos últimos 7 anos de política (Figura 1).

O Núcleo de Agroecologia Apêê-Caapuã (NAAC), tem origem em 2009 no campus Sorocaba da UFSCar. Seu nome tem origem tupi-guarani, em que *apêê* significa um modo de cultivo agroflorestal em nucleação e *caapuã*, aquele ou aquilo que mora no mato. O grupo se define como um coletivo de iniciativa de alunos e professores para atuarem em Agroecologia junto a agricultores familiares e assentados da reforma agrária (ROSA et al, 2014). Tal concepção já denota a concepção de agroecologia que o grupo possui, aliado aos movimentos sociais de luta pela terra e da agricultura familiar.

A discussão em torno da agroecologia no campus iniciou-se em 2009 com a admissão do Prof. Dr. Fernando Silveira Franco como professor adjunto no curso de Engenharia Florestal, sendo especialista em Conservação de Recursos Naturais, principalmente nos temas sistemas agroflorestais, agroecologia, extensão rural e planejamento participativo. Formou-se um grupo de discussão de assuntos relacionados à agroecologia e trocas de experiências a partir do interesse de alunos do curso de engenharia florestal e ciências biológicas, sob orientação deste professor.

Os primeiros encontros contaram com um número pequeno de alunos

Figura 1 - Municípios por unidade da federação com Núcleos de Estudos em Agroecologia. Fonte: apresentação oral Comissão Nacional de Educação em Agroecologia, II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, Seropédica-RJ, 2016.



da universidade e se concentraram em leituras e discussões das estruturas básicas da agroecologia, desenvolvendo os conceitos básicos do grupo. A partir de então, as reuniões tornaram-se semanais, tendo início o planejamento da prática agroecológica dentro do campus para divulgar o início do grupo (ROSA et al, 2014).

Por meio de um projeto submetido à diretoria do campus, o Núcleo conquistou uma área de 3000 m² para desenvolver experiências e elaborar práticas relacionadas à agroecologia.

Desde 2009 já acessava recursos para financiamento de suas ações por meio de editais da ProEx (Pró-Reitoria de Extensão da UFSCAR). No ano seguinte o grupo é contemplado nos editais do PROEXT do MEC, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e PET (Programa de Ensino Tutorial) que serão descritos detalhadamente posteriormente.

Apesar de o núcleo ser oficialmente um grupo PET, organiza-se de modo autogestionário, onde os alunos dividem responsabilidades na gestão

junto ao professor tutor. Atualmente, o grupo divide-se em GTs (Grupos de Trabalho) e Gestão (Tabela 1), responsável pela divisão das atividades burocráticas. Obrigatoriamente, a partir de 2015, cada membro participa de um GT e de um grupo da Gestão.

Tabela 1 – Dinâmica de organização do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã.

GT (Grupo de Trabalho)	Gestão
Comercialização/Feira	Celebração
Integração Campo-Cidade	Comunicação
Pesquisa e Grupos de Estudos	Financeiro
Transição Agroecológica	Parcerias
UEPA (Unidade de experimentação Participativa Agroecológica)	Secretaria

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Deste modo, todos os membros participam da manutenção do próprio núcleo, evidenciando uma concepção mais horizontalizada de organização, refletindo nas ações que o grupo desenvolve junto aos próprios agricultores.

Metodologia

De modo a identificar os componentes da rede sociotécnica e sistematizar a experiência prática do Núcleo de Agroecologia Apetê-Caapuã da UFSCar Sorocaba, contemplando as percepções de seus membros sobre o processo, utilizou-se técnicas de pesquisa qualitativa e participativa. Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, sendo uma com o professor coordenador do núcleo e três com membros atuais. Aplicou-se questionários *online* a membros e ex-membros do Núcleo durante o segundo semestre de 2016, totalizando 18 questionários respondidos. Tanto o roteiro da entrevista, quanto os questionários continham questões que buscavam compreender o perfil dos membros, a identificação das principais atividades desenvolvidas pelo grupo e a percepção que tinham sobre as políticas públicas acessadas e a importância destas para as ações e para a agroecologia como um todo. Além disso, realizou-se a observação

participante em diversas ocasiões de reuniões do grupo, totalizando três reuniões gerais ordinárias e uma oficina de sistematização de experiências promovida pela ABA (Associação Brasileira de Agroecologia) durante o mês de março de 2017 com o intuito de captar informações sobre a organização interna do grupo e a dinâmica de funcionamento em relação aos parceiros. Os dados foram sistematizados, usando técnicas da análise qualitativa através da descrição densa da experiência do núcleo articuladas com a análise das percepções desses atores sociais (ABREU, 2005). Procede-se, então, à descrição do universo social da rede sociotécnica do Núcleo e, por meio de dados secundários produzidos pelo próprio núcleo sobre sua avaliação e participação nos editais, bem como dados disponíveis nos sites do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação e UFSCar, uma descrição de todas as atividades desenvolvidas através das políticas públicas. Assim, buscou-se identificar as percepções dos atores ou membros do Núcleo que se constituem numa rede social.

Portanto, a pesquisa valeu-se da abordagem qualitativa e compreensiva das ciências sociais, sendo fundamental a participação do pesquisador em processos e dinâmica do grupo estudado para adentrar na compreensão da percepção dos sujeitos sobre sua ação.

Resultados e Discussão

Caracterização da Rede Sociotécnica do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã

O Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã se reúne quinzenalmente, buscando resgatar as atividades desenvolvidas e planejar as ações futuras, realizando uma Celebração Inicial de Ano, onde é feito todo o planejamento do semestre por meio da metodologia “*Dragon Dreaming*”, desenvolvida pelo australiano John Croft que busca o planejamento e realização de projetos criativos e sustentáveis que leva em consideração os sonhos e anseios dos indivíduos. É dividido em quatro fases: sonho, planejamento, realização e celebração.

O Núcleo possui, atualmente, 33 membros, sendo que 12 são bolsistas PET e os demais são colaboradores voluntários ou externos, como alunos e ex-alunos da UFSCar, tanto de graduação, quanto de pós-graduação. Além disso, conta com o apoio de profissionais da área ambiental e de ATER da região de Sorocaba e de outras partes do estado. O quadro abaixo (Tabela 2) apresenta a composição atual do grupo.

Tabela 2 - Composição atual dos membros bolsistas do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã.

Curso/Formação	Número de membros
Licenciatura e Bacharel em Ciências Biológicas	06
Engenharia Florestal	05
Geografia	01

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

A presença maciça de estudantes de Biologia não surpreende se nos atentarmos à história do grupo. O grupo surge após a ida de um grupo de estudantes de Biologia ao EREB-SE (Encontros de Estudantes de Biologia do Sudeste) na UNESP Botucatu em 2009. Ao retornarem, propõe junto ao prof. Fernando a organização de uma oficina de bioconstrução do espaço do Centro Acadêmico “Lobo Guará”. A partir de então, surge o grupo de estudos em Agroecologia que se tornaria o Apetê-Caapuã.

Atualmente, o grupo passou por uma grande renovação de membros, já que houve uma nova seleção de bolsistas PET, pois os antigos bolsistas eram alunos do Curso Especial de Bacharelado em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). O PRONERA é uma iniciativa do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que tem por objetivo fomentar parcerias com instituições de ensino públicas para a elevação de escolaridade e formação de jovens e adultos das áreas de reforma agrária, seguindo os princípios da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. O Curso Especial de Bacharelado em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis teve início em 2009 e foi concluído em 2016, com a formatura de 48 estudantes de assentamentos rurais de todo o Estado de São Paulo. Por este motivo, a grande maioria dos membros atuais são calouros ou nos anos iniciais de seus respectivos cursos, conferindo um perfil menos experiente na agroecologia. Entretanto, isto não significa menos dedicação ou participação nas atividades já iniciadas. Durante o período em que a pesquisa foi realizada, pode-se notar um grande interesse por parte dos novos membros em conhecer a história do grupo e se apropriar das narrativas e atividades já consolidadas como ponto de partida para a construção de sua própria identidade.

Atividades desenvolvidas e as políticas públicas

Verificou-se uma grande diversidade de políticas públicas como fontes de recursos financeiros que são acessados pelo Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã. De modo a garantir uma melhor contextualização dos resultados, segue uma breve descrição dos editais vinculados à política de fomento à agroecologia, bem como de apoio à extensão universitária.

Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010

Primeiro edital de Núcleo acessado pelo Apetê Caapuã, a construção deste edital foi realizada de forma participativa com os membros do Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e visavam atender três critérios obrigatórios: articulação entre os profissionais da universidade e o território local em iniciativas de extensão rural baseados nos princípios da agroecologia; participação de alunos em caráter inter e multidisciplinar; promover a produção científica a partir dos trabalhos gerados nos núcleos (BRASIL, 2010).

Foram apoiados neste edital 52 projetos distribuídos em 20 unidades da federação. Foram beneficiados 33.346 agricultores, 1.086 professores e pesquisadores, 3.260 estudantes e técnicos (CAVALCANTI, 2015).

Apesar das instituições elegíveis serem apenas as de ensino superior públicas, o estabelecimento de parcerias com organizações não-governamentais, instituições de ensino médio, secretarias municipais e estaduais, organizações de agricultores apontam a eficácia do edital enquanto mecanismo de promoção de articulações e disseminação de conhecimento e metodologias.

Com o fomento do edital, o Núcleo Apetê Caapuã conseguiu articular uma série de ações em conjunto com os agricultores familiares da região da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba - Médio Tietê (municípios de Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Porto Feliz, Salto de Pirapora e São Roque). Foi possível a aquisição de equipamentos, bolsas de dedicação exclusiva para vinte alunos de graduação e três de pós-graduação, articulou-se oficinas de sistematização de experiências de base agroecológica, bem como o diagnóstico e registro junto aos agricultores. O projeto possibilitou a ampliação e consolidação da atuação do Núcleo em seu território, fomentando atividades de ATER juntos aos assentados e agricultores familiares, fortalecendo os processos de transição agroecológica já em andamento ou incentivando o processo. Importante destacar a adoção

de metodologias participativas em todos os processos, tanto dentro da própria dinâmica do grupo, quanto no trabalho junto aos agricultores, reforçando os princípios da agroecologia presentes na PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) (BRASIL, 2013) e na própria PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Segundo o relatório de execução entregue ao final do edital para prestação de contas, os resultados alcançados contemplaram os três critérios obrigatórios iniciais. Destaca-se a produção de uma cartilha e folders sobre transição agroecológica, além da articulação de dois Fóruns Paulistas de Agroecologia, reunindo 400 participantes, entre agricultores, técnicos e estudantes. Outro resultado importante foi a promoção de um curso de capacitação em agroecologia, com carga horária de 120 horas, para três turmas de 25 docentes, totalizando 75 participantes, dos cursos técnicos de Agropecuária, Agroecologia e Agroindústria do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Etecs, de 13 diferentes cidades (Piedade, Jundiaí, Bebedouro, Itapetininga, Iguape, Sorocaba, Taquarivaí, Teodoro Sampaio, Rancharia, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Itu e São Paulo), alocadas em mais de quatro distintas regiões do estado de São Paulo. Portanto, há um alcance territorial importante das ações do núcleo, promovendo a disseminação do conhecimento agroecológico. Além disso, o apoio na consolidação de duas Organizações de Controle Social - OCS, em parceria com dois grupos de assentados. Isto ressalta a importância da ação do núcleo enquanto facilitador e promotor de espaços e oportunidades de fortalecimento da comercialização e integração campo-cidade.

Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq N° 81/2013

Com o sucesso das ações apoiadas pelo edital anterior, outros órgãos do governo federal somam recursos para a construção da chamada n°81/2013. Os principais objetivos são a implantação ou manutenção de um Núcleo de Estudo em Agroecologia ou de um Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura, ou implantação de um Centro Vocacional Tecnológico ou, ainda, a criação de uma Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia.

Com a consolidação do NAAC com o edital anterior, o projeto submetido nesta ocasião visava ampliar o território de ação do grupo, bem como promover a articulação da Caravana Agroecológica Regional como atividade preparatória ao III Encontro Nacional de Agroecologia em Juazeiro-BA

no ano de 2014. A caravana promoveu visitas às famílias de agricultores parceiras do núcleo possibilitando aos participantes conhecimento e tecnologia de como lidar com desafios econômicos, sociais, políticos e de manejo de agroecossistemas. Uma das bases teóricas que marcam as caravanas é a metodologia campesino a campesino, baseada na solidariedade e intercâmbio entre os próprios agricultores, em uma proposta emancipadora de educação popular visando o desenvolvimento rural sustentável e endógeno (GONZÁLEZ, 2008).

Com este novo edital, o grupo pode avançar no apoio à criação de novas OCS (Organização de Controle Social) na região, bem como a assessoria a grupos de agricultores no acesso ao mercado institucional por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Além disso, auxiliou no processo de criação do CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), onde há uma rede de consumidores apoiando a produção de um grupo de agricultores por meio da aquisição de cestas semanais de hortaliças e frutas. Outro processo fortalecido pelo edital foi a consolidação da Feira Agroecológica, possibilitando o incremento de renda dos agricultores participantes.

A partir deste novo projeto, foi possível consolidar a participação de membros do Núcleo em Fóruns e Conselhos tais como o Conselho de Segurança Alimentar (municipal, regional e estadual), o Conselho Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Fórum de Agricultura Familiar da Região de Sorocaba, também possibilitou a ampla atuação do Núcleo no fortalecimento de grupos e organizações sociais.

Um importante avanço na organização interna do grupo, propiciado pelo edital foi o fortalecimento dos grupos de estudos. Por meio destes grupos, houve o aprofundamento dos estudos nos diversos temas relacionados à agroecologia e desenvolvimento rural, resultando em 42 publicações das ações do projeto.

Um ponto negativo ressaltado foi a disponibilização de sete bolsas do tipo EXP-C para agentes de ATER de dedicação exclusiva. Apesar de que as bolsas poderiam ser disponibilizadas para técnicos formados, o baixo valor dificultava a permanência e dedicação dos mesmos ao projeto.

Sendo assim, o Núcleo consolidou ainda mais sua identidade como espaço de referência na promoção da Agroecologia e de sistemas de produção de base ecológica reconhecida por instituições de ensino técnico e superior, setor público, terceiro setor, agricultores familiares, comunidade quilombola e assentados da região de Sorocaba.

ProExt – Programa de Extensão Universitária

Criado em 2003, o ProExt (Programa de Extensão Universitária) era o maior programa interministerial do governo até 2014. Por meio do Ministério da Educação (MEC), Instituições de Educação Superior recebem recursos para execução de ações de extensão universitária com ênfase na inclusão social e subsídio para o desenvolvimento de políticas públicas. Os temas desenvolvidos pelo programa são os mais variados, desde erradicação do trabalho infantil até educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário.

A partir do Edital nº05 MEC/SESu de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário firma parceria com o MEC, disponibilizando recursos no apoio a atividades da “Linha Temática 6: Desenvolvimento Agrário”, cujo subtemas são: apoio à agricultura familiar (como definido na Lei nº 11.326) objetivando a transição agroecológica para sistemas de produção de base ecológica; capacitação de técnicos das entidades de assistência técnica e extensão rural em manejo ecológico de solos; formação de docentes, técnicos e discentes em agricultura familiar e agroecologia; sistematização de experiências inovadoras em extensão rural junto a agricultura familiar; formação continuada de docentes de extensão rural de instituições de ensino superior e médio (BRASIL, 2010).

Neste contexto, inúmeras instituições de ensino puderam financiar suas atividades ligadas à agroecologia e agricultura familiar. Apesar do ProExt não ser uma política pública específica para o apoio aos Núcleos de Estudos em Agroecologia, muitos grupos ligados à universidade puderam se beneficiar destes recursos e promover atividades de ensino, pesquisa e, principalmente extensão, em agroecologia.

Portanto, desde 2010 o ProExt tem se mostrado uma alternativa interessante de financiamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia, possibilitando a manutenção de inúmeras iniciativas ligadas às universidades públicas e instituições de ensino superior, como o Apetê Caapuã.

Como o acesso a esta política se deu ao mesmo tempo que o edital MDA/SAF/CNPq 058/2010, as ações desenvolvidas no âmbito do ProExt foram complementares. Ressalta-se a importância desta complementariedade, pois possibilitou a soma de esforços e recursos em prol de objetivos comuns, característica rara em termos de políticas públicas.

Apesar da importância desta política pública no incentivo às atividades

de extensão universitária, não apenas na agroecologia, mas também nas demais áreas, não foram lançados novos editais nos últimos dois anos. Infelizmente, a extensão universitária que já é historicamente negligenciada nas universidades fica ainda mais fragilizada com a descontinuidade destes tipos de políticas.

PET – Programa de Educação Tutorial

O PET (Programa de Educação Tutorial) é um programa do MEC instituído pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007. O programa tem como objetivo fomentar grupos de aprendizagem tutorial por meio de concessão de bolsas a estudantes de graduação e professores tutores, sendo imprescindível o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além da educação tutorial. Apesar do grupo não ter um prazo determinado de existência, as bolsas são concedidas até que o aluno termine a graduação e, ao tutor, um prazo máximo de seis anos, renováveis mediante submissão a um edital interno.

O Edital MEC/SESu/SECAD nº09/2010 foi dividido em lotes, sendo que cada lote previa um número de grupos a serem apoiados e as características obrigatórias a serem contempladas. Além disso, havia a criação de uma categoria especial de grupo PET chamado “PET/Conexões de saberes”, voltados a estudantes de comunidades populares, de modo a ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas e estimular a formação de novas lideranças capazes de articular competência acadêmica com compromisso social (MEC, 2010).

É neste contexto que o Apetê Caapuã foi aprovado, sendo constituinte do “Lote H: um novo grupo, por IFES, que envolva exclusivamente estudantes de graduação de comunidades do campo ou quilombolas”, assim como outros 35 projetos aprovados. No total, o edital contemplou a criação de 352 novos grupos PET em todo o país.

Naquele momento, o núcleo estava envolvido na coordenação do Curso Especial de Bacharelado em Agronomia com ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, promovido pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), sendo que dos 12 bolsistas aprovados, seis eram alunos deste curso especial.

Portanto, o PET apresentou-se como mais uma política pública de apoio a grupos de ensino, pesquisa e extensão ligadas às universidades

públicas que beneficiam Grupos de Agroecologia como o próprio Apetê Caapuã. Considerando-se o rol de editais e políticas acessadas, é notável a importância do PET na sustentabilidade a longo prazo do Núcleo. Este programa é a principal fonte de recursos para bolsas de graduação, garantindo a permanência dos membros por tempo suficiente para o desenvolvimento das atividades de ATER. Além disso, o PET possibilita um reconhecimento institucional diferenciado dentro da própria universidade, garantindo maior legitimidade das ações propostas.

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar

A PROEX (Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar), segundo informações do site institucional,

“(…) é o setor responsável pela gestão das atividades de extensão realizadas pela UFSCar. A Pró-Reitora de Extensão preside o Conselho de Extensão (CoEx) e a Câmara de Atividades de Extensão (CAE) deste Conselho, e é assessorada em suas tarefas pelo Pró-Reitor de Extensão Adjunto e por coordenadores designados entre os servidores da Universidade.” (BRASIL, 2016).

Anualmente são lançados editais de financiamento de programas e projetos de extensão universitária que visam apoiar iniciativas em todos os campi da universidade. Desde 2009, o Núcleo tem realizado cursos de disseminação do conhecimento agroecológico, por meio de atividades teóricas e práticas com o apoio da PROEX. Tais atividades são conhecidas como “Finais de Semana Agroecológicos” e permitem a realização de oficinas práticas de manejo de áreas com sistemas agroflorestais, preparação de insumos orgânicos, preparados biodinâmicos, entre outros. Além de custear os materiais de consumo e divulgação utilizados, a PROEX financia uma bolsa a aluno de graduação para a realização das atividades.

Portanto, a partir desta contextualização é possível compreender melhor as representações apresentadas a seguir. Quando os membros dos grupos foram indagados sobre as políticas públicas, as respostas não se restringiram apenas aos editais específicos de apoio a Núcleos de Estudos em Agroecologia do MDA/CNPq. Sua avaliação é mais ampla, abrangendo também as políticas descritas acima.

Feira agroecológica da agricultura familiar na UFSCar Sorocaba

Apesar de estar presente nesta seção do texto, a Feira Agroecológica é uma iniciativa do NAAC que não possui apoio direto de nenhum edital descrito anteriormente. Deste modo, é uma atividade autogestionária e autônoma aqui descrita de modo a complementar a descrição das atividades do grupo no campo da comercialização.

A partir de uma experiência bem-sucedida de comercialização de produtos dos agricultores familiares em um evento de agroecologia organizado pelo Núcleo em 2014 na universidade, identificou-se a grande demanda por produtos orgânicos pela comunidade universitária. Deste modo, a partir do segundo semestre de 2014 iniciou-se a Feira Agroecológica da Agricultura Familiar da UFSCar Sorocaba com a participação de três produtores. A feira ocorre semanalmente às terças-feiras entre 10h e 16h, e conta, atualmente, com quatro agricultores, oferecendo hortaliças, doces, compotas, artesanatos, entre outros produtos.

Foram identificadas algumas dificuldades para a sustentabilidade financeira do empreendimento ao longo do processo. Os principais consumidores são professores e funcionários, já que a maioria dos estudantes se alimenta no restaurante universitário, além do campus ser afastado do centro da cidade, dificultando o acesso por parte da comunidade externa. Sendo assim, foram desenvolvidas algumas estratégias para atrair mais público, como a “Música na Feira”, além de atividades culturais aliadas à comercialização. Respeitando os princípios da agroecologia e do comércio justo e solidário, se aceita que os feirantes façam a composição de suas bancas com até 30% (trinta por cento) de produtos de terceiros, desde que mantenham preços acessíveis.

Apesar das dificuldades, avalia-se que a Feira é um importante espaço de sensibilização para a agroecologia, além de ser uma estratégia de comercialização e integração campo-cidade, promovendo a discussão sobre a produção saudável de alimentos em contraposição ao agronegócio. Atualmente, esta iniciativa não possui nenhuma fonte de recursos ligado a projetos ou editais públicos, sendo desenvolvido exclusivamente pelos integrantes do Núcleo, por meio do GT Comercialização.

De modo complementar à feira, foi adotada uma estratégia de comercialização bastante eficiente em que são disponibilizadas cestas semanais de produtos orgânicos mediante pagamento adiantado. Esta

estratégia não é recente, mas no Brasil não é muito difundida. De modo geral, os consumidores se organizam em Grupos de Consumo, visando encurtar a cadeia de abastecimento, incentivando relações mais diretas na cadeia comercial, estreitando laços entre os produtores e consumidores (INSTITUTO KAIROS, 2013). A organização das cestas contribui para o pagamento de um preço mais justo aos produtores e mais acessível aos consumidores, favorecendo a diminuição dos impactos ambientais, como a emissão de poluentes no transporte.

Atualmente, a Cesta Apetê é composta por oito itens de produtos e, o grupo de consumo conta com a participação de vinte e duas pessoas entre alunos, professores e funcionários da universidade. Estas cestas são entregues semanalmente no mesmo dia e local da Feira descrita anteriormente.

Percepções e avaliação das atividades desenvolvidas pela rede sociotécnica do Núcleo

No questionário aplicado, uma das questões era: “Cite, em sua opinião, quais as principais atividades desenvolvidas pelo grupo”. Todas as respostas abordaram a ATER como meio de fortalecimento da agricultura familiar e das famílias assentadas da região, bem como a própria extensão universitária como as principais atividades desenvolvidas. Citam, ainda as ações de integração campo-cidade, como a Feira Agroecológica e as oficinas de capacitação e dias de campo, como pode ser ilustrada pela fala de um dos entrevistados:

Extensão e pesquisa em agroecologia de maneira que não apenas alunos possam ser abarcados/beneficiados, mas também agricultores familiares, assentados/acampados e a sociedade como um todo. Além disso, desenvolve diálogos e atividades com a comunidade acadêmica, agricultores e outros interessados para disseminar conhecimento sobre agroecologia e sua relação com a formação política (entrevistado, novembro de 2016).

Quando questionados qual a importância das políticas públicas (como os editais do CNPq, PET, ProExt) para o desenvolvimento das atividades descritas anteriormente, todas as respostas foram bastante positivas. Em uma avaliação quantitativa, considerando zero a pior nota e cinco a nota mais alta, a média atingida foi de 4,7. Portanto, na percepção do grupo, as políticas públicas de fomento apresentam uma importância grande.

Ao serem questionados sobre qual a avaliação que fazem das políticas de fomento, utilizando-se o mesmo critério quantitativo, o resultado obtido foi uma média de 3,7. Portanto, apesar do grupo entender a importância das políticas, sua avaliação é bastante crítica, como ilustra a fala a seguir:

[...] os editais são muito bons para o desenvolvimento das atividades e para o fortalecimento do Núcleo, entretanto a duração é muito curta para dar conta do processo de transição agroecológica, que é um processo de longa duração, além disso, os editais têm exigências excessivas (ex. 081 curso EAD). O montante de recursos também é muito pequeno para dar conta das demandas e exigências. Ademais o montante para bolsas não permite que tenhamos bolsistas de nível técnico e com maior disponibilidade para se dedicar ao núcleo (entrevistado, dezembro de 2016).

Ao aprofundar a análise, surgem duas questões centrais em relação ao financiamento público. A primeira é a disponibilidade de bolsas que permitem a dedicação de estudantes de graduação e pós-graduação, além de profissionais de ATER no desenvolvimento das atividades, uma vez que as mesmas junto aos agricultores demandam planejamento, sistematização que, sem tal financiamento, seriam inviáveis. Outro ponto de destaque são os custos que as atividades de campo demandam. Os recursos financeiros das fontes públicas permitem a viabilização de transporte, tanto dos técnicos quanto dos agricultores nas atividades de ATER, além da aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos como, por exemplo, no edital MDA/SAF/CNPq 058/2010 onde foram realizadas sistematizações de áreas modelo de SAF (Sistemas Agroflorestais), desenvolvimento de curso de formação a professores de instituições técnicas.

A partir da chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013, percebe-se uma maior integração das ações do núcleo com o contexto regional e estadual, já que foi possível a mobilização da Caravana na região, mas também a preparação para a Caravana Agroecológica e Cultural rumo ao Vale do Ribeira em maio de 2016, uma realização da Rede de Núcleos de Agroecologia da Região Sudeste (R-NEA) e da Articulação Paulista de Agroecologia (rede APA) por meio do Projeto Comboio Agroecológico Sudeste – apoiado, também, pela Chamada Pública do Edital 81/2013. O Núcleo Apetê Caapuã teve papel importante na organização desta Caravana na região e no estado, cedendo bolsistas, mantendo a articulação da rede

de atores, facilitando visitas técnicas, além de garantir a participação dos agricultores.

Um dos critérios utilizados pelos membros durante a avaliação foi a capacidade dos programas em fomentar adequadamente o processo de transição agroecológica. Apesar da percepção positiva apresentada pelo grupo, umas das críticas mais recorrentes foi o curto prazo e a quantidade de exigências (atividades e burocracia) dos editais. Considerando-se que as atividades de ATER agroecológica exigem um tempo maior, pois são participativas e requerem maior envolvimento e dedicação de todos os envolvidos, os prazos estipulados pelos editais não são suficientes, na visão dos entrevistados. Até o momento, os editais e programas ocorreram de modo consecutivo, permitindo a continuidade das ações sem interrupções. Entretanto, como não há garantias futuras de que essa coincidência temporal persista, os entrevistados apontam negativamente a duração curta que cada edital propõe, especialmente considerando-se o volume de exigências de resultados, como o edital 081/2013 que obrigava a realização de um curso presencial e outro EAD (Ensino à Distância) sobre agroecologia. Com relação à burocracia, as principais queixas são em relação à execução financeira dos projetos, uma vez que os recursos são repassados de diferentes maneiras para o Núcleo. Por exemplo, os recursos do ProExt são direcionados para o “bolo” da universidade e, posteriormente, acessado pelo professor coordenador através de um sistema específico de compras da instituição, atrasando consideravelmente a dinâmica de aquisição de equipamentos e insumos para as atividades. Já o CNPq apresenta uma dinâmica mais flexível e ágil para a execução financeira, sendo melhor avaliada pelos membros. Frequentemente, o prazo de execução dos projetos se encerra e o recurso ainda não consegue ser utilizado por conta destes entraves burocráticos. Outro ponto crítico é a dificuldade de custeio de diárias para agricultores participarem das atividades, inclusive dentro da própria universidade. Tendo como princípio da construção do conhecimento agroecológico os processos metodológicos participativos, a ausência de recursos financeiros que permitam o deslocamento e participação dos agricultores é bastante negativo.

Cabe, ainda, ressaltar que em todo o percurso da pesquisa ficou evidente a dinâmica de atuação integrativa e gestão horizontalizada do núcleo na execução das atividades. Em determinado momento, isto se mostrou como um desafio à pesquisa, pois exigiu mais atenção do pesquisador na

identificação das diferentes políticas, uma vez que uma mesma atividade acabava sendo fomentada por mais de uma fonte. No momento das entrevistas era necessário pontuar as diferentes políticas a fim de evitar generalizações.

Ao sistematizar as respostas dos questionários e das entrevistas, foram identificados três grandes grupos de percepções relacionadas à avaliação das políticas públicas de fomento aos NEAs. O primeiro grupo enfatiza o termo Desenvolvimento, articulando as palavras Atividade e Recurso como mais conectados. Tal resultado é concordante com as falas dos entrevistados, já que em sua visão, as políticas propiciam recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades do Núcleo, especialmente junto aos agricultores. Isso fica evidente na fala de um dos membros: *“essencial pois garante uma melhor qualidade no desenvolvimento dos projetos”* (entrevistado, novembro de 2016). O segundo grupo conecta os termos Importância, Fomento e Campo. Novamente, a conexão entre os termos evidencia não só o discurso, mas também as práticas do grupo, uma vez que são realizadas inúmeras atividades de campo junto aos agricultores e assentados da região, de modo a integrar a pesquisa à extensão universitária, outros termos também relacionados neste grupo. Além disso, o próprio curso do PRONERA evidencia a concepção do Núcleo sobre a integração com os movimentos sociais e a responsabilidade social da pesquisa acadêmica. Novamente, tal representação pode ser ilustrada por meio de uma das falas:

Fomentar os núcleos de agroecologia possibilita, através do fortalecimento da agroecologia como rede, gerar um instrumento de justiça social ao aproximar o campo com a cidade, o campo com a universidade e o campo com a produção saudável e soberana. (Entrevistado, dezembro de 2016).

O terceiro e último grupo conecta os termos Importante, Núcleo, Agroecologia e Público. Este grupo evidencia a concepção do Apetê Caapuã em que as políticas de fomento têm o papel importante de aproximar o público geral da agroecologia, de modo a sensibilizá-los para a crise ambiental e social promovido pelo agronegócio. Outra fala é bastante simbólica da representação que o grupo tem: *“Uma necessidade para divulgação e entendimento acerca do tema na sociedade”* (entrevistado, dezembro de 2016).

Considerando-se que houve uma renovação da maioria dos bolsistas do

grupo, é interessante notar as percepções que os membros possuem sobre as atividades desenvolvidas, já que poucos participaram efetivamente dos projetos desenvolvidos. De modo geral, o grupo compreende a importância das políticas no desenvolvimento das atividades, especialmente as atividades relacionadas aos agricultores, consoantes com a concepção de integração entre pesquisa, ensino e extensão universitária. Tal concepção fica evidente se considerarmos o projeto PET/Conexões de saberes, que possibilitou não só a manutenção institucional do grupo, como também a integração e manutenção por meio de bolsas de alunos oriundos de comunidades rurais.

Segundo Jovchelovitch (2008), ao mesclar as experiências, cria-se continuamente a experiência constituinte da realidade de todos, ou seja, a atuação coletiva dos indivíduos proporciona a base estruturante das representações sociais do grupo. Neste sentido, apesar dos membros do grupo serem recém-chegados, a sua inserção nas atividades prévias e o resgate constante do histórico de atividades proporciona o espaço potencial necessário para a socialização dos significados (JOVCHELOVITCH, 2008).

Portanto, na percepção do Núcleo, as políticas públicas são meios de fomentar as atividades consideradas fundamentais para o desenvolvimento da agroecologia no território de atuação do grupo. Cabe ressaltar que a falta destes recursos não implica, necessariamente, que as atividades deixam de ser realizadas, uma vez que o senso de comprometimento e militância de seus membros são superiores à limitação financeira. Entretanto, a todo momento o grupo enfatiza ser fundamental a continuidade do financiamento público dos NEAs, já que as atividades desenvolvidas até então só foram possíveis por meio destes recursos.

Conclusões

O estudo possibilitou a identificação de diversos instrumentos oriundos das políticas públicas de fomento a agroecologia, seja de modo específico como o Edital MDA/SAF/CNPq 058/2010 e Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq N° 81/2013 que visam o apoio específico aos Núcleos de Estudos em Agroecologia, como o ProExt, ProEX e PET, iniciativas ligadas ao Ministério da Educação que fomentam atividades de extensão universitária e ensino tutorial, promovendo a construção e socialização de conhecimento agroecológico. Para o Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã, essas políticas são fundamentais, tanto para a profissionalização no campo acadêmico, como para atuação na extensão rural junto aos agricultores.

Como principais pontos negativos são destacados o curto prazo dos projetos, já que o processo de transição agroecológica demanda uma dedicação de tempo maior, tendo em vista seu caráter participativo, e a burocracia na execução financeira dos projetos, inviabilizando o uso do recurso em tempo hábil, além das dificuldades no custeio da participação de agricultores nas atividades, como pagamento de diárias e transporte.

Considerando-se os resultados obtidos, pode-se concluir que os editais específicos do CNPq foram importantes para o fomento das atividades de ATER (Caravana Agroecológica, sistematização de iniciativas de transição agroecológica no território, formação de professores de instituições de ensino técnico em agroecologia, oficinas de formação nos assentamentos, entre outros) e para a produção acadêmica do grupo no período em que estiveram vigentes (cartilhas, artigos em anais de congressos de agroecologia). Entretanto, essas políticas não oferecem sustentabilidade financeira ao núcleo no longo prazo como o Programa de Educação Tutorial que concede bolsas de longa duração a docentes e alunos de graduação, permitindo que não haja descontinuidade do trabalho no apoio à transição agroecológica. Deste modo, apesar dos programas ligados ao Ministério da Educação não serem específicos para implantação e manutenção de Núcleos de Estudos em Agroecologia, eles proporcionam uma segurança institucional e financeira que permite a sustentabilidade do grupo na falta dos editais específicos.

Além disso, verificou-se outras atividades fomentadas pelo grupo que não dependem diretamente de recursos de projetos como a Feira Agroecológica e o programa de Cestas Apetê. Ambas são ações de apoio à comercialização e fomento aos agricultores da região que incentivam a permanência na terra e dão sentido às atividades de ATER descritas anteriormente. Deste modo, o Núcleo busca atuar ao longo de toda a cadeia, desde o apoio à produção agroecológica até a busca por modos de comercialização mais justos e solidários.

Portanto, as políticas avaliadas potencializam umas às outras, formando uma rede de fomento e apoio às atividades do núcleo que são imprescindíveis para a sobrevivência do mesmo e das ações junto às comunidades. Esta é uma experiência singular importante, pois demonstra a importância de projetos de caráter interinstitucional que articulem as diferentes políticas públicas que incidem sobre o mesmo público alvo, potencializando o recurso público. Sendo assim, é fundamental a continuidade dos NEAs como política pública de fomento à agroecologia nos territórios. Entretanto esse cenário é muito incerto e, essa incerteza foi colocada explicitamente no fechamento do

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), não havendo perspectiva futura de manutenção dos NEAs. No final de 2016 foi lançada a Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPq N° 21/2016 que, com recursos insuficientes, selecionou para manutenção somente 32 núcleos de um conjunto de demanda maior, levou a diminuição do número de projetos selecionados e a redução do montante do orçamento por projeto. Deste modo a maioria dos núcleos encontram-se em dificuldades para manter as atividades em curso e, para abrir novas frentes. Consequentemente poderão ser interrompidas ações prioritárias de apoio aos processos de transição agroecológica das unidades de produção familiar de diferentes regiões do país.

Um aspecto não menos relevante do resultado desta pesquisa é que ela nos proporcionou uma reflexão crítica da realidade vivenciada e vinculadas as atividades desenvolvidas no âmbito da operacionalização dos projetos, a partir da análise sociológica que corrobora com a sistematização fina da experiência do núcleo possibilitou efetuar a reconstrução, o ordenamento histórico e a interpretação crítica desta experiência em si, do ponto de vista dos atores e parceiros, facilitando a identificação das dificuldades, fragilidades, potencialidades e funcionamento do núcleo. Essa dinâmica quando compartilhada com o grupo cria um ambiente de aprendizagem mútua que possibilita redirecionar as ações do projeto, realimentar as ações de pesquisa e subsidiar políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **A rede, os nós, as teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura**. Revista de Administração Pública – n° 6, 2000:159-177, novembro/dezembro. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/A_rede_os_nos.pdf

ABREU, L. S. de **A construção da relação social com o Meio Ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira**. Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna/SP, 2005, ISBN 85-85771-34-8, Págs: 1-176

BENSADON, L.S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da articulação nacional de agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas

e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (BR). **Editais MDA/SAF/CNPq nº 058/2010**. Brasília; 2010.

_____. Ministério da Educação (BR). **Editais MEC/SESu nº05/2010**. Brasília; 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**: Resolução nº 466/12. Brasília (DF); 2012.

_____. Universidade Federal de São Carlos. Pró-reitoria de Extensão da Ufscar. **Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar**. 2016. Disponível em: <<http://www.proex.ufscar.br/sobre>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. In: A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. S. Paulo, Paz e Terra, 2003. 7ª ed. revista e atualizada.

CAVALCANTI, D.C. Avaliação de Resultados de projetos apoiados pelo Dater por meio do edital MDA/SAF/CNPq nº 058/2010, Chamada 2 In: **Pesquisa e Extensão para a Agricultura Familiar no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília-DF, 2015.

FURQUIM, T.W. **Encontro nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA): dos primórdios à contemporaneidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gestão Ambiental). Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2014.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia** – processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª ed. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2005.

GONZÁLEZ, Argelio. El surgimiento: raíces mayas, ramas mexicanas, frutos nicaraguenses. In: HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a campesino: voces de latinoamerica, movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable**. Managua, Nicaragua: Simas, 2008. p. 13-62.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

INSTITUTO KAIROS (São Paulo) (Org.). **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. 159 p. Disponível em: <<http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Kairos-Praticas-de-Comercializacao.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p. 63-85.

LATOURETTE, Bruno. **Le métier de chercheur. Regard d'un anthropologue**. Paris, Inra, 1995.

MELLAZO, G. C. **A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano**. Olhares & Trilhas, Uberlândia, ano VI, n. 6, p. 45- 51, 2005.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. 2006. Disponível em: < <http://www.ivtrj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PETERSEN, Paulo; SÓGLIO, Fabio dal; CAPORAL, Franciso Roberto. A construção de uma ciência a serviço do campesinato: trajetória, desafios e perspectivas da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas brasileiras. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: As-pta, 2009. p. 85-103.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Structure & function in primitive society**. Londres: Cohen & West, 1952.

REGA BRASIL (Brasil). **Os Grupos de Agroecologia**. 2016. Disponível em: <<https://regabrasil.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

RIBEIRO, L. M. **O papel das representações sociais na educação ambiental**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003

RODRIGUES, M. et. al. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais in: **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, supl.3, p.96-110, 2012.

ROSA. J.S.V. *et al.* Tecendo redes entre educação, pesquisa e extensão agroecológicas: a experiência do Núcleo Apetê-Caapuã. Cadernos de Agroecologia, Vol. 9, nº4, Anais do Agroecol, Dourados-MS, 2014.

SIMÕES, E. A. Q.; TIEDEMANN, K. B. **Psicologia da percepção**. São Paulo: EPU, 1985. v. 10, n. 2

AGRICULTURA URBANA EM SÃO CARLOS-SP: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS¹

*José Henrique Biondi²; Zildo Gallo³
Vera Lúcia Botta Ferrante⁴;
Ethel Cristina Chiari da Silva⁵
José Maria Gusman Ferraz⁶*

Resumo: O artigo trata dos resultados de uma pesquisa sobre agricultura urbana no município de São Carlos- SP, que buscou identificar os agricultores, suas características, suas práticas, suas formas de produção e de comercialização, seus problemas, as razões que os levaram a se tornarem agricultores urbanos e, principalmente, os benefícios que essa atividade oferece ao município. O autor visitou todas as hortas urbanas e entrevistou os agricultores. Também visitou órgãos e gestores públicos ligados ao assunto em questão. Foram catalogadas 22 hortas e foram selecionadas as dez maiores, mais atuantes e produtivas, e nelas foram identificadas e entrevistadas 25 famílias envolvidas. O autor ainda fez uma análise de cidades do Brasil, onde é praticada de forma eficaz e satisfatória a agricultura urbana, partindo da premissa de que as hortas urbanas podem melhorar a qualidade de vida dos produtores e da comunidade, na medida em que produzem alimentos para autoconsumo, vendas e até mesmo doações dos excedentes. Em sua conclusão o autor aponta o potencial e a necessidade da existência de políticas públicas eficazes para o funcionamento e permanência dessas hortas urbanas e traz sugestões para melhoria e crescimento desse segmento útil para as cidades.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Educação Ambiental; Segurança Alimentar.

¹Artigo baseado na dissertação de mestrado “Agricultura urbana em São Carlos-SP: situação atual e perspectivas” de José Henrique Biondi, sob orientação do Prof. Dr. Zildo Gallo, no Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - UNIARA, 2015.

²Mestre pelo Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, 2015.

³Prof. Dr. do Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

⁴Prof. Dra. do Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

⁵Prof. Dra. do Mestrado em Engenharia de produção da UNIARA

⁶Prof. Dr. do Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

Abstract: The article deals with the results of a research on urban agriculture in the municipality of São Carlos, SP, which sought to identify farmers, their characteristics, their practices, their forms of production and marketing, their problems, the reasons that led them to become urban farmers and, especially, the benefits that this activity offers the municipality. The author visited all the urban gardens and interviewed the farmers. He also visited organs and public managers related to the subject in question. Twenty-two gardens were cataloged and the ten largest, most active and productive ones were selected and 25 families were identified and interviewed. The author also analyzed cities in Brazil, where urban agriculture is practiced effectively and satisfactorily, based on the premise that urban gardens can improve the quality of life of producers and the community, as they produce food for self-consumption, sales and even surplus donations. In his conclusion, the author points out the potential and the need for effective public policies for the functioning and permanence of these urban gardens and suggests suggestions for improvement and growth of this useful segment for the cities.

Keywords: Urban Agriculture; Environmental Education; Food Safety.

Introdução

A Agricultura Urbana (AU) é uma prática agrícola antiga nas cidades, porém esta é uma descrição rasa, tendo em vista a ampla dimensão da atividade. É sempre difícil caracterizar e apresentar as tipologias da AU, mesmo assim se pode arriscar que ela é praticada por pessoas quase sempre de forma individual, em suas residências, quintais, lajes, terraços, telhados, lotes, chácaras, sítios, terrenos baldios, laterais de estradas, de ruas e áreas públicas ociosas. E também pode ser praticada de forma coletiva: em escolas, creches, asilos, centros de saúde, associações, entidades, cooperativas. Há ainda a Agricultura Urbana Comunitária (AUC), que pode acontecer com o apoio de: Organizações Não Governamentais (ONGs), do Poder Público ou espontânea, com recursos próprios do grupo.

Diante disso, pode-se afirmar que a AU contribui para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos povos, especialmente das populações periféricas de baixa renda. Através da AU as famílias podem produzir alimento fresco e saudável ao lado de suas residências, de maneira segura, e suprir suas necessidades alimentares. Para isso acontecer é aconselhável que a AU conte com Políticas Públicas (PPs) para subsidiar as famílias mais

pobres na implantação de seus projetos.

Salienta-se que a AU não somente contribui para a SAN das famílias e pessoas praticantes, mas também é um forte elemento para a qualidade de vida, pois tem um potencial terapêutico de manutenção das tradições e raízes rurais nas cidades. Com este tipo de agricultura, as cidades podem tornar-se espaços mais humanos e próximos da natureza.

Nas últimas décadas, vários autores, como Graziano da Silva (1997), Veiga (2002, 2003), Caiado e Santos (2003), vêm se dedicando a enfrentar a discussão sobre a diminuição entre a dicotomia entre o rural e o urbano e a destacar a complexidade da relação entre eles, pois percebe-se cada vez mais que ambos não são mundos isolados e que seus limites são abertos e não podem ser claramente delimitados.

Veiga (2003), por exemplo, destaca a existência no país de diversos “municípios rurais”, ou seja: existem locais que apesar de serem considerados urbanos possuem economia, organização social, política e cultura idênticas às colônias de áreas rurais. A agricultura aparece como um exemplo de atividade do setor primário que antigamente era considerada como de áreas rurais, mas que já é uma prática muito realizada nas cidades. Este tipo de agricultura está recebendo uma maior atenção em nosso país. Nos últimos cinco anos, as pesquisas e publicações científicas tiveram um significativo aumento, entretanto, de acordo com Ricarte Corrúbias (2011, p.17), o tema AU ainda deixa uma “lacuna acadêmica nas mais variadas áreas do conhecimento, considerando que se trata de um tema multidisciplinar”.

É necessário entender que a potencialidade da AU é um fenômeno de grande importância a ser explorado pelas cidades, o que demanda informações mais amplas sobre o volume e tipos de alimentos produzidos, manejo, custo da produção, preços, o mercado que os absorve, os riscos ambientais, dentre outros. Desta forma, espera-se que este artigo possa contribuir para a compreensão da AU, aprofundando o debate e estimular a implantação de Políticas Públicas que a sustentem no território investigado.

O objetivo geral deste artigo foi estudar a agricultura urbana no município de São Carlos-SP, e verificar em que medida ela é fonte de renda e de segurança alimentar e nutricional para as populações locais e se interfere na política municipal de abastecimento.

Os objetivos específicos foram: 1) levantar as Políticas Públicas de apoio à agricultura urbana; 2) estudar as ações do poder local, mais especificamente, das Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento e também de

Trabalho Emprego e Renda; 3) catalogar as hortas urbanas do município e pesquisá-las quanto à sua origem, seus produtos, o cultivo e manejo da produção; 4) analisar se a agricultura urbana atende ao autoconsumo ou se o seu produto se insere nas cadeias curtas de comercialização, 5) analisar as necessidades dos produtores urbanos (PU), seus problemas e dificuldades em lidar com a produção a fim de sugerir soluções e desenvolver melhorias na atividade desses produtores; 6) fazer o levantamento da AU em outros países e conhecer os projetos públicos municipais de AU em São Carlos e em outros locais do Brasil.

Procedimentos Metodológicos e etapas da pesquisa

Toda a pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica em materiais com características teóricas, artigos, matérias em revistas científicas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em sites e anais de congressos. Foi constatado que apesar de contar com duas universidades públicas e uma particular, com cursos de graduação em Agroecologia, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Gestão e Análise Ambiental (UFSCar), Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental (USP - São Carlos), Engenharia Agrônoma (UNICEP), sem contar os cursos de pós-graduação, São Carlos não contava com nenhuma pesquisa científica que catalogasse e/ou analisasse Hortas Urbanas existentes.

Ainda nessa etapa foi realizada uma visita à sede da EMBRAPA Instrumentação de São Carlos, onde foram conseguidas informações a respeito do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), de Florianópolis-SC, da EMBRAPA Hortaliças de Brasília-DF e da Agricultura Urbana Comunitária de São Carlos, que é comandada pela Secretaria de Trabalho Emprego e Renda de São Carlos, através do Departamento da Economia Solidária. No Departamento da Economia Solidária, o senhor Caio Yamazaki Saravalle, orientador técnico de programas, apresentou o Programa de Hortas Urbanas Comunitárias (PHUC) e a Horta Municipal que atende entidades assistenciais e escolas.

Na segunda etapa, a seleção das Hortas Urbanas (HUs) que foram analisadas foi estabelecida pelo programa de computador Google Earth, com a imagem aérea da cidade, e pelas visitas realizadas pelo autor às HUs para apresentar a pesquisa. À medida em que a conversa com os agricultores fluía, conseguia-se indicações e endereços de outras hortas e assim por

diante. Então a metodologia utilizada para o recenseamento das HUS foi “mista”, do tipo *snowball* (bola de neve), na qual um informante inicial leva a um novo informante e assim sucessivamente, até que alcance o ponto de saturação, quando os informantes se repetem, conforme Bernard (1998 *apud*. LEME, 2011). Após o levantamento das hortas da cidade, o autor em contato com a pesquisadora Marina Koketsu Leme, foi pedida e obtida a permissão para fazer uso dos Apêndices A, B e C da sua pesquisa sobre o mesmo tema na cidade de Rio Claro-SP (LEME, 2012);

Foram consideradas apenas as Hortas em plena atividade como amostra da pesquisa. Não foram incluídas as hortas de instituições como escolas, creches, asilos ou clínicas de recuperação por se tratarem de hortas ligadas à educação ou ocupação do tempo ocioso dos atores desses ambientes. Assim, 10 HUs seriam pesquisadas.

A terceira etapa foi a mais extensa e difícil da pesquisa. Após a definição da amostra da pesquisa, o pesquisador retornou às hortas para entrevistas, utilizando um questionário com questões semiestruturadas que seriam aplicadas aos agricultores urbanos. E, finalmente, na posse dos questionários preenchidos, foram produzidas diversas tabelas e gráficos, acompanhados por uma análise que complementou estratégias qualitativas e quantitativas.

AGRICULTURA URBANA: breve contextualização de outras experiências

A agricultura mundial passou por várias transformações, desde o século XIX, quando ainda era familiar e crescia à medida que a família aumentava, única causa da expansão até então da área cultivada até a chegada da agricultura moderna, com grandes áreas cultivadas e mecanizadas. No século XX nascia a agricultura “científica” que, pelo aperfeiçoamento do maquinário agrícola, permitiu o aumento da área cultivada. Hoje, a crescente urbanização dos países em desenvolvimento resulta do êxodo rural, causado pela “modernização agrícola”, pois milhares de pessoas migram para as cidades em busca de trabalho e renda. Todavia, as economias urbanas não tornam todos os migrantes ativos economicamente e nem dão condições para que satisfaçam suas necessidades socioculturais (BELTRAN, 1995).

A partir da década de 80 do século XX, com o avanço da discussão sobre o desenvolvimento sustentável (DEPONTI *et al* 2002), a agricultura no meio urbano surge como possibilidade para aumentar a quantidade e a qualidade

de alimentos disponíveis em épocas de crise ou de escassez de alimentos e, ainda, oferecer oportunidades de empregos produtivos num setor em que os obstáculos ao ingresso são pequenos. Todavia, segundo Thornton (2008), pelas especificidades do espaço onde ocorre, ainda existem muitas dúvidas sobre como se desenvolver pesquisas e contribuições para este tipo particular de agricultura.

A discussão a respeito da prática da AU, não é de caráter local ou regional, de um estado ou país. As pesquisas têm mostrado que as populações das cidades aumentam e as da zona rural diminuem. Em muitos países e também no Brasil, são vistas experiências de AU, apoiadas ou não pelo estado ou ONGs; na prática a AU é posta como objeto de políticas municipais pontuais e descontínuas, mas é uma realidade que se fortaleceu após a Política Nacional de Agricultura Urbana do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2014).

No contexto de atuação municipal destacam-se as iniciativas dos municípios de Campinas-SP e da Capital de São Paulo. Campinas, desde 1997, tem um Programa de Hortas Comunitárias Urbanas. Em 2010 foi firmado um convênio entre o INCRA e a Prefeitura da cidade para a instituição do Projeto Casulo da Associação de Produtores de Agricultura Urbana e Peri urbana de Campinas e Região - Cio da Terra (APROAGRIUP), que previa estímulo do Governo Federal à agricultura urbana. A associação previa o cadastramento de 1000 famílias em Campinas, sendo a horta do Parque Itajaí considerada um projeto piloto.

Na Horta Comunitária do Parque Itajaí, com cerca de 13.000 m² de área, estava prevista a inserção de 23 famílias no Projeto Casulo da APROAGRIUP. Em 2015, faziam parte da Horta 25 pessoas, sendo que 12 já estavam oficialmente cadastradas no INCRA, por se enquadrarem nos critérios do programa (APROAGRIUP, 2014)

Em São Paulo destaca-se o “Projeto Cidades sem Fome/Hortas Comunitárias” que tinha o apoio de várias instituições e órgãos das três esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal), além de organismos nacionais e internacionais de fomento, como a Fundação Interamericana de Desenvolvimento (IAF-EUA). O Projeto foi contemplado no Programa Petrobrás Fome Zero – Seleção Pública de Projetos Sociais 2005, que teve 2.232 projetos inscritos, de todas as regiões do Brasil. Somente 72 foram aceitos com o patrocínio desta instituição e foram renovados em 2008 e 2010. O projeto conta também com o apoio da Caixa Econômica Federal,

que proporcionou aporte de recursos em 2004, 2005 e 2006. Segundo o site Cidades sem Fome (2014), existem 21 núcleos de hortas comunitárias assistidas com recursos obtidos pela Organização Cidades sem Fome, em bairros da capital paulista.

Características de São Carlos-SP

Geograficamente a cidade de São Carlos localiza-se na região Centro Leste do Estado de São Paulo, a uma distância rodoviária de 230 quilômetros da capital paulista. Tem como municípios vizinhos: Ibaté, Araraquara, Ribeirão Bonito, Brotas, Itirapina, Analândia, Descalvado, Luíz Antônio, Santa Lúcia, Américo Brasiliense e Rincão (Figura 1)

Figura 1: Localização Geográfica de São Carlos – SP.



Fonte: Site USP/Calouros

Segundo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE),

São Carlos possuía uma área de 1.136,9 km², sendo 67,25 km² de área urbana e era a 13^a maior cidade do interior do Estado de São Paulo em número de habitantes, com uma população recenseada em 238.958 habitantes (96% urbanos e 4% rurais) e uma densidade populacional de 195,1 habitantes/km².

A Agricultura Urbana em São Carlos-SP

A pesquisa constatou que a cidade de São Carlos possui a Lei N° 11.333 de 16 de setembro de 1997, que autoriza o Poder Executivo Municipal criar programas de hortas comunitárias e verificou, ainda, que existe um Programa de Agricultura Urbana Comunitária na cidade que começou a ser implantado na 2^a gestão do prefeito João O. Dagnone de Mello (1997/2000) na Horta Municipal (Foto 1) como modelo de agricultura orgânica, segundo relatos dos funcionários mais antigos da Horta.

Foto 1: Placa existente na Fachada da Horta Municipal de São Carlos-SP.



Fonte: Captada em pesquisa de campo em 13 Jan. 2015.

Na primeira gestão do Prefeito Newton Lima (2001/2004), em parceria com Associação para Proteção Ambiental de São Carlos – APASC, que é uma das mais antigas ONGs ambientais do Brasil, de 1977, iniciou-se a implantação de uma horta Orgânica na Fundação Casa Aberta a partir do trabalho de educação ambiental com crianças e adolescentes, porém, após dois anos, o projeto foi transferido para o Centro da Juventude em parceria

com a Secretaria Municipal de Cidadania, onde se iniciou a produção de hortaliças orgânicas a partir do trabalho com adolescentes assistidos no Centro. Ainda em 2003 teve início o Projeto Hortas Comunitárias e Pedagógicas nas Escolas Municipais, com a implantação de hortas em três Escolas Municipais.

Em 2004, o projeto Horta Orgânica foi transferido para a Horta Orgânica Municipal e em 2005 foi reestruturado em parceria com as secretarias municipais de Cidadania e de Agricultura e Abastecimento. Os trabalhos passaram a ser feitos por adolescentes assistidos em municipais sob a supervisão da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA). A Prefeitura Municipal de São Carlos (PMSC), através da SMAA concordou em sediar o projeto no espaço da Horta Municipal Orgânica. Com o apoio de outras Secretarias e da PMSC, o projeto denominou-se PROGRAMA DE HORTA ORGÂNICA SOLIDÁRIA.

Em 2007, na segunda gestão do Prefeito Newton Lima, foi implantado o Projeto de Agricultura Urbana que teve início no Centro Comunitário do bairro Antenor Garcia, onde foram desenvolvidos cursos e práticas sobre como trabalhar com hortas. Em 2009, já no governo do Prefeito Oswaldo Barba, o projeto ganhou novo espaço e foi institucionalizado como Projeto: Horta Orgânica Comunitária do Bairro Cidade Aracy (HOC); esse projeto fazia parte do “Programa de Fomento à Economia Solidária”, que tinha como estratégia a criação de políticas de geração de trabalho e renda, sob o monitoramento da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SMER) em parceria com outras Secretarias e Fundações Municipais. Por meio deste Programa, a Prefeitura apoiava e assessorava trabalhadores organizados em “Empreendimentos Solidários”, buscando fomentar iniciativas associativas (cooperativas, associações etc.). O bairro Cidade Aracy um dos mais carentes da cidade, passou a contar com duas Hortas Urbanas Comunitárias (HOC).

A Horta Comunitária I do Bairro Cidade Aracy teve seu pico de produção de 2009 a 2011, quando tinha sete colaboradores diretos, porém, com a desistência de alguns desses colaboradores, foi diminuindo sua produção até encerrar em junho de 2014. Em entrevista, o Sr. Hilário A. de Oliveira, da SMER, no mês seguinte ao seu fechamento, anunciou que pela falta de colaboradores interessados e pelo abandono do local da Horta I, os investimentos seriam concentrados na Horta II.

A Horta II, que possui uma área de 2.000 m², passaria a ter uma área de 4.000 m², contaria com a instalação de uma caixa d’água com capacidade

para 10.000 litros, um sistema de irrigação projetado pela SMAA e com uma estufa de aproximadamente 250 m² que serviria para a produção de mudas e sementes instalada após a ampliação da horta, mas nada aconteceu. “Ainda seriam oferecidos cursos de qualificação no quesito plantio de orgânicos aos membros do empreendimento”, concluiu o Secretário. Contudo, somente dois colaboradores permaneciam no projeto até o término da pesquisa do presente artigo. Situação que demonstra a necessidade de uma boa articulação das experiências com a gestão pública.

Resultados e Discussão

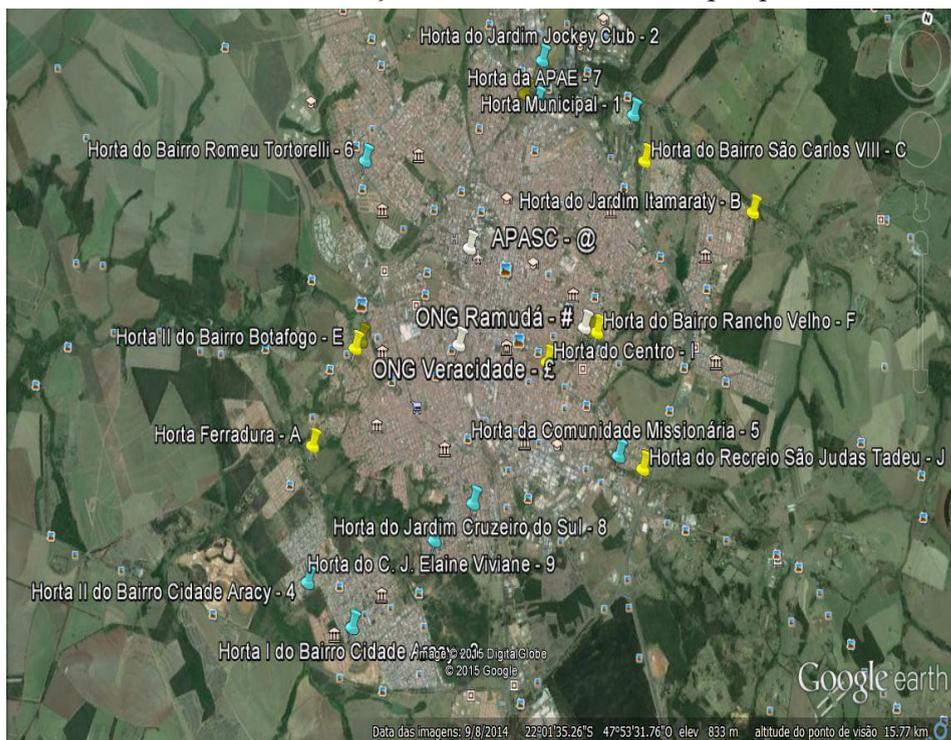
No início da pesquisa de campo, foram registradas as localizações (bairros) de todas as Hortas existentes na cidade (**Foto 2**). Nessa etapa foram localizadas 22 hortas, mas para as entrevistas foram selecionadas as 10 mais atuantes e produtivas, e nelas foram identificadas e entrevistadas 25 famílias envolvidas. Para cada uma das 10 selecionadas foi realizada uma pequena apresentação, antes do registro dos dados da pesquisa. As hortas selecionadas foram: Horta Ferradura, Horta do Bairro Jardim Itamaraty, Horta do Bairro São Carlos VIII, Horta I do Bairro Botafogo, Horta II do Bairro Botafogo, Horta do Bairro Rancho Velho, Horta da Chácara São José, Horta do Bairro Jardim Paulistano, Horta do Centro e Horta do Bairro Recreio São Judas Tadeu.

Também foi registrado o tempo dedicado à horta, o tipo de manejo utilizado (plantio manual, ou com implementos, a produção das mudas ou a compra delas), bem como tipo de tratamento dado aos produtos (fertilizantes, esterco, compostos, soluções contra pragas), como é feito o transporte dos produtos cultivados, a procedência da água utilizada, enfim as facilidades e dificuldades da atividade e as motivações que levaram as pessoas a se tornarem agricultores urbanos. Foram selecionadas imagens para registro das experiências.

Um dado importante: percebeu-se que, dentre todas as hortas visitadas, não há nenhuma que participe do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) ou do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), fator sintomático do distanciamento da gestão pública municipal.

Também foi registrado o tempo dedicado à horta, o tipo de manejo utilizado (plantio manual, ou com implementos, a produção das mudas ou a compra delas), bem como tipo de tratamento dado aos produtos (fertilizantes,

Foto 2: Localização de todas as Hortas da pesquisa.



Fonte: captada no Google Earth, 2014.

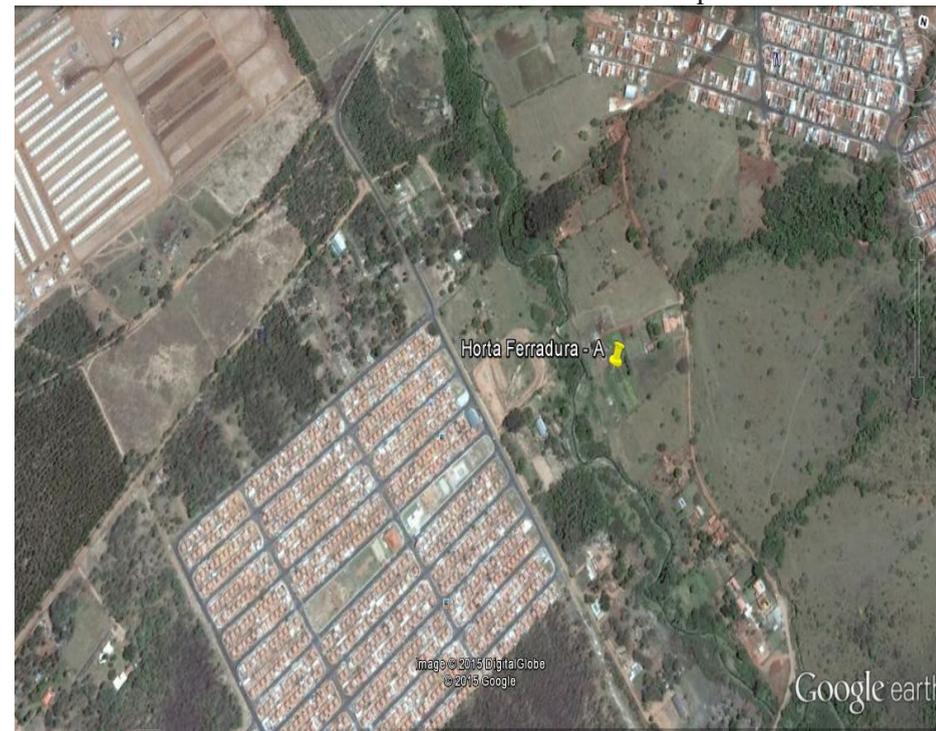
o transporte dos produtos cultivados, a procedência da água utilizada, enfim as facilidades e dificuldades da atividade e as motivações que levaram as pessoas a se tornarem agricultores urbanos. Foram selecionadas imagens para registro das experiências.

Um dado importante: percebeu-se que, dentre todas as hortas visitadas, não há nenhuma que participe do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) ou do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), fator sintomático do distanciamento da gestão pública municipal.

Horta Ferradura

Localizada na Estrada da Ferradura que liga os bairros da Zona Oeste aos da Zona Sul da cidade (**foto 3**), às margens do córrego água quente, a horta existe nesse local há 20 anos, quando o Sr. Sidnei, ao perder o emprego de metalúrgico na antiga fábrica de tratores CBT, sem ter como sustentar sua família, resolveu procurar um advogado para reclamar seus direitos

Foto 3 - Vista aérea da Horta Ferradura e a estrada que leva seu nome.



Fonte: Google Earth, 2014.

trabalhistas que lhe ofereceu seu sítio para morar, em troca da exploração do que quisesse produzir. Após 10 anos, com o cultivo de hortaliças, com a criação de alguns porcos e vacas leiteiras, o Sr. Sidnei conseguiu comprar o sítio do advogado.

O sítio que se situava em área rural agora vem sendo invadido pela cidade devido ao crescimento urbano. Possui duas residências de porte médio, numa delas residem o proprietário, sua esposa e um filho, e na outra, residem quatro empregados. As plantações de hortaliças, legumes e frutas são regadas com água de poço artesiano e lhe rendem de oito a 10 salários mínimos com as vendas em mercados e varejões, sem contar a produção para consumo próprio (fotos 4 e 5).

Hoje com 47 anos de idade, ele, além de ser dono do sítio que possui dois alqueires de terras, precisou arrendar o sítio vizinho de mais dois alqueires, para pastagem do gado que cria para extração de leite e acomodar os chiqueiros de porcos, que alimenta com o excedente de produção da Horta.

Foto 4 - Canteiros de alfaces replantados.



Foto 5 - Mudas compradas para replante.



Fonte: Captadas em pesquisa de campo em 13/03/2015.

Horta do Jardim Itamaraty

Localizada na Rua Gevaet Carli de Campos, 350, no Jardim Itamaraty, Zona Leste da cidade, praticamente na área rural da cidade, tornou-se urbana pelo crescimento daquela região que avançou e vai engolindo a horta que existe nesse local há 12 anos, quando o Sr. Nilton Marcos Pereira conseguiu essa área cedida para plantio (foto 6).

Após 12 anos, com o cultivo de hortaliças, com a criação de algumas galinhas e cavalos, o Sr. Tico como é conhecido consegue com esse trabalho tirar o sustento da família, composta por ele, esposa e quatro filhos, sendo que só o mais jovem auxilia no cultivo junto com um empregado.

Foto 6 - Imagem aérea da cidade colando na Horta.



Fonte: Google Earth, 2014.

A produção de hortaliças, alface, almeirão, rúcula, chicória, brócolis, couve, cheiro verde e de legumes como: cenoura, beterraba, rabanete, chuchu e uma única fruta banana, que faz questão de deixar para os passarinhos comerem, são regadas com água de uma nascente que brota dentro da Horta (fotos 7 e 8).

Tico, como ele gosta de ser chamado, e é conhecido nos arredores, trabalha aproximadamente 13 horas diárias, e chega para fazer a colheita, por volta de quatro horas da madrugada. Todo esse esforço lhe rende de três a quatro salários mensais com as vendas em mercados e varejões, sem contar com a economia que faz produzindo seu próprio alimento.

Foto 7- Mudas compradas para replante.



Fonte: Captadas em pesquisa de campo em 14/03/2015.

Foto 8 - Hortaliças, o produto mais vendido.



Fonte: Captadas em pesquisa de campo em 14/03/2015.

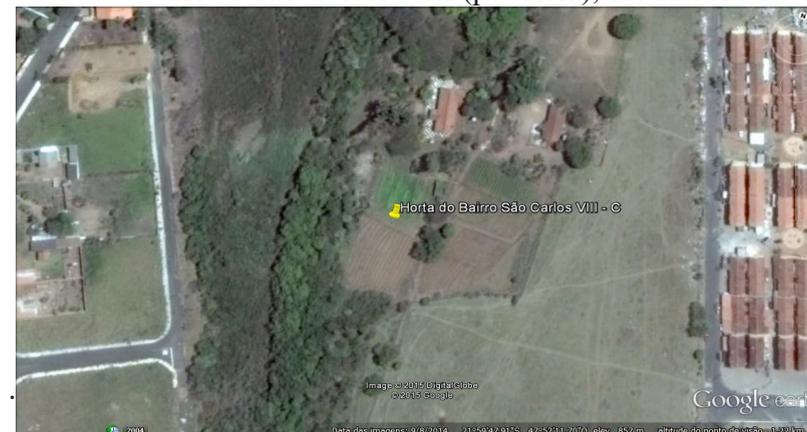
Horta do Bairro São Carlos VIII

Localizada no Bairro São Carlos VIII, às margens da Rodovia Washington Luís, a horta existe há mais de 50 anos (foto 9). Era conhecida como Chácara Gullo e foi arrendada pelo atual horticultor, Esdras Rodrigues Russo, 39 anos. Ele era mecânico de caminhões, mas uma crise financeira o fez abandonar o ramo e, endividado, buscava outra atividade. Então, um amigo o convidou para serem sócios no arrendamento da horta.

Em uma área de 4.000 m² são cultivados legumes: berinjela, quiabo, vagem, pimenta chapéu de padre, pimentão, pepino, abobrinha, tomate entre outros. Três pessoas trabalham na Horta, o Sr. Esdras, a esposa e o sócio e todos têm apenas essa atividade como renda. No local tem uma residência pequena, onde mora a família do entrevistado que tem só um filho, somando um total de três moradores no local. Há também uma estufa que é usada para o preparo das mudas e lavagem das verduras. Também tem um galpão que acomoda um carro, um caminhão pequeno e alguns implementos agrícolas.

Para molhar as plantas são bombeadas águas de uma nascente que passa dentro da área da horta. Também tem uma pequena represa que serve para criar peixes (fotos 10 e 11). As vendas são feitas em mercados e varejões e chegam a faturar quatro salários mínimos por mês e também economizam R\$ 400,00 por mês com a produção para consumo próprio. Cabe ressaltar que o autoconsumo deve ser contabilizado como parte da renda familiar

Foto 9 - Horta São Carlos VIII (periferia), furtos constantes.



Fonte: Google Earth em 09 Ago. 2014.

Foto 10 - Represa de criação de peixes.



Foto 11: Cultivo de tomate.



Fontes: Captadas em pesquisa de campo em 19/03/2015.

Horta I do Bairro Botafogo

Localizada na Av. Dr. José Pereira Lopes, S/N, a horta existente nesse local há mais de 60 anos foi adquirida há 30 anos atrás pelo atual proprietário, Sr. Helio Kenzi Nakamura com a mesma finalidade, pois sempre foi horticultor, herança essa de seus pais (foto 12).

Em uma área de 26.000 m² são cultivados legumes e hortaliças. Apenas duas pessoas cuidam da Horta, o Sr. Hélio e um funcionário. No local existem duas residências de porte pequeno, um galpão onde se acondicionam e se lavam as colheitas e uma garagem para acomodar um furgão, um caminhão, dois tratores e implementos agrícolas.

Os produtos cultivados são vendidos em dois varejões do bairro que lhe permitem arrecadar aproximadamente 4 salários mínimos mensais. A água para regar a produção é oriunda de um poço artesiano. Existe também uma pequena represa artificial, onde se criam alguns peixes para seu próprio consumo com o excedente da produção das hortaliças e uma pequena estufa para produção de mudas (foto 13).

Foto 12 - Vista aérea das hortas do Bairro Botafogo.



Fonte: Google Earth em 09 Ago.2014.

Foto 13 - Represa de criação de peixes, galpão e garagem da horta.



Fonte: Captada em pesquisa de campo em 03/03/2015.

Horta II do Bairro Botafogo

Localizada na Av. Dr. José Pereira Lopes, Nº 69, antiga estrada municipal Cônego Washington José Pera, ao lado da Horta Botafogo I (foto 14). A Horta existe nesse local há mais de 60 anos e foi adquirida há 45 anos pelo pai do Sr. Jorge Taniguti que é o atual proprietário da Horta. Conta que foi adquirida por contrato de produção onde sua família, pais e irmãos, deveriam plantar em sete alqueires de terra por sete anos em troca de um alqueire de terra; portanto seu Jorge sempre foi horticultor.

Foto 14 - Horticultura de alface.



Fonte: Captada em pesquisa de campo em 05/03/2015.

Em uma área de aproximadamente 26.000 m² são cultivadas algumas frutas legumes e muitas hortaliças, entre elas: alface, almeirão, chicória, couve, cheiro verde, coentro, brócolis, rúcula, vagem, cenoura, beterraba, rabanete entre outros. Também produz banana e manga. Apenas duas pessoas cuidam da Horta, o Sr. Jorge e um funcionário que trabalha por dia. No local tem duas residências pequenas, um galpão onde acondiciona os produtos colhidos e uma garagem grande para acomodar uma picape e implementos agrícolas.

As mudas são compradas assim como os adubos químicos. A água para regar a Horta provém de poço artesiano. Sua esposa ajuda esporadicamente na Horta, pois tem outra atividade onde atua como enfermeira. Seus dois filhos ainda estudantes também ajudam esporadicamente na produção

Horta do Bairro Rancho Velho

Localizada na Rua 13 de maio, 3682 no Bairro Rancho Velho, quase no centro da cidade (foto 15); a Horta faz parte da chácara que existe nesse local há 66 anos. Foi comprada pelo pai dos irmãos Sukumine (in memorian), e hoje residem nela, a família do Sr. Seiko Sukumine, que nos concedeu a entrevista e a família de seu irmão.

Apenas três familiares trabalham na hortas, plantando, colhendo e entregando nos varejões e mercados que adquirem seus produtos para revenda. No local existem duas residências de médio porte onde residem duas famílias de irmãos proprietários que com os filhos e esposas somam 10 pessoas .

Foto 15 - Vista aérea das Hortas São José e Rancho Velho.



Fonte: Google Earth em 09 Ago.2014.

Natural de Araraquara-SP, a família Sukumine chegou a São Carlos em 1949 quando seus pais adquiriram a chácara para moradia e fonte de trabalho e renda. Com isso foram adquirindo experiência. Seiko estudou até completar o segundo grau técnico em eletrotécnica, mas não seguiu carreira técnica, dedicou-se à agricultura.

Com 77 anos (foto 16), Seiko tem vontade de parar, diz que a atividade tem se tornado muito difícil devido ao clima, aos preços altos de insumos e preços baixos de venda. Apesar de ter formação técnica, nunca atuou na área e isso dificulta ingressar em outra atividade que não seja o plantio de verduras e legumes.

Foto 16 - Senhor Seiko Sukumine plantando.



Fonte: Captada em pesquisa de campo em 13/03/2015.

Horta da Chácara São José

Localizada na Rua 13 de maio, 3608 no Bairro Rancho Velho, quase no centro da cidade; a Horta existe nesse local há quase 70 anos. Foi cedida há 19 anos, pelo proprietário ao Sr. Sebastião Ramalho que usa a terra para o plantio da horta, de onde tira alguma renda com as vendas, além de garantir alimentos para consumo próprio (foto 17). Natural de Valinhos-SP, Sebastião chegou à cidade em 1996 após se aposentar, depois de ter trabalhado por 30 anos na lavoura de cana de açúcar em Ibaté-SP. Teve cinco filhos, todos casados, e hoje vive com sua esposa num bairro próximo à horta.

Foto 17 - Seu Sebastião proseando com uma cliente.



Foto 18 - Água que brota dentro da Horta São José.



Fonte: Captadas em pesquisa de campo em 14/03/2015.

Em uma área de cerca de 12.000 m² são cultivados alguns legumes como abobrinha, cenoura, chuchu, beterraba, rabanete e hortaliças, entre elas: alface, almeirão, chicória, couve, repolho, cheiro verde, coentro, brócolis, rúcula, entre outras. Apenas o Sr. Sebastião, 79 anos, cuida da horta. As vendas são feitas somente aos vizinhos que ali comparecem. No local há duas residências: uma grande, que os proprietários do terreno usam esporadicamente; e outra pequena, usada para acondicionar ferramentas,

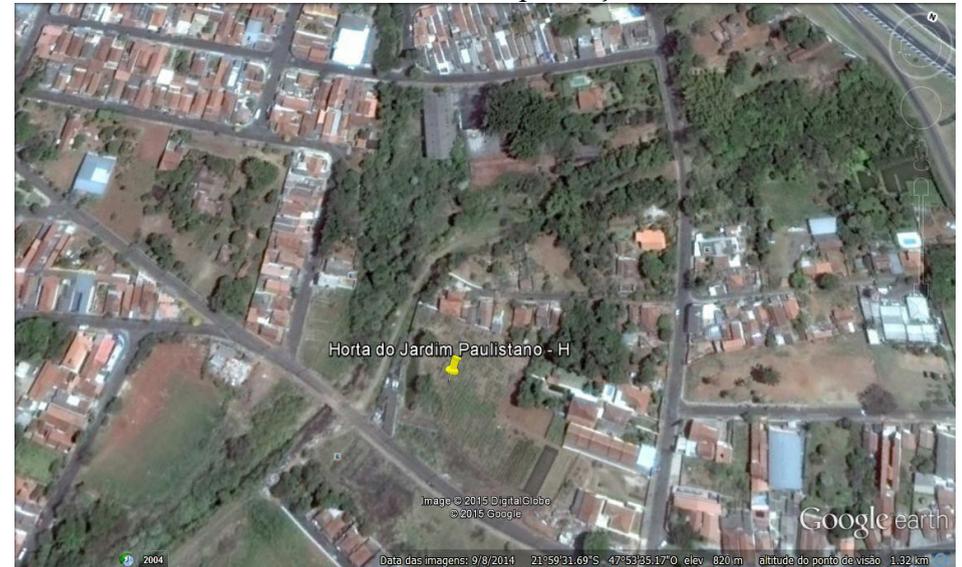
semente e fertilizantes. Nessa horta existem três nascentes de onde que brotam as águas da irrigação da lavoura (foto 18).

Horta do Jardim Paulistano

Localizada na Rua Bernardino Fernandes Nunes, 1283, Jardim Paulistano, às margens da Rodovia Washington Luís, a horta que possui uma área de 11.600 m² existe nesse local há cerca de 30 anos, quando o Sr. Alfredo Uetaki numa viagem a passeio se apaixonou pela cidade e decidiu fazer dela a sua morada, adquirindo a área para o plantio (foto 19).

Natural de Colômbia, cidade do interior de São Paulo, próxima a Barretos, a família já vivia do cultivo de hortaliças, atividade essa que já era desenvolvida por seus pais desde sua infância, por esse motivo, nunca se interessou em desenvolver qualquer outra profissão, mesmo tendo estudado até completar o 2º grau.

Foto 19 - Vista aérea da plantação de xuxú.



Fonte: Google Earth em 09 Ago. 2014.

No local existe uma residência onde moram o Sr. Uetaki, sua esposa, sua sogra, duas filhas e um genro, mas apenas ele e a esposa trabalham na produção de chuchu e couve, sendo que quase 80% é chuchu, devido à pouca concorrência e facilidade no cultivo, tornando a rentabilidade maior.

Os produtos são vendidos em mercados e varejões, gerando em torno de quatro salários mínimos mensais com essa atividade. Sua maior dificuldade é a falta de mão de obra, pois as duas filhas não se interessam e trabalham fora e um genro tem uma oficina de polimento automotivo perto da Horta; a horta não é a única fonte de renda da família.

Horta do Centro

Localizada na esquina das ruas Major Manoel Antônio de Mattos, com a Avenida Marginal (foto 20), a horta existe nesse local há 57 anos, segundo relata a entrevistada Tomoko Nakaema, uma das filhas proprietárias. A área foi adquirida por seu pai que foi o idealizador do local e foi comprada para construção de uma moradia já com a finalidade de plantar, pois sempre foram horticultores. Ela conta que quando chegaram para habitar o local era somente brejo, mas com muita insistência e dedicação, seus pais conseguiram criar oito filhos, todos com curso superior, somente com a renda da horta, que na época atingia dez salários mínimos mensais.

Foto 20 - Vista aérea do alto do edifício vizinho da horta.



Fonte: Captada em pesquisa de campo em 13/01/2015.

Possui hoje 9.300 m², mas já teve 12.400 m². As desapropriações para construção das marginais diminuíram seu tamanho. São cultivadas apenas hortaliças, entre elas: alface, almeirão, chicória, couve, repolho, cheiro verde, coentro etc. Apenas quatro pessoas cuidam da horta, o Sr. Nakaema (viúvo) e três filhos aposentados, que não residem na área e trabalham pelo gosto do cultivo e por tirarem produtos para autoconsumo. No local

há duas residências, um galpão, onde são lavadas as hortaliças e guardados implementos agrícolas e ferramentas, e uma garagem. As mudas são compradas, assim como alguns adubos químicos. Para impedir a infestação de larvas e pulgões, Tomoko aplica uma solução de água com 1% de Pinho Sol nas folhagens. A água para regar a horta provém de poço artesiano.

Horta do Recreio São Judas Tadeu

Localizada na Avenida Gregório Aversa, 715, Bairro Recreio São Judas Tadeu (foto 21), a horta já tem mais de 30 anos, mas foi arrendada há 15 anos pelo pai do atual dono que agora é o Sr. Fernando Aparecido Zambom, com 35 anos. Fernando sempre foi horticultor, herança paterna, e já trabalhou em outras hortas como empregado.

Foto 21 - Vista aérea das Hortas Clínica Terapêutica e Recreio S. Judas Tadeu.



Fonte: Google Earth em 09 Ago. 2014.

Em uma área de aproximadamente 8.000 m² são cultivados legumes como cenoura, beterraba, rabanete e quiabo e muitas hortaliças, entre elas: alface, almeirão, chicória, couve, repolho, cheiro verde, coentro, brócolis, rúcula etc. Também são cultivadas frutas como banana e manga. Três pessoas trabalham da horta, o Sr. Fernando, e mais dois irmãos, sendo que todos realizam uma segunda atividade para reforçar o orçamento doméstico.

No local tem duas casas, onde moram a família de um irmão e a de Fernando, num total de oito residentes. Uma estufa é usada para o preparo das mudas e lavagem das verduras. Tem um galpão que guarda uma perua de entregas e implementos agrícolas. Para regar as plantas são usadas as águas de uma nascente que passa pelo terreno. Também há uma represa em obras que serve para criar peixes (fotos 22 e 23).

As hortaliças são vendidas em mercados e varejões e chegam a faturar quatro salários mínimos. Com o consumo próprio economizam R\$ 200,00 mensais no supermercado. Não têm sido feitos investimentos na área pela incerteza de permanência na terra, pois o proprietário tinha anunciado a sua venda nas imobiliárias.

Foto 22 - Germinação de mudas.



Foto 23 - Estufa e futura represa de peixes.



Fonte: Captada em pesquisa de campo em 14/01/2015.

Resultados da pesquisa de campo : retomando dados

Os locais pesquisados foram numerados e marcados com letras para facilitar a construção de tabelas. Nesta parte foram registrados todos os resultados da pesquisa nas hortas selecionadas, que estavam em atividade comercial, que também forneciam alimentos para consumo próprio e que faziam doações de sobras e alimentam alguns animais (Tabela 1).

Tabela 01 - Hortas utilizadas nos resultados e discussão da pesquisa.

Contagem	Denominação dada às Hortas	Letra	Área (m ²)
1	Horta Ferradura	A	48000
2	Horta do Bairro Jardim Itamaraty	B	40.000
3	Horta do Bairro São Carlos VIII	C	36.000
4	Horta I do Bairro Botafogo	D	26.000
5	Horta II do Bairro Botafogo	E	26.000
6	Horta do Bairro Rancho Velho	F	20.000
7	Horta da Chácara São José	G	12.000
8	Horta do Bairro Jardim Paulistano	H	11.600
9	Horta do Centro	I	9.300
10	Horta do Bairro Recreio São Judas Tadeu	J	8.000

Fonte: resultados da pesquisa

Após definir as hortas da pesquisa, foram investigadas a idade dos agricultores (dos chefes da família) e sua escolaridade (**tabela 02**). Verificou-se que a idade média deles é de cerca de 51 anos. Por sua vez, o grau de escolaridade médio foi o fundamental completo. A baixa escolaridade dos agricultores vem das décadas passadas, onde o acesso à educação era restrito, principalmente no interior, mas principalmente pela maioria deles ser oriunda de família numerosa, o que facilitava o abandono precoce do estudo para a dedicação ao trabalho.

As atividades de Agricultura Urbana no Município de São Carlos são desenvolvidas em sua maioria por pessoas do sexo masculino, conforme mostra a **tabela 03**. Dos 31 agricultores entrevistados 22 eram homens e nove mulheres que atuam dia a dia nas hortas. Os moradores dessas Hortas, tanto homens como mulheres que não atuam no cultivo, não entraram na computação de dados para a pesquisa. Por se tratar de Hortas Urbanas por isso é bastante comum a pessoa morar num local que possua horta, mas desenvolver outro tipo de atividade fora.

Tabela 02 - Escolaridade dos agricultores que trabalham nas Hortas.

Idade	Escolaridade	Hortas										%
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
Até 14 anos	1ª à 4ª série – Fundamental											
	5ª à 8ª série – Fundamental											
De 15 a 22 anos	1ª à 4ª série – Fundamental											
	5ª à 8ª série – Fundamental											
	Ens. Médio completo ou incompleto.	1	1									6,46
6,46%	Ens. Superior completo ou Incompleto.											
De 23 á 40 anos	1ª à 4ª série – Fundamental											
	5ª à 8ª série – Fundamental		1	3	1					1	3	29,07
	Ens. Médio completo ou incompleto.	2				1						9,69
38,76%	Ens. Superior completo ou Incompleto.											
De 41 á 59 anos	1ª à 4ª série – Fundamental		1									3,23
	5ª à 8ª série – Fundamental	2										6,46
	Ens. Médio completo ou incompleto.				1							3,23
16,15%	Ens. Superior completo ou Incompleto.					1						3,23
Mais de 60 anos	1ª à 4ª série – Fundamental							1				3,23
	5ª à 8ª série – Fundamental											
	Ens. Médio completo ou incompleto.						4		2	1		22,61
38,76 %	Ens. Superior completo ou Incompleto.									4		12,92

Fonte: resultados da pesquisa

O número de pessoas envolvidas com as hortas está na **tabela 04**, somam 52, mas 21 delas apenas moram nos seus terrenos, sem envolvimento direto coma a produção. A idade média das pessoas que trabalham somadas às que apenas moram nas áreas e fazem outras atividades ficou em 42,7 anos, superior aos 51 anos dos horticultores, indicando que a atividade aumenta à medida em que a idade das pessoas aumenta.

Os anos dedicados à agricultura foram mostrados neste artigo na **tabela 05 e no gráfico 1**, onde pode-se constatar o percentual esmagador de 74,29% de pessoas que atuam há mais de 10 anos nessa atividade e que não pretendem mais voltar a estudar e nem procuram qualificar-se para disputar vagas de trabalhos menos penosos e melhores remunerados. O que reforça os dados anteriores, sugerindo que os jovens esperam exercer outro tipo de profissão.

Tabela 03 - Quantidade de pessoas que trabalham divididas por sexo.

Horta	Masculino	Feminino	% Masculina	% Feminina
A	3	2	9,69	6,46
B	3	-	9,69	-
C	2	1	6,46	3,23
D	2	-	6,46	-
E	2	-	6,46	-
F	3	1	9,69	3,23
G	1	-	3,23	-
H	1	1	3,23	3,23
I	2	4	6,46	12,92
J	3	-	9,69	-
Total	22	9	71,06	29,07

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 04 - Idade das pessoas envolvidas na Agricultura Urbana.

Trabalham na Agricultura Urbana	Idade					Total
	Até 14 anos	De 15 até 20 anos	De 21 até 39 anos	De 40 até 59 anos	Mais de 60 anos	
Sim	-	2	12	6	11	31
Não	5		6	3	7	21
Total	5	2	18	9	18	52

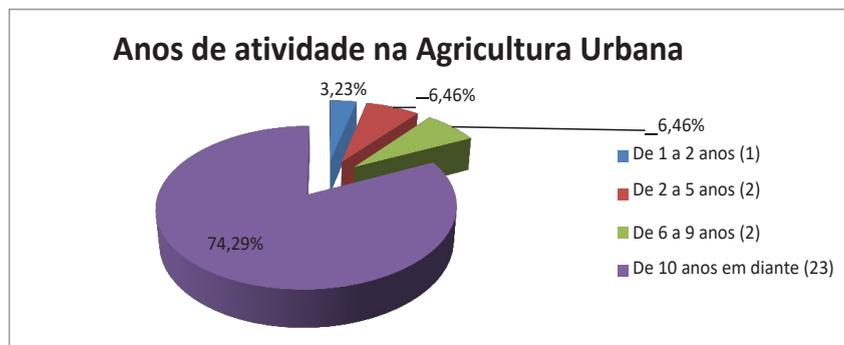
Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 05 - Tempo (anos) dedicado a Agricultura Urbana.

Tempo (anos)	Nº de pessoas	%
Menos de 1 ano	3	9,69
De 1 até 2 anos	1	3,23
De 2 até 5 anos	2	6,46
De 5 até 10 anos	2	6,46
De 10 em diante	23	74,29
Total	31	100

Fonte: resultados da pesquisa

Gráfico 01 - Percentual de anos de atividade dedicados à Agricultura Urbana.



Fonte: resultados da pesquisa

A **tabela 06** mostra o tempo em horas diárias que os agricultores dedicam a essa atividade. O que se pode concluir é que se trata de uma atividade penosa que exige muita dedicação. Percebeu-se que 58% dos envolvidos dedicam-se às atividades mais de 12 horas diárias.

Nas razões declaradas que levaram os sujeitos essa prática, predominou as de tradição familiar, pois os pais já eram agricultores e isso foi passando de geração em geração (**tabela 07**). Vale destacar que na horta do centro de São Carlos, o proprietário ainda atuante, hoje com 80 anos de idade, criou seis filhos com os rendimentos da Horta e todos estudaram em universidades públicas, a maioria já está aposentada e ainda tem o hábito de trabalhar no cultivo pelo menos por quatro horas diárias por força do hábito e da tradição familiar. Outro fator notado na pesquisa é que das 10 hortas mais ativas, 50% são de agricultores com descendência oriental e migrantes da área rural.

Tabela 06 - Tempo dedicado (horas) à Agricultura Urbana.

Tempo (horas)	Nº de pessoas	%
Até 2 horas	-	-
De 2 a 5 horas	7	22,6
De 5 até 8 horas	-	-
De 8 até 12 horas	6	19,3
De 12 em diante	18	58,1
Total	31	100

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 07 - Razões para a prática da Agricultura Urbana.

Razões	Nº de pessoas	%
Pela tradição herdada dos pais	5	50
Para própria sobrevivência (falta de emprego)	2	20
Por lazer e para ocupar tempo ocioso	1	10
Por desejo de mudança de área de trabalho	2	20

Fonte: resultados da pesquisa

A falta de emprego foi um dos motivos importantes para desenvolverem a horta, além do desejo de mudança do ramo de atividade e do cultivo para própria subsistência.

Quanto ao destino da produção (**tabela 08**), apenas quatro agricultores utilizam seus produtos para alimentação de animais, isso porque não são todos que possuem criações em suas hortas. Apenas três deles fazem doação do excedente produzido, porém 100% desses agricultores consomem os alimentos que cultivam, cerca de 2% da produção, em torno de 95% dos produtos são vendidos para mercados, e varejões e para compradores diretos próximos de suas hortas.

Tabela 08 - Destino da produção.

Horta	Venda	Consumo	Doação	Troca	Alimentação de animais	%
A	90%	2%	-	-	8%	100
B	96%	1%	-	-	3%	100
C	95%	2%	-	-	3%	100
D	98%	1%	-	-	1%	100
E	98%	1%	1%	-	-	100
F	98%	2%	-	-	-	100
G	99%	1%	-	-	-	100
H	98%	2%	-	-	-	100
I	90%	4%	6%	-	-	100
J	92%	3%	5%	-	-	100

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 09 - Renda/economia com a produção.

Horta	Renda Sal. Min.	Economia em R\$	Nº de Agricultores	Participação da horta na renda da família
A	8	500,00	5	50%
B	4	400,00	3	40%
C	4	400,00	3	100%
D	4	100,00	2	100%
E	10	1.000,00	2	20%
F	2	150,00	4	10%
G	2	200,00	1	20%
H	4	100,00	2	3%
I	1	160,00	6	0%
J	4	100,00	3	50%

Fonte: resultados da pesquisa

De acordo com Castelo Branco et. al. (2007), apesar de a atividade de horticultura não ser formalizada, ela segue um padrão de produção em que os agricultores se concentram em poucos produtos que não exigem grandes extensões de terra para o cultivo. Para Bryld (2003) o cultivo urbano de hortaliças é capaz de gerar vários benefícios diretos para as populações que o desenvolvem, sendo o mais importante deles a melhoria do estado nutricional dos agricultores e das populações que vivem no entorno das hortas.

A **tabela 09** demonstra o quanto de economia os agricultores conseguem ao consumir seu próprio cultivo. É de alta significância para as famílias dos agricultores que no geral possuem um baixo nível de renda que em média as famílias economizam R\$ 310,00 por mês com alimentos. Na medida em que a horta diversifica mais sua produção, maior é a economia mensal que a família tem consumindo sua própria produção e ainda notou que quanto menos perecível for o alimento, maior ainda a sua economia e o seu consumo, pois podem estocar por muito mais tempo. É o caso do feijão, do milho, da mandioca, da cebola, do alho e da batata.

O produto mais vendido em 90% das hortas visitadas é a alface (**tabela 10**). O que se pode notar nesse quesito foi que, apesar de mais trabalhosa e menos rentável, as hortaliças folhosas estão presentes em 90% das hortas, isso devido ao ciclo produtivo ser mais rápido e ao mercado absorver com

maior rapidez esses produtos. As frutas e grãos aparecem com menores índices de produção por se tratarem de alimentos mais comuns para produção em larga escala. Para completar a tabela 10, no **gráfico 02**, os dados revelam a participação relativa na produção das hortaliças, 61%, legumes, 32%, frutíferas, 5% e de grãos, 2%. Não foram encontradas produções de plantas medicinais nem ornamentais em São Carlos.

Tabela 10 - Produtos mais vendidos.

Horta	Hortaliças	Legumes	Frutas	Grãos	Remédios
A	Alface	Beterraba	Maracujá	Milho	-
B	Alface	Beterraba/ Cenoura	-	Feijão	-
C	Alface/ Rúcula	Vagem/ Beringela	-	Feijão	-
D	Alface	Beterraba	-	-	-
E	Alface	Rabanete	Manga	-	-
F	Alface/ Couve	Cenoura	-	-	-
G	Alface/ Couve	Mandioca	Limão	-	-
H	-	Couve	-	-	-
I	Alface	-	-	-	-
J	Alface	Mandioca	Banana	-	-

Fonte: resultados da pesquisa

Gráfico 02 - Percentual dos produtos cultivados em todas as Hortas.

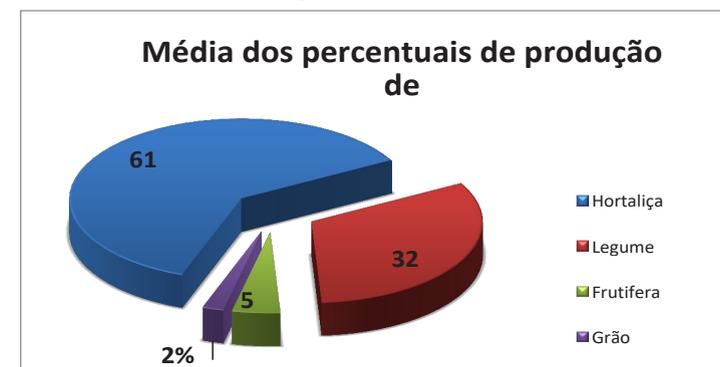


Tabela 11 - Local de comercialização dos produtos.

Horta	Vendas				Consumo Próprio	%
	Própria Horta	Feiras	Merca-dos	Varejões		
A	-	-	49%	49%	2%	100
B	-	-	39%	60%	1%	100
C	-	-	-	98%	2%	100
D	-	-	-	99%	1%	100
E	99%	-	-	-	1%	100
F	-	-	-	98%	2%	100
G	99%	-	-	-	1%	100
H	-	-	-	98%	2%	100
I	96%	-	-	-	4%	100
J	-	-	-	97%	3%	100

Fonte: resultados da pesquisa

No comparativo da **tabela 11** ficou demonstrado que 100% dos horticultores consomem seu próprio alimento e que 30% desses agricultores vendem sua produção nas próprias hortas, isso por estarem localizadas em local de grande circulação de pessoas e de fácil acesso, o que não ocorre com os 70% dos demais agricultores mais ativos da pesquisa, que vendem suas produções para mercados e varejões. Nota-se, nesse caso, que nenhum agricultor faz suas vendas em feiras livres e também nenhum deles fornece para a merenda escolar do município. Alguns agricultores interessados nesse segmento informam ser muito burocrática a forma de administrar esse tipo de situação pelo município, o que demonstra a carência de políticas públicas mais efetivas para a agricultura urbana.

Outro fator de extrema importância relatado por 100% dos agricultores foi que nenhum deles tem participa de associações de produtores, sindicatos e cooperativas e nenhum deles tem experiência em cursos de reciclagem pelo fato de o município não oferecer esse tipo de serviço à população.

Entre as principais dificuldades relatadas pelos entrevistados (**tabela 12**), a falta de mão de obra está relacionada com a falta de tempo do agricultor, derivada da grande quantidade de horas diárias de dedicação desse agricultor para atingir um mínimo de produção compensadora. Se existe falta de mão

de obra, então existe oportunidade de emprego que o Município não enxerga ou faz vistas grossas para o segmento.

Tabela 12 - Dificuldades citadas pelos produtores.

Horta	Dificuldades								
	Falta de dinheiro	Falta de espaço	Mão de obra	Furtos	Falta de conhecimento técnico	Falta de tempo	Falta de equipamentos	Falta de água	Não tem dificuldades
A	-	-	-	X	X	X	X	-	-
B	-	-	X	X	X	X	-	-	-
C	X	-	-	X	X	X	X	-	-
D	-	-	X	X	-	X	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F	-	-	X	-	-	X	-	-	-
G	X	-	X	X	-	-	-	-	-
H	-	-	X	-	-	-	-	-	-
I	-	X	X	-	-	-	-	-	-
J	X	-	X	-	X	X	X	-	-

Fonte: resultados da pesquisa

Outra dificuldade muito relatada foi a falta de dinheiro para investir. Essa falta poderia ser minimizada com a possibilidade de acesso ao microcrédito para esses agricultores. YUNUS (2000) *apud* PESSOA (2005) conceitua o microcrédito como um bom instrumento de intervenção financeira, de forma que famílias pobres criam laços sociais informais, com certo grau de dominação, substituindo o banqueiro.

As cadeias de microcrédito citadas, baseiam-se em responsabilidades, onde o não pagamento implica em consequências morais dentro da comunidade e na agência de empréstimo. Dentro da temática AU, o microcrédito poderia atender a uma necessidade social, favorecendo as pessoas que não conseguem chegar ao sistema financeiro, sendo então um sistema viável para a inclusão social de grupos menos favorecidos economicamente. Isso supriria também a falta de equipamentos, muito relatada nas entrevistas dos agricultores.

Na **tabela 13** estão inseridas as necessidades dos agricultores, um complemento mais esclarecedor sobre as dificuldades já elencadas na **tabela 12**, indicativas de possibilidades de apoios assistenciais, como a formação de uma associação, cursos de aperfeiçoamento, alguma assistência técnica e abatimentos no IPTU e na água.

Tabela 13 - Principais necessidades dos agricultores.

Necessidades	Hortas									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Dinheiro para investir	-	X	X	X	-	-	X	-	-	X
Espaço e infra estrutura	-	-	X	-	-	-	-	-	X	-
Mão de obra	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X
Insumos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Formação de uma associação	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X
Conhecimento técnico (cursos)	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X
Ferramentas e máquinas	-	X	X	-	-	-	X	-	-	X
Abatimento no IPTU	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Não tem dificuldades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: resultados da pesquisa

Considerações Finais

Apesar da AU já fazer parte da vida da maioria da população, não há grande acúmulo de reflexões acadêmicas sobre sua relação com os parâmetros do desenvolvimentos local. A pesquisa relatada também teve a intenção de alertar as autoridades da cidade de São Carlos-SP para esta boa prática que pode acenar para a alimentação saudável. Antes da recente trajetória da institucionalização, a AU fazia parte da dinâmica das cidades como uma prática espontânea. Hoje, a resistência usada em relação à AU se refere aos que difundem uma visão dicotômica que opõem o rural e o urbano, visão criticada ao longo deste artigo. O número de hortas existentes no Município de São Carlos é expressivo, porém parte delas resiste firmemente às condições precárias às quais estão submetidas. Esse número pode dobrar facilmente e até triplicar com pequenas ações públicas de apoio e assessoramento às famílias envolvidas com horticultura. É possível que se triplique a produção de alimentos e a oferta de mão de obra com pequenas atitudes e com a prática das políticas públicas já existentes e com a criação de outras.

O que ainda caracteriza a comercialização dos produtos das hortas é a dependência do “atravessador”, ou seja, como muitos desses produtores não têm transporte, eles ficam na dependência de comerciantes que compram

sua produção e revendem na cidade; é um problema histórico da pequena produção, que fica sempre na dependência do “atravessador” que abocanha boa parte da renda dos produtores.

No transcorrer das entrevistas pôde-se notar certa divisão de ânimos entre os agricultores, devido às dificuldades de falta de dinheiro para investir, alto custo do IPTU, alto índice de furtos e pela falta em encontrar mão de obra interessada. Enquanto alguns estavam animados e satisfeitos com a atividade e até almejando voos maiores, outros estavam desolados e com expressivo desejo de cessar a atividade, comparando os dias de hoje com os da década passada, fato que somente não ocorreu ainda por falta de opção em ingressar em outra atividade que os sustentem.

Apesar de todas essas dificuldades todos os entrevistados relataram a melhoria de qualidade de vida, o bem-estar, a autoestima e a saúde. As dificuldades e necessidades dos agricultores de São Carlos são uma amostra do que acontece no resto do país.

É importante salientar que apesar de terem sido visitadas as 22 hortas urbanas existentes em São Carlos, percebeu-se mais de 300 quintais residenciais e terrenos desocupados com diferentes espaços para produção. Percebeu-se, ainda, que essas áreas são espaços de produção dos agricultores urbanos não entrevistados por serem locais de pequena produção de caráter doméstico.

A prática da agricultura urbana é promissora, vantajosa e gratificante. Estar contra ela parece ser uma defesa da produção capitalista do espaço, centrada na reprodução dos capitais individuais a exemplo da especulação das atividades imobiliárias dos vazios urbanos.

A discussão sobre as contribuições da AU para a população ainda pode ser muito explorada pelas autoridades municipais, estaduais e federais. Essa pesquisa é pioneira na cidade e uma das poucas existentes na região e no Estado de São Paulo. É preciso questionar as autoridades, fiscalizar governantes e exigir a efetivação prática das PPs já existentes e a criação de outras quando tão necessárias.

Diante do exposto, fica aqui a sugestão de se criar uma equipe técnica para assessorar e orientar agricultores com cursos sobre plantio e colheita, com práticas ambientais orgânicas e sanitárias próprias para o manejo, estocagem, embalagem e transporte de alimentos. Sugere-se ainda o acesso desses agricultores ao microcrédito e a sua inclusão como fornecedores de merenda escolar, a criação de projeto de leis de descontos maiores que o

atual IPTU VERDE e descontos na conta de água para irrigação, destinados exclusivamente para os agricultores urbanos. Sugere-se também a criação de incentivos com insumos, sementes, ferramentas e o fornecimento gratuito da palha da capinação das praças para a prática de compostagem nas hortas, além da criação de uma associação para reforçar a união entre os horticultores para trocas de experiências e defesa de seus direitos.

Concluindo, este artigo buscou reforçar a importância da preservação da ruralidade espaço urbano. Sem dúvidas, cuidados com a qualidade ambiental das hortas urbanas, iniciativas de inserir este programa na política municipal de abastecimento poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Referências

APROAGRIUP - Associação dos Produtores da Agricultura Urbana e Periurbana de Campinas e Região - Cio da Terra <<http://aproagriup.blogspot.com.br/>> Acessado em 2014.

BELTRAN, J. Hacia un imaginario de desarrollo sostenible. En: **A la búsqueda de ciudades sostenibles**. Encuentro Internacional Habitat, 1994. Bogotá: Editorial Guadalupe, 1995. 369p.

BIONDI, J.H. **Agricultura urbana em São Carlos-SP: situação atual e perspectivas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado), Universidade de Araraquara - UNIARA, 2015.

BRYLD, E. 2003. Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. **Agricultural and Human Values**, v. 20, p. 79-86. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo.php?pid=S0102-05362011000300028&script=sciarttext>> – Acessado em: 17 jun. 2015.

CAIADO, A.S.C.; SANTOS, S.M.M. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos sócio espaciais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 115-124, 2003. Em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a12v1734.pdf>> Acessado em: 15 Out. 2014.

CASTELO BRANCO, M.; ALCÂNTARA, F.A. Hortas Urbanas e Periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, v. 29: p. 421-428, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010205362011000300028&script=sciarttext>> Acessado em: 25 ago. 2014.

DEPONTI, C.M. et. al: Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural e Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 4, out/dez 2002. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/3B8B806CF584452C8325749B0056E2C1/\\$File/NT00038_BCE.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/3B8B806CF584452C8325749B0056E2C1/$File/NT00038_BCE.pdf)> Acessado em: 19 Dez. 2014.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>> Acessado em: 09 Ago. 2014

GRAZIANO DA SILVA, J. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando aberturas geográficas das novas PNADS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, n.35, 1997, Brasília, **Anais**, Brasília, 1997, p. 114-146.

LEME, M. K. **Agricultura Urbana em Rio Claro - SP: Produção e Políticas Públicas**. (Dissertação de Mestrado). São Carlos: UFSCar, 2012, 118p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Seleção de Proponentes para apoio a projetos de Agricultura Urbana e Peri Urbana**. Edital Sesan/MDS nº 01, 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/editais/editais-2007-sesan/edital-agriculturaurbana-e-periurbana-2007.pdf/view>> Acessado em 18 Nov. 2014

PESSOA, C.C. **Agricultura Urbana e Pobreza: Um estudo no município de Santa Maria-RS**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria-RS, 2005. 102 p.

RICARTE CORRUBIAS, J. D. **Agricultura urbana em Porto Ferreira-SP: Mapeamento, caracterização e tipificação**. 2011. 298p. (Dissertação

de Mestrado) São Carlos, UFSCAR, 2011.

VEIGA, J.E. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_jose_eli.pdf> Acesso em: 22 Dez. 2014.

VEIGA, J.E. Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003. Disponível em: <<http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5-jose-eli.pdf>> Acessado em 20 Dez. 2014.

THORNTON, A. Beyond the Metropolis: small town case studies of urban and peri-urban Agriculture in South Africa. **Urban Forum**, v. 19, p. 243–262, 2008. Disponível em: <<http://mafds.websimple.info/files/arquivo/140/eliane-raissa-ribeiro-silva.pdf>> Acessado em: 14 Dez. 2014.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática. 2000.

AGROECOLOGIA E PROCESSOS DE TRANSIÇÃO NO ASSENTAMENTO RURAL SANTA HELENA

Paulo Rogério Lopes¹

Keila Cássia Santos Araújo²

Roberta Cristina da Silva³

Jonas Pereira da Silva⁴

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco⁵

Resumo: A agricultura convencional, pautada nos usos de agroquímicos, máquinas de grande porte, sementes transgênicas e simplificação dos ambientes tem se mostrado cada vez mais insustentável, devido ao alto custo de produção, associado à elevada dependência dos recursos externos à propriedade (insumos), resistência das pragas aos agrotóxicos, perda da fertilidade dos solos, ausência de biodiversidade funcional nos agroecossistemas, sendo energeticamente, socialmente, economicamente, ambientalmente e politicamente insustentável. O objetivo principal da pesquisa consistiu em colaborar com a transição agroecológica do assentamento rural Santa Helena, localizado no município de São Carlos/SP, mediante uma problematização participativa da realidade local e a construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável junto a comunidade, sob a ótica da Agroecologia (diálogo de saberes e extensão agroecológica dialógica contextualizada). Por meio de um diagnóstico participativo e dialógico com a comunidade local, alicerçado nos pressupostos da pesquisa participante verificou-se a necessidade de aumentar os níveis de segurança alimentar das famílias assentadas, autossuficiência e resiliência dos agroecossistemas, práticas agrícolas sustentáveis, rentabilidade financeira e maior adaptabilidade dos sistemas produtivos. Portanto, realizou-se a

¹PhD em Recursos Florestais (Esalq/USP), Doutor em Ciências, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Agrônomo, Coordenação técnica/científica do Projeto Assentamentos Agroecológicos (Esalq), Pesquisador do Nacepteca (Esalq).

²Doutora em Geografia - Unesp, Professora do IFBa.

³Engenharia Agrônoma - UFCar/Pronera, Educadores agroecológicos do Projeto Assentamentos Agroecológicos (Esalq).

⁴Engenharia Agrônoma - UFCar/Pronera, Educadores agroecológicos do Projeto Assentamentos Agroecológicos (Esalq).

⁵Professora titular da Universidade Estadual de Campinas / Universidade Federal de São Carlos/Sp.

construção e implantação de arranjos produtivos sustentáveis em mais de 50% dos lotes do assentamento. Foram inseridas seis novas áreas de sistemas agroflorestais biodiversos (SAFs), contendo mais de 60 espécies cada área (espécies arbóreas nativas, frutíferas, anuais, leguminosas herbáceas e arbustivas) e duas áreas, contendo lavouras convencionas de café, foram enriquecidas com espécies sombreadoras (leguminosas nativas), frutíferas perenes, plantas anuais e leguminosas herbáceas/arbustivas. Com o intuito de fomentar a disseminação das práticas agroecológicas de manejo agrícola no assentamento todas as atividades de desenhos dos arranjos, implantação e monitoramento dos SAFs foram idealizadas e realizadas com a participação efetiva de toda comunidade, no formato de oficinas. As principais atividades práticas de cunho agroecológico realizadas com a comunidade para a transição das unidades produtivas foram: cobertura viva do solo, com o manejo adequado das ervas espontâneas e cultivo de plantas destinadas à adubação verde (crotalaria e feijão guandu); cobertura morta (adição de folhas secas, palhas e restos vegetais) sobre as linhas das culturas agrícolas; cercas vivas, que são quebra-ventos formados por plantas que protegem as plantações contra rajadas de ventos; plantio consorciado de espécies, que consiste na associação de duas ou mais plantas cultivadas na mesma área; policultivos ou SAFs; adubação orgânica feita com adubos compostados (aproveitamento de resíduos vegetais e animais para produção de compostos orgânicos); integração da produção vegetal com a produção animal, com a inserção de plantas sombreadoras nas pastagens e utilização dos estercos dos animais nas adubações dos cultivos; plantio de plantas repelentes de insetos pragas e aumento da biodiversidade dos lotes com inserção de plantas atrativas de polinizadores e inimigos naturais de pragas (parasitoides e predadores que realizam o controle biológico).

Palavras-chave: Educação do campo; Comunicação rural; Sistemas Agroecológicos; Agroecologia.

Abstract: The conventional agriculture, based in agrochemical uses large machines, genetically modified seeds and simplification of the environment has become increasingly less sustainable, because the high cost of production, coupled with the high dependence on external resources to property (supplies), resistance pests to pesticides, loss of soil fertility, lack of functional biodiversity in agro-ecosystems, and energy, socially, economically, environmentally and politically unsustainable. The main

research objective was to collaborate with the agro-ecological transition from rural settlement Santa Helena, located in the municipality of São Carlos/SP, through a participatory questioning the local reality and the construction of sustainable rural development strategies with the community, in a perspective of Agroecology (dialogue of knowledge and dialogue agroecological extension contextualized). Through periodic visits was built a participatory and dialogical diagnosis with the local community. They used participatory action research techniques, highlighting the cross walks, semi-structured interviews, and the tool FOFA (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Adversities). There was the need to increase food security levels of settlers, self-reliance and resilience of agro-ecosystems, sustainable agricultural practices, financial profitability and greater adaptability of production systems. Therefore, there was the construction and implementation of sustainable production systems in 50% of the lots of the settlement. Six were inserted new areas of biodiverse agroforestry systems, containing more than 30 species each area (native tree species, fruit, annual, herbaceous and shrub legumes) and two areas containing conventional crops of coffee, were enriched with shadows species (native legumes) and herbaceous/shrubby legumes. In order to foster the spread of agro-ecological agricultural practices in the settlement all deployment activities of agroforestry systems were designed and implemented with the effective participation of the entire community. The main agro-ecological nature of practical activities carried out with the community to agroecological conversion of production units were living ground cover, with the proper management of weeds and plant cultivation for green manure (crotalaria and pigeon pea); mulch (adding dry leaves, straw and crop residues) on the lines of agricultural crops; hedges, which are windbreaks formed by plants that protect crops against gusts of wind; component crops species, consisting of the association of two or more plants grown in the same area; polycultures or agroforestry systems; organic fertilizer made of composted manure (use of plant and animal residues for the production of organic compounds); integration of crop production to animal production, with the inclusion of shadow plants in pastures and use of animal manure in the fertilization of crops; planting of repellent plants pest insects and increased biodiversity of the lots with insertion attractive plant pollinators and natural enemies of pests (parasitoids and predators that perform biological control).

Keywords: Agroecosystem conversion; Rural Communication;

Agroforestry; Agroecology.

Introdução

A agricultura convencional, pautada nos usos de agroquímicos, máquinas de grande porte, sementes transgênicas e simplificação dos ambientes tem se mostrado cada vez menos sustentável, devido o alto custo de produção, associado à elevada dependência dos recursos externos à propriedade (insumos), resistência das pragas aos agrotóxicos, perda da fertilidade dos solos e ausência de biodiversidade funcional nos agroecossistemas (polinizadores e inimigos naturais, que atuam no aumento da produção, favorecendo a fecundação e o controle de pragas, respectivamente). Neste sentido, estudos e iniciativas que favoreçam o desenvolvimento dos estilos alternativos de agricultura e a organização da agricultura familiar têm sido fundamentais nesse processo de busca por um desenvolvimento rural.

De acordo com Lopes (2014), os sistemas produtivos de base ecológica vêm surgindo como uma alternativa tecnológica e economicamente rentável aos agricultores, uma vez que visam eliminar os impactos ambientais provocados pelo uso irracional dos recursos naturais. Por este motivo, a sistematização e apresentação de experiências com agricultura sustentável têm fortalecido a transição agroecológica realizada no país.

Os movimentos de agricultura alternativa ao modelo de produção atualmente predominante são caracterizados pela utilização de tecnologias adaptadas às características edafoclimáticas locais, isentos de pesticidas e fertilizantes sintéticos, regidos por um equilíbrio dinâmico entre muitas espécies, imitando ao máximo os sistemas naturais (LOPES, 2014).

A base científica para esses estilos de agricultura é dada pela Agroecologia, ciência pautada em diversas áreas do conhecimento científico e na valorização do conhecimento tradicional dos agricultores, contendo os princípios teóricos e metodológicos que dão suporte às análises dos agroecossistemas, subsídios para o manejo e redesenho dos sistemas produtivos, essencial no processo de transição agroecológica iniciado pelas unidades de produção convencionais que almejam alcançar níveis satisfatórios de sustentabilidade (LOPES, 2014).

De acordo com Caporal e Costabeber (2002), a Agroecologia tem sido reafirmada como um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas.

Altieri (1989), também traz uma definição bem parecida, onde afirma

que Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de agricultura sustentável nas suas diversas manifestações ou denominações.

Segundo Assis (2002), a Agroecologia resgata a lógica das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos tradicionais desprezados pela agricultura moderna como forma de vencer o desafio de estabelecer uma agricultura sustentável. Para Guzmán (2005), o aprendizado dessa nova maneira de pensar e fazer agricultura passa por experiências de êxito e fracasso, devendo ser realizado por toda sociedade.

Neste sentido, avaliar os sistemas de produção adotados pela agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária se constitui em uma estratégia chave no processo de transição agroecológica. Ressalta-se que a transição para sistemas produtivos sustentáveis exige uma caracterização e problematização da realidade local com a participação efetiva da comunidade. Somente a partir de uma leitura e caracterização criteriosa da atual situação do sistema de produção que as estratégias e ações de transição poderão ser traçadas, sejam elas numa perspectiva política, produtiva, ambiental, social, econômica, energética e ecológica. Isso se deve às particularidades e especificidades edafoclimática, ambiental e social de cada agroecossistema, lote, assentamento rural e/ou comunidade local. Uma vez que a transição agroecológica implica numa reorganização e redesenho dos agroecossistemas.

Infelizmente, muitas barreiras necessitam ser superadas para que a transição agroecológica ocorra de maneira efetiva, sendo a ausência de assistência técnica e extensão rural diferenciada somente uma delas. Assim, o curso de Especialização em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa – Residência Agrária oferecido pela FEAGRI/UNICAMP, numa perspectiva de formar educadores e comunitários (“extensionistas”) agroecológicos, possibilitou aos educandos do curso a oportunidade de construir juntamente com a comunidade o desenvolvimento de propostas e ações de desenvolvimento rural sustentável que se efetivaram no assentamento. Para tanto, realizou-se um diagnóstico socioeconômico e ambiental participativo por meio da pesquisa participante no assentamento, determinando-se juntamente com a comunidade estratégias de desenvolvimento rural local, que atendessem as principais necessidades e demandas dos agricultores e agriculturas assentadas (os). Neste sentido, o objetivo do presente trabalho consistiu em apresentar os resultados alcançados com as propostas, estratégias e

ações em prol da transição agroecológica do assentamento rural Santa Helena, que culminaram com a implantação de seis sistemas agroflorestais e o enriquecimento de duas áreas de monoculturas de cafeeiros, aplicando e respeitando os princípios da Agroecologia, principalmente o diálogo de saberes e a extensão rural agroecológica.

Talvez aqui seria interessante construir um parágrafo elucidando o que se entende por extensão rural agroecológica.

Revisão teórica

Biodiversidade e manejo sustentável dos recursos naturais

Apesar das adversidades enfrentadas pelo setor produtivo agropecuário, sejam no tocante às questões econômicas, energéticas, ambientais, climáticas e sociais, existem diversas estratégias que podem contribuir para minimização e resolução destes problemas. Dentre as estratégias primordiais destacam-se a importância da recuperação e conservação dos solos e a restauração florestal com o incremento da biodiversidade nos ecossistemas e nos sistemas produtivos agropecuários, seja ela na escala genética e em nível de diversidade de espécies. A agrobiodiversidade também se refere à diversidade genética dos cultivares e criações animais, a sua diversidade em nível de espécies cultivadas assim como à diversidade das paisagens agrícolas, resultado da combinação de processos biológicos como aspectos sociais e culturais humanos.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), no plano da agrobiodiversidade, o caráter artificializador e homogeneizador dos métodos modernos de produção, acoplado à uniformização dos hábitos alimentares, vem estreitando o universo e a base genética das espécies e variedades cultivadas, gerando a chamada erosão genética. A busca obcecada pela máxima produtividade física e do trabalho, via mecanização, privilegia determinados tipos de genótipos em detrimento de outros, fazendo desaparecer inúmeras espécies e variedades, a maioria desenvolvida e manipulada milenarmente por populações indígenas e camponesas. A erosão genética provoca, acentua e acompanha a erosão cultural (MMA, 2006).

Por outro lado, além de sua importância na produção de alimentos, fibras e matérias-primas energéticas, a biodiversidade presente nos agroecossistemas oferece ainda uma variedade de serviços ecológicos essenciais para a manutenção e estabilidade destes sistemas. Isso se dá por

meio da interação dos organismos entre si e com o meio ambiente. Em sistemas agrícolas, é conhecida, por exemplo, a correlação direta entre a cobertura vegetal e a diversidade de insetos (FADINI *et al.*, 2001), úteis na polinização, no controle de pragas, na reciclagem de nutrientes e melhorando a qualidade do solo e diversos outros processos, como a regulação dos processos hídricos locais e a desintoxicação de químicos nocivos (ALTIERI, 2012; ALTIERI; NICHOLLS, 1999, 2000; ALTIERI *et al.*, 2003). Sendo assim, podemos perceber que a biodiversidade é a essência na operação dos mecanismos ecológicos internos de controle do equilíbrio (SKORUPA *et al.*, 2003), pois quanto maior o número de espécies presentes em um determinado ecossistema, maior será o número de interações tróficas entre seus componentes e, conseqüentemente, a estabilidade tenderá a aumentar (EHLERS, 1999; FERRAZ, 1999; MARQUES, 2003).

Na maioria dos agroecossistemas, a perturbação é muito mais freqüente, regular e intensa do que em ecossistemas naturais, uma vez que todo agroecossistema é uma simplificação a partir de sistemas naturais. Raramente, os agroecossistemas podem avançar muito no seu desenvolvimento sucessional. Porém existem várias formas de manejar e manter um agroecossistema, alguns mais diversos e estáveis do que outros. Assim, torna-se necessário analisar como os processos de produção agrícola estão ocorrendo nos dias de hoje, e qual o grau de importância dado às funções desempenhadas pela agrobiodiversidade nestes sistemas.

Segundo Altieri e Nicholls (2010), os principais princípios ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis são:

- ✓ O aumento da biodiversidade de espécies, já que essa diversidade permite um maior aproveitamento dos recursos (nutrientes, radiação, água, etc.) e proteção a pragas, uma vez que os policultivos ou cultivos mistos reduzem os riscos de infestações de pragas especialistas.
- ✓ Aumento da longevidade mediante a incorporação de cultivos perenes que proporcionam uma cobertura vegetal contínua que protege o solo, favorecendo ainda o incremento de matéria orgânica e a ciclagem de nutrientes.
- ✓ Existência de pousio para restaurar a fertilidade do solo através de mecanismos biológicos e reduzir as populações de pragas agrícolas ao interromper seus ciclos biológicos com a regeneração vegetal.
- ✓ Aumento de aporte de matéria orgânica ao introduzir plantas produtoras de biomassa (gramíneas, leguminosas), pois a acumulação

de matéria orgânica é crucial para ativar a biologia do solo, melhorar a estrutura, a macroporosidade e a fertilidade dos solos.

- ✓ Incremento da diversidade paisagística promovendo um mosaico de agroecossistemas representativo de várias etapas de sucessão ecológica, pois um melhor controle de pragas está também relacionado com a heterogeneidade espacial em nível de paisagem.

De acordo com Romeiro (1998), o progresso científico e tecnológico oferece muito mais do que no passado a possibilidade de fazer a natureza trabalhar em benefício do homem, pois eles podem contribuir para intensificar a concepção de sistemas integrados, na qual as complementariedades e simbioses existentes entre espécies vegetais e animais resultaram em benefícios ao ecossistema agrícola.

Neste sentido, maneiras corretas de manejo do solo, adoção de práticas conservacionistas e arranjos produtivos integrados têm demonstrado maior viabilidade econômica e ambiental, quando comparados com os sistemas convencionais de cultivo e manejo do solo.

Agroecologia e Transição agroecológica

Segundo Lopes e Lopes (2011), a Agroecologia, ciência emergente, embasada nas diversas áreas do conhecimento científico e do conhecimento tradicional de agricultores, contendo princípios teóricos e metodológicos voltados ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, poderá contribuir para a conservação da agrobiodiversidade, dos recursos naturais e demais meios de vida, possibilitando a perpetuação da agricultura familiar, numa ótica que transcende a produção de alimentos e abriga anseios maiores, como a reprodução social das famílias no meio rural, a qualidade de vida dos agricultores e a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações. Tal ciência em construção baseia-se no diálogo dos saberes, na evolução dialógica do conhecimento científico e do saber popular, valorizando a cultura do homem do campo e seus conhecimentos empíricos.

Segundo Lopes (2014), a Agroecologia oferece uma abordagem alternativa, que vai além do uso de insumos alternativos, buscando o desenvolvimento de agroecossistemas integrados e com baixa dependência de insumos externos. A ênfase está no planejamento de sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e os sinergismos entre os componentes biológicos substituem os insumos promovendo os mecanismos de sustentação da fertilidade do solo, da produtividade e da proteção das culturas (ALTIERI, 1989).

Num sentido mais amplo, a Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os preceitos da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas nos agroecossistemas), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito e valorização das culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais) (LOPES, 2014).

O objetivo final da transição agroecológica é melhorar a sustentabilidade produtiva, econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes (LOPES, 2014). Ao se adotar uma estratégia agroecológica, os componentes de manejo são geridos com o objetivo de garantir conservação e aprimorar os recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade vegetal, etc) (ALTIERI, 2012).

A adoção de estratégias agroecológicas são empregadas no intuito de fomentar a transição agroecológica dos agroecossistemas. A conversão do manejo convencional de alto uso de insumos para um manejo de baixo uso de insumos externo é um processo de transição em quatro fases distintas, descritas a seguir (ALTIERI, 2000):

- Retirada progressiva de insumos químicos
- Racionalização e melhoramento da eficiência no uso de agroquímicos por meio do manejo integrado de pragas (MIP) e manejo integrado de nutrientes;
- Substituição de insumos, utilizando tecnologias alternativas e de baixo consumo de energia;
- Replanejamento do sistema agrícola diversificado visando incluir integração plantação/animal.

São diversos os fatores que encorajam os agricultores a começarem o processo de transição, dentre os quais: custo crescente de energia (insumos químicos), baixa margem de lucro das práticas convencionais, aumento da consciência ambiental entre consumidores, produtores e legisladores, sendo que o sucesso da transição depende da capacidade do produtor em ajustar a estrutura de sua unidade produtiva a um novo contexto de produção (LOPES, 2014).

De acordo com Lopes (2014), não se pode negar que pesquisadores,

ambientalistas e uma pequena parcela da sociedade, graças aos estudos científicos, têm se atentado à questão ambiental, bem como, o movimento “verde” iniciado por volta de 1920 e tem assumido maiores proporções no cenário atual. Pois a questão ambiental não é considerada mais como apenas uma manifestação contrária ao crescimento econômico e sim uma questão de sobrevivência de toda a humanidade, uma vez que os níveis atuais de contaminação do solo, água, ar, destruição da nossa fauna e flora, apropriação do patrimônio genético por poucas empresas, empobrecimento da população e atuais crises financeiras dos países desenvolvidos evidenciam a fragilidade e insustentabilidade do conhecido e atual “desenvolvimento econômico” assumido pela maioria dos países.

Com o desenrolar das pesquisas científicas nas regiões tropicais, atualmente temos uma base científica pautada nas características edafoclimáticas e biológicas dos trópicos, o que tem favorecido a criação de modelos para a restauração de áreas degradadas e a criação de agroecossistemas biodiversos sustentáveis (LOPES, 2014).

Sistemas Agroflorestais

Sistemas agroflorestais são sistemas agroecológicos de produção em sua forma mais avançada, são formas de uso e manejo dos recursos naturais nas quais espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras), são utilizadas em associação deliberada com cultivos agrícolas ou pastagens no mesmo terreno, de maneira simultânea ou em sequência temporal para incrementar e encontrar o ponto máximo da produção de forma sustentada (PRIMAVESSI, 2013).

Segundo Siqueira et al. (2006), os sistemas agroflorestais geralmente produzem mais serviços e produtos se comparados aos monocultivos. Esse fator ocorre devido a grande diversidade de espécies florestais arbóreas e arbustivas, e pelas diferentes alternativas de consorciação com espécies agrícolas e/ou animais em um mesmo local. Lopes (2014) estudando o efeito da biodiversidade presente nos SAFs em culturas agrícolas carro chefes destes sistemas, na região do Pontal do Paranapanema/SP, averiguou menor incidência da herbivoria e do ataque do bicho-mineiro do cafeeiro quando comparados com os cultivos simplificados locais de cafeeiros. Além disso, o autor constatou o dobro do nível do serviço de controle biológico natural, promovido por vespas predadoras de lagartas minadoras de folhas de cafeeiros (*Leucoptera coffeella*) cultivados em SAFS em relação às lavouras convencionais arrançadas em monocultivos (LOPES, 2014).

Para Ribaski et al. (2001), os SAFs proporcionam os seguintes benefícios:

- Entre os benefícios dos sistemas agroflorestais destaca-se o controle de temperatura, da umidade relativa do ar e da umidade do solo. Esses elementos climáticos alteram-se bastante em condições de áreas abertas, sem árvores. Nos saf's a presença do componente arbóreo contribui para regular a temperatura do ar, reduzindo sua variação ao longo do dia e, conseqüentemente tornando o ambiente mais estável, o que traz benefícios às plantas e aos animais componentes desses sistemas;

- As espécies arbóreas melhoram os solos por numerosos processos, principalmente quando são usadas em saf's, onde são cultivadas na mesma área. As árvores influenciam na quantidade e na disponibilidade de nutrientes dentro da zona de atuação do sistema radicular das culturas associadas, através do acréscimo de N (nitrogênio), pela fixação biológica de N₂, da recuperação de nutrientes abaixo do sistema radicular das culturas agrícolas e/ou pastagens, da redução das perdas de nutrientes por processos como lixiviação e erosão e do aumento da disponibilidade de nutrientes pela sua maior liberação de matéria orgânica do solo;

- O crescimento de culturas agrícolas com espécies arbóreas pode ser favorecido, dependendo de fatores como o grau de sombreamento proporcionado pelas árvores, a competição entre as plantas, com relação à água e nutrientes no solo e a tolerância das espécies à sombra.

Enfim, a utilização de SAFs é uma opção viável que concorre para melhor utilização do solo, para reverter os processos de degradação dos recursos produtivos, para aumentar a disponibilidade de madeira, de alimentos e de serviços ambientais (conservação dos solos, controle dos ventos, redução na contaminação da água e do ar, recuperação de áreas degradadas, entre outros). Adicionalmente a esses aspectos, a introdução do componente florestal no sistema, constitui-se em alternativa de aumento de emprego e da renda rural (RIBASKI et al., 2001).

Metodologia

Área de estudo

O assentamento rural PDS Santa Helena está localizado no município de São Carlos/SP. Atualmente abriga 14 famílias assentadas pelo INCRA. Cada família possui uma área produtiva de aproximadamente 5,4 ha e o assentamento rural possuiu uma área total de 102,5 ha, incluindo as áreas comunitárias, de reserva legal e área de preservação permanente. O projeto de assentamento foi alicerçado e construído numa perspectiva inovadora de produção limpa e sustentável, ostentando o ideal dos sistemas de produção

não utilizarem agrotóxicos e fertilizantes sintéticos altamente solúveis. Por isso, tem-se intitulado o assentamento como “Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena”. A altitude média do assentamento é de 540 m, possui Latossolo Vermelho-Amarelado (Arenoso). O clima é tropical de altitude com inverno seco, com temperatura média mínima de 15,3° e máxima de 27,0° com precipitação de 1512 mm. Do total da área do assentamento 6,56 ha se constituem em área de reserva legal e 4,28 ha em área de preservação permanente (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Croqui do PDS Santa Helena

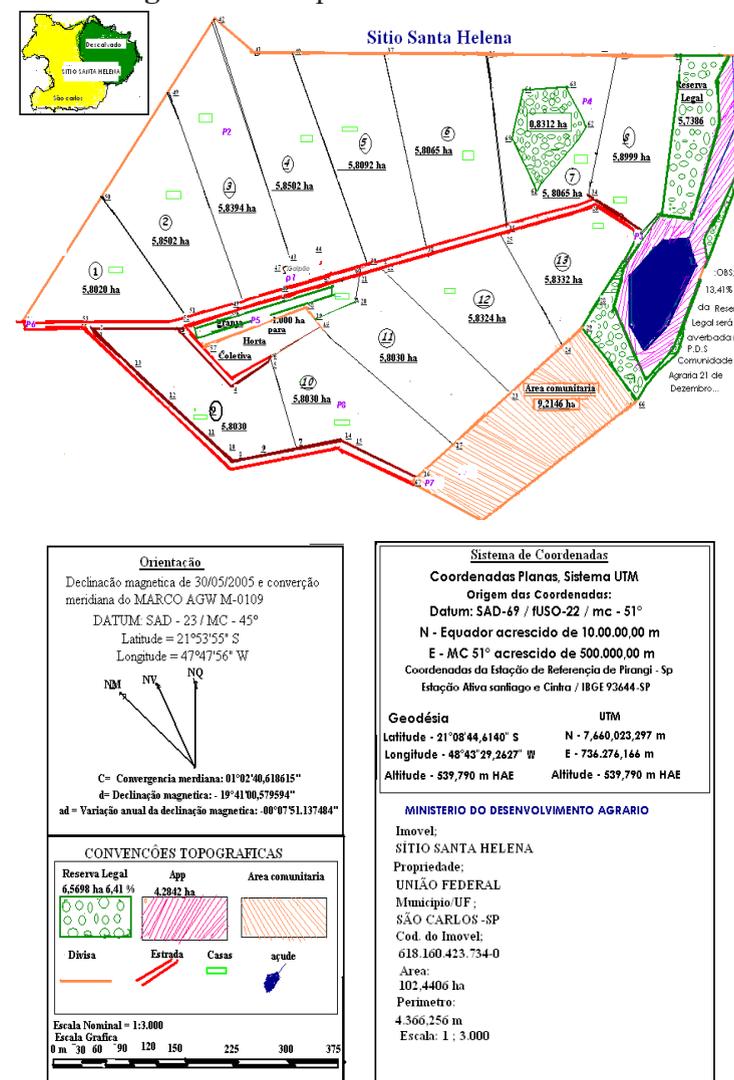
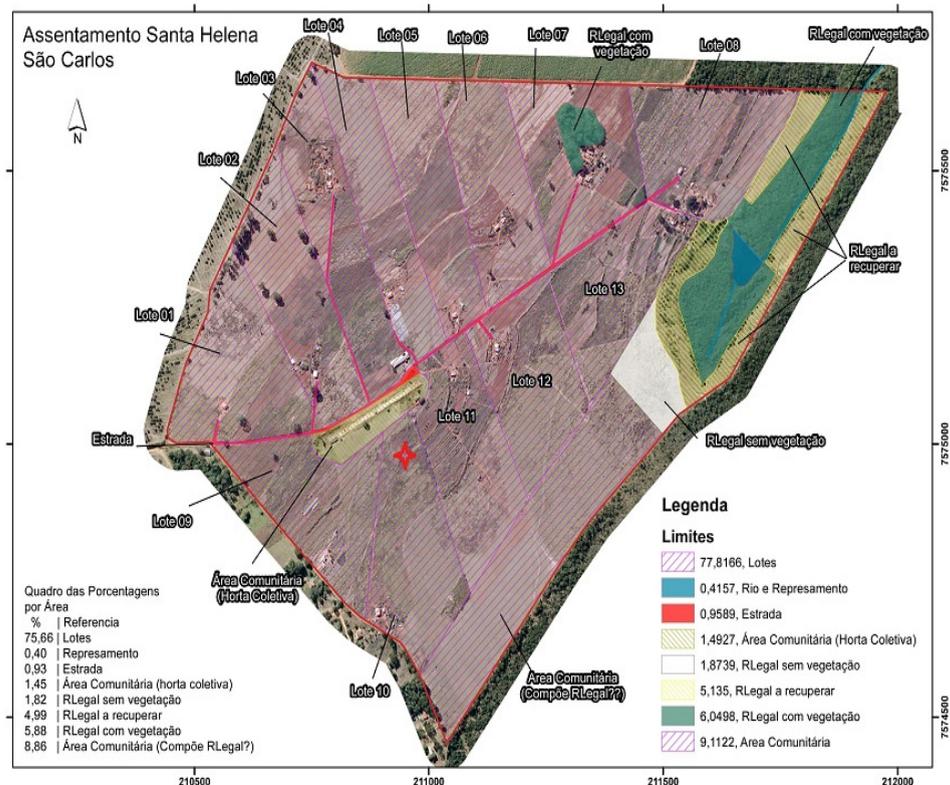


Figura 2 – Localização dos lotes. Fonte: Relatório Iniciativa Verde (Projeto Plantando Águas), 2015.



Aspectos metodológicos

De acordo com Lopes et al. (2008), as metodologias de construção coletiva do conhecimento agroecológico variam conforme as distintas realidades, e estas devem ser flexíveis e adaptáveis, à medida que se conhecem melhor os anseios, expectativas e desejos do público com o qual se trabalha.

De acordo com Costa (1995), um referencial conceitual e analítico cartesiano e reducionista vem se mostrando limitado e insuficiente na determinação das causas e na identificação das alternativas de superação dos crescentes problemas produtivos agrícolas e dos impactos negativos gerados pelo setor, nas esferas econômica, social e ambiental. Nesta esfera, a Agroecologia pode dar uma expressiva contribuição, enquanto uma área da ciência que utiliza um referencial teórico e conceitual fundamentado na abordagem sistêmica, buscando entender e analisar a agricultura como um todo.

Por isso, foi adotado como um dos marcos conceituais e metodológicos da presente pesquisa, a Agroecologia, que pressupõe a utilização do enfoque sistêmico na análise da agricultura de maneira geral, da estrutura e funcionamento dos agroecossistemas e de seus componentes, e releva os conhecimentos acumulados pelas populações locais e seus processos de organização e gestão.

Um marco central da presente pesquisa foi a utilização de métodos e processos participativos em todas as ações, na perspectiva de se contribuir na construção processos organizativos na esfera produtiva, política, social e econômica, afora a cooperação em processos de construção social do conhecimento, abrangendo os atores direta ou indiretamente envolvidos com o processo. Entende-se que a consecução do desenvolvimento local sustentável pressupõe o envolvimento e a participação dos atores sociais no processo de análise, problematização, discussão, formulação, e execução de projetos de âmbito sócio-comunitário e produtivo. Neste sentido, utilizou-se os aportes teóricos da pesquisa participante, também conhecida como investigação participativa, alicerçadas nos seguintes pressupostos e processos, sugeridos por Gajardo (1984): explicitação de uma intencionalidade política e uma opção de trabalho junto aos grupos mais renegados da sociedade; integração de investigação, educação e participação social como momentos de um processo centrado na análise daquelas contradições que mostram maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo; incorporação dos setores populares como atores de um processo de conhecimento, onde os problemas se definem em função de uma realidade concreta e compartilhada, ficando a cargo dos sujeitos do campo decidir a programação do estudo e as formas de encará-la; e por último, sustentação das atividades de investigação e ação educativa sobre uma base organizada que ultrapasse apenas a resposta teórica, prevendo propostas de ação em uma perspectiva de mudança social.

O enfoque participativo e coletivo da pesquisa e das possíveis intervenções propiciará a formação de grupos de agricultores, que ao se associarem localmente em torno de projetos afins à agricultura sustentável inovam nas práticas de manejo dos agroecossistemas, no convívio social e na expressão política, abrindo novas perspectivas econômicas e sócio-culturais de inserção no mundo rural (PETERSEN, 2005).

Desta forma, acredita-se que o caráter multidisciplinar implícito na pesquisa fez com que a agricultura fosse percebida não apenas como

produtora de bens agrícolas, mas também como responsável pela preservação do meio ambiente, pela segurança alimentar e pela manutenção do tecido social em um determinado território (FERRAZ; SILVEIRA, 2006; SCHMITZ et al., 2007).

A utilização do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como ferramenta para o desenvolvimento de pesquisa participativa e/ou projetos “extensionistas” se constitui em boa estratégia para captação de informações e construção coletiva de um quadro analítico, que posteriormente pode ser utilizado na execução dos projetos (LOPES, 2009). De acordo com Verdejo (2007), o DRP consiste num conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que as comunidades participem ativamente do diagnóstico do agroecossistema e a partir daí sejam capazes de auto-gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes podem compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação (THIOLLENT, 2000).

A Agroecologia como uma ciência fornece os princípios teóricos e metodológicos para a execução de muitas etapas da pesquisa, pois ela é embasada nas diversas áreas do conhecimento científico e do conhecimento tradicional, contendo princípios teóricos e metodológicos voltados ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (LOPES, 2011). Dessa forma, pode contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e perpetuação da agricultura familiar, numa ótica que transcende a produção de alimentos e abriga anseios maiores, como a reprodução social das famílias no meio rural, a qualidade de vida dos agricultores e a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações (LOPES, 2009).

Durante o desenvolvimento da pesquisa realizaram-se visitas periódicas no assentamento com o intuito de construir um diagnóstico participativo e dialógico com a comunidade local. Utilizaram-se técnicas participativas de avaliação e problematização da realidade local, destacando-se principalmente as caminhadas transversais, oficinas, reuniões, monitoramentos participativos de campo e as entrevistas-semiestruturadas realizadas em seis lotes, ambas contempladas nas propostas do método participativo de pesquisa DRP (Diagnóstico Rural Participativo).

Além de momentos de conversas e diálogos coletivos utilizou-se em uma reunião específica a ferramenta FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Adversidades) no intuito de elencar os principais problemas e oportunidades do assentamento, possibilitando uma leitura holística da

atual realidade do assentamento e fortalecendo a organização do grupo em busca de alternativas e resolução dos problemas.

As caminhadas transversais possibilitaram a identificação e levantamento dos aspectos produtivos da unidade de produção, contemplando todos os subsistemas e seus componentes. Ao mesmo tempo que se estabelecia um diálogo com agricultor utilizou-se outras técnicas de pesquisa como a documentação fotográfica e o diário de campo. Por meio de entrevistas semi-estruturadas pode-se diagnosticar, coletar dados e analisar outras características das famílias e das unidades de produção. De acordo com Verdejo (2006), a entrevista semi-estruturada é uma ferramenta que possibilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente, sem limitações criadas por um questionário.

Resultados e Discussão

Vários são os fatores que condicionaram os lotes do assentamento Santa Helena a se vincularem aos processos de transição agroecológica. A começar pelo alto custo de produção que o sistema convencional de manejo ostenta, sendo que os agricultores familiares assentados são menos capitalizados, portanto muitos deles não têm recursos financeiros para se inserirem na lógica dos modelos tecnificados e intensivos em agroquímicos. Por outro lado, muitos agricultores já conhecem os problemas engendrados pelo pacote tecnológico oferecido pela “revolução verde” e não compartilham desses ideais. Assim, optam por modelos produtivos que sejam mais sustentáveis. E por fim, o assentamento Santa Helena foi pensado e idealizado como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), onde a produção de alimentos pudesse ser compatibilizada com a conservação dos recursos naturais. Com a criação da portaria nº 477/99, pelo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dessa nova modalidade de assentamento rural, muitos projetos de assentamentos rurais se engajaram em processos de transição agroecológica.

Dessa maneira, sabe-se que o desenho e ou o redesenho das unidades de produção tem a priori o objetivo principal de facilitar o trabalho do agricultor, diminuir a dependência dos cultivos aos insumos externos à propriedade, favorecer os serviços ecossistêmicos dentro da propriedade, aumentando a resiliência dos agroecossistemas (controle natural de pragas por inimigos naturais, aumento da polinização, maior retenção de água no solo, aumento da fertilidade do solo, diminuição da erosão).

Pensar em sistemas produtivos sustentáveis locais significa propor sistemas produtivos resilientes e autossuficientes. Pressupõe-se que para aumentar ou alcançar níveis satisfatórios de sustentabilidade nos agroecossistemas é essencial a inserção da biodiversidade dentro dos agroecossistemas. Por este motivo foi iniciada a conversão de duas lavouras convencionais de café e a implantação de seis sistemas agroflorestais, em lotes distintos. O aumento da fertilidade do sistema, conceito proposto por Kathounian (2001), consiste em aumentar a produção de biomassa dentro das unidades de produção, favorecendo a ciclagem de nutrientes, aumento de fertilidade do solo e retenção de energia no sistema. E aumentar a fertilidade do sistema significa fazer o redesenho das unidades de produção por meio da inserção de muitas espécies arbustivas, arbóreas, frutíferas, melíferas, leguminosas (Tabelas 2 e 3), o que irá promover sinergismos e interações ecológicas complexas capazes de favorecer a resiliência do agroecossistema, além de promoverem a segurança alimentar das famílias.

Foram plantadas no assentamento 498 mudas de espécies nativas, 884 frutíferas e 602 cafeeiros, distribuídos em oito unidades produtivas diferentes, sendo que em duas ocorreram conversão de agroecossistemas e em seis implantação de sistemas agroflorestais (Tabela 1). Totalizou-se 1982 mudas de espécies arbustivas e arbóreas plantadas no assentamento Santa Helena. Outras espécies de plantas anuais e semi-perenes também foram inseridas nos SAFs, como feijão, milho, mandioca, maxixe, adubos verdes (guandu, margaridão, feijão de porco, *Crotalaria juncea* e *Crotalaria spectabilis*) (Figura 3).

Tabela 1 – Mudanças de espécies nativas, frutíferas e cafeeiros plantadas nos lotes que compuseram os sistemas agroflorestais.

Mudas/Agricultores	Lurdes	João	Tião	Zé Maria	Lindamira	Terezinha	Zita	Sebastião	Total
Nativa	22	22	22	22	140	50	140	80	498
Frutíferas	40	35	40	35	172	250	172	140	884
Café	1	100	1	100	150	0	250	0	602
Total	63	157	63	157	462	300	562	220	1984

As espécies plantadas nos sistemas agroflorestais têm duas funções principais: produção de alimentos e manutenção da fertilidade do agroecossistema (adubação verde, sombreamento, biodiversidade). No

entanto, para efeito de maior definição das funções agroflorestais das espécies definiu-se função adubação (adubação verde), medicinal, frutífera e madeireira (Tabela 2). Foram inseridas 62 espécies diferentes nos SAFs, predominando espécies de frutíferas tropicais e arbóreas nativas (Tabela 2).

Figura 3 – Sistema agroflorestal implantada no assentamento Santa Helena em fevereiro de 2015.



As espécies plantadas nos sistemas agroflorestais têm duas funções principais: produção de alimentos e manutenção da fertilidade do agroecossistema (adubação verde, sombreamento, biodiversidade). No entanto, para efeito de maior definição das funções agroflorestais das espécies definiu-se função adubação (adubação verde), medicinal, frutífera e madeireira (Tabela 2). Foram inseridas 62 espécies diferentes nos SAFs, predominando espécies de frutíferas tropicais e arbóreas nativas (Tabela 2)

As espécies plantadas nos sistemas agroflorestais têm duas funções principais: produção de alimentos e manutenção da fertilidade do agroecossistema (adubação verde, sombreamento, biodiversidade). No

Tabela 2 – Descrição das principais espécies presentes no SAF e suas principais funções AV: Adubação Verde; CL: Caule; MC: Medicinal; MR: Madeireira; FT: Frutífera.

Nome Comum	Nome científico	Familia	Principal função agroflorestal	Lotes
Abacateiro	<i>Persea americana</i>	Lauraceae	FT, MR	1,3,4,6,7,8,9
Banana Maça	<i>Musa sp.</i>	Musaceae	FT	1,3,6,10,11
Banana Nanica	<i>Musa sp.</i>	Musaceae	FT	1,3,6,10,11
Café	<i>Coffea arabica</i>	Rubiaceae	SM	3,9,10
Cajamanga Doce	<i>Spondias dulcis</i>	Anacardiaceae	FT	1,3,6,9,10,11
Cajú anão	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae	FT	1,3,6,9,10
Caqui Chocolate	<i>Diospyros kaki</i>	Ebenaceae	FT	1,3,6,9,10,11
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>	Oxalidaceae	FT	1,3,4,6,9,10
Figo Roxo de Valinhos	<i>Ficus carica L.</i>	Moraceae	FT	1,3,6,9
Framboesa Européia	<i>Rubus idaeus</i>	Rosaceae	FT	1,3,6,10
Goiaba Polpa Branca	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	FT	1,3,6,7,9,10
Goiaba Polpa Vermelha –	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	FT	1,3,6,7,9,10,11
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Annonaceae	FT	6,9
Kiwi (Macho e Fêmea)	<i>Actinidia</i>	Actinidiaceae	FT	6,9,10
Jaca Polpa Mole	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Moraceae	FT	1,3,6,9,10
Jambolão	<i>Syzygium cumini</i>	Myrtaceae	FT	1,3,4,6,7,10
Laranja Pera do Rio	<i>Citrus sp.</i>	Rutaceae	FT	1,3,4,6,9,10,11
Laranja Melancia	<i>Citrus sp.</i>	Rutaceae	FT	1,3,4,6,7,9,10,11
Laranja Lima da Pérsia	<i>Citrus sp.</i>	Rutaceae	FT	1,3,4,6,7,9,10
Lichia Bengal	<i>Litchi chinensis</i>	Sapindaceae	FT	1,3,4,6,7,9, 10,11
Lima	<i>Citrus limettoides</i>	Rutaceae	FT	1,3,4,6,7,9,10,11
Limão Taiti	<i>Citrus latifolia</i>	Rutaceae	FT	1,3,6,9,10,11
Maçã Gala	<i>Pyrus malus L.</i>	Rosaceae	FT	4,6,7,9,10,11
Maçã Eva	<i>Pyrus malus L.</i>	Rosaceae	FT	6,9,10
Mamão Formosa	<i>Carica papaya L.</i>	Caricaceae	FT	1,3,6,9,10,11
Mamão Papaya (Hawai)	<i>Carica papaya L.</i>	Caricaceae	FT	6,1
Manga Bourbon	<i>Mangifera indica L.</i>	Anacardiaceae	FT	1,3,6,7,9,10,11
Manga Coração de Boi	<i>Mangifera indica L.</i>	Anacardiaceae	FT	1,3,6,7,9,10
Manga Espada Vermelha	<i>Mangifera indica L.</i>	Anacardiaceae	FT	7,1
Manga Hadem	<i>Mangifera indica L.</i>	Anacardiaceae	FT	1,3,6,7,9,10,11
Manga Tommy Atkins	<i>Mangifera indica L.</i>	Anacardiaceae	FT	1,3,4,6,7,9,10,11
Maracujá Doce	<i>Passiflora edulis</i>	Passifloraceae	FT, MC	6,9,10
Marmelo doce	<i>Cydonia oblonga</i>	Rosaceae	FT, MC	1,3,4,6,9,10,11
Mixiriquinha Rio	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae	FT	1,3,4,6,10
Moranguiho	<i>Fragaria L.</i>	Rosaceae	FT	1,3,6,9,10
Nêspera Enxertada Fukuhara	<i>Eriobotrya japonica</i>	Rosaceae	FT	1,3,6,7,9,10,11
Nim	<i>Azadirachta indica</i>	Meliaceae	MC	1,3,4,6,7,9,10,11
Palmito Jussara	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	CL	6,10,11
Palmito Papunha	<i>Bacris gasipaes</i>	Arecaceae	CL	6,9,10,11
Palmito Real Australiano	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	CL	6,9,10,11
Pera Amarela	<i>Pyrus L.</i>	Rosaceae	FT	1,3,6,9,10,11
Pêssego Polpa Branca Macia	<i>Prunus pérsica</i>	Rosaceae	FT	1,3,4,6,9,10,11
Pitanga Frutos Vermelhos	<i>Eugenia uniflora</i>	Myrtaceae	FT	1,3,6,10,11
Pitaya Frutos Rosa –	<i>Hylocereus undatus</i>	Cactaceae	FT	6,1
Pitaya Polpa Vermelha	<i>Hylocereus megalanthus</i>	Cactaceae	FT	6,1
Pitaya Frutos Amarelos	<i>Selenicereus megalanthus</i>	Cactaceae	FT	6,1
Tangerina Ponkan	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae	FT	1,3,4,6,7,10,11
Tangerina Murcott	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae	FT	1,3,4,6,7,10,11
Tang. Dekopom Sem sementes	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae	FT	1,3,4,6,9,10,11
Uvaia Doce (Sem acidez)	<i>Eugenia uvalha</i>	Myrtaceae	FT	4,6,10
Uva Niágara Branca	<i>Vitis sp.</i>	Vitaceae	FT	1,3,6,10,11
Uva Niágara Rosada	<i>Vitis sp.</i>	Vitaceae	FT	1,3,6,10,11
Angico Branco	<i>Anadenathera colubrina</i>	Fabaceae	MR, AV	1,3,4,6,9,10,11
Ingá feijão	<i>Inga marginata</i>	Fabaceae	AV, FT	1,3,4,6,9,10,11
Guarucaia	<i>Senegalia polyphylla</i>	Fabaceae	AV	1,3,4,6,9,10,11
Monjoleiro	<i>Senegalia polyphylla</i>	Fabaceae	AV	1,3,4,6,9,10,11
Canafistula	<i>Cassia fistula L.</i>	Fabaceae	AV	1,3,4,6,9,10,11
Timburi	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Fabaceae	AV	1,3,4,6,9,10,11
Ingá de brejo	<i>Inga vera</i>	Fabaceae	AV, FT	1,3,4,6,9,10,11
Angico vermelho	<i>Anadenathera macrocarpa</i>	Fabaceae	AV	1,3,4,6,9,10,11
Pau Pólvora	<i>Trema micrantha</i>	Ulmaceae	AV	1,3,4,6,9,10,11
Farinha seca	<i>Albizia niopoides</i>	Fabaceae	AV	1,3,4,6,9,10,11

entanto, para efeito de maior definição das funções agroflorestais das espécies definiu-se função adubação (adubação verde), medicinal, frutífera e madeireira (Tabela 2). Foram inseridas 62 duas espécies diferentes nos SAFs, predominando espécies de frutíferas tropicais e arbóreas nativas (Tabela 2).

Segundo Gliessman (2005), o conceito de diversidade torna-se amplo e complexo quando se reconhece as diversas dimensões da diversidade ecológica presentes nos ecossistemas, sendo em nível de espécies (o número de diferentes espécies no sistema), genética (o grau de variabilidade genética de cada espécie e entre espécies diferentes), vertical (o número de distintas camadas ou níveis horizontais no sistema), horizontal (o padrão de distribuição espacial de organismos no sistema), estrutural (o número de nichos e papéis tróficos na organização do sistema), funcional (a complexidade de interação, fluxo de energia e ciclagem de materiais entre os componentes do sistema) e temporal (o grau de heterogeneidade de mudanças cíclicas no sistema, como por exemplo, as mudanças sazonais causadas pelas clareiras com o início do processo sucessional).

De acordo com Lopes e Lopes (2011), as sociedades primitivas cultivavam a terra através de práticas agrícolas sustentáveis, obtinham alimentos saudáveis à sua sobrevivência, mantinham um equilíbrio dinâmico entre o homem e a natureza, preservavam as culturas tradicionais (rituais, simbologias, sementes, conhecimentos passados de geração em geração). O conhecimento tradicional acumulado pelos maias, incas, astecas, povos indígenas, quilombolas e agricultores tradicionais se constituem em uma riqueza da humanidade e talvez seja a chave para a promoção da segurança alimentar de todos os seres humanos do planeta. Pois a agrobiodiversidade, a começar pela domesticação das espécies agrícolas passaram pela gestão desses povos tradicionais e até hoje em seus centros de origens as plantas mais rústicas, crioulas e seus propágulos (sementes, estacas, ramas, tubérculos) são cuidadosamente guardados, pois é essa riqueza e diversidade genética presente nessas culturas que favorecem a resistência às pragas e doenças. Uma vez perdida essa diversidade genética, com a homogeneização genética das espécies, nosso futuro e a existência da espécie humana está fadada ao fracasso. E constantemente o agronegócio está minando e favorecendo a diminuição da heterogeneidade genética das sementes e dos cultivos agrícolas (sementes transgênicas, monoculturas), o que tem se convertido em prováveis catástrofes ambientais, a exemplo do milho transgênico resistente à lagarta do cartucho, *Spodoptera frugiperda*,

que não é mais resistente a ela (muitas lavouras transgênicas já estão sendo severamente atacadas por essa e outras espécies de lagartas).

Considerações Finais

Os benefícios sociais, ambientais, econômicos, ecológicos, políticos e energéticos alcançados com a transição agroecológica são inúmeros. Portanto, cabe aqui ressaltar que ela é muito mais ampla que a conversão de um agroecossistema convencional para um sistema de base ecológica, pois demanda mudanças no pensar e agir por parte dos agricultores, extensionistas, políticos, pesquisadores e consumidores. E foi neste sentido que esta pesquisa foi iniciada e desenvolvida, voltando-se, prioritariamente, no repensar da relação com o próximo e na valorização do conhecimento tradicional dos agricultores e dos conhecimentos científicos dos residentes agrários. Foi nesta lógica da troca de saberes que foi construída uma problematização da realidade local e novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável para a comunidade. Numericamente esse projeto de construção de uma nova lógica produtiva e social atingiu-se mais da metade das famílias assentadas. Dos 14 lotes do assentamento, teve-se a participação efetiva de integrantes de 8 lotes. Foram iniciadas a conversão de dois sistemas convencionais de produção de café e implementadas 6 áreas de sistemas agroflorestais. Mais importante que o fator numérico foram as conquistas adquiridas ao longo desse 1 ano de trabalho com a comunidade, relacionadas a essa nova proposta de ATER e nova maneira de se relacionar com a natureza (recursos naturais). Os pressupostos teóricos/práticos e metodológicos da Agroecologia foram capazes de engajar a comunidade num processo contínuo de mudanças que conduzem ao desenvolvimento rural. Vários depoimentos dos agricultores evidenciam a vontade em aumentar as áreas de produção com sistemas agroflorestais, além de integrantes de outros lotes estarem interessados em adotar essa tecnologia social em suas áreas.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA; FASE, 1989. 240 p.
- ALTIERI, M.A.; SILVA, E.N.; NICHOLLS, C.I. O papel da biodiversidade no manejo de pragas. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2003. 268 p.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2ªEd. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2000. 110p.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecologia**: teoría y práctica para una agricultura sustentable. México: PNUMA y Red de formación ambiental para América Latina y el Caribe, 2000. 250p.

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. **Disenõs agroecológicos**: para incrementar la biodiversidad de entomofauna benéfica em agroecossistemas. SOCLA (Sociedad Científica Latino Americana de Agroecologia). Medellín Colômbia 2010. 80p.

ALTIERI, N. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ed. Expressão Popular: São Paulo. 2012.

ASSIS, R.L. de. **Agroecologia no Brasil**: análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 173 p. Tese (Doutorado em Sociedade e Agricultura) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: conceitos de agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

COSTA, M.B.B. Estresse ambiental nos trópicos: um problema agravado pelo homem? Simpósio Internacional Sobre Estresse Ambiental, 1995, Belo Horizonte. O milho em perspectiva. Belo Horizonte: EMBRAPA, CNPMS; CYMMIT/UNDP. In: **Anais...**, Belo Horizonte, 1995.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2ª ed. Guaíba/RS: Editora Agropecuária, 1999.

FERRAZ, J.M.G. **A insustentabilidade da Revolução Verde**. Informativo EMBRAPA.

FERRAZ, J.M.G.; SILVEIRA, M.A. Multifuncionalidade da agricultura e agroecologia: gestão integrativa socioambiental da produção familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.1, n°1, p.811-814, 2006.

GAJARDO, M. Pesquisa participante: Proposta e projetos. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GUZMÁN, E.S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A.M.de; ASSIS, R.L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa, Informação Tecnológica, 2005. p. 101-132.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653 p.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu/SP: Agroecológica, 2001. 348 p.

LOPES, P. R. **A biodiversidade como fator preponderante para a produção agrícola em agroecossistemas cafeeiros sombreados no Pontal do Paranapanema**. 2014.172 P. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada - Interunidades) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, SP, 2014.

LOPES, P.R. et al. Extensão rural e pesquisa nos assentamentos Monte Alegre e Horto Guarani. III Simpósio Sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, 2008, Araraquara. In: **Anais...**, Araraquara, 2008.

LOPES, P.R. **Caracterização da incidência e evolução de pragas e doenças em agroecossistemas cafeeiros sob diferentes manejos**. 2009. 203 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

LOPES, P.R.; LOPES, K.C.S.A. Sistemas de produção de base ecológica: a busca por um desenvolvimento rural sustentável. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.4, n.1, 32p. jul/dez. 2011.

PRIMAVESSI, O. **Manejo ambiental agrícola**. São Paulo: Agronômica Ceres, 2013.

MARQUES, J.F.; SKORUPA, L.A.; FERRAZ, J.M.G. **Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. Jaguariúna/SP: Embrapa Meio Ambiente.2003.140 p.

PETERSEN, P. Agriculturas alternativas. In: FRIGOTO, G. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2005. p.42-48.

RIBASKI, J.; MONTOYA, L.J.; RODIGHIERI, H.R. Sistemas agroflorestais: aspectos ambientais e socioeconômicos. **Informe Agropecuário**, v. 22, n. 212, p. 61-67, set/out. 2001.

ROMEIRO, A.R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1998. 277p.

SIQUEIRA, E.R; BOLFE, E.L; BOLFE, A.P.F; TRINDADE NETO, I.Q; TAVARES,E.D. **Estado da Arte dos Sistemas Agroflorestais no Nordeste do Brasil**. In: Sistemas Agroflorestais – Bases científicas para o desenvolvimento sustentável. GAMA

SCHMITZ, L., ZANETTI, C., MENASCHE, R. Multifuncionalidade da agricultura e representações de natureza: notas de pesquisa. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.2, nº1, p.230-232, 2007.

RODRIGUES, A.C. et al. **Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais**. 2006, p.53-64.

THIOLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 108p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo – Guia prático DRP**. Brasília: SAF/MDA, 2006.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Revisão e adequação realizada por Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2007. 62 p.

AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA FRENTE AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

João Costa de Oliveira¹
Pedro Ivan Christoffoli²

Resumo: Este trabalho aborda a questão da sustentabilidade a partir da relação entre a agroecologia e economia solidária e destas com o modo de produção capitalista. Ante a eminência de uma catástrofe ecológica, líderes mundiais têm se reunido e tecido acordos que partem dos interesses do capital mundial articulados pelas nações centrais. Há o que se esperar desses acordos oficiais tomando-se a sustentabilidade em perspectiva? Agroecologia e economia solidária representam opção viável e coerente nesse cenário? Cotejando concepções diversas, toma-se a agroecologia como uma ‘matriz sociocultural’ que se forma das lutas e teorizações contraditórias ao paradigma ocidental de desenvolvimento, que reúne, sobretudo, experiências latinoamericanas e que se firma como uma totalidade alternativa. A economia solidária, figura, ao fim, como instrumento tático dentro da estratégia agroecológica.

Palavras-chave: Agroecologia; Sustentabilidade; Modo de Produção; Matriz Sociocultural; Economia Solidária.

Abstract: This paper approaches the question of sustainability from the relation between agroecology and solidarity economy and from them to the capitalist mode of production. Faced with the eminence of an ecological catastrophe, world leaders have come together and fabricated agreements that depart from the interests of world capital articulated by the central nations. What is to be expected from these official agreements by taking sustainability into perspective? Agroecology and solidarity economy represent a viable and coherent option in this scenario? Contrasting different conceptions, agroecology is taken as a ‘sociocultural matrix’ that is formed from the struggles and theories contradictory to the Western paradigm of development, which gathers, above all, Latin American experiences and which is established as an alternative totality. Solidarity economy, in the end, is a tactical tool within the agroecological strategy.

Keywords: Agroecology; Sustainability; Mode of Production; Sociocultural Matrix;- Solidary Economy.

Introdução

Com “a alta do nível dos mares e o clima cada vez mais extremo, ligado ao aquecimento global de responsabilidade do homem”, conforme notícia no portal UOL na internet e amplamente divulgada em diversos meios, líderes de mais de 140 países se reúnem nas proximidades de Paris na França, para buscar “acordo histórico” como o definem os principais meios de comunicação do mundo, visando, portanto, atenuar os efeitos do aquecimento global e do fenômeno *El Niño*. A piora no clima fez com que o ano de 2015 batesse recordes na alta de temperaturas e na ocorrência de eventos climáticos extremos que geraram prejuízos financeiros e destruição ao redor do planeta.

Além de chefes de Estado e de governos, a COP21³ como é chamada, tem mobilizado “celebridades” do cinema e da música e mega-empresários como “o co-fundador Bill Gates da Microsoft, o fundador do Facebook Mark Zuckerberg, os bilionários George Soros e o príncipe saudita Alaweed bin Talal, além de Jack Ma, do chinês Alibaba”, listados pelo mesmo portal como “apoiadores” financeiros do possível acordo climático. Outra novidade

¹Licenciado em Filosofia pela PUC-PR, é mestrando do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Laranjeiras do Sul - Pr. e-mail: Joacostapt@hotmail.com.

²Professor titular da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADRS/UFFS).

³A Conferência da ONU sobre o Clima encerrou-se em Paris no dia 12/12/2015, com um resultado histórico: o primeiro acordo global para a redução de poluentes na atmosfera que contribuem para com o aquecimento global. Apesar do “avanço”, muitas lacunas ainda persistem. Dentre elas, como serão arrecadados os 100 bilhões de dólares por ano para ser investidos pelos países ricos, no projeto?

é a “adesão” dos Estados Unidos, já que este país recusou-se a cumprir as metas do Protocolo de Kyoto de 1997, último acordo construído pelos países. Porém, numa conjuntura de acirramento do embate entre as nações capitalistas e o Estado Islâmico cujo conflito não pára de fazer vítimas, inclusive, no centro da Europa com atentados à população civil a exemplo do ocorrido na capital francesa, deixando 130 mortos em 13 de novembro de 2015, a iniciativa cumpre também uma tarefa de manifestar um clima de união entre as nações de cultura ocidental frente ao “terror” do Estado Islâmico (oriental).

Como de costume em reuniões do gênero, dificuldades aparecem quando se propõem algum freio às atividades econômicas mais nocivas, mudanças de matriz energética ou de matriz tecnológica que restringem a geração e circulação de riquezas entre as maiores corporações e os países centrais. Dificuldade semelhante se apresenta entorno das propostas que definem o *quantum* a ser investido pelos países (e corporações) no combate às emissões de poluentes agravantes da questão ambiental, ou, quando se incluem os temas da pobreza e miséria extrema em contraste com a acumulação de riqueza e poder por oligopólios e nações, no âmbito das negociações.

Diante do quadro e da dificuldade histórica experimentada nas malogradas tentativas de regulação de um sistema econômico como o capitalismo que, conforme Dussel (2012) é “auto-regulado e auto-referente” é que se impõe a necessidade de abordar a questão da sustentabilidade.

A problemática é tratada, primeiramente situando a agroecologia e a economia solidária historicamente e frente ao modo de produção capitalista. Depois, expomos algumas concepções que as situam como manifestações da própria lógica do capital e outras que as contrapõe à mesma. Realiza-se assim, um debate teórico sobre a necessidade de superação do modo de produção capitalista como condição para solução às questões que ameaçam a humanidade como a exclusão social e a destruição da vida e do planeta como um todo, tratadas superficialmente pelas Conferências Mundiais sobre o clima.

Nesta perspectiva toma-se a Agroecologia como ‘matriz sociocultural’ que se forma das lutas e teorizações contraditórias ao paradigma ocidental de desenvolvimento e que se firma como uma totalidade alternativa reunindo, sobretudo, experiências latinoamericanas. Com base na contribuição de Sevilla Guzmán (2011; 2013) expomos os elementos que elevam a Agroecologia como um novo paradigma (matriz sociocultural), que vem

se formando no interior do capitalismo, como contradição dialética, apoiando-se em princípios que subvertem sua lógica em todas as dimensões: econômica, social, cultural, científica, tecnológica e ambiental.

Situando a Agroecologia e a Economia Solidária

Tanto a Economia Solidária quanto a Agroecologia nasce no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista e invariavelmente, como reação aos seus aspectos mais abomináveis: a exploração do trabalho proletário e a consequente concentração da riqueza nas mãos dos capitalistas pela expropriação privada e insustentável dos recursos naturais. Além da questão social, a Agroecologia conta também com o agravamento da questão ambiental na formação do contexto de seu nascimento.

Buscando situar as origens históricas da economia solidária, Singer (2002) destaca que:

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. [...] Por isso, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas (SINGER, 2002, p. 24-25).

O cenário europeu pós Revolução Francesa foi de constantes disputas e guerras cujo ciclo viria a se encerrar “apenas em 1815, após a vitória britânica sobre Napoleão em Waterloo” (SINGER, 2002, p. 25). Mas, o cessar dos conflitos bélicos trouxe a recessão econômica devido à dependência da geração de empregos pela indústria armamentista. Ao identificar as causas da depressão econômica, Owen teria apresentado em 1817 ao governo britânico um plano em que se previa a instalação de Aldeias Cooperativas e indústrias em que os trabalhadores poderiam produzir sua

subsistência fabricando produtos para si e que poderiam ser trocados entre aldeias quando excedentes.

Contemporâneo de Owen, Charles Fourier desenvolveu na França projetos semelhantes, porém, preservando a propriedade privada e aplicando outros princípios hoje praticados na economia solidária, como a divisão por igual dos lucros, conforme a parte investida em forma de trabalho, pelo talento ou capital. As idéias de Fourier foram implementadas por seus discípulos a partir de 1825 na França e mais tarde nos EUA.

Princípios como autogestão, solidariedade, igualdade, renda cidadã, democracia, lutas emancipatórias e o bem viver, são contraditórios às práticas e princípios operantes no capitalismo tais como a competição, a hierarquia, a heterogestão, o individualismo e o lucro. Enquanto a heterogestão “parece ser mais eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas”, a auto-gestão “promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários” (SINGER 2002, p. 23). Princípios diferentes para objetivos também diferentes: enquanto a empresa capitalista necessita de um máximo de exploração, a solidária busca um máximo de igualdade, além de tomada de decisão coletiva e transparente.

Para Singer, com base nos princípios da economia solidária poderá existir “uma alternativa superior ao capitalismo”, transformando-a de “paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo” (SINGER 2002, p. 120-121). Aponta, porém, que a economia solidária “terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários” (SINGER 2002, p. 121).

Já a Agroecologia tem seu advento marcado pelo contexto social e econômico do final do século XX em que as crises energética, financeira, alimentar e climática, ao lado da concentração de renda jamais antes vista, denunciam os limites relativos à sustentabilidade do modo de produção capitalista.

Seu recente aparecimento responde em parte, às consequências deletérias da modernização capitalista da agricultura que desde o primeiro quarto do século XX logrou êxito a partir dos EUA e Europa, alcançando os países em desenvolvimento a partir das décadas de 50 e 60 do mesmo século. A ‘Revolução Verde’ como ficou conhecida devido à promessa de acabar com a fome num mundo de crescimento populacional vertiginoso, aliou a produção industrial à agricultura introduzindo o uso da maquinaria no preparo do solo

e nas práticas de plantio, controle de ervas e pragas e colheita. Inseriu o uso de agroquímicos tóxicos e de sementes melhoradas por seleção, controle e mutação genética. Aliando interesses privados de bancos, indústrias e grandes mercadores com (e a partir de) iniciativas governamentais, a revolução verde experimentou rápida expansão por todos os continentes. Contudo, seu potencial destruidor não tardou aparecer o que provocou a busca por alternativas ao modo ‘moderno’ de se produzir na agricultura.

Diversas iniciativas se desenvolveram em contraposição à hegemonia da agricultura convencional. No entanto, cada forma esteve focada sobre uma dimensão específica, conforme o problema que elegia para combater. Assim, é possível destacar algumas escolas ou correntes de pensamento precursoras da Agroecologia: Agricultura Biodinâmica; Agricultura Orgânica; Agricultura Natural; Agricultura Biológica; Agricultura Alternativa, entre outras. Em geral surgem nos países centrais, com exceção da Agroecologia que surge na América Latina a partir das populações agricultoras excluídas técnica e socialmente do modelo convencional. Une a questão Social e a Ambiental experimentando rápida difusão entre Organizações Não-Governamentais (ONGs), Movimentos Sociais Populares e, recentemente, esforços governamentais em países como a Bolívia, por exemplo.

A junção da agricultura com a ecologia não se dá por justaposição, mas, por um processo dinâmico, complexo e sistêmico que contempla além de bases científicas para uma agricultura sustentável (cf. ALTIERI, 2012), princípios e práticas que se estendem desde a esfera produtiva com o resgate de saberes milenares das comunidades de agricultores tradicionais e o incremento científico atual. É também, entendida como uma ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas (cf. CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Ou, um campo de conhecimento em que por um lado [a Agroecologia] é o estudo de processos econômicos e agroecossistemas, por outro é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (cf. GLIESSMAN, 2009). É vista também como uma ciência multidisciplinar, que abrange diversas áreas do conhecimento, estabelecendo bases para a criação de modelos de agricultura e estratégias que busquem a sustentabilidade do meio rural (cf. KHATOUNIAN, 2001). Estas rápidas ‘definições’, de certa forma incorporam à Agroecologia, diversos princípios

e práticas de todas as demais formas de agricultura listadas anteriormente, ao mesmo tempo em que identificam seu caráter mais amplo e complexo.

Porém, para outros autores como Sevilla Guzmán (2011; 2013), a Agroecologia possui uma “origem (teórica e em parte, prática) no pensamento marxista e libertário” que se desenvolve em alguns países centrais, mas, que ocupa, desde sua origem, a periferia do sistema econômico hegemônico na Modernidade – o capitalismo. Há uma trajetória histórica de contestação às bases teóricas e práticas do pensamento moderno central de caráter racionalista, empirista, positivista, iluminista e idealista que se desenvolve, quase que em paralelo, desde as lutas operárias na Europa da revolução industrial com uma espécie de sincronia com revoltas e movimentos populares latino-americanos que compõem a materialidade evolutiva que culminaria com o advento da Agroecologia no continente Latino-Americano no final do século XX, resgatando e afirmando práticas e conhecimentos milenares de povos tradicionais. Esta perspectiva considera:

Os movimentos agroecológicos não como uma mera reação aos destroços que o sistema capitalista de produção e consumo tem causado pela revolução verde nos âmbitos ecológicos locais ou globais. [...] Um terceiro aspecto de aprofundamento na análise marxiana de SEVILLA GUZMÁN em torno da importância do ‘metabolismo social’ proposto pelo Marx tardio, demonstra que é precisamente este conceito que permite revelar que as lutas históricas dos movimentos camponeses e indígenas, além de representar reivindicações políticas, societárias e culturais, também contêm uma dimensão de “dissidência produtiva” ao modelo capitalista industrial da produção de alimentos que se nutre da memória coletiva e da prática – atualmente, certamente, fragmentada e desfigurada, mas, apesar de tudo, presente – de uma forma de produção agroecológica de alimentos, baseado numa visão indígena-camponesa do “metabolismo social”, que é anterior à “fratura irreparável do metabolismo social” que deu origem à agricultura industrial (RIST, S.; DELGADO, F. apud SEVILLA GUZMÁN, 2013).

Seguem os autores que a Agroecologia a partir do “marxismo heterodoxo neonarodnista” e via uma “nova tradição dos estudos camponeses”, pode “incorporar uma dimensão fundamental para entender as lutas históricas e assim construir uma agricultura pós-capitalista”, “revigorando formas

produtivas indígenas, incorporando tecnologias modernas e reconstruindo o metabolismo social, humanizando a natureza e naturalizando o ser humano”.

Economia Solidária: um ‘novo modo de produção’ ou a manifestação da precarização do trabalho frente ao capital?

Tal como demonstramos anteriormente, a economia solidária surge e se fortalece nos momentos de crise do modo de produção capitalista, arregimentando considerável contingente de trabalhadores. Para alguns autores como o citado Paul Singer, isto representaria uma virtude da economia solidária, pois, teria a partir de seus princípios, a capacidade de se mover com maior eficiência em relação às empresas capitalistas. Contudo, outros estudiosos criticam essa visão que classificam como ideológica (cf. WELLEN, 2008); como políticas emergenciais propostas por governos, visando a uma reação aos problemas causados pelo neoliberalismo e baseando-se num pretense ‘modo solidário de produção’ (cf. GERMER, 2006); como um instrumento de precarização do trabalho numa conjuntura de contra-reforma do Estado capitalista – ou, neoliberalismo (cf. SOUZA; NEVES, 2011).

Wellen busca demonstrar a ocorrência de inversões no seio da argumentação de autores como Singer (2002) que advogam em defesa da ‘economia solidária’ colocando-a como uma alternativa ao capitalismo e que enseja um novo modo de produção, caindo numa justificação pouco plausível da mesma, pois, como argumenta suas postulações não passam de fórmulas ideológicas que ao invés de revelar, mistificam a realidade. Sobre dois aspectos recaem as críticas do autor: “a transmutação do valor de troca em solidariedade e a transformação de qualidades solidárias em mercadorias” (WELLEN, 2008, p. 106).

Os recursos utilizados levam os defensores da economia solidária a “preconizar o uso do capital como uma escolha individual”, isto é, desconsiderando as determinações objetivas do capital, como se este não exercesse uma força ativa na totalidade social, mas, dependesse “da subjetividade de cada um de seus portadores”. Ocorre ainda, uma apologia ao mercado e à competição, sendo o primeiro “o espaço da liberdade humana” e a segunda “benéfica por oportunizar o melhor produto pelo menor preço” ao consumidor. As diferenças sociais não teriam aí sua origem, mas, nas ações e diferenças individuais. Portanto, necessita-se de maior regulação, pois, do

contrário, cresce o fosso entre perdedores e ganhadores na competição liberal.

Revelam-se, conforme Wellen, algumas confusões nesta compreensão. Na fase imperialista (ou monopolista), não há interstícios. O capital domina a totalidade da existência particular, o que impede a livre escolha do uso individual do capital e isso inviabiliza os empreendimentos solidários. Por outro lado, o mercado não significa um espaço de liberdade, mas, de concorrência em que os participantes não se movimentam com base em comportamentos moralistas e sim econômicos. Por isso, defender o mercado significa negá-lo como locus da realização de mais-valia e, portanto de concentração de riqueza. Ao admitir a possibilidade de interstícios, confundem a atual fase com o pré-capitalismo onde ocorria a existência ainda de setores autônomos.

Há uma alta carga de ‘utopismo’ na economia solidária: ações parciais não submetem ou subvertem a totalidade. Se isto já era negado no início do capitalismo, na atual fase as restrições são ainda maiores. Portanto, apelar para a prática da solidariedade como um ato moral tornando-a um diferencial competitivo dos empreendimentos solidários frente aos rivais capitalistas significa atribuir-lhe “um valor de troca” sem transformar as condições objetivas de seus produtores. Consumidores cidadãos optariam por consumir produtos com tal selo e, formariam um nicho especial abstraindo-se do mercado do consumo massificado, que se manteriam como espaço predileto das empresas capitalistas. Com tais peculiaridades, a economia solidária incapaz de concorrer com as corporações capitalistas recorre ao *marketing* da solidariedade para criar mercado. Segundo Wellen, reforça-se o fenômeno da reificação, pois, “trata-se da relação coisificada entre pessoas, na qual não somente a mercadoria passa a ser tida como possuidora de capacidades humanas, como, dialeticamente, capacidades humanas são vendidas como sendo mercadorias” (WELLEN, 2008, p. 110). Opera-se uma substituição do trabalho (fator objetivo) como fator gerador do valor da mercadoria por características individuais (fator subjetivo).

A crise do capitalismo a partir da década de 1970 trouxe a “derrota do Socialismo na URSS” e o avanço neoliberal que culminou com a concentração de riquezas, empobrecimento massivo e eleição de partidos de centro esquerda como resposta aos malefícios do neoliberalismo em vários países, inclusive no Brasil. Por falta de projeto alternativo desses partidos, há a recorrência ao recurso das iniciativas solidárias (do início do pensamento social) e assim, a reunião das diversas iniciativas

governamentais e de origem popular, sob o signo de economia solidária. Como reflexo dessa nova materialidade ocorre a tentativa de teorização, apresentando a economia solidária para além de seu caráter emergencial como alternativa ao capitalismo, “ignorando a crítica marxista” (GERMER, 2006). Assim, Germer procede à refutação das teses de Paul Singer, em relação ao emprego da categoria marxista ‘modo de produção’ para designar a economia solidária, bem como de sua concepção das lutas operárias que Singer toma como história da própria economia solidária.

Para demonstração e desconstrução da “fantasiosa opinião” como classifica, resume as principais fases históricas das lutas proletárias contra o capitalismo mundial.

A primeira fase (até 1848), classificada por Marx e Engels como do Socialismo Utópico, caracteriza-se por traduzir as esperanças de todos os dominados de todos os tempos com diversidade de iniciativas revelando uma ainda falha consciência de classes e sem um projeto alternativo dos trabalhadores. Apóia-se em ações que vão desde ‘instintivas’ como depredação de máquinas às iniciativas organizacionais de produção e consumo, na forma cooperativada praticada por milhares de trabalhadores em resposta às crises industrialistas, e, orientadas por intelectuais classificados por Singer como “brilhantes” como Fourier, Saint Simon e Owen. Neste ponto, critica Singer, por enxergar nesse movimento “uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo”, uma antecipação à crítica de Marx colocando assim a economia solidária não como criação de algum intelectual, mas como resultado desse processo contínuo.

A base do equívoco se assenta sobre a desconsideração de Singer da separação entre as lutas práticas e a elaboração teórica da época, e, a redução destas à dimensão econômica apenas, abstraídas de suas relações estrutura-superestrutura, superadas somente em períodos seguintes. Tais aspectos caracterizam essa fase como utópica e não como revolucionária.

A segunda fase representa exatamente a superação da dicotomia entre a elaboração intelectual e lutas sociais pela concepção socialista (científica), com expressão da maturidade ou tomada de consciência de classe dos trabalhadores. O evento histórico característico desta fase foi a participação consciente do proletariado enquanto classe, nas revoluções de 1848.

A terceira fase corresponde ao período após a primeira guerra mundial a partir da revolução russa e com a sequência de conquistas revolucionárias e eleitorais do proletariado em diversas partes do mundo e a implantação

do socialismo real. Suprimiu-se a propriedade privada e transformou-se o Estado conforme ao novo modo de produção, sem dominação de classe.

Desfeitos os ‘engodos’ sobre a ‘história da economia solidária’, Germer demonstra que o cooperativismo (núcleo da economia solidária para Paul Singer), nunca representou “um processo significativo de mudança social dirigido pela classe trabalhadora” e, resgatá-lo como centro da luta dos trabalhadores com vistas ao socialismo, significa não um avanço, mas, um retrocesso à sua “infância como classe social”. Assim:

O surto de propostas utópicas nos moldes da ‘economia solidária’, assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente, e neste sentido repete o ocorrido em todos os períodos de crise prolongada do capitalismo, caracterizados por grande desemprego e desespero dos trabalhadores, cuja capacidade de resistência nestes momentos é significativamente diminuída, proporcionando terreno fértil para a difusão de soluções milagrosas e oportunistas. O momento atual é mais dramático devido à inferioridade momentânea do socialismo revolucionário decorrente do fim da primeira fase histórica das lutas do proletariado pelo socialismo, iniciada em 1848 e concluída dramaticamente com a derrota, por fatores internos e externos, do socialismo soviético (GERMER, 2006, p. 5).

Portanto, a cooperativa de produção, embora tenha merecido destaque mesmo no âmbito do socialismo devido às inovações que insere no processo de organização da produção, tendo surgido como uma anomalia no seio do capitalismo e em contradição com este, não consegue se “constituir numa via de superação do capitalismo” como um novo modo de produção.

Além das críticas de Germer, ao discutir o tema da economia solidária no texto “*Economia Solidária e Trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda*” Adrianyce de Sousa e Daniela Neves situam o tema da economia solidária no Brasil como uma das ferramentas do Estado para a realização do ajuste econômico exigido pelo capitalismo atual. Para tanto, se exige, na macroeconomia, maior flexibilização das relações de trabalho, maior liberdade e desregulação ao capital ao mesmo tempo em que se busca, paliativamente, “combater” a pobreza e o desemprego, alarmantes no mundo segundo dados do PNUD,

atingindo 2,5 bilhões de pessoas com renda de até dois dólares por dia (SOUSA; NEVES 2011, p. 02) No âmbito da reestruturação capitalista pós 1970, a economia solidária contribui para com a contra-reforma no Estado Brasileiro e o ataque aos direitos trabalhistas e é serviçal do neoliberalismo.

Contrariando Singer (2000) que defende a economia solidária como “outro modo de produção” baseado em princípios de solidariedade, propriedade coletiva ou associada do capital e autogestão, ao invés da competição e da propriedade privada do capital e dos meios de produção, sustentam que “o atual padrão de acumulação põe em movimento um renovado processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, principalmente nos contextos de crise, incorporando na parte central de valor, modalidades de trabalho que aparentemente, seriam formas autônomas e independentes de trabalho” (SOUSA; NEVES 2011, p. 04). Resta ao Estado a tarefa de apoiar as iniciativas solidárias. Concordam com Singer, no entanto, a respeito do crescimento desses empreendimentos. Contudo, os vêem como consequência da pauperização popular.

A preocupação recai sobre o papel do Estado como um regulador histórico do trabalho e que ora atrelado aos objetivos do capital age formando uma base institucional, de informações e de visibilidade à economia solidária e ainda, com formulação de políticas acaba por fragilizar e confundir as organizações e a consciência de classe dos trabalhadores.

A “radiografia” da economia solidária no Brasil revelada por dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) até 2007 e colhido pelas autoras mostra que a maioria dos empreendimentos solidários atua no Nordeste e Norte (55,6%), as regiões mais pobres do país, sendo que a minoria das organizações é cooperativa: apenas 9,7%. A necessidade de se construir uma alternativa ao desemprego é a principal motivação para a criação dos empreendimentos (30,9%) e que 29,9% não conseguem faturamento algum (SOUSA; NEVES 2011, p. 8-9).

Por fim, as autoras ponderam que a economia solidária recompõe a ideologia burguesa com mistificações que fragilizam os trabalhadores e suas organizações e como uma “narrativa lírica” apaga as contradições entre capital e trabalho, no campo ideológico enquanto no campo factual, expõe números que se desdobram como fracasso econômico gerando emprego, mas não renda. Contribui para com degradação dos direitos trabalhistas e não pode compor uma estratégia de desenvolvimento para o país, por priorizar

setores primários ao invés de “um novo pacto social que destaque a criação de trabalho com ‘proteção social’ e ‘direitos’” (SOUSA; NEVES 2011, p.12).

Vêm-se os limites da economia solidária não apenas frente à necessidade de se compor como uma alternativa ao capitalismo como um *novo modo de produção*, mas também, como uma prática cujos elementos contenham algum valor a crescer no processo de emancipação do proletariado enquanto classe. Esses limites estão vinculados para alguns autores, à natureza da atividade cooperativa na economia solidária ao desconsiderar o capitalismo como uma totalidade capaz de determinar por sua lógica interna, ações alternativas pontuais que não estejam apoiadas no movimento de sua contradição principal, ou seja, na luta de classes. Para outros, o fato da economia solidária apostar principalmente, no ‘consumo solidário’ a coloca em situação de total submissão à lógica do capital, servindo apenas como *marketing* para criação de nichos de mercado ao tempo em que descaracteriza e desloca a luta dos trabalhadores para um campo infértil que em absoluto, vem precarizando as condições de trabalho pela auto-exploração e desregulação – objetivos estratégicos das grandes corporações capitalistas da atualidade e não dos trabalhadores.

Agroecologia: ‘outro arranjo produtivo’ ou um ‘novo paradigma’?

Para este tópico tomaremos basicamente como referência a proposta de Sevilla Guzmán (2011; 2013). Seu esforço teórico busca aliar e compreender os movimentos concretos das práticas revolucionárias no contexto da modernidade e da contemporaneidade, com as elaborações críticas surgidas na Europa e nas Américas em contraposição à proposta ocidental eurocêntrica de desenvolvimento em geral e, “servir de apoio teórico à proposta de socialismo comunitário que está se desenvolvendo na Bolívia como consequência do processo aberto por Evo Morales⁴, em particular.

O empreendimento de Sevilla Guzmán, explicitado na obra “*Sobre las origenes de la agroecología em el pensamiento marxista y libertario*” busca fundamentos nas elaborações do Marx tardio “sobre as formações sociais pré-capitalistas” e visa demonstrar “o potencial do campesinato e das nações indígenas em transição para o socialismo na luta por superar o capitalismo

⁴ Governo popular de orientação esquerdista, instaurado desde 2005, com a vitória do primeiro indígena eleito Presidente da Bolívia. Segundo Guzmán, o socialismo comunitário boliviano se funda a partir de sociedades pré-capitalistas; parte do potencial camponês e indígena para a transição ao socialismo aproveita as ‘vantagens do atraso’ a partir da Agroecologia.

a partir das ‘vantagens do atraso’, partindo portanto, da Agroecologia” (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 11).

A Agroecologia é tomada não num sentido que se restringe a ‘uma técnica’ ou ‘conjunto de técnicas produtivas’ ou, mesmo, ‘como uma ciência’ ou ‘conjunto de saberes científicos para a prática de uma agricultura sustentável’, formulações que frequentemente aparecem e que de certa forma já foram tratadas rapidamente no início deste trabalho. A Agroecologia ganha um sentido muito mais amplo “como crítica ao etnocentrismo (ou eurocentrismo) e ao cientificismo”. Para isso desenvolve-se uma postura “holística, totalizadora” pluriépistemológica que considera dois eixos principais para a análise: as lutas sociais autóctones latino-americanas e as lutas contra a homogeneização sociocultural da Modernidade.

Em um trabalho realizado pelo autor junto à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), este define a Agroecologia como:

Manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise civilizatória. E isso mediante propostas participativas desde os âmbitos da produção e a circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam a encarar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 13).

A estratégia agroecológica, portanto, possui natureza sistêmica e parte da organização comunitária considerando o saber tradicional (indígena, quilombola, faxinalense, etc.), a biodiversidade, o desenho participativo, a melhoria socioeconômica e a sustentabilidade. Agrega o conhecimento científico a outras formas de conhecimento (biodiversidade sociocultural) com evidências empíricas e soluções específicas alcançadas nos últimos anos com nomes destacados da pesquisa em Agroecologia entre eles Altieri (1985); Rist y San Martín (1993); Gliessman (1990); Guzmán et al. (2000) e outros. Consiste em “revolucionar para depois reconstruir e transformar as estruturas societárias dominantes” pelo emprego de distintas cosmovisões subordinadas historicamente, mas, suscetíveis de serem resgatas pela Agroecologia e que são aplicáveis com sucesso à realidade local. É também nesse sentido que a Agroecologia se contrapõe ao neoliberalismo enquanto expressão da globalização econômica: a crise da ciência alinhada a esses processos

força o surgimento de nova epistemologia participativa e política local.

Como “um enfoque que valoriza e reivindica o conhecimento local, campesino e indígena” a Agroecologia contém diferentes perspectivas de investigação que segundo Sevilla Guzmán (2011) “responde ao que Michel Foucault denominou “a insurreição dos saberes submetidos que por sua vez responde aos conteúdos históricos gerados como consequência das múltiplas formas de resistência cultural”. Um de seus desafios consiste na superação da divisão disciplinar e epistemológica por um pluralismo dual: metodológico e epistemológico para que se possa contemplar a amplitude do enfoque da agroecologia que inclui desde os processos biológicos, tecnológicos, até os socioeconômicos e políticos. Ou seja, pergunta-se: que manejo? Por que tal manejo? A quem beneficia? Quem o escolhe? A quem serve e que forma de conhecimento permite realizá-lo?

O pluralismo transdisciplinar e pluriepistemológico avança em três níveis: (1) o Ecológico-produtivo; (2) o Socioeconômico local e (3) a Sociopolítica de transformação social utilizando-se de métodos e técnicas adequadas a cada nível (cf. SEVILLA GUZMÁN, 2013).

Esta ‘estratégia agroecológica’ comporta uma proposta que é a de recuperar (concomitantemente) o debate sobre o pensamento social agrário a partir das lutas emancipatórias, contrapondo o Marx ‘tardio’ aos marxistas ortodoxos e aos liberais (ambos contraditórios ao pensamento e à prática Agroecológica devido ao seu aspecto cientificista). O objetivo é fazer frente ao neoliberalismo a partir do socialismo comunitário (boliviano). No caso específico, as bases são o trabalho da AGRUCO⁵ e as bases marxistas do projeto de Evo Morales.

Dentre os objetivos da Agroecologia estão a implantação de formas de desenvolvimento rural sustentável, alternativos ao industrialismo. Para rebuscar os processos históricos geradores de identidade e transformar um agroecossistemas em um etnosistema, Sevilla Guzmán (2011) retoma conceitos desenvolvidos por Alcira Argumedo (2001). A autora propõe uma incursão pela teoria social e pela história visando construir uma ‘matriz

⁵Centro Universitario da Universidad Mayor de San Simón de Cochabamba – Bolívia. AGRUCO, conforme seu site oficial “Es un centro universitario de excelencia en investigación participativa revalorizadora, formación posgradual e interacción social con comunidades indígenas, originarias campesinas y municipios que pertenece a la Facultad de Ciencias Agrícolas, Pecuarias, Forestales y Veterinarias de la Universidad Mayor de San Simón. Contribuye al Desarrollo Endógeno Sustentable, a partir de la agroecología, la revalorización de la sabiduría de los pueblos indígenas originarios campesinos y el diálogo intercultural e intercientífico. **Fonte:** <http://www.agruco.org/agruco/quiacnes-somos>.

autônoma’ de pensamento com valores de orientação nacional e popular ao tempo em que procede a crítica ao pensamento ilustrado por meio de um estudo comparativo entre alguns autores centrais e latino-americanos. Para Argumedo (2001), o conceito ‘matriz sociocultural’ se contrapõe à idéia de ‘paradigma’ (na acepção Kuhniana) e, nesse sentido às idéias de liberalismo e de socialismo. Isto remete à necessidade de se fazer a crítica das instituições que atuam no sepultamento dos saberes tradicionais anti-hegemônicos e reencontrar os enfrentamentos teóricos a essas mesmas instituições e práticas. O resgate dos ‘saberes submetidos’, de caráter particular, local, incapaz de unanimidade, aplicados à realidade latino-americana pode desenhar os ‘contornos da identidade sociocultural’ latino-americana.

Os autores promovem uma comparação entre autores-chaves europeus com autores latino-americanos, onde se evidenciam duas matrizes socioculturais: uma europeia e outra latino-americana. A primeira amparada em um paradigma científico (nos termos de Kuhn) e a segunda de pensamento popular e com perfil autônomo. Mas, qual o critério para a legitimidade e relevância da memória e do saber popular e seu valor teórico-conceitual? A referência segue:

Se milhões de homens e mulheres durante gerações as sentiram como próprias, ordenaram suas vidas ao redor delas e demasiadas vezes encontraram a morte ao defendê-las, essas idéias são altamente relevantes para nós, sem importar o nível de sistematização e rigorosidade expositiva que tenham alcançado (ARGUMEDO, 2001, p. 10, apud SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 29).

Não há, de fato, nenhum critério válido para que se atribua maior valor ao conhecimento acadêmico em relação ao popular. Porém, ante as condicionantes históricas, econômicas e culturais, nenhuma dúvida resta sobre a supremacia do pensamento de Immanuel Kant em relação ao seu contemporâneo Tupac Amaru, como aponta Alcira Argumedo. São as consequências dessa sobreposição manifestas nas “atuais condições mundiais e continentais” que conferem maior importância para a América Latina (e para o mundo) do pensamento latino-americano marginalizado em perspectiva do futuro.

Mas, a grande novidade do ‘movimento de movimentos’, é o levante socialista indígena que nas últimas décadas tem sido o responsável pelo crescimento do campesinato no mundo e da afirmação de sua identidade com

resistência, organização, recuperação de variedades (sementes) submetidas ou perdidas, como resultado de sua atuação. A Agroecologia recobra sua dimensão tecnológica a partir da prática de milhares de agricultores e do estudo, pesquisa e extensão de universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas de agricultores. Na dimensão sociopolítica, destaca-se a materialização do projeto de socialismo comunitário “através do Movimiento Al Socialismo (MAS), que na atualidade está tratando de implementar-se a partir do governo de Evo Morales” (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 50). Há, portanto, um confronto direto entre a homogeneidade forçada pela matriz sociocultural europeia formada por crioulos elitistas que nega as etnicidades latinoamericanas, “controla as bases legais e morais das formas históricas de dominação política” e gera insustentabilidade, frente à heterogeneidade sociocultural das classes oprimidas portadoras de cosmovisões e catolicismo popular que se firmam a partir da década de 1990 contra a globalização e o neoliberalismo.

Sevilla Guzmán baseia-se nesse resgate sociocultural para situar a Agroecologia contra “o falso discurso científico que legitima a agricultura industrializada, difundindo a biotecnologia como paradigma hegemônico e proclamando a necessária prioridade dos cultivos transgênicos” (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 51). Portanto, Agroecologia como um “legado Marxista e libertário” apresenta-se como uma nova matriz sociocultural (ou paradigma) para, a partir da diversidade e soma de movimentos e práticas, da afirmação do camponês como agente revolucionário e, desde a periferia e os saberes subjugados pela ciência moderna, erigir novos horizontes para a humanidade, configurando-se como um novo projeto de civilização e de sustentabilidade.

Estratégia e tática: a relação entre Agroecologia e Economia Solidária

Há uma estreita relação entre as práticas que seguem os princípios da economia solidária e a vivência da agroecologia. Conforme debatemos nos tópicos anteriores, os limites da Economia Solidária concebida nos termos propostos por Singer (2000; 2002) e apontados por seus críticos, tais como Sousa; Neves (2011); Germer (2006) e Wellen (2008) residem no fato de que não teria a Economia Solidária condições materiais de fazer frente ao modo de produção capitalista devido à sua “ineficiência produtiva” e “alta dependência de subsídios públicos orientados para a fragilização do trabalho

em sua relação com o capital”; devido à sua “ocorrência em períodos intersticiais do capitalismo (períodos de crises) como sub-economia” e por seu “caráter idealista ou utopista que aposta na autodeterminação individual e moral para a orientação do ato de consumir, frente ao poderio dos oligopólios”. Em resumo: a economia solidária restaria subsumida ao modo de produção capitalista, não representando a este qualquer ameaça e, até mesmo servindo como reforma frente às crises que acabam por garantir-lhe a continuidade.

Contudo, conforme Gaiger (2003) o uso da categoria “modo de produção” pode ser proposto tomando-a num sentido mais amplo compreendendo as interrelações existentes entre o modo de produção, o modo *material* de produção e os “arranjos sociais do processo de trabalho”. O autor recorre a estudos da teoria marxista realizada por Godelier, salientando que o *modo material de produção* é uma condição preliminar para a instauração de um novo *modo de produção* (tomado como totalidade histórica), pois, permite “subverter as instituições” da antiga ordem social, promovendo “a alteração profunda da apropriação da natureza (que) é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social” (GODELIER 1981, p. 177-8, apud GAIGER, 2003, p. 4). O modo de produção contém uma forma social própria, um conjunto de relações sociais que permeiam a produção, circulação e consumo, das quais depende para se instalar e se manter (se reproduzir).

Nesse segundo sentido atribuído à economia solidária, com base nessas categorias, poder-se-ia diferenciar formas de organização do trabalho com potencial de se constituir em força transformadora no seio do capitalismo como nova forma social e modo material de produção, de formas produtivas subsidiárias ou até tributárias (ao capitalismo). Exemplos da segunda forma são os arranjos da economia camponesa frente ao capitalismo ou experiências que se desenvolvem em interstícios do mesmo. Embora ambas ocorram naturalmente e com frequência, Gaiger questiona sobre como atua o Capitalismo enquanto “pano de fundo” da ocorrência dessas formas e, de outro lado, “como essas formas podem encetar movimentos de alargamento de seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital” (GAIGER, 2003, p. 7), pois, relações típicas e atípicas em relação ao modo de produção dominante podem ocorrer e se acomodar no seu interior. Inovações na empresa capitalista como a flexibilização de horários e local de trabalho e a condição da produção camponesa exemplificam essas relações.

Como uma economia subsumida ao capitalismo, tanto do ponto de vista formal, quanto técnico, a economia solidária carece de um alicerce ou fundamento que atue como pano de fundo capaz de subverter a lógica de desenvolvimento do capital em todas as dimensões e que partindo de suas contradições e limites insolúveis por sua lógica, possam, com maior espaço de tempo, superá-lo. Isso precisa ocorrer, antes, porém, que tenha provocado o colapso ecológico planetário já anunciado.

Porém, a mudança não costuma ser linear e apressada. Ao contrário, “requer deficiências estruturais críticas, insolúveis no quadro do sistema existente, aliada a uma nova reunião de elementos, formando um todo coerente, capaz de se reproduzir e de impor sua lógica reprodutiva ao sistema social” (GAIGER, 2003, p. 10). Há, no entanto, segundo o autor, razões para se admitir a possibilidade de que a passagem para outro modo de produção pós-capitalista possa resultar de ação deliberada, devido, sobretudo ao avanço do conhecimento e das próprias forças produtivas. Lições podem ser tiradas do processo de transição do modo feudal para o capitalista, cujos elementos foram descritos por Marx apontando as transformações nas relações sociais sobre a mesma base material e técnica que acabaram por subsumir o trabalho ao capital, sendo que por fim, a base material e cultural também seria transformada gradativamente, decretando o triunfo da forma capitalista sobre as demais.

Portanto, se, por um lado alguns autores vêm na economia solidária em relação ao capitalismo mais uma relação de complementaridade do que de oposição, tais características não a colocam em posição antagônica à agroecologia, desde que ambas formem um todo coerente: enquanto a economia solidária serve à tática, a agroecologia constitui a estratégia para a superação do capitalismo e a garantia da sustentabilidade e da equidade social e econômica, sem dominação cultural ou de qualquer natureza.

Conclusões

A Agroecologia possui uma base material constituída por territórios, saberes populares, tradicionais e científicos, populações, etnias, teorias, princípios e práticas que não se submetem (ou se submetem apenas parcialmente) ao paradigma hegemônico. Tais elementos compõem uma antítese ao Capitalismo e seus aparatos. Possui, porém, inúmeras vantagens (e algumas desvantagens) em relação às ameaças ao planeta e seus passageiros promovidas pelo poderio econômico dos oligopólios

que pressupõem o avanço das práticas mercantilistas e predatórias sobre regiões cada vez mais amplas do globo, incluindo comunidades, recursos biológicos e territórios tradicionalmente isolados em relação ao centro econômico mundial.

Sob o capitalismo, a cultura, a ciência, as práticas e costumes milenares passam por ligeiras transformações dando origem a sincretismos, formas desprovidas de conteúdo local e subordinadas a interesses externos. Por outro lado, seu movimento contraditório possui a possível solução para as questões que hoje são dilemas para o capitalismo e para a humanidade. Dilemas esses tocados apenas em sua epiderme nas Conferências sobre o clima ou nos Fóruns Econômicos mundiais.

O modo de produção capitalista consegue sobrepor-se aos empreendimentos solidários e até os utiliza como remendo em função de sua continuidade histórica em momentos de suas crises estruturais ou provocadas, mantendo ou aumentando a taxa de exploração da mais-valia por meio da auto-exploração articulada ao movimento de realização geral do capital no mundo. Não poderá, contudo, subsumir totalmente a Agroecologia visto que isto significaria o colapso total da raça humana, das outras formas de vida e do planeta, devido à sua incapacidade de resolução de suas contradições ligadas essencialmente à questão social e à questão ambiental e com reflexos diretos sobre as demais dimensões.

A agroecologia nascida da periferia do modo de produção hegemônico (a América Latina), aliada à Economia Solidária, nascida no centro como uma das tentativas de superação das grandes questões derivadas do controle privado da economia e, a partir daí dos demais recursos, entrelaçando-se como estratégia e tática, apresentam-se como horizonte possível frente ao grande desafio da humanidade depois da depredação extremamente adiantada da biota: a sustentabilidade.

Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do**

desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, 2004.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.** Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. – 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia da economia política de Marx.** Ecosocialismo ou barbárie (via O Comuneiro). Disponível em: <[HTTP://racismoambiental.net.br/2013/05/a-ecologia-da-economia-politica-de-marx-por-john-bellamy-foster-leitura-essencial/#more-103760](http://racismoambiental.net.br/2013/05/a-ecologia-da-economia-politica-de-marx-por-john-bellamy-foster-leitura-essencial/#more-103760)> Acesso em: 20/09/2016.

GAIGER, Luis Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GERMER, C. A. **A “economia solidária”: uma crítica marxista.** Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, nº 14, 2º sem. 2006, PP. 193-214.

KATHOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología em el pensamiento marxista e libertário.** La Paz-Bolívia: Agruco/Plural Editores/Center for Development ans Environment/NCCR, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **El despliegue de la sociología agraria hacia al agroecología.** Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible, p. 85-109. Abril, 2013 – n. 10.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** 1ª Edição – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Adrianycy e NEVES, Daniela. **Economia solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda.** CODE 2011: Anais... do I Circuito de Debates Acadêmicos.

WELLEN, Henrique A. R. **Contribuição à crítica da ‘economia solidária’.** Revista **Katál. Florianópolis** v. 11 n. 1 p. 105-115. Janeiro/junho de 2008.

CULTURA ESCOLAR E EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL NO MEIO RURAL: ESTUDO HISTÓRICO DO GRUPO ESCOLAR COMENDADOR PEDRO MORGANTI (ARARAQUARA–SP, 1942/1988)

*Reginaldo Anselmo Teixeira¹
Rosa Fátima de Souza²*

Resumo: O presente estudo teve como objetivo investigar a história de uma escola primária rural criada nas terras pertencentes à Usina Tamoio, município de Araraquara, no período de 1942 a 1988. A decisão pelo corte cronológico se justifica pela data de sua criação como Grupo Escolar Rural, sugerida pelos documentos encontrados, até a data em que foi temporariamente desativada. Este estudo pretendeu dialogar com as fontes documentais encontradas no interior da escola, assim como com a legislação que a ordenava juridicamente, na tentativa de sistematizar a relação existente entre os diversos atores que a compunham, e a relação com a comunidade em que estava inserida. A partir do diálogo com as fontes documentais, buscamos apresentar vestígios desta micro-história que possam nos levar à uma melhor visualização da cultura escolar da referida instituição no sentido de entender como esta escola desempenhou sua função política, social e cultural no decorrer do tempo.

Palavras-chave: Grupo Escolar Rural; Cultura Escolar; História da Escola Primária; Ensino Rural.

Abstract: The present study had as objective to investigate the history of a rural primary school created in the lands belonging to the Usina Tamoio, municipality of Araraquara in the São Paulo state, from 1942 to 1988. The decision by chronological cut is justified by the date of its creation as Rural School Group, suggested by the documents found, until the date when it was temporarily deactivated. This study aimed to dialogue with the documentary sources found inside the school, as well as with the legislation that legally ordered it, in an attempt to systematize the relationship between the various actors who composed it, and the relationship with the community in which it was inserted. From the dialogue with documentary sources, we seek to present traces of this micro-history that can lead us to a better view of school culture of the institution in order to understand how this school played its political role, social and cultural development over time.

Keywords: Rural School Group; School Culture; History of Elementary School; Rural Education.

Introdução

O Grupo Escolar Pedro Morganti foi criado em 1942. Este grupo escolar foi instalado na Fazenda Bela Vista, uma fazenda de café que foi incorporada na década de 1930 ao império Morganti. Esta fazenda foi integrada ao conglomerado de fazendas que compunham as terras da Usina Tamoio, passando a ser chamada de Secção Bela Vista da Usina Tamoio, ou ainda Secção Bela Vista do Chibarro em alusão ao rio que a delimita. Durante o período de apogeu do cultivo da cana de açúcar, esta escola atendia aos filhos dos empregados da parte industrial e agrícola da usina. Estas relações de trabalho, tanto industriais quanto agrícolas, faziam com que houvesse no interior desta instituição de ensino alunos de diferentes níveis sócio-econômicos, pois estudavam juntos os filhos dos diferentes tipos de trabalhadores da usina, colonos, motoristas, administradores, ferroviários, comerciantes, entre outros. No entanto, temos que entendê-la como uma escola voltada prioritariamente aos filhos dos trabalhadores ligados direta ou indiretamente ao trabalho na agricultura.

A delimitação temporal estabelecida para a realização desta pesquisa abrange o período de criação que se inicia com a criação do Grupo escolar Pedro Morganti e termina no momento em que as terras da Secção Bela

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP/ Marília-SP. Professor na Rede Municipal de Educação de Araraquara/SP. Email: selmoteixeira@hotmail.com

²Professora titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no Departamento de Ciências da Educação e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências / UNESP/Campus de Marília.

Vista são desapropriadas para fins de Reforma Agrária e ocupadas pelas famílias que passaram a compor o Assentamento Bela Vista do Chibarro.

Este estudo está fundamentado teoricamente na história cultural inglesa, particularmente na obra de Edward Palmer Thompson (1987). Como assinala Faria Filho (2005), a relevância da utilização das obras desse historiador inglês no campo da educação justifica-s pela dimensão política que é fundamental na obra de Thompson e se desdobra numa exigência ética de comprometimento do historiador com o seu tempo, além de uma sensibilidade para com os problemas dos esquecidos pela história. No caso deste trabalho houve uma preocupação em entender o modo como a instituição escolar se apresentava aos filhos dos trabalhadores e tentar perceber, mesmo através dos silêncios, como estes se relacionavam com a educação escolarizada que lhes era oferecida. Vasculhamos a documentação no sentido de reconstruir como este processo de escolarização se processava.

Buscou-se nesta pesquisa articular experiência e cultura como conceitos de junção, que articulados, passam a constituir um ponto de intersecção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humana. As experiências vividas dentro da instituição de ensino quando se tornam permanentes por um período de tempo, se transformam em práticas que passam a compor a cultura escolar.

A propósito dessa categoria pautamos a investigação na concepção de Viñao Frago (1995) que concebe cultura escolar como o conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização. Isso inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar (objetos materiais), função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento e modos de pensar, bem como as idéias compartilhadas. Ou ainda de um modo mais geral, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e idéias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer.

Dessa maneira pudemos observar como a cultura escolar do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti se apresentou sob diferentes feições durante o passar dos tempos. Percebemos como sofreu interferências legais, e para isso se fez necessário o estabelecimento de um paralelo entre o desenvolvimento da instituição e o desenvolvimento de legislações, de Programas ou de Campanhas institucionais.

Com relação a uma interpretação de cultura escolar relacionada ao

conceito de ordenamento jurídico, ou seja, relacionada com uma legislação que a prescreve, tivemos que buscar nas fontes, principalmente nas atas de reuniões pedagógicas, indícios de como as prescrições legais foram incorporadas e postas em prática. Partimos de um olhar que observava as atas de reuniões pedagógicas como um *locus* de reinterpretação e reconfiguração das leis, pois em cada passo da hierarquia onde se encontravam os sujeitos escolares, havia uma intencionalidade. Nesse sentido, entender como o corpo docente se apropriava das prescrições legais e quais os mecanismos utilizados para colocá-las em prática em seu cotidiano, pareceu-nos um excelente caminho em direção à reconstrução de uma possível cultura escolar da instituição em questão. No entanto, ao não percebermos vozes que representavam o corpo docente, nos restou interpretar o silêncio, a ausência delas, como uma característica da cultura escolar do grupo escolar pesquisado. A falta de vozes, atrelada a uma realidade onde as reuniões pedagógicas serviam como reuniões de prescrições, do que se deveria e do que não se deveria, nos levou a intuir sobre um certo ranço de autoritarismo para com o corpo docente. Todavia, há nas atas disponíveis, por várias vezes, a orientação para que os professores não submetessem seus alunos a castigos físicos e nem a humilhações dentro da sala de aula. A recomendação era que os levassem até a diretoria para as devidas sanções. O fato de estas recomendações persistirem no tempo, nos levou a pensar também na relação dos professores com os alunos indisciplinados, como uma relação conflituosa, baseada muitas vezes, na força física. É certo que não podemos tentar generalizações. Não obstante, o que tentamos buscar foram justamente as relações que estão nas entrelinhas, os conflitos que não figuram objetivamente e deliberadamente nos registros documentais.

Para a realização deste estudo utilizamos fontes encontradas no arquivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Campo “Prof. Hermínio Pagotto”, pertencentes ao Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti. Foi necessário organizar os documentos que se encontravam guardados num dos armários da escola na sala da dispensa. Ao todo foram encontrados 217 documentos referentes ao período delimitado para o estudo: Livros de chamadas, Livros pontos, de Matrículas, de Pessoal, Inventário, Ata das Reuniões Pedagógicas, Livros de Recortes, Mapas de Movimento, Atestados, laudos e Guias, Caixa Escolar, Livro de Correspondências, Memorandos e Circulares, Merenda Escolar, entre outros, que nos serviram como fontes valiosas para o estudo histórico da instituição educativa e da cultura escolar,

contribuindo para os estudos da história da educação brasileira.

Neste texto buscamos inicialmente caracterizar a referida escola primária rural, levantando informações oriundas dos Livros de Matrículas, sobre os alunos e sobre a comunidade onde estava inserida. Na seqüência, examinamos as Atas de Reuniões Pedagógicas buscando vestígios da cultura escolar do período estudado dando destaque para as práticas de educação rural.

Usina tamoio: A história de um Império nos campos de Araraquara

O Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti estava situado nas terras da antiga Usina Tamoio, pertencentes à família Morganti. É impossível discorrer sobre a referida instituição de ensino sem apresentar o significado dessa usina e de seus proprietários para a cidade de Araraquara, para o Estado de São Paulo, para o Brasil e toda a América do Sul. Para tal empreitada, utilizamos principalmente os estudos realizados por Caires (1993).

A Usina Tamoio nasceu em 1917 com status de usina, embora tenha sido originalmente denominada de “Engenho Fortaleza”. Organizada por Pedro Morganti ela surgiu num cenário de crise e decadência da produção cafeeira e início dos áureos tempos da cana de açúcar. Nela coexistem, até a segunda metade da década de 1920, essas duas culturas agrícolas, quando passou a se apresentar como a única usina açucareira de Araraquara, respondendo por 12% da produção total do Estado de São Paulo.

Segundo a interpretação de Pacheco (1988), outro historiador preocupado com a relação entre o cultivo do café e a urbanização de Araraquara e São Carlos no período de 1920 a 1940, a Usina Tamoio já se apresentava como um dos mais importantes estabelecimentos do setor em São Paulo. Sobre a expansão de suas terras pela região, podemos mencionar um grande salto, ao comprar as propriedades vizinhas, em geral antigas fazendas cafeeiras, afetadas na sua grande maioria pela crise mundial do final da década de 1920. Essa acumulação de terras e riquezas fez com que, em 1946, ao bater o recorde continental de produção de açúcar, esta usina fosse oficialmente considerada a maior indústria sucro-alcooleira do país e da América do Sul.³

É válido mencionar que o fundador Pedro Morganti faleceu no ano de 1941, deixando para a sua família o controle do império do açúcar, formado, naquela época, por 5.278 alqueires que abrigavam de 7.000 a

³Conforme Álbum de Araraquara de 1948. p.124

10.000 trabalhadores habitantes. A Usina Tamoio, que também controlava financeiramente a Refinaria Paulista S/A, tinha em sua população trabalhadora dividida entre agricultura e industrialização, além do regime de colonato que perdurou até o início da década de 1960, colonos de cana, assalariados agrícolas, camaradas, operários de fabricação, manutenção, empregados da administração, dos escritórios, dos transportes, inclusive do transporte ferroviário. Em toda sua extensão a usina era povoada por aproximadamente 1.500 casas. Possuía oficinas mecânicas, um ambulatório médico localizado na Seção Bela Vista, ambulância, prédio do Circulo Operário Católico, um campo de pouso para aviões de pequeno porte, pelo menos uma capela em cada seção, uma biblioteca, sala de projeção de filmes e peças teatrais, um grande estádio esportivo, armazém, açougue, farmácia, padaria, loja de ferragens, loja de tecidos e armarinhos, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteria, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência postal, serviço telefônico, um serviço de ônibus que ligava a cidade de Araraquara à estação de trem Tamoio, uma Catedral religiosa, além de uma hospedaria similar a um hotel cidadão (CAIRES, 1993. p.66). Ao que parece a usina assegurava que todas as condições e necessidades de seus trabalhadores fossem satisfeitas ali mesmo.

A partir dos estudos da pesquisadora, pudemos verificar que, desde a década de 1930, a Usina Tamoio já mantinha em seu território um Grupo Escolar de bom porte e seis escolas isoladas. Data de 1939, a primeira turma de formandos do Grupo Escolar D. Giannina Morganti, situado na sede da usina, lugar onde havia uma vila com casarões e as instalações industriais, ou seja, a moenda propriamente dita. É importante ressaltar que a referida usina era um grande latifúndio, com sua extensão de terras ligando as cidades de Araraquara aos limites da cidade de Ibaté, localizada a uma distância de 27 quilômetros, assim como aos limites da cidade de Guarapiranga, distante 26 quilômetros de Araraquara, por isso, era subdividida em seções, onde existiam colônias de casas. Neste sentido, a Seção Bela Vista, possuía uma colônia com aproximadamente 150 casas, um posto de saúde, uma escola, uma igreja católica e uma estação de trem. No entanto, foi sob o domínio da segunda geração da família, que Hélio Morganti elevou duas das seis escolas isoladas à condição de Grupo Escolar, sendo uma delas situada na Seção Bela Vista da usina, o objeto de estudo deste trabalho: o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti.

O fato de encontrarmos a partir da década de 1930 nas terras deste

conglomerado agro-industrial seis escolas isoladas e um Grupo Escolar, demonstra quanto prestígio e força política exerciam os Morganti junto ao estado para garantir em suas terras estas instituições educacionais. Sobre a instalação do primeiro grupo escolar o trabalho de Flores (2015) aponta a data de 07 de junho de 1935 e indica que a instalação do Grupo Escolar da Usina Tamoio constituiu um agrupamento de várias escolas mistas (também conhecidas como escolas isoladas) que ficavam nas seções próximas da sede. Em 1942 foi construído o segundo grupo escolar dentro das terras da usina, o Grupo Escolar Pedro Morganti. Não podemos nos esquecer que os grupos escolares durante a primeira metade do século XX foram concebidos como indicadores da modernidade da educação paulista, tais instituições foram vistas como símbolo da escola republicana e se tornaram símbolos da escola pública paulista⁴.

Em meados dos anos de 1960, a usina completou seu sistema educacional, a partir da aprovação do projeto de lei nº 846/58, de autoria do Deputado Estadual Scalamandrê Sobrinho, instituindo o “Ginásio Estadual da Usina Tamoio” que funcionava no Grupo Escolar D. Giannina Morganti localizado nas instalações da sua sede.

Em 1953, ao liderar a produção sucro-alcooleira do Estado de São Paulo, a Usina Tamoio era uma passagem necessária para todos os cidadãos ilustres que visitavam a cidade de Araraquara. Entre estes, o então Governador do Estado de São Paulo Jânio Quadros e o político Juscelino Kubsticheck de Oliveira. Para tentar descrever o prestígio que tal empreendimento e seus dirigentes passaram a gozar na sociedade araraquarense, basta pensarmos que os altos lucros obtidos pela empresa, principalmente mediante subsídios recebidos por leis de proteção à produção açucareira, eram redistribuídos em atividades de cunho assistencial e cultural na cidade de Araraquara. Caires (1993) demonstra em sua tese, que à medida que aumentava o poder econômico dos Morganti, aumentava também a inserção dessa família nas atividades assistenciais e culturais da cidade. Segundo a autora, eles foram

⁴Quando instalados no estado de São Paulo no final do século XIX, os grupos escolares se opuseram ao modelo da escola monárquica, comumente encontrada durante o século XIX que era a escola de primeiras letras. Os grupos escolares eram o que existia de mais moderno em termos educacionais até a metade do século XX, e é importante apresentar aqui sua relevância no processo de construção da sociedade republicana para entendermos sua importância quando observados dentro de uma área rural. Estes “templos educacionais” consagraram a imagem de um sistema orgânico e racional e se legitimaram, inclusive, pelo conjunto de dispositivos materiais e simbólicos postos em visibilidade, como por exemplo, a construção de prédios próprios para a escola compreendendo uma arquitetura imponente, mobiliário e materiais modernos e importados, sistema de inspeção técnica e realização de festas e comemorações cívicas que davam publicidade à ação escolar no meio social. Para aprofundamento sobre o tema ver SOUZA (1998).

responsáveis diretos pela ampliação do prédio da maternidade Gota de Leite, pela ampliação das instalações do Asilo de Mendicidade, pela construção do prédio para funcionamento do Posto de Puericultura na Vila Xavier (um dos maiores bairros na época), além, dentre outras coisas, de patrocinarem o Núcleo de Belas Artes de Araraquara. Foi assim que em 1954, a Câmara Municipal da cidade, deu a uma via pública na região central o nome do fundador da usina e patriarca da família: “Comendador Pedro Morganti”.

No entanto, na década de 1960 esta família entrou num novo período de sua história. As mudanças estruturais ocorridas na economia do país, foram sentidas também pela família Morganti. A implementação de técnicas agrícolas consideradas mais modernas e a extinção do regime de colonolato em 1964, foram fatores que contribuíram significativamente para a existência de uma luta política entre usineiros e colonos. Os colonos, depois de vencidos, foram transformados em assalariados agrícolas e inclusive desapropriados de seus instrumentos de trabalho e de seus animais usados também no trabalho na terra.

Em 1961 a usina lançou um plano mais agressivo de eliminação de seu excesso de mão de obra, considerando seu atraso frente ao acelerado processo de mecanização da lavoura já instaurado. Mesmo com todas as medidas tomadas no sentido de se transformar, para acompanhar o desenvolvimento das novas técnicas modernas de produção, em 1966 este modelo já se mostrava bastante obsoleto vindo a ruir completamente em Abril de 1969, com a venda da usina para um grupo detentor de forte capital financeiro, o Grupo Silva Gordo.

Para este novo grupo empresarial, era importante não somente diminuir o quadro de funcionários, mas também desmantelar o ideário que existia entre os locais. O Grupo Silva Gordo agiu dando seqüência ao projeto de mecanização da agricultura, não sendo necessário para isso, manter aquela enorme estrutura patriarcal, de relações bastante coloniais, construída pelos Morganti. Uma das iniciativas foi persuadir os funcionários a optarem espontaneamente pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pelo seu desligamento da empresa. Houve um número significativo de trabalhadores, que mesmo depois de se desligarem da usina, ainda continuaram por lá, prestando serviços temporários. Talvez não conseguissem mais se desvencilhar da relação paternalista e de pertencimento àquele lugar, herdada dos tempos dos Morganti.

A década de 1970 foi marcada pelo grande volume de ações trabalhistas.

Em 1977 o Grupo Silva Gordo já havia imprimido na Usina Tamoio, as marcas de sua administração. Segundo Caires (1993, p.368):

Nesse quadro crítico, representado pelo não pagamento de elevados débitos fiscais para com o fisco estadual e federal, com constantes atrasos nos pagamentos dos salários dos trabalhadores e o não recolhimento do FGTS, trabalhar naquela usina passou a ser uma desventura.

No final de 1981, os funcionários da Usina Tamoio deflagraram uma greve, que mesmo contando com um número significativo de adesões, inclusive dos trabalhadores da lavoura, acabou fracassando, porque, como sugere a pesquisadora, esbarrou em mecanismos utilizados pela empresa para esvaziar o movimento e na falta de tradição de luta por parte deste grupo de trabalhadores ofuscada, inclusive, pelo peso das relações sociais fortemente enraizadas desde o período Morganti. Após a demissão por justa causa de 22 trabalhadores considerados “os cabeças” da greve, e a decretação de licença coletiva até o início de Janeiro de 1982, os trabalhadores foram desarticulados. O que não significa que a história estivesse acabada e resolvida.

Logo após a greve dos funcionários da Usina Tamoio, toda a cidade de Araraquara foi mobilizada, informada dos acontecimentos, pela Comissão de Apoio aos Trabalhadores da Usina Tamoio, grupo constituído por várias entidades de classe de Araraquara: Sindicatos, Partidos, Representantes de instituições ligadas à Igreja Católica, à Comissão de Justiça e Paz e representantes dos Trabalhadores da usina, entre outros. A Comissão arrecadou fundos e alimentos para os grevistas e demitidos e também promoveu reuniões entre o proprietário e os trabalhadores da usina.

Em Outubro de 1982 a Usina Tamoio foi paralisada com 250 a 500 mil toneladas de cana para serem moídas, fato repercutido nacionalmente. Na tentativa de solucionar o caso, representantes de vários órgãos sindicais, governamentais estaduais e federais, chegaram a discutir a perspectiva de desapropriação da usina pelo não cumprimento dos interesses sociais. Aqui observamos uma nítida tentativa de aplicação das diretrizes oriundas do Estatuto da Terra. No entanto, o que se notou foi a vitória do discurso elitista, que amparado juridicamente, preconizava ser impossível tal processo de desapropriação, pelo fato dos trabalhadores rurais da usina serem enquadrados sindicalmente como industriários, sendo seus problemas trabalhistas de natureza urbana, não cabendo a eles uma justa reivindicação

pela terra.

Em 1986, na ocasião da visita do Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário – Dante de Oliveira - em Araraquara, políticos e lideranças sindicais locais solicitaram ao ministro a inclusão da Usina Tamoio no Plano Nacional de Reforma Agrária. O fato importante era que desde 1982 até aquela data, período em que a usina ficou desativada, suas terras continuaram arrendadas e plantadas por outros usineiros da região.

Segundo Caires (1993), a questão da terra apareceu atrelada à luta pelos direitos. O Sindicato dos Trabalhadores Industriários e Agrícolas de Araraquara defendia o pagamento dos direitos trabalhistas e prosseguiu acionando judicialmente o Grupo Silva Gordo, e conseguiu em Janeiro de 1983 que a justiça colocasse em leilão a Fazenda Chibarro, que havia sido oferecida pelo grupo proprietário em caução à dívida referente ao pagamento dos salários atrasados e o FGTS não recolhido dos funcionários. Após uma tentativa fracassada de leilão desta fazenda, foi decidido adjudicar a propriedade em nome do sindicato para o pagamento de tais débitos trabalhistas. A ação do sindicato, que desde o início tendia a preferir medidas conciliatórias com os proprietários da usina, a ausência de tradição de luta por parte dos trabalhadores da usina e o desgaste provocado pelo longo período de espera, fizeram com que fosse realizado um acordo conciliatório entre as partes.⁵

Sobre este acordo conciliatório:

[...] Ainda, para tal decisão, colaborou muito a crença de que a terra nada lhes servia sem as condições técnicas para trabalhá-la. A ilusão de que a usina pudesse vir a ser reativada, impediu que os trabalhadores mantivessem o desejo de se tornar proprietários das terras, que segundo alguns deles, representam o seu pulmão. É na Fazenda Chibarro que se encontra a represa, fonte de água para a usina e da qual ela não prescinde. Mais uma vez, parece ter prevalecido a crença de que a terra do patrão era inviolável. Parece ter pesado nesta decisão resquícios da fidelidade sentida e devida desde o período Morganti, fortemente enraizada na memória e na vida dos seus antigos trabalhadores. (Caires, 1993 p.377)

Devido a certeza de que após o acordo trabalhista, estava extinta a possibilidade dos trabalhadores assalariados rurais da usina se tornarem

⁵A Assembléia de liquidação do processo 466/82, foi realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Industriários e Agrícolas de Araraquara em junho de 1988.

proprietários de terras, e que as terras desapropriadas continuariam a ser arrendadas sem nenhum controle por parte dos órgãos governamentais, o Sindicato dos Empregados Rurais, com sede em Araraquara, liderado pelo sindicalista Élio Neves, iniciava uma campanha que objetivava mobilizar trabalhadores desempregados, gerando uma demanda real por terra na região.

Foi assim, que em 1989, a Fazenda Bela Vista do Chibarro foi ocupada pelos trabalhadores rurais, sendo a partir de então, destinada ao “Projeto de Reforma Agrária Assentamento Bela Vista do Chibarro”.⁶ A partir deste momento, aproximadamente 150 famílias oriundas de várias partes do país, orientadas pelo líder sindical Élio Neves, migraram para estas terras e deram início ao processo de demarcação e distribuição das terras. A divisão da Fazenda Bela Vista em lotes agrícolas para cada família foi feita sob a orientação do DAF (Departamento de Assuntos Fundiários), órgão do Governo do estado de São Paulo. A partir de então, os assentados passaram a cultivar aquela terra para a produção de alimentos para subsistência e para comercialização.

Grupo Escolar Pedro Morganti: disseminação da cultura escrita e a formação do trabalhador rural

O objetivo específico deste tópico é apresentar uma caracterização da escola primária estudada a partir de um diálogo com as seguintes fontes documentais: os Livros de Matrículas e os Livros do Ponto Pessoal. Apontamos, a partir da leitura e sistematização dos dados, algumas considerações sobre o desenvolvimento histórico desta instituição de ensino, abordando alguns temas que nos permitiram a leitura destas fontes documentais.

Os livros de matrículas foram instrumentos importantes para uma caracterização do corpo discente. A partir deles pudemos apresentar informações referentes à quantidade de alunos que freqüentaram esta escola no decorrer dos anos, construímos um quadro referente ao endereço dos alunos que freqüentaram a instituição, apresentamos as diferentes nacionalidades de seus pais, assim como quais foram as diferentes profissões encontradas nos registros. Nos Livros Ponto de Pessoal foram encontradas informações que nos permitiram construir uma linha do tempo cronológica e nominal dos diretores deste grupo escolar.

⁶O trabalho de pesquisa realizado por BARONE, L.A. *Revolta Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. Araraquara, 1996. 164 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista percorre o caminho da luta dos bóia-frias da região de Guariba por direitos e por terra, inclusive discorre sobre a entrada de um grupo de trabalhadores oriundos do movimento de Guariba no projeto de Reforma Agrária do Assentamento Bela Vista. p. 105.

Entre 1942 e 1988, pudemos observar que a escola ofereceu o ensino primário de 4 anos para meninos e meninas moradores da Fazenda Bela Vista. O quadro de matrículas permitiu uma visualização do fluxo de alunos durante o período estudado.

Quadro 1- Demonstrativo de Matrículas dos Alunos do G.E. “Comendador Pedro Morganti” 1942-1988

Ano	Masculino	Feminino	Total
1942	89	85	174
1945	146	136	282
1950	98	89	187
1955	127	102	229
1961	148	131	279
1965	119	125	244
1970	77	94	171
1975	33	37	70
1980	16	21	37
1985	14	03	17
1986	09	05	14
1987	06	05	11
1988	04	07	11

Fonte: Livros de Matrícula do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1942 a 1988⁷

Iniciamos nossa análise pelos Livros de Matrículas, por serem substancialmente ricos em informações sobre o alunado no decorrer do tempo; e foram abundantes as informações recolhidas, que nos permitiram construir uma caracterização dos estudantes do Grupo Escolar Comendador

⁷Livro de Matrícula “Secção Masculina” de 1942 a 1948 do Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista, Livro de matrícula “Secção Feminina” de 1942 a 1948 do Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista, Registro Escolar: Matrícula, Professores e Aparelhamento escolar – Modelo I – do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1949 a 1957, Livro de Matrícula dos alunos do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1961 a 1964, Livro de Matrícula das alunas do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1961 a 1964, Livro de Matrícula “Masculino” do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1965 a 1967, Livro de Matrícula “Feminino” do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1965 a 1967, Livro de Matrícula do G.E.R. “Comendador Pedro Morganti” de 1968 a 1973-Feminino, Livro de Matrícula do G.E.R. “Comendador Pedro Morganti” de 1968 a 1974-Masculino, Livro de Matrícula da 2ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio – Araraquara – de 1975 a 1984, Livro de Matrícula da 1ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio – Araraquara – de 1975 a 1988.

Pedro Morganti de 1942 até o final da década de 1980⁸

No diálogo com os Livros de Matrículas, pôde-se observar o intervalo de tempo em que houve crescimentos e diminuições no número de matrículas por ano, mostrando profunda relação com o desenvolvimento econômico e social da Usina Tamoio; nos momentos em que o império do açúcar estava no em ascensão e auge, observamos um crescimento substancial de 38% no número de matrículas nos três primeiros anos analisados, chegando ao ano de 1945 com 282 alunos, mantendo esta média de alunos até o início da década de 60, quando em 1961 possuía 279 matriculados. Já ao observarmos o fato de que em 1970 havia 171 matrículas registradas, apontamos uma diminuição no número de alunos matriculados por volta de 39%. O que estabelece um diálogo com as mudanças ocorridas no decorrer da década de 1960, tanto no que concerne a economia do país, quanto aos seus efeitos sobre questões sócio-econômicas da Usina Tamoio.

Com o fim do império dos Morganti, a partir da venda da Usina Tamoio para o Grupo Silva Gordo, em 1969, este grupo aperfeiçoa o processo, já iniciado pelos proprietários anteriores, de implantação de um novo modelo administrativo organizacional, além da utilização de algumas máquinas agrícolas e do uso de técnicas de cultivo mais modernas.

Ainda refletindo sobre as informações oriundas dos Livros de Matrículas, no que se refere ao fluxo e refluxo de matrículas ao longo dos anos, relacionado ao contexto histórico e social em que viviam estes alunos, praticamente toda a década de 1970, foi marcada por ações trabalhistas, que culminaram em acordos com os empregados, na maioria das vezes somente vantajosos para os empregadores. As fontes indicam num curto período de 5 anos, de 70 a 75, o grupo escolar em questão, perdeu 101 alunos, ou seja, em apenas 5 anos a escola perdeu praticamente 60% do alunado que tinha no início da mesma década. O que se repete no próximo quinquênio. Em 1975

⁸Não realizamos a aferição anual dos dados, optamos por recolhê-los de cinco em cinco anos. É importante apontar que nos vimos livres em retroceder e acelerar cronologicamente, de acordo com a disposição em que os dados se apresentaram no momento da coleta e de sua sistematização. Iniciamos no ano de 1942, data dos documentos mais antigos encontrados, passamos por 1945, por entender que nestes primeiros anos de vida deste grupo escolar, seria importante diminuir o espaço de tempo de análise dos dados, para aumentar a quantidade de indícios oferecidos a esta pesquisa. Outro espaço de tempo que não foi de cinco anos, foi de 1955 a 1961. Quando voltamos a pesquisa documental para o ano de 1960, nos deparamos com somente um livro de matrícula, o livro feminino, não existindo dados referentes a Seção Masculina. Então observamos que o ano de 1961 continha estas informações completas e era melhor que o usássemos como fonte de dados; logo em seguida, fomos ao ano de 1965, diminuindo o período de nossa análise para quatro anos. Continuamos então, a partir desta data, a realizar a nossa sistematização de dados, seguindo o intervalo de tempo de cinco anos. Somente na década de 1980, é que novamente vamos alterar o espaço de tempo para a análise dos dados; a partir de 1985 até o ano de 1988 os dados passaram a ser coletados anualmente.

esta instituição tinha 70 alunos matriculados e ao chegar em 1980 possuía apenas 37 deles, ou seja, no segundo quinquênio foi reduzida em 52% dos alunos que atendia. Percebemos então, que a quantidade decrescente de alunos está intimamente ligada às ações postas em práticas pelo novo modelo organizacional e operacional adotado na Usina Tamoio durante todos os anos 70. O enxugamento do corpo de empregados provocou o acelerado esvaziamento do corpo discente do grupo escolar pesquisado durante esta década.

Os registros históricos usados neste trabalho, apontam que o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti esteve em funcionamento até o ano de 1988. O fato dos livros de matrículas correspondentes aos dois últimos anos, apresentarem a nomenclatura de “Livro de Matrícula da 1ª e 2ª Escolas Mistas”, pois nestes dois últimos anos a escola funcionou como um apêndice da Escola Estadual Carlos Batista Magalhães, o que evidencia o processo acelerado de nucleação e fechamento das escolas isoladas e mistas rurais finalmente legalizado a partir do Decreto 29.499 de 05/01/1989 que dispunha sobre a política de nucleação das escolas rurais. As aulas eram ministradas no prédio do Grupo Escolar Pedro Morganti, no entanto, todo o aparelhamento técnico administrativo era feito pela escola citada, situada na cidade de Araraquara. Os 11 estudantes que permaneceram matriculados e freqüentando as aulas na Fazenda Bela Vista até o ano de 1988, eram filhos de ex-empregados da Usina Tamoio, em sua maioria, pessoas ligadas ao trabalho agrícola ou de serviços gerais, que no ano de 1989 foram incorporados ao projeto de Reforma Agrária e continuam morando no Assentamento Bela Vista até os dias de hoje.

Ao realizar esta análise das fontes documentais, foi imprescindível levar em consideração os conflitos existentes entre a relação de patrão/empregado, assim como pensar esta relação dentro de outro conflito maior, que é o existente entre modelos de desenvolvimento para a agricultura. Discorrer sobre o processo de transição de um sistema paternalista colonial para outro centrado em tecnologias modernas e aplicáveis ao campo ofereceu elementos para entender o que nos apresentou o arquivo do Grupo Escolar Pedro Morganti.

Este quadro demonstra, pelas informações recolhidas nos livros de matrículas, que esta escola primária atendeu majoritariamente a filhos de cidadãos brasileiros. A imigração italiana foi a que predominou, seguida da espanhola e japonesa. Com relação à imigração italiana e a imigração japonesa, é importante apontar que em nossa região existiam muitas fazendas de café no início do século, inclusive a própria Fazenda Bela Vista havia sido uma fazenda produtora de café.

Quadro 2 - Nacionalidade dos Pais dos Alunos do G.E. “Comendador Pedro Morganti”(1942 – 1988).

ANO	BRASIL	ITALIA	ESPAÑA	JAPÃO	ALEMÃO	PORTUGAL	POLONIA	DESC	Total de Estrangeiros
1942	137	29	08	-	-				37
1945	234	24	19	03	02	-			48
1950	157	11	05	11	01	01	01		30
1955	224	-	-	02	-	01	02		05
1961	266	-	-	-	-	-	-	13	-
1965	241	-	03	-	-	-	-		03
1970	171	-	-	-	-	-	-		-
1975	36	-	-	-	-	-	-		-
1980	37								-
1985	17	-	-	-	-	-	-		-
1986	14								-
1987	11	-	-	-	-	-	-		-
1988	11								-
TOTAL	1.556	64	35	16	03	02	03	13	123

Fonte: Livros de Matrícula do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1942 a 1988.

O que explicaria o contexto de predomínio de imigração destes povos, pois é fato o êxodo destas populações para o trabalho agrícola no Brasil, tendo em vista a necessidade de uma substituição emergencial para o trabalho escravo.

Sobre a profissão dos pais, pudemos verificar que no Grupo Escolar Pedro Morganti, os filhos dos lavradores sempre foram maioria dos alunos matriculados. Em todo o período demarcado, a quantidade de matrículas dos filhos cujos pais se declararam lavradores foi superior a dos que se declararam desempenhando outras profissões. Observamos que a nomenclatura referente ao trabalhador da terra foi se alterando no decorrer da amostragem. Em 1942 o número de pais de alunos cuja profissão era registrada como colonos era de 139 pessoas, já três anos depois, os registros apontaram 226 lavradores, então registrados no livro de matrícula com esta denominação. Houve a mudança de nomenclatura, assim como o aumento significativo no número de trabalhadores ligados diretamente ao trabalho

manual agrícola. Em 1950 aparecem além de 25 lavradores, mais 86 pessoas registradas nos livros de matrículas com a terminologia de “camaradas”, totalizando 111 pessoas apontadas como ligadas ao trabalho agrícola. Cinco anos depois, os dados apontam o início de um novo crescimento na matrícula de filhos de agricultores: Em 1955: 171 matrículas; em 1961: 225 matrículas. Percebemos que o período que compreendeu o apogeu da produção açucareira da Usina Tamoio, também foi o período em que mais o apelo pela escolarização esteve presente entre os filhos dos trabalhadores rurais.

Estes dados podem contribuir para uma maior compreensão da cultura local. O colono como aparece nos primeiros registros, era um trabalhador que possuía muito mais raízes com a terra e com o local, o fato de ter sido substituído pelo lavrador e depois pelo camarada, já nos ofereceu um possível sinal de que estava em curso uma mudança na estrutura de trabalho dentro daquele espaço da usina. O colono possuía muito mais ligação com a terra, morava nela e criava raízes, entregava seu filho para ser batizado pelo usineiro, enfim, sua relação de trabalho era perpassada por valores e obrigações morais para com seu empregador, que além de lhe oferecer trabalho também lhe oferecia casa e segurança. Sua substituição aponta para um processo de modernização imposto ao campo. Um afrouxamento das relações de trabalho, visto que o camarada era um trabalhador rural com um caráter mais itinerante, um prestador de serviços.

O crescimento no número de matrículas dos filhos de trabalhadores agrícolas justifica o sentido da existência e a função social deste grupo escolar. No ano de 1970 apareceu nos registros a matrícula de 142 crianças filhas de lavradores, e em seguida este número caiu para apenas 56 em 1975. Estes cinco anos marcaram o início do processo de modernização imposto pelos novos proprietários da Usina Tamoio, processo de mecanizar a agricultura, substituindo o homem pela máquina, e num sentido mais abstrato, um processo de mudança da própria sociedade brasileira, que tentava sair do atraso, que era reflexo do nosso antigo sistema colonial, e adentrar no mundo moderno, no novo modelo de alta competitividade econômica e um novo delineamento social. Era necessário desconstruir todo o emaranhado de relações sociais de cunho paternalista e colonial e introduzir as novas ideias, que eram atreladas ao novo modelo de desenvolvimento que se queria para a sociedade brasileira.

Houve diminuição no número total de matrículas a partir do fim da década de 60 e início da década de 70, o que comprova que os cortes de empregados se deram de uma maneira geral, no entanto, como representavam a maioria

das matrículas, o corte no número de lavradores foi o que mais se fez sentir, afinal, seus filhos representavam quase a totalidade dos alunos desta escola primária rural. De um total de 21 lavradores com filhos nesta instituição em 1980, somente 9 permaneceram na fazenda, depois da tramitação da greve e dos acordos firmados, sendo incorporados em 1989 ao Projeto de Reforma Agrária do Governo Federal.

Quadro 3 - Relação Nominal dos(as) Diretores(as) do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti de 1942 a 1975.

NOME	FUNÇÃO/CARGO	PERÍODO	PERMANÊNCIA
Amêndola Silva	Diretora Interina	04/1942 a 05/1942	02 meses
Paulo Ferrari Massaro	Diretor Efetivo	06/1942 a 04/1943	10 meses
Iracema Gonçalves Gazi	Diretora Efetiva	05/1943 a 06/1944	13 meses
Heledina de Oliveira	Diretora Interina	07/1944	01 mês
Eros Benfatti	Diretora Estagiária	08/1944 a 12/1946	28 meses
Zoe Tavares	Diretora Substituta	01/1947 a 08/1947	08 meses
João Loureiro Miranda	Diretor Efetivo	09/1947 a 10/1947	02 meses
Zoe Tavares	Diretora Substituta	11/1947 a 02/1948	04 meses
Maria Cruz	Diretora Substituta	03/1948 a 06/1948	04 meses
Geraldo Schettini Sobrinho	Diretor Interino	07/1948 a 09/1948	03 meses
José Armando Furlani	Diretor Efetivo	10/1948 a 12/1949	14 meses
Missiota Reis Pitta	Diretora Substituta	03/1950 a 07/1950	05 meses
Geraldo Schettini Sobrinho	Diretor Interino	08/1950 a 10/1950	03 meses
Dalmo Homem de Melo	Diretor Efetivo	11/1950 a 08/1954	45 meses
Lúcio Ferraz de Arruda	Diretor Interino	09/1954 a 09/1956	24 meses
Amadeu Cosentino	Diretor Efetivo	10/1956 a 03/1960	41 meses
João Levy Junior	Diretor Interino	04/1960 a 07/1961	15 meses
Jayme de Arruda Dias	Diretor Interino	08/1961 a 09/1961	02 meses
Dimas de Maio Freitas	Diretor Efetivo	10/1961 a 04/1965	42 meses
Adair Garcia Freitas	Diretora Substituta	05/1965 a 02/1966	10 meses
Dinah Aparecida Bechara	Diretora Substituta	03/1966 a 12/1966	09 meses
Marisa Teresa Garrido	Diretora Substituta	03/1967 a 07/1967	04 meses
Antonio Ruy Cardoso	Diretor Efetivo	08/1967 a 05/1969	21 meses
Neusa Ap. Ferreira Silva	Diretora Interina	06/1969 a 02/1970	08 meses
Lúcia Rached	Diretora Substituta	03/1970 a 02/1974	47 meses
Aracy Dias Mendes	Diretora Substituta	03/1974 a 02/1975	11 meses

Fonte: Livros Ponto do Arquivo da EMEF Prof. Hermínio Pagotto, antigo Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti.

Entendendo que a experiência dos sujeitos envolvidos na história deste grupo escolar contribuiu para a formação de sua cultura escolar, foi necessário também que fizéssemos uma apresentação dos diretores que atuaram nesta instituição de ensino. Esta caracterização serve para colocar em relevo os importantes atores que conduziram este palco educacional. Apresentá-los pareceu-nos uma importante contribuição aos registros históricos. Para tanto foi necessário que nos debruçássemos sobre os Livros do Ponto Pessoal que, por se apresentarem dando conta de praticamente todo o período de estudo desta pesquisa, puderam nos oferecer dados que permitiram uma identificação mais completa.

Durante a década de 1940 os registros do Livro Ponto informam que 13 profissionais do magistério exerceram a direção desta instituição de ensino. Vimos que houve uma grande rotatividade de permanência no cargo sendo que vários destes profissionais ocuparam a função em caráter efetivo permanecendo pouco tempo nele. O que nos parece interessante apresentar é que a diretora Eros Benfatti que ocupava o cargo de diretora estagiária foi a que mais tempo permaneceu naquela década exercendo a função de diretora durante um período de 28 meses. Os demais exerceram a função por um período inferior ou um pouco maior do que um ano.

A década de 1950 apresentou uma considerável estabilidade no que concerne ao tempo de permanência de pessoas no cargo da direção da escola. Logo no início desta década, o sr. Dalmo Homem de Melo permaneceu como diretor por um período de 45 meses, o que corresponde a um período de aproximadamente quatro anos sem deixar o cargo. Em seguida, vimos que o sr. Lúcio Ferraz de Arruda assumiu tal vaga e nela ficou por um período de dois anos, sendo sucedido pelo sr. Amadeu Cosentino que encerrou a década de 1950 ficando 41 meses no cargo. Percebemos então, que a década de 1950 apresentou uma maior estabilidade na ocupação da direção do grupo escolar com relação a década anterior tendo somente três diretores diferentes neste período.

Os anos correspondentes a década de 1960 voltam a ter um fracionamento na ocupação do cargo de diretor de escola neste grupo escolar. Enxergamos que somente o sr. Dimas de Maio Freitas se manteve por um período relativamente extenso ocupando a direção da escola 42 meses, ou seja, por três anos e meio, sendo seguido pelo sr. Antonio Ruy Cardoso que no cargo permaneceu por pouco menos de dois anos. Os demais ocupantes desta função durante esta década não permaneceram nela por mais de um ano consecutivo.

Embora tenhamos somente os registros referentes a metade dos anos da década de 1970, conferimos que neste período de tempo a sra. Lúcia Rached ocupou o cargo de diretora do grupo escolar por praticamente quatro anos, o que vem demonstrar uma certa estabilidade no preenchimento da vaga neste período.

O que tentamos demonstrar com esses dados foi o fato de que as permanências e as rupturas podem contribuir para uma efetiva visualização do que aqui denominamos de caracterização deste grupo escolar. Intuímos que as mudanças no corpo diretivo da escola afetaram ao longo da história diretamente sua dinâmica de funcionamento, visto que o afinamento das relações interpessoais entre diretor e professores, por exemplo, levavam um tempo para serem construídas e fortalecidas. Assim, quando havia a substituição da parte diretiva provavelmente todos tinham que se readaptar aos novos hábitos da nova pessoa que passava a ocupar tal função, o que pode significar que tais mudanças na equipe escolar prejudicaram o seu funcionamento ao longo dos anos. Como foram poucos aqueles que permaneceram na direção da instituição por um longo período de tempo, foram muitos os que por ali passaram permanecendo um período curto na função, não podendo desta forma contribuir de forma sistematizada para a efetivação de algum projeto educativo, seja os de cunho ruralista, ou mesmo os de cunho estritamente pedagógico.

O diálogo com os Livros de matrículas e com os Livros do Ponto foi importante para a realização da tarefa de construir a caracterização do grupo escolar estudado, no entanto, esses documentos não deram conta de apresentar indícios sobre a dinâmica pedagógica da instituição. Para tal, nos debruçaremos a seguir sobre as Atas das Reuniões Pedagógicas, no intuito de mergulhar de uma maneira mais profunda no cotidiano pedagógico desta instituição de ensino primário.

Vestígios da Cultura Escolar na mesa de reuniões pedagógicas

Os livros de atas das reuniões pedagógicas foram documentos importantes que nos forneceram indícios significativos da cultura escolar do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti. Foram analisados os quatro volumes encontrados no acervo da instituição, que deram conta de um período de 1950 à 1971, totalizando 159 reuniões pedagógicas. No último volume desta coleção, no entanto, há o registro de uma reunião pedagógica realizada no

ano de 1975. Fica aparente que este período não corresponde ao período completo de estudo proposto pela pesquisa, todavia, os registros dessas atas permitiram apreender aspectos significativos da cultura escolar desta instituição de ensino primário.

Ocorrências de Reuniões Pedagógicas do G.E. “Comendador Pedro Morganti 1950/ 1975

Não podemos afirmar entretanto, que os 4 volumes encontrados de Livros de Atas de Reuniões Pedagógicas correspondem ao histórico completo das reuniões pedagógicas desta instituição de ensino primário, visto que há uma lacuna nas informações das fontes documentais encontradas. No entanto, o período que corresponde às reuniões pedagógicas registradas nas atas encontradas, possibilitaram uma reflexão em torno de duas décadas em que aconteceram importantes mudanças no cenário rural brasileiro.

Pareceu-nos importante apresentar algumas informações sobre alguns aspectos gerais das atas de reuniões pedagógicas. Elas estão registradas em quatro livros próprios, identificados para este fim em suas capas. Todas as reuniões foram escrituradas seguindo uma ordem em que primeiramente eram tratadas questões administrativas e em seguida tratadas questões técnicas, ou de orientações pedagógicas propriamente ditas.

A primeira parte das reuniões, de cunho administrativo, era composta pela leitura e pela aprovação da ata da reunião anterior, seguida da leitura de informes dos mais variados possíveis: circulares, comunicados, portarias de dispensa, de remoção, afastamento, licenças, abonos, atestados e etc. Havia nessa primeira parte o registro das recomendações, que eram bastante objetivas para o funcionamento da unidade escolar. A segunda parte das reuniões pedagógicas era de caráter mais técnico e visava oferecer apoio pedagógico ao corpo docente. Eram aulas ministradas pelo diretor, pelo inspetor de ensino ou pelos professores previamente escolhidos sobre os mais variados temas, todavia, todos os temas estavam ligados aos conteúdos a serem ministrados ou aos métodos de ensino a serem apreendidos e executados. Estes momentos pré-planejados, consistiam em leituras de textos ou trabalhos científicos, cujos objetivos eram contribuir para uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

As recomendações tinham um caráter disciplinador e prescritivo do que deveria ser cumprido pelo corpo docente e discente. Discorriam sobre a necessidade de disciplinar o comportamento escolar do alunado, assim

como disciplinar e normatizar a rotina docente.

Selecionamos para este texto alguns aspectos da cultura escolar, apreendidos pelos indícios provenientes da leitura das atas de reuniões pedagógicas referentes às práticas de educação rural.⁹

Prática de Educação Rural

Sobre as aulas de ruralismo, os documentos demonstraram que havia um significativo esforço por parte da direção do grupo escolar para que efetivamente fossem realizadas. Durante as duas décadas de reuniões registradas em atas, havia um nítido interesse dentro da unidade escolar para que as aulas teóricas sobre ruralismo fossem desenvolvidas e seus conhecimentos exigidos nas avaliações finais. Também as aulas práticas aparecem nos registros, quando havia recomendações acerca do comportamento dos alunos nos espaços externos, quando havia informes sobre a aquisição de materiais para que tais aulas fossem realizadas, quando no início do ano letivo havia a organização do horário de realização de tais atividades de estudos agrícolas nos espaços externos como a horta, o pomar ou o aviário.

As atividades de ensino referentes ao ruralismo pedagógico¹⁰ estavam ligadas diretamente ao ensino de técnicas simples de trabalho no meio rural. Montar um canteiro, desde o processo de preparo da terra com insumos orgânicos, passando pela semeadura até a colheita, por exemplo, eram ensinamentos escolares ministrados sobre a nomenclatura de ruralismo. Havia a intenção de racionalizar a prática do camponês e introduzir nela técnicas de melhoria da produção, além de uma objetiva orientação sobre a higienização do modo de vida daqueles que habitavam a zona rural, enfim, o

⁹Selecionamos para análise neste texto as práticas de educação rural, no entanto, em TEIXEIRA (2010) são apresentadas análises de outros aspectos da cultura escolar apreendidos pelos indícios provenientes da leitura das atas de reuniões pedagógicas tais como a normatização do trabalho docente, a disciplina dos alunos, e as campanhas e comemorações.

¹⁰Ruralismo Pedagógico refere-se a uma ideologia dominante na primeira metade do século XX a partir de um contingente de intelectuais e educadores que se intitulou ruralista, dando origem ao termo ruralismo pedagógico. Esse grupo colocava em destaque os problemas que envolviam a educação rural no Brasil, estabelecendo relações como contexto sócio-político-econômico do país. Entre os principais representantes desse grupo estavam Alberto Torres, Carneiro Leão, Sud Mennucci e Noemia Cruz. Eles criticavam o modelo único de escola primária existente no estado, concebido nos moldes de uma escola cidadina alicerçada nos valores e na cultura urbana. Essa escola não servia ao homem do campo. Inadequada totalmente ao meio concorria, tão somente, para o êxodo rural. Dessa maneira, eles viam na criação da Escola Rural a possibilidade de fixação do homem no campo. Imbuídos da crença nas vantagens da agricultura como alternativa para o desenvolvimento do país, defendiam a formação de professores para a educação rural, programas de ensino apropriados às necessidades e interesses da população do campo e a ampliação das finalidades sociais da escola para esse meio. (SOUZA, 2009, p.150)

que parecia ser necessário que os “hábitos da sociedade moderna” também se fizessem presentes entre a população do campo.

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por uma multiplicidade de projetos e programas para a educação rural. Os programas que se destacaram na década de 40 eram tanto de responsabilidade do Ministério da Agricultura, quanto dos Ministérios da Educação e da Saúde. Estes programas foram instituídos a partir do acordo dos governos brasileiro e norte-americano, quando foi instituída a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), embrionária da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR), que foi criada em 21 de junho de 1956 (CALAZANS, 1993 p. 23-24).

O objetivo da Comissão e mais tarde da Associação era implantar projetos educacionais na zona rural, bem como desenvolver as comunidades desse meio através da criação de centros de treinamento, realização de semanas ruralistas e também da criação e implantação dos chamados Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais, assim como também estava incumbida de coordenar programas de extensão e captar recursos técnicos e financeiros (LEITE, 1999).

Ao consultar a Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, verificamos que a lei nº 2.648 de 17 de Janeiro de 1936 instituiu na Secretaria de Agricultura o Departamento dos Clubes de Trabalho, que visava desenvolver trabalhos agrícolas nas escolas primárias do estado. A partir da leitura deste ordenamento jurídico, evidenciamos a intenção do Estado de que fossem desenvolvidos os trabalhos manuais agrícolas dentro de um programa educativo.

Por conseguinte, o decreto 8.927 de 19 de Janeiro de 1938 de autoria do Interventor Federal no Estado de São Paulo o Dr. José Joaquim Cardozo de Mello instituiu nos estabelecimentos de ensino primário, a juízo das Diretorias de Ensino os Clubes de Trabalho. Este decreto transferia da Secretaria de Agricultura para a Secretaria da Educação o gerenciamento destes Clubes. Este decreto se apresentou então, como normatizador de uma política pública educacional que considerava como dever do Estado cultivar na juventude o gosto pelos trabalhos manuais e especialmente pelas atividades de natureza agrícola. Este documento preconizava que a Diretoria de Ensino deveria editar uma publicação periódica destinada a orientar os professores primários rurais em sua ação educativa e na organização dos Clubes de Trabalho. Foram os Clubes de Trabalho criados neste período

que foram os embriões daqueles que mais tarde seriam denominados os Clubes Agrícolas.

Ao relacionar tais informações às fontes documentais levantadas durante esta pesquisa, observamos a existência de registros referentes ao Clube Agrícola (ver Quadro 5) nesta instituição de ensino de 1954 a 1967. Foi possível pelas Atas de Reuniões Pedagógicas analisadas, encontrar elementos que comprovassem as diversas orientações acerca da implantação deste projeto de extensão rural, e de atividades ligadas à formação voltada ao homem do campo, através de trabalhos manuais agrícolas.

No trecho da Ata da Reunião pedagógica presidida pela sra. diretora Missiota Reis Pita, há a seguinte descrição:

De acordo com o Programa de Extensão Rural, publicado no Diário Oficial de 24/02/1949, os professores deverão administrar lições práticas e teóricas sobre atividades agrícolas.¹¹

E continua a diretora na mesma ata deste dia, se referindo as provas mensais a serem realizadas em todos os sábados do mês na instituição:

[...] ficando para o quarto sábado do mês a prova referente a parte teórica do ensino rural.¹²

Outros momentos parecem importantes para ilustrar a relação de apropriação que sofre o ordenamento jurídico dentro da cultura escolar:

Sobre o Programa Rural, a diretora pediu que iniciássemos e praticássemos os ensinamentos que nos são exigidos, o mais breve possível. (...) Sobre isso o professor Evangelista pediu a palavra e disse que estas atividades estavam a cargo dos alunos responsáveis pela *conservação e embelezamento* de todo o terreno do grupo escolar.¹³

Sobre o Ensino Rural, os professores deverão falar sobre insistentemente, a fim de despertar na criança o amor pela terra e

¹¹Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 25 de Março de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹²Idem

¹³Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 29 de Abril de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

acabar com a má vontade pelos trabalhos agrícolas.¹⁴

(...) e mais uma vez a diretora pediu aos professores que se apressem em apresentar um álbum, contendo os melhores trabalhos sobre ensinamentos rurais.¹⁵

Podemos perceber a insistência da direção da referida escola em colocar em prática as orientações recebidas acerca do Programa Rural, pois durante o primeiro semestre de 1950 este assunto esteve na pauta em todas as reuniões. E a indicação repetitiva “mais uma vez”, sugeriu que a diretora já havia cobrado uma atitude prática em reuniões ou conversas anteriores com seus subalternos. E para ilustrar ainda mais o caráter institucional destas recomendações, de como elas eram orientadas e conduzidas pela Diretoria de Ensino, durante o segundo semestre deste mesmo ano, na ocasião da visita do Inspetor de Ensino a este Grupo Escolar, ele fez a solicitação de que:

[...] os professores insistissem no ensino para o aprendizado do que as crianças terão que usar e atuar na vida, prática agrícola, linguagem oral e escrita e leitura, deixando as outras em segundo plano.¹⁶

Com relação às políticas públicas para a educação do meio rural, no Estado de São Paulo, havia prescrições legais a serem cumpridas dentro dos Programas de Ensino das escolas rurais. O Decreto Nº 17.698, de 26 de novembro de 1947, no Capítulo I, em sua Seção IV¹⁷, que trata da Assistência Técnica do ensino Rural, no artigo 41 diz explicitamente que Assistência Técnica do Ensino Rural tinha por fim orientar, centralizar e coordenar todas as atividades ruralistas no ensino primário e normal do Estado, além de elaborar programas especiais para o ensino primário, rural e normal e registrar e incentivar as iniciativas desses e de outros estabelecimentos de ensino que visem despertar na infância ou na juventude o amor pelas coisas da terra e o interesse pelas práticas agrícolas.

No ano de 1948 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural,

¹⁴Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 13 de Maio de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹⁵Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 10 de junho de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹⁶Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 19 de Agosto de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹⁷Essa legislação encontra-se na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

financiada pela “International Association for Economic Development” e que mais tarde veio a se chamar EMATER. Esta seria a precursora da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR), criada em 1956 (Leite, 1999). Esta associação foi financiada principalmente por organizações ligadas ao governo, ao capital monopolista norte americano e a organismos internacionais que visavam a expansão de mercado no Brasil, vendendo uma visão romantizada da extensão rural (Calazans, 1993). Este Programa de Extensão Rural, iniciado no término da década de 1940 e intensificado durante a década de 50, tratava-se de um programa de caráter essencialmente paternalista em que, segundo Leite (1999), o trabalhador rural brasileiro era representado como um indivíduo carente que demandava proteção e assistência, desprovido de valores, de sistematização de trabalho ou mesmo incapacitado para tarefas socialmente significativas. Desta forma, ficavam novamente submetidos à vontade dos grupos dominantes.

Simultaneamente ao sistema formal, a estrutura física da escola também passou a compor o quadro do programa, sendo lançado um projeto em que a educação para o desenvolvimento comunitário assume um outro enfoque bastante diferenciado daquele da escola tradicional. Era essencialmente um programa pré-fabricado que desconsiderava a educação formal existente até então (Leite, 1999). O que aparece fortemente na colocação do inspetor de ensino apontado há pouco neste texto.

No início da década de 1950, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que segundo a reflexão de Leite (1999), limitou-se a repetir fórmulas tradicionais de dominação, uma vez que ela não trouxe à tona, em suas discussões, os mecanismos verdadeiros da problemática rural. Para o autor, a modernização do campo nada mais era do que a internacionalização da economia brasileira aos interesses monopolistas e sua visão educativa desconsiderava as contradições naturais dos grupos camponeses.

Toda a discussão sobre uma formação escolar com caráter limitado aos usos práticos deste conhecimento se encontra acessível para consulta ao mergulharmos nas atas de reuniões pedagógicas, pois nelas, além das prescrições exigidas, aparecem as relutâncias e as assimilações pessoais do corpo docente, incumbido de colocar em prática tais programas. Numa destas reuniões, por ocasião de os professores não estarem se esforçando em aplicar tais conhecimentos exigidos pelo Programa Rural, o diretor Dalmo Homem de Melo Braga, notificava que:

É se os senhores professores ainda relutavam em ministrar ensinamentos

rurais, agora serão estimulados pelo bolso.¹⁸

O diretor estava se referindo ao fato que nesta reunião, foi lido um Comunicado da Assistência Técnica do Ensino Rural, direcionado aos diretores e professores que pretendessem receber a gratificação mensal a título de desdobramento, um adicional no salário, para aqueles que se dispusessem a aumentar sua carga horária com alunos, em virtude de participar do Programa Rural. Ainda segundo informações desta ata de reunião, todas as classes da escola tinham que se ocupar com duas horas semanais de atividades rurais, além do fato de que o Assistente Técnico Rural, pretendia transformar este grupo escolar em modelo. Já teria ele, inclusive, intercedido junto ao Comendador Hélio Morganti para que fossem construídos: um aviário e um apiário nas dependências do grupo escolar, e que estes empreendimentos, após construídos, teriam toda assistência técnica necessária por parte do governo.

Em 18 de setembro do ano seguinte, há o registro em ata de que o diretor da escola, Prof^o Lúcio Ferraz de Arruda:

Requeru ao Secretário de Educação, por intermédio da Assistência Técnica do Ensino Rural, o desdobramento do ensino prático rural, a contar da data de 01/04/54, bem como o despacho do pagamento.¹⁹

Tal fato nos mostra que realmente foi incorporado ao Programa de Ensino da escola, o ensino prático rural tal qual havia sido preconizado com adicional de vencimentos em lei, um ano antes, pois segundo a ata, o pedido de recebimento de vencimento referente a participação no programa era retroativo ao primeiro dia do mês de abril do corrente ano. Data também deste ano a criação do Clube Agrícola, o que nos permite também pensá-lo como uma iniciativa tomada a partir das orientações do Programa de Extensão Rural.

É importante o fato de que as atas trazem um indicador sinalizando que a comunidade estava informada sobre tais projetos diferenciados dentro do espaço escolar. Pudemos perceber durante a leitura das atas que havia a necessidade de se publicar os melhores trabalhos sobre os assuntos agrícolas produzidos pelo grupo escolar na Revista Mensal da Tamoio. Esta revista

¹⁸Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Abril de 1953. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

¹⁹Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 18 de Setembro de 1954. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

circulava em todas as secções da usina e também nos círculos letrados da cidade de Araraquara.

O senhor professor Geraldo Schitini Sobrinho foi sorteado para elaborar uma tese referente aos assuntos agrícolas. Esta deverá ser lida na próxima reunião pedagógica e publicada na Revista Mensal da Tamoio.²⁰

Os melhores trabalhos sobre ruralismo deverão ser publicados na Revista Mensal da Tamoio, e os alunos deverão assinar o livro de ouro pelo mérito.²¹

Os professores não devem se esquecer de que seus melhores trabalhos sobre a horta, jardinagem, higiene rural devem ser entregues a direção para que sejam encaminhados à Assistência Técnica Rural, sob os cuidados da Diretoria de Ensino de Araraquara e encaminhados a revista mensal da Tamoio.²²

O sr. Dimas de Maio Freitas, diretor deste grupo escolar, tem o prazer de relatar que ficou muito satisfeito com o fato de que os melhores trabalhos sobre ruralismo desenvolvidos nesta escola, foram selecionados pela revista mensal da Tamoio para fazerem parte do acervo da Biblioteca Pública de Araraquara, servindo de alicerce para o trabalho de outras escolas interessadas.²³

O interesse em apontar tais registros, se deve ao fato de serem expressivos, no sentido de oferecerem indícios de que havia um conhecimento público sobre as atividades diferenciadas de ruralismo do Grupo Escolar Pedro Morganti, tanto dentro dos limites da usina quanto na cidade de Araraquara. Da maneira como estão, os registros indicam que a direção da escola impunha a necessidade de que os trabalhos fossem encaminhados para publicação. Estas publicações nos pareceram variadas, desde relatórios

²⁰Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 25 de Março de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

²¹Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 19 de Setembro de 1955. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

²²Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 20 de Agosto de 1960. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

²³Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de Abril de 1962. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

sobre a criação e manutenção de hortas, cartazes sobre higiene no meio rural, até uma tese mais elaborada apresentada por algum professor sobre o assunto do ruralismo.

O que nos pareceu foi que era no diferencial destas atividades que este grupo escolar tinha visibilidade dentro do meio social em que estava inserido. Não há registros nas atas de que outras atividades escolares que não as relacionadas ao ruralismo fossem indicadas para serem publicadas em revistas ou encaminhadas a Diretoria de Ensino, o que evidencia o fato de que eram justamente estas atividades teóricas e práticas voltadas para o meio rural, que justificavam o valor social deste grupo escolar tanto para os superiores envolvidos com educação dentro da estrutura estatal burocrática quanto para os proprietários ou pessoas que ocupavam cargos importantes dentro da usina Tamoio.

No entanto para este trabalho não nos foi possível entrar em contato com o material referente as tais publicações, o que nos impediu de se aprofundar nesta discussão para perceber se eram direcionadas somente ao público letrado voltado para a área de educação, ou se tinham maior abrangência, englobando também os trabalhadores rurais.

A leitura mais atenta das atas pôde evidenciar que, na medida em que esse grupo escolar se destacava pelas suas atividades diferenciadas relacionadas aos trabalhos agrícolas, essas atividades se tornaram exigências prioritárias em detrimento dos trabalhos manuais relacionados as outras áreas como a carpintaria ou serralheria, por exemplo. Pareceu-nos que foi na especificidade de suas práticas escolares diferenciadas que a instituição se destacou historicamente. E acreditamos que essas práticas de elaboração de trabalhos manuais e também de práticas agrícolas se apresentaram de maneira convincente como importantes aspectos constitutivos da cultura escolar do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti.

Considerações Finais

Acreditamos que com essa pesquisa, conseguimos reconstruir fragmentos históricos de uma instituição educativa localizada no meio rural do interior do Estado de São Paulo, contribuindo para os estudos em história da educação, especificamente para os voltados aos estudos dos grupos escolares rurais, de que tão pouco temos informações, dado o desinteresse por seu estudo ou a precariedade na obtenção de fontes de pesquisa.

No presente trabalho optamos por reconstruir a história do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti. Tentamos estabelecer ao longo do

trabalho uma reflexão acerca do olhar historiográfico, que tentou apontar nas lutas, nos conflitos, nas experiências humanas em exercício contínuo de funções institucionalizadas, um espaço promissor para a construção de uma cultura escolar. Ao utilizar essa lente na tentativa de reconstituir a história do grupo escolar, oferecemos subsídios para a formação de uma cultura escolar constituída pela experiência humana dos que viveram no espaço e no tempo pesquisado.

As práticas escolares que registramos como permanentes, foram forjadas na possibilidade do agir, da intervenção humana sobre as determinações objetivas do que foi prescrito e puderam ser rastreadas através das fontes documentais que tivemos acesso. Demonstramos as continuidades existentes, com a intenção de comprovar o fato de que as possíveis modificações no interior das culturas escolares, não são passíveis de interrupções bruscas, justamente por que precisam ser construídas nas experiências e nas práticas escolares. Desviamos nosso olhar para o que permaneceu constante no decorrer do tempo, para o que conseguiu sobreviver frente às diversas mudanças e transformações educacionais a que foi submetida essa instituição escolar. As atas de reuniões pedagógicas, utilizadas como fontes documentais foram o *locus* de reinterpretação e reconfiguração das leis e direcionamentos institucionais. Através delas, pudemos visualizar a intencionalidade de padronizar e modelar comportamentos.

Os direcionamentos prescritivos dos documentos nos permitiram verificar como foram efetivadas as políticas destinadas aos sujeitos do meio rural. Quando discorremos sobre as práticas agrícolas, apontamos como alguns organismos internacionais impulsionaram a implantação dos programas de extensão e assistência técnica rural no Brasil, assim como apresentamos como pano de fundo, qual foi o olhar institucional lançado sobre o trabalhador rural brasileiro. Ele era representado como um indivíduo carente, que demandava proteção e assistência, desprovido de valores, de sistematização no trabalho, incapacitado para as tarefas consideradas socialmente significativas. Esse olhar sempre entendeu que os trabalhadores rurais deveriam ser submetidos à vontade dos grupos esclarecidos, modernos e dominantes. Nesse sentido, reconstruir a trajetória da vivência dos trabalhos manuais e das práticas agrícolas desse grupo escolar, possibilitou que visualizássemos como o processo de modelagem do comportamento do indivíduo do meio rural se dava na prática, no cotidiano escolar. Entendemos inclusive, que tais práticas, foram o aspecto diferencial da cultura escolar dessa instituição.

Os documentos nos permitiram perceber que esse grupo escolar contribuiu significativamente para apresentar aos sujeitos do meio rural os aspectos e necessidades da vida moderna. Campanhas de higienização, técnicas de aperfeiçoamento das práticas manuais e agrícolas, posturas, condicionamento ao tempo, foram indicadores do que se queria modelar na população rural. Em seu percurso histórico a escola desempenhou a função de formadora dos filhos dos trabalhadores da Usina Tamoio. No entanto, essa formação ainda que tenha possibilitado o acesso de várias gerações de trabalhadores rurais à cultura escrita e aos códigos da modernidade, não contribuiu para a emancipação do homem do campo, não forneceu mecanismos ideológicos para que ele se mantivesse nas terras. As práticas agrícolas desenvolvidas ao longo de décadas no grupo escolar rural, serviram melhor para adaptar o trabalhador rural ao sistema capitalista moderno de produção do que para direcioná-lo à um sistema de agricultura familiar de subsistência.

Em sua caracterização, percebemos como essa instituição perpassou os tempos áureos do desenvolvimento econômico e social da comunidade local, ocasião em que recebeu uma grande quantidade de alunos de diversas seções de dentro da usina, e aproximadamente duas décadas depois, sentiu o esvaziamento, quando passou a vivenciar a decadência econômica e social daquele meio rural. A instituição chegou ao final dos anos de 1960 e início dos anos 1970, com um número bastante reduzido de alunos, reflexo do declínio por que passava a comunidade rural em que estava inserida. A venda das terras da família Morganti para o grupo empresarial Silva Gordo em 1969, praticamente sela o destino da instituição de ensino. Esse grupo implementou profundas transformações administrativas na empresa, visando torná-la competitiva no mercado industrial e financeiro, o que significou a diminuição da quantidade de mão de obra, ou seja, o processo de demissão em massa e a evasão dos trabalhadores rurais da Usina Tamoio, foram os fatores que causaram o esvaziamento que mais tarde culminou com o fechamento temporário dessa instituição de ensino.

Nesse sentido, vimos como ela acompanhou o apogeu e o declínio da família Morganti e sobreviveu ao período em que a comunidade rural onde se situava estava sendo submetida a um processo de modernização. Resistiu por um período de tempo e funcionou com um número bem reduzido de alunos, até que seu funcionamento passou a não ter mais significado social. Na década de 1980 com menos de duas dezenas de alunos, funcionou como

um apêndice de uma escola urbana. Os registros não possuem informações sobre o cotidiano escolar nesse período. O que sabemos é que seus alunos, nessa época, eram os filhos dos empregados remanescentes da antiga estrutura agroindustrial, e que seus pais ainda lutavam na justiça para a resolução das situações trabalhistas pendentes. Durante os três anos finais da década de 1980, os filhos dos antigos trabalhadores que permaneceram morando na Fazenda Bela Vista, foram transportados para a cidade de Araraquara pelo poder público para realizarem lá seus estudos; seus pais depois foram então incorporados ao Projeto de Reforma Agrária a partir de 1989. O fechamento da escola encerrou um ciclo de vida da instituição coincidente com um ciclo do desenvolvimento da Usina Tamoio.

Os conhecimentos referentes às práticas agrícolas modernas que se queria inculcar nos alunos, no entanto, não impediram a eliminação do trabalhador agrícola pelos métodos eficientes do novo modelo econômico imposto ao campo, tampouco, vieram como prescrições que instrumentalizassem o indivíduo do meio rural para sobreviver às demandas impostas pela industrialização no meio agrícola. Os conhecimentos transmitidos aos alunos do grupo escolar rural eram somente para capacitá-los para exercerem funções manuais, ligadas a terra, não para introjetar nos alunos a capacidade de organização e luta frente às reais necessidades por terra para produzir seus próprios alimentos. Desse modo, sem se vincular aos movimentos sociais de luta pela terra, o grupo escolar rural se prestou a reproduzir o ideário de dominação econômico e cultural das elites que na relação entre o rural e o urbano, primavam pelo urbano em detrimento do rural que era o lado considerado mais atrasado e desprovido socialmente.

No início de 1990, a comunidade do Assentamento Bela Vista apresentou à Delegacia Regional de Ensino de Araraquara uma demanda real de crianças em idade escolar, obrigando-a a reativar o prédio do antigo Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti para receber esses alunos. A partir de então teve início um processo coletivo de construção um novo modelo educacional, bastante influenciado pela contribuição do movimento social de luta pela terra. Interessante apontar que, a partir do momento que passou a atender ao público oriundo do movimento de reforma agrária, as aulas de práticas agrícolas foram retomadas, e passaram a compor novamente os aspectos da cultura escolar da instituição de ensino. Entretanto, essas aulas de práticas agrícolas foram acrescidas de novos significados que redimensionaram sua função.

Atualmente a Escola Municipal de Ensino Fundamental do Campo “Prof. Hermínio Pagotto é um modelo de escola do meio rural. Ela busca aproveitar a história de vida do trabalhador agrícola como demonstrativo para as novas gerações quais os processos de exploração e de pilhagem que foram submetidos os povos rurais. Mostra como foram desapropriados e expulsos do campo em algum momento de suas vidas pelo grande capital nacional e internacional, que sempre esteve aliado aos proprietários de grandes extensões de terra. A escola dos tempos atuais também busca com suas aulas de práticas agrícolas, fazer com que seus alunos estabeleçam vínculos com a terra, fazer com que se apropriem dos benefícios tecnológicos, culturais e científicos que a humanidade dispõe, e que os usem em práticas ecologicamente corretas, que possam ajudar na sustentabilidade do Planeta Terra. A Proposta Pedagógica da escola no momento estimula práticas agrícolas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e da agroindústria que agreguem valor à produção agrícola e pecuária do trabalhador rural e também busca respeitar os conhecimentos, as tradições e costumes e saberes do homem do campo. Isso tudo para que esses trabalhadores e suas futuras gerações, possam cada vez mais adquirir condições dignas e saudáveis de trabalho e permanência no meio rural.

Referências

ÁLBUM DE ARARAQUARA de 1948.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. **Nem tudo era doce no império do açúcar: vida trabalho e lutas na usina Tamoios (1917-1969)**. Araraquara, 1993. 402p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória**. In. THERRIEN, J. e DAMASCENO, M. N. *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, p15-40, 1993.

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto Nº 17.698, de 26/11/47.

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto Nº 8.927 de 19 de janeiro de 1938.

COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.648 de 17 de janeiro de 1936.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Fazer História em educação com E. P. Thompson: Trajetórias de um aprendizado.** In: FARIA FILHO, L. M. (org). *Pensadores Sociais e História da educação.* Belo Horizonte: Autentica, 2005.

FLORES, Ana Flávia. **Grupos Escolares em áreas rurais: um estudo de caso na antiga Usina Tamoio em Araraquara/SP.** Dissertação de Mestrado, UFSCAR – São Carlos, 2015.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957.

LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962.

LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966.

LIVRO DE ATAS DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1966 a 1975.

LIVRO DE MATRÍCULA “Feminino” do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1965 a 1967.

LIVRO DE MATRÍCULA “Masculino” do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1965 a 1967.

LIVRO DE MATRÍCULA “Secção Feminina” de 1942 a 1948 do Grupo

Escolar da Fazenda Bela Vista.

LIVRO DE MATRÍCULA “Secção Masculina” de 1942 a 1948 do Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista.

LIVRO DE MATRÍCULA da 1ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio – Araraquara – de 1975 a 1988.

LIVRO DE MATRÍCULA da 2ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio – Araraquara – de 1975 a 1984.

LIVRO DE MATRÍCULA das alunas do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1961 a 1964.

LIVRO DE MATRÍCULA do G.E.R. “Comendador Pedro Morganti” de 1968 a 1973-Feminino.

LIVRO DE MATRÍCULA do G.E.R. “Comendador Pedro Morganti” de 1968 a 1974-Masculino.

LIVRO DE MATRÍCULA dos alunos do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1961 a 1964.

PACHECO, Carlos Américo. **Café e Cidades em São Paulo: Um estudo de caso de urbanização na região de Araraquara e São Carlos – 1880/1930.** São Paulo, Unicamp, Dissertação de mestrado, 1988, mimeo.

REGISTRO ESCOLAR: Matrícula, Professores e Aparelhamento escolar – Modelo I – do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1949 a 1957.

SOUZA, Rosa Fátima. **Alicerces da Pátria. Escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976).** Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910).**

São Paulo, Edunesp,1998.

SOUZA, Rosa Fátima. *Um Itinerário de Pesquisa sobre a Cultura Escolar*. in: CUNHA, M.V. (Org.), Campinas: Autores Associados – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo:73), 2000.

TEIXEIRA, Reginaldo Anselmo. **Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola rural – 1942/1988**. Dissertação de Mestrado FCL/UNESP – Araraquara, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V.I

VIÑAO, Antônio. **Historia de la educacion e historia cultural**. *Revista Brasileira de Educação*, n.0, 1995).

FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA EM HUMAITÁ, SUL DO AMAZONAS

*Danielle Ivana Pereira dos Santos¹
Maria do Carmo Marques Gobbi²
Mario Marcos Lopes³*

Resumo: Considerando os muitos desafios que enfrentam os povos indígenas para a progressiva qualificação de sua educação escolar, esse trabalho tem como objetivo reconhecer a importância do processo de formação dos professores índios no contexto da educação brasileira e identificar o perfil desses ingressantes do ensino superior. Para tanto, inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica e posteriormente uma pesquisa exploratória por meio do levantamento de dados junto a Coordenação Acadêmica do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA). Desse modo, observou-se que durante os 10 anos de existência ingressaram nesse polo 36 indígenas, sendo em sua maioria do gênero masculino e o curso de pedagogia o mais procurado. Além disso, pode-se considerar que o número de desistência foi baixo entre os ingressantes, representando uma conquista para os povos tradicionais. Entretanto, nota-se a ausência de uma proposta para a formação de professores indígenas em contexto intercultural que segundo os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas deve ser construída com a coparticipação de índios e não-índios e de uma equipe de profissionais sensíveis às demandas políticas das comunidades e com experiência acumulada com o ensino e a formação de professores em situações de diversidade cultural.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Formação; Humaitá.

Abstract: Considering the many challenges faced by indigenous peoples for the progressive qualification of their school education, this work aims to recognize the importance of the process of training Indian teachers in the context of Brazilian education and to identify the profile of these higher education students. For this, initially a bibliographic research was carried out and an exploratory research was carried out by means of data collection with the Academic Coordination of the Institute of Education, Agriculture and Environment (IEAA). In this way, it was observed that during the 10 years of existence, 36 indigenous people joined this pole, being mostly male and the pedagogy course the most sought. In addition, it can be considered that the number of withdrawals was low among the tickets, representing an achievement for the traditional peoples. However, we note the absence of a proposal for the training of indigenous teachers in an intercultural context that according to the References for the Training of Indigenous teachers must be built with the participation of Indians and non-Indians and a team of professionals sensitive to the demands community policies and with accumulated experience with the teaching and training of teachers in situations of cultural diversity.

Keywords: Indigenous School Education; Formation; Humaitá

Introdução

As discussões acerca da educação escolar indígena no contexto da educação brasileira, nas últimas décadas, têm provocado reflexões em torno da legitimidade das lutas dos povos indígenas para garantia de seus direitos enquanto cidadãos brasileiros. Nessas trajetórias, encontra-se um cenário marcado por lutas históricas, fortalecimento das práticas escolares nas escolas indígenas e uma relação bastante íntima entre educação e cultura.

A partir da Constituição Federal de 1988, os índios brasileiros adquiriram o direito de serem considerados índios possuidores de uma língua, cultura e tradições próprias. Assegurou-se aos índios o direito de frequentar uma escola para a sua afirmação étnica e cultural e ser um dos principais veículos de assimilação e integração. É importante destacar que a promulgação das outras leis referentes à Educação Nacional, como o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) abordam os direitos dos indígenas a uma educação diferenciada, fundamentada na diversidade da língua, na valorização dos saberes milenares desse povo e

¹Mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Docência na Educação Superior pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Graduada em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Amazonas.

²Mestre em Educação. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá.

³Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Professor Coordenador na Rede Estadual de Ensino de São Paulo (Ribeirão Preto).

na formação docente dos índios para atuarem em suas comunidades.

Sabe-se que a proposta de uma escola indígena de qualidade específica, só será possível se os próprios índios estiverem à frente do processo como professores e gestores da prática escolar, recebendo uma formação por meio de práticas inovadoras com o objetivo de torná-los capazes de atuar de uma forma crítica, consciente e responsável, de acordo com o contexto nos quais as escolas estão inseridas (BRASIL, 2002)

Dessa forma, o professor indígena torna-se responsável pela interlocução da comunidade de sua aldeia com os representantes políticos e mediador dos elementos culturais, econômicos e científicos originários dessa relação, em conhecimento sistematizado para a escola intercultural.

Na verdade, nos últimos anos houve importantes avanços no tocante à educação para o índio e formação de professores indígenas. Corroborando com essa afirmação os Referenciais para a formação de professores indígenas (BRASIL, 2002, p.10) aponta que:

Nos últimos anos, a implantação de escolas em terras indígenas deixou de ser uma imposição da sociedade nacional e tornou-se uma reivindicação indígena a fim de se construírem novas formas de relacionamento com os demais segmentos da sociedade brasileira. Essa reivindicação não se traduz por qualquer tipo de escola, mas por um projeto definido de acesso a determinados conhecimentos acumulados pela humanidade e de valorização, pesquisa, registro e sistematização de práticas e saberes tradicionais. Para tal, o envolvimento da comunidade e o uso das línguas indígenas e do português, de metodologias adequadas aos processos próprios de ensino e aprendizagem, de calendários diferenciados e de materiais didáticos específicos constituem elementos essenciais a uma nova prática escolar.

Neste sentido o estado do Amazonas, por exemplo, detém várias etnias indígenas como as tribos *Tenharim*, *Pirahã* e *Jiahui*. Estas tribos são as que mais têm contato com a cultura do “homem branco”, uma vez que deixam suas tribos e migram para a cidade de Humaitá situada no Sul do Amazonas. Acredita-se que a busca pela qualidade de vida seja o principal motivo desses indivíduos, cujos objetivos são a busca por emprego e ingresso nas universidades.

A Universidade Federal do Amazonas, campus Humaitá, possui seis

cursos: Agronomia, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Licenciatura dupla em Ciências: Matemática e Física; Ciências - Biologia e Química e em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, nos quais verifica-se a presença de discentes indígenas e apesar do Amazonas ter sido pioneiro em diversas discussões sobre a formação de professores indígenas, ainda é recorrente a evasão e exclusão dos discentes e professores indígenas.

Por outro lado, diversas etnias já foram atendidas com a formação de seus professores no nível médio e também no nível superior. Porém, sabe-se que há um grande desafio, pois estamos cientes da quantidade de povos indígenas presentes no estado do Amazonas e que a demanda pela formação é constante e urgente.

Neste contexto, a pesquisa teve como objetivos:

- Realizar levantamento bibliográfico acerca do processo de formação do professor indígena;
- Destacar os desafios e avanços no processo de formação docente em Humaitá, na região sul do Amazonas;
- Identificar o perfil dos ingressantes e egressos da Universidade;
- Reconhecer o papel do professor indígena em Humaitá, região Sul do Amazonas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, que a partir da literatura científica e dos dados secundários levantados junto a Coordenação Acadêmica do Instituto de Educação, Agricultura e Ambientes da Universidade Federal do Amazonas-Humaitá busca discutir, analisar e apontar caminhos diante da problemática apresentada.

Revisão da Literatura

Formação de professores indígenas

A ideia de formação e sua importância é vista como essencial ao crescimento profissional, seja para professores indígenas ou não. Estes profissionais da educação anseiam contribuir com o ensino de suas comunidades tendo em vista melhores condições de trabalho e educação.

Breve histórico da educação indígena

A educação escolar indígena no Brasil tem uma longa trajetória, tecida desde os primórdios da colonização e cujo modelo predominante, alheio às cosmologias indígenas, foi imposto com o explícito intuito colonizador,

integracionista e civilizador. De acordo com estudos recentes que tratam da história da educação escolar indígena, podemos identificar quatro fases distintas dessa modalidade de escola na história da educação no Brasil (BERGAMASCHI, 2010a).

Primeiramente, no período colonial, a educação indígena era predominantemente de responsabilidade dos jesuítas, mas houve também as contribuições dos franciscanos, carmelitas, beneditinos e outros missionários. Esse processo denominado escolarização era apenas uma catequese, a fim de evangelizar ou cristianizar o índio. Seu real objetivo era pacificar e conseguir a mão de obra dos índios de forma escravizada para iniciar os trabalhos pela coroa portuguesa (NOGUEIRA, 2015).

Segundo Viveiros de Castro (2002, p.245 apud BERGAMASCHI, 2010, p. 57):

O “plano civilizador”, dirigido aos indígenas e explicitado por Nóbrega em 1558, visava “defender-lhe comer carne humana e guerrear sem licença do governador”; “fazer-lhes ter uma só mulher”; “vestirem-se”; “tirar-lhes os feiticeiros”; fazê-los viver quietos sem se mudar para outra parte ... tendo terras repartidas que lhes bastem”. Com pequenas diferenças nos distintos tempos e espaços do Brasil colônia, esses princípios se mantiveram nos séculos de colonização, reforçados pela atuação de outras ordens religiosas como os beneditinos, franciscanos, carmelitas, lassalistas e salesianos, e retomados pelo Estado brasileiro no início do século XX, quando se configura um segundo momento da educação escolar indígena.

A segunda fase nesse processo foi a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910. O principal foco desse serviço era uma política indigenista de integração à sociedade nacional, por isso foi enfatizado o trabalho agrícola e doméstico que submetia os índios a uma forma de semiescravidão. Em relação à educação o SPI tinha a proposta de valorizar a diversidade linguística e cultural dos indígenas, mas isso não aconteceu, pois não existiam especialistas para trabalhar a questão da língua materna. Por essa razão, seria inviável o ensino bilíngue, portanto estes objetivos ficaram apenas enraizados no discurso, pois na realidade a educação ofertada aos índios não levou em consideração os costumes, organização social e processos próprios de educar dos indígenas (MENDONÇA, 2016).

Segundo Mendonça (2016), na terceira fase o SPI é extinto e criada

a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967. Esse órgão traz ainda características de uma política integracionista, uma vez que buscava a pacificação dos índios a favor de grandes empreiteiras de exploração das riquezas naturais, o que não se diferenciou muito da primeira fase, porém começam a preparar os indígenas para atuarem na educação que era ofertada a eles. Além disso, a FUNAI estabeleceu o ensino bilíngue como forma de valorizar a cultura do povo.

De acordo com Brito Silva et al. (2011), a Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio) reafirma a proposta da FUNAI sobre a valorização da língua materna, que assegura em seu artigo 1º, a regulação de sua situação jurídica e de suas comunidades com a finalidade de preservar sua cultura e integrá-los à comunidade nacional (BRASIL, 1973).

A partir daí desencadeia-se um movimento forte de afirmação da educação escolar indígena, por meio de leis, de criação de setores específicos para a gestão de escola e do envolvimento de lideranças e professores indígenas na condução desse processo, caracterizando uma nova fase da educação indígena no Brasil. Além disso, pode-se observar que as políticas educacionais voltadas para a educação indígena têm sua expressão na Constituição Federativa do Brasil de 1988 que, especificamente, no Capítulo III, artigo 210 assegura aos índios a formação básica comum e o respeito aos seus valores culturais e artísticos.

Com efeito a LDB de 1996, assegura às comunidades indígenas, o direito à educação escolar, com o objetivo de fortalecer as práticas culturais e os processos próprios de aprendizagem. Estabelece, ainda, a articulação dos sistemas de ensino para a oferta da educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, de modo que lhes propiciar a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências e o acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (artigos 78 e 79) (BRASIL, 2002).

Formação de professores indígenas no Amazonas

A discussão da formação de professores indígenas no Estado do Amazonas começou a ser viabilizada desde 1988, pelo Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia – atual COPIAM.

Os encontros tiveram início a partir do momento em que alguns professores indígenas, da etnia *Tikuna*, decidiram reunir-se e reivindicar

o direito e o reconhecimento de serem professores indígenas. Antes disso, eram identificados como professores rurais, recaindo sobre eles toda uma visão etnocêntrica que orientava a atividade de docência realizada no interior de suas comunidades, não levando em conta suas convicções e identidades culturais. (CAVALCANTE, 2003).

Segundo Cavalcante (2003) em 1988, aconteceu o 1º Encontro de Professores Indígenas da Amazônia, do qual participaram 41 professores indígenas, de 14 povos de Roraima e do Amazonas. A partir do terceiro encontro, o movimento passou a ser denominado Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima (COPIAR). Em outubro de 1992, professores do estado do Acre também se incorporaram ao movimento. Atualmente, esse movimento se consolida no COPIAM e se reconhece como entidade autônoma, independente, sem vínculos políticos e religiosos e sem fins lucrativos, representando o conjunto de profissionais indígenas da Amazônia que atuam na educação e em todos os níveis e modalidades de ensino.

Com isso a pressão dos povos indígenas no Estado do Amazonas para garantir o direito à uma educação fez o governo apresentar um projeto de formação de professores indígenas, o *Piraywara* criado no Governo de Amazonino Mendes⁴. Esse projeto consiste na atuação de formação de professores indígenas para atuarem em suas respectivas comunidades, seu diferencial é a prioridade da língua materna.

Com isso, a Universidade Federal do Amazonas - UFAM também proporciona oportunidades de formação de professores indígenas pelos programas de licenciatura indígena: processo seletivo de licenciatura indígena; Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável – PSLIND, que beneficiam alguns municípios e também o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), que já apresentaram algumas contribuições para as etnias: *Mura*, *Sateré-Maué* e *Munduruku*.

Procedimento Metodológico

Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico buscando compreender o processo de formação do professor indígena, bem como os desafios e avanços no processo de formação docente em Humaitá, na região sul do Amazonas. Corroborando Fonseca (2002, p. 32) esclarece:

⁴Atual governador do Amazonas (2017 – em exercício) e também nos períodos (1987 a 1990) e (1995 a 2003).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. [...] uma pesquisa bibliográfica, permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Posteriormente, a pesquisa exploratória concentrou-se no levantamento de informações junto a Coordenação Acadêmica do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas no mês de agosto de 2017, por meio consulta aos cadastros dos alunos e da ata de colação de grau dos discentes.

A partir das respostas obtidas, estabeleceram-se indagações a respeito da formação dos indígenas no ensino superior, bem como, o perfil dos ingressantes, preferência de cursos, o preconceito e falta de estrutura curricular e didática para atendimento específico dessa clientela.

Resultados e Discussão

Formação de professores indígenas em Humaitá – Amazonas

Atualmente em Humaitá, região sul do Amazonas (Figura 1) a UFAM possui o *Campus* Universitário do Polo Vale do Madeira fundado em 25 de novembro de 2005, por meio da Resolução nº 023/2005/Conselho Universitário (CONSUNI). O Campus, sediado em Humaitá (AM), atende aos municípios de Apuí, Borba Manicoré e Novo Aripuanã. Posteriormente com a Resolução nº 028/2005/CONSUNI, também de 25 de novembro, foi criada a Unidade Acadêmica de Humaitá, depois passou a se chamar Instituto de Agricultura e Ambiente, pela Resolução nº 028/2006/CONSUNI. Em 2009, o nome do Instituto foi alterado para Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), por meio da Resolução nº 011, do Conselho de Administração (CONSAD).

O IEAA oferece 6 (seis) cursos: Agronomia, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Licenciatura dupla em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, Licenciatura dupla em Matemática e Física e Licenciatura dupla em Biologia e Química.

No município há várias etnias, no entanto, as mais expressivas são *Tenharim*, *Pirahã* e *Jiahui*. Embora seja oferecido cota para os indígenas em todos os cursos ofertados pelo IEAA, nenhum deles é bilíngue.

Figura 1- Mapa de localização do município de Humaitá, Amazonas – Brasil.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Humait%C3%A1_\(Amazonas\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Humait%C3%A1_(Amazonas)).

Quadro 1- Quantidade de indígenas e etnias que ingressaram no IEAA desde 2005.

Etnias	Nº de ingressos
Tenharim	17
Pirahã	8
Jiahui	11
Total	36

Fonte: Arquivo acadêmico da Universidade do estado de Amazonas-Humaitá (2017).

Contudo, percebe-se que os indígenas que ingressaram nos diferentes cursos dominam o português e ainda preservam seu dialeto materno e reproduzem seus conhecimentos em suas comunidades.

Conforme pesquisa realizada junto a Coordenação Acadêmica do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente verificou-se que em seus 10 anos de funcionamento ingressaram nos cursos 36 indígenas, conforme disposto no Quadro 1.

De acordo com a Figura 2, pode-se observar que a preferência pelos ingressos indígenas foi na área de Humanas, com destaque para o curso de Pedagogia com 78% dos ingressos no IEAA, a procura possivelmente

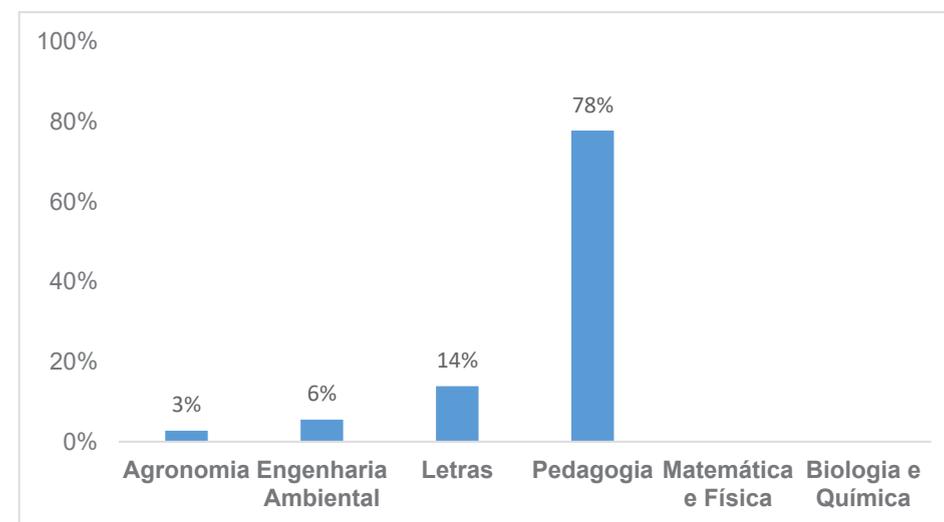
ocorreu, pois, esses profissionais almejam reproduzir os conhecimentos adquiridos na academia em suas comunidades, sobretudo, nos anos iniciais do ensino básico. Em contrapartida, nos cursos classificados na área das exatas houve pouca procura.

É importante destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) levam em conta a necessidade de formar professores para atuar na educação com os diversos aspectos da diversidade, como na educação dos povos indígenas, na educação nos remanescentes de quilombos, na educação das relações étnico-raciais, na inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais e dos meninos e meninas de rua.

A Figura 3, apresenta a distribuição dos ingressos indígenas por curso/etnias. Neste sentido, corroborando com os resultados Amaral (2010) aponta que as áreas profissionais mais procuradas e incididas pelos indígenas são a educação (representando 46,6% do total) ao considerar os cursos por eles matriculados. Observa-se que as demais áreas profissionais também são fundamentais para o desenvolvimento das terras indígenas, vindo a instigar a possível criação de postos de trabalho nas aldeias e fora delas, os quais venham a absorver essa nova força de trabalho.

Ainda por meio da Figura 3, pode-se inferir que os discentes da etnia *Tenharim* foram os únicos que apresentaram preferência pelas exatas

Figura 2 - Distribuição dos ingressos indígenas por curso.



(Agronomia e Engenharia Ambiental), por outro lado, a etnia *Jiahui* em quase sua totalidade preferiram Pedagogia, esta opção talvez esteja relacionada com as constantes visitas e realização de projetos de extensão promovido pelo curso de Pedagogia – como a oficina de brinquedos desenvolvida junto às tribos desta etnia.

Ainda por meio da Figura 3, pode-se inferir que os discentes da etnia *Tenharim* foram os únicos que apresentaram preferência pelas exatas (Agronomia e Engenharia Ambiental), por outro lado, a etnia *Jiahui* em quase sua totalidade preferiram Pedagogia, esta opção talvez esteja relacionada com as constantes visitas e realização de projetos de extensão promovido pelo curso de Pedagogia – como a oficina de brinquedos desenvolvida junto às tribos desta etnia.

Observa-se também através da Figura 4 que o gênero masculino é predominante. Provavelmente deve-se ao fato de que muitas etnias, na tentativa de proteger as meninas contra os abusos e maus tratos, enviavam somente os meninos para estudar fora de suas aldeias por serem considerados “mais fortes”, isso contribuiu para que as mulheres apresentem menor grau de escolaridade (NOGUEIRA, 2015).

Figura 3 - Distribuição dos ingressos indígenas por curso/etnias no IEAA.

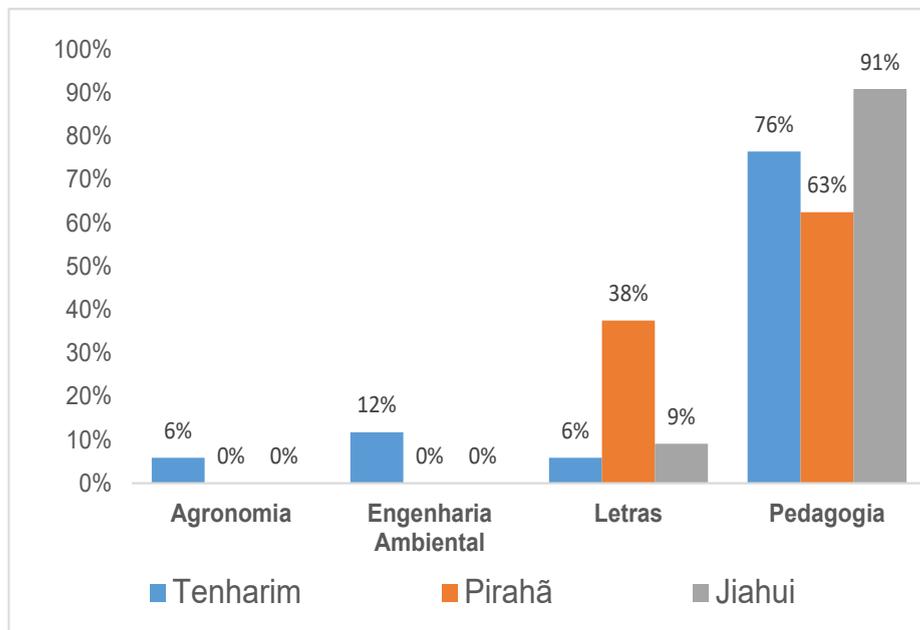


Figura 4 - Gênero dos ingressos das etnias no IEAA.

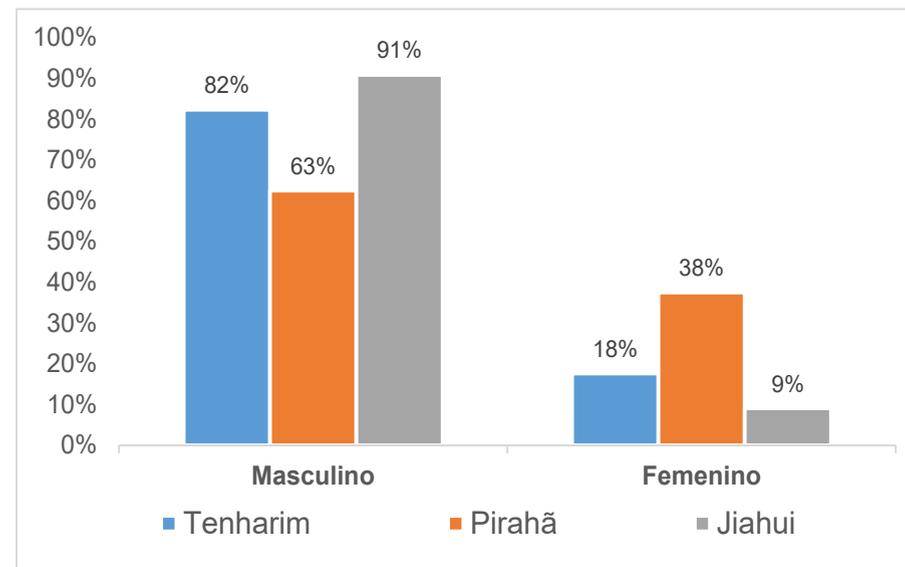
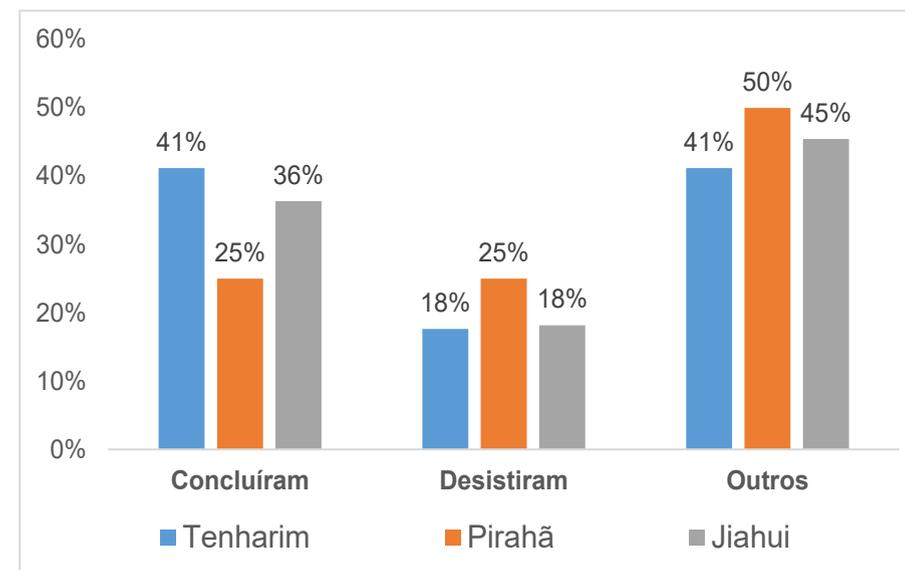


Figura 5 - Situação escolar dos ingressos por etnias no IEAA.



Do mais, Bergamaschi e Kurroschi (2013, p. 10) apontam que “a decisão de ingressar no ensino superior não é tarefa fácil para essas mulheres, pois,

em consonância com sua cultura são preparadas para serem mães ainda muito jovens, isso se comparados aos nossos padrões atuais quando o assunto é a maternidade”.

Posteriormente a pesquisa concentrou-se em quantificar o fluxo escolar dos indígenas ingressos no IEAA, analisando se o discente ingressou, concluiu, desistiu, mudou de curso ou continua estudando. Desse modo, os resultados foram dispostos por meio da Figura 5.

Notou-se que a taxa de desistência foi baixa entre as etnias, o que representa uma conquista para o povo indígena ao qual pertencem, pois venceram os obstáculos do curso, para conseguir prosseguir ou concluir a graduação e continuar a luta por educação de qualidade e que respeite os costumes e tradições indígenas.

Angnes et al. (2014) apontam que a compreensão da permanência/desistência do indígena no ensino superior é um processo social, que pode ser entendido como um “complexo fenômeno que envolve mudança não apenas de endereço (após cruzar a fronteira da aldeia), mas de toda uma série de contatos socioculturais do indivíduo, em todas as áreas da sua vida” (SARRIERA, 2005 apud ANGNES et al., 2014, p.203).

“No contexto atual, a sociedade nacional também tem o desafio de redefinir suas posturas, seus conceitos políticos e sociais, para garantir às minorias o direito à igualdade e à diferença” (ÂNGELO, 2006, p.214).

Expandindo as discussões, destaca-se também o preconceito dentro da universidade que como instituições tradicionalmente elitistas, não estavam, ou ainda não estão, preparadas para receber esses alunos, havendo necessidades de ações junto aos docentes e estudantes indígenas e não indígenas no enfrentamento das atitudes de discriminação, preconceito e desqualificação dos conhecimentos indígenas (BENDAZOLLI, 2008).

Corroborando a afirmação, Angnes et al. (2014) em sua pesquisa constatou que o “projeto de inclusão dos indígenas na universidade” restringe-se apenas ao acesso. Ou seja, o efeito psicossocial gerado pela ideia falsa que um programa suplementar de vagas indígenas gera na sociedade é inteiramente distorsivo, pois cria uma falsa noção de que a sociedade estaria tornando-se mais igualitária e justa, quando de fato o que acontece é um “alargamento do grau de aceitação e conformismo” (FREITAS, 2005, p. 68 apud ANGNES et al., 2014, p.204) para com as diferentes e sutis formas de injustiça e exploração da vida cotidiana.

De acordo com Bendazolli (2008), se fazem necessárias ações dentro

da universidade para o enfrentamento dessas discriminações, que marcam a história e a sociedade.

Para Baines (2001), o preconceito constrói uma imagem altamente pejorativa, quanto ao índio, que o congela no tempo e no espaço, relegando-o ao atraso, à pobreza e à ignorância. Essas situações de preconceito tendem a ser mais forte principalmente com aqueles indígenas que não mudam seus costumes dentro da cidade, que falam a língua, comportam-se de forma diferente, tem vestimenta diferente, dentre outras características.

Considerações Finais

Embora, o estatuto do índio priorize o ensino em língua materna e os projetos pedagógicos, elaborados pelos órgãos oficiais, contemplem as necessidades indígenas, na prática o resultado dessa aplicação é insatisfatório, uma vez que esses órgãos não dispõem de um número de pessoas preparadas e comprometidas com a causa da educação indígena na região.

Por outro lado, percebe-se que apesar de todos os entraves encontrados pelos indígenas, em questões educacionais, eles estão conseguindo acesso à escola, inclusive ao ensino superior apesar de não ser bilingue.

Um outro fato que também merece atenção é a ausência, nas comunidades indígenas, de membros da própria etnia com formação adequada para desenvolver satisfatoriamente uma educação de qualidade junto às suas aldeias, ou seja, há necessidade de se rever algumas questões no sentido de adequar propostas às realidades existentes na região pesquisada.

Observou-se ainda, que os índios do gênero masculino são em maior número nas três etnias, sendo o curso de Pedagogia o mais procurado. Além disso, pode-se considerar que o número de desistência foi baixo entre os ingressos, representando uma conquista para os povos indígenas, pois venceram os obstáculos do curso, para assim concluí-lo e continuar a “luta” pela qualidade da educação e da escola indígena.

Por fim, segundo os Referências para a Formação de Professores Indígenas (BRASIL, 2002, p.33) uma proposta para a formação de professores indígenas em contexto intercultural deve ser construída com a coparticipação de índios e não-índios, por meio de uma equipe de profissionais sensíveis às demandas políticas das comunidades e com experiência acumulada com o ensino e a formação de professores em situações de diversidade cultural. Tais profissionais, em razão da especificidade de sua formação, devem ser procurados e identificados com bastante cuidado não só no próprio estado,

mas em outros, e integrados ao programa na qualidade de docentes dos cursos, participando na elaboração das propostas curriculares, na formulação dos materiais didáticos nas línguas maternas e em português junto com os professores indígenas e os demais docentes.

Referências

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

ÂNGELO, Francisca Novatino P. de. A educação escolar indígena e a diversidade cultural no Brasil. In: BRASIL. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p.207-215.

ANGNES, J. S. et al. Permanência na universidade: o que dizem os estudantes indígenas da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. **HOLOS**, ano 30, v. 6, p.190-205, 2014. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1658/pdf_136>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígena**. Brasília, v.1, n.7, 2001.

BENDAZOLLI, Sirlene. **Políticas de acesso ao ensino superior: o programa Diversidade na Universidade**. Caderno de educação escolar indígena - PROESI. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 6, n. 1, 2008.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação escolar indígena no século XX. **Currículo sem fronteiras**, v.10, n.1, p.12-32, 2010a.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; KURROSCHI, Andreia Rosa da Silva. Estudantes indígenas no ensino superior: o programa de acesso e permanência na UFRGS. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 1-20, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/>

[viewFile/45654/28834](#)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, p. 55-75, 2010b

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso em julho de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BRASIL. **Lei nº. 6.001 de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acesso em: 17 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referências para a formação de professores indígenas**. Brasília: MEC; SEF, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BRITO SILVA, Cristiane Aparecida. Lutas e contradições enfrentadas pelos índios xavantes em busca da educação na cidade de Barra do Garças - MT. **Revista Eletrônica da Univar**, n. 6, p. 263-268, 2011.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia. **Revista Brasileira de Educação**, n.22, p. 15-22, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a03.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LINHARES, Célia; GARCIA, Regina Leite; CORRÊA, Carlos Humberto Alves. **Cotidiano e Formação de Professores**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MEDONÇA, Maria de Fátima dos Santos. **Contribuições da licenciatura intercultural na perspectiva dos professores indígenas**. 2016, 72f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Amazonas.

NOGUEIRA, Eulina M. Leite. MENDONÇA, Maria de Fátima dos Santos. **Formação de professores indígena no Amazonas: caso piraywara**, 2015. Disponível em <<http://www.enforsupunb2015.com.br/congresso/dvd/comunicacaooral.php>>. Acesso em: 27 set. 2017.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL NO ASSENTAMENTO SÃO ROQUE, MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA/SP

Jefferson Rodrigo Cantelli¹

Resumo: Entre os anos de 2015 e 2016, foram realizados diversos cursos de Formação Profissional Rural ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, no Assentamento Rural São Roque, município de Franco da Rocha/SP. Esta pesquisa destinou-se a conhecer a percepção dos agricultores sobre a forma de aproveitamento destes em relação as técnicas e conteúdos aprendidos nos cursos, o nível de aplicação ou aperfeiçoamento das técnicas nas atividades produtivas dos sítios e as principais dificuldades encontradas pelos agricultores para colocar em prática os conteúdos assimilados. O resultado da pesquisa demonstrou que houve satisfatório aproveitamento dos conteúdos e mudança nas técnicas de produção em fruticultura e olericultura, e baixo aproveitamento dos conteúdos sobre comercialização em razão de haver poucos canais de comercialização no assentamento.

Palavras-chave: Assentamento Rural; Formação Profissional; Avaliação.

Abstract: During 2015 and 2016, several Rural Vocational Training courses were held by the National Rural Apprenticeship Service, in the São Roque Rural Settlement, located in the city of Franco da Rocha (State of São Paulo). This work aimed to identify the farmers' perception in regards of getting the most out of the courses, with focus on techniques and contents learned, the level of implementation or refinement of the techniques in the productive activities of the sites, and finally the main difficulties faced by the farmers to put into practice the content learned during the courses. The results of the research showed that the contents taught in the courses were rated as satisfactory and there were changes on fruits and vegetables production techniques. On the other hand, there was a poor usage of contents related to commercialization due to the existence of few marketing channels in the rural settlement.

¹Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp Câmpus de Rio Claro. Extensionista Rural da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"- Fundação ITESP. Contato: jcantelli@itesp.sp.gov.br.

Keywords: Rural Settlement; Professional Qualification; Evaluation.

Introdução

O assentamento rural São Roque, também conhecido como Comuna da Terra "Dom Tomás Balduino", oficializado em novembro de 2003², está localizado no município de Franco da Rocha/SP, zona norte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), distante apenas 35 quilômetros da capital paulista (Mapa 1). O eixo composto pela RMSP, pela Aglomeração Urbana de Jundiaí e a Região Metropolitana de Campinas é uma das regiões mais urbanizadas do Estado de São Paulo (2009)³.

Moram no assentamento 64 famílias de agricultores, ocupando uma área de 619 hectares. Originalmente, o projeto de assentamento demarcou, adicionalmente às áreas de produção individual, glebas de terra para produção coletiva, conforme a proposta Comuna da Terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este modelo tem como um dos seus fundamentos a vinculação de populações que vivem em condições precárias nas grandes cidades em projetos de reforma agrária, como alternativa de vida. Além disso, esse modelo de assentamento prioriza o manejo coletivo das áreas de produção, com base em técnicas agroecológicas (SILVA, 2013, p. 150).

Contudo, com o passar do tempo e frente às dificuldades para o desenvolvimento do trabalho coletivo, as famílias do assentamento se apropriaram de frações ideais das áreas comuns, em torno de 2,00 hectares cada, e consolidaram suas atividades produtivas de forma individual.

O domínio da área é conferido à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Fundação ITESP⁴, órgão estatal responsável pela prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias do assentamento.

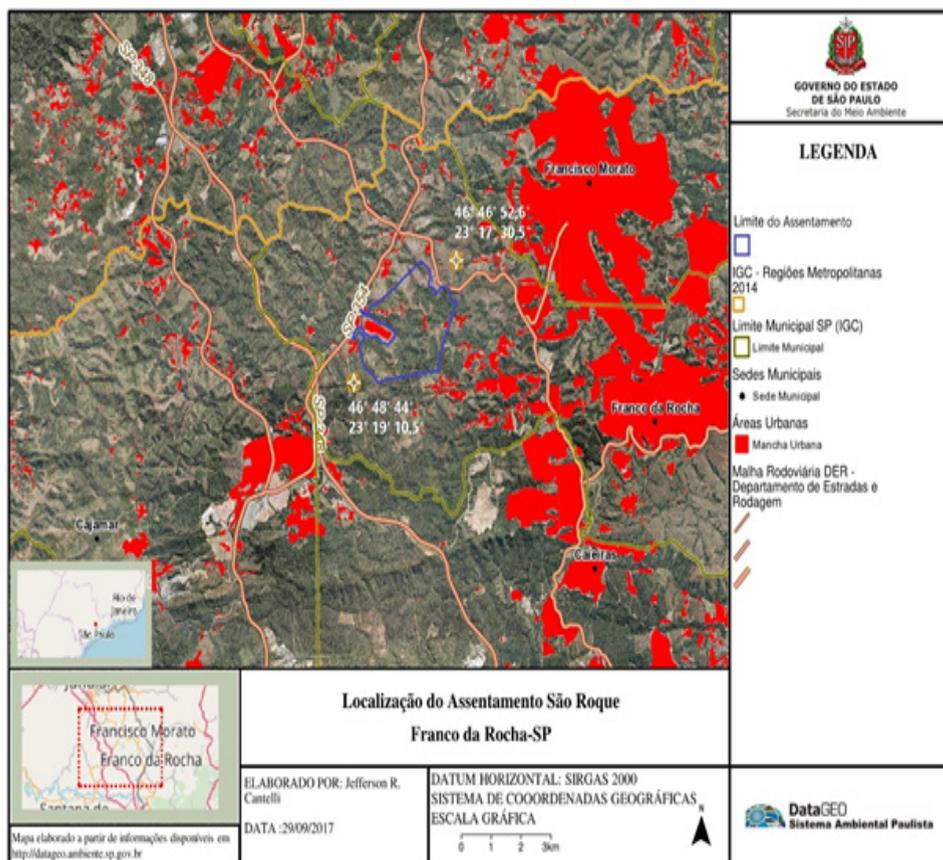
A atuação da Fundação ITESP no território paulista é marcada pelo t

²Portaria ITESP n.º 111, de 20-11-2003. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Executivo, Seção I, p. 7, em 26 de novembro de 2003.

³Informação levantada através do mapeamento de uso e ocupação de solo do Estado de São Paulo, produzido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SP) – Coordenadoria de Planejamento Ambiental, em 2009, na escala 1:50.000. As áreas urbanas foram mapeadas a partir da classificação de cenas monocromáticas do satélite IRS fusionadas com as bandas 5, 4 e 3 do satélite LANDSAT 7 do ano de 2005. Informação disponível na plataforma Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo (IDEA-SP). <http://datageo.ambiente.sp.gov.br> Acesso em 29/09/2017.

⁴Entidade vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária e pelo reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos no Estado de São Paulo (PILLA et al, 2013, p. 11).

Mapa 1: localização do assentamento São Roque, Franco da Rocha-SP.



trabalho de equipes de profissionais multidisciplinares alocados em Grupos Técnicos de Campo (GTC). O GTC sediado em Araras/SP é responsável pela ATER às famílias assentadas e quilombolas em áreas públicas estaduais na região leste paulista (Região Administrativa de Campinas). São 12 assentamentos rurais (entre eles o assentamento São Roque, área de estudo da presente pesquisa) e 01 comunidade quilombola, perfazendo um total de 446 famílias atendidas.

Em 2017, a equipe encarregada pelos serviços de ATER era composta por 05 engenheiros agrônomos, 01 técnico agrícola, 01 médico veterinário, 01 cientista social, 01 geógrafo e 02 profissionais de apoio operacional e administrativo. Os trabalhos desenvolvidos pelos extensionistas são qualificados junto ao público através de uma metodologia própria da instituição denominada Gestão de Ater para o Desenvolvimento (G.A.D.).

Tabela 1- Principais olerícolas produzidas na safra 2013/2014.

Nome da cultura	Número de produtores	Quantidade produzida (em quilos)	Valor Bruto da Produção (R\$)
Olerícolas diversas	13	27.720	57.241,97
Mandioca de mesa	19	24.070	18.599,20
Alface crespa	10	4.676	9.346,20

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 2 - Principais frutas produzidas na safra 2013/2014.

Nome da cultura	Número de produtores	Quantidade produzida (em quilos)	Valor Bruto da Produção (R\$)
Banana nanica	30	38.820	54.052,10
Uva	6	8.510	32.261,00
Frutas diversas	13	17.203	17.761,85
Limão	21	7.893	16.247,25
Abacate	14	5.143	10.132,85

Fonte: elaborado pelo autor.

Esta metodologia prevê, entre os passos iniciais do trabalho, um diagnóstico da realidade da comunidade. Após, seguem as etapas de planejamento, execução e monitoramentos das ações. Todas as etapas devem ser construídas de forma participativa com os agricultores e quilombolas.

A referida instituição possui uma ferramenta de pesquisa, denominada Caderneta de Campo. A caderneta é aplicada censitariamente pelos técnicos de campo com o objetivo de traçar o perfil das condições socioeconômicas da população assentada. Desta forma, os dados de produção e o perfil socioeconômico das famílias são levantados sistematicamente pelo órgão gestor dos assentamentos paulistas, incorporando a rotina de pesquisa ao trabalho dos extensionistas (PILLA; ANDRADE; MARQUES, 2013, p. 243).

Segundo dados levantados pela Caderneta de Campo na Safra 2013/2014⁵, as principais cadeias produtivas do assentamento eram a olericultura, a fruticultura e a apicultura.

Em relação as olerícolas, destacaram-se as culturas de mandioca de mesa,

⁵A pesquisa de campo foi feita de forma declaratória e censitária. O período pesquisado foi de agosto de 2013 a julho de 2014. Neste levantamento, foram entrevistadas 52 famílias, ou seja, 81% do universo do assentamento. As informações foram disponibilizadas pelo Grupo de Sócioeconomia, Gerência de Desenvolvimento Humano, da Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação ITESP, em formato de relatório impresso, emitido em 21/01/2016.

alface crespa e plantio diversificado de olerícolas, conforme destacado na tabela 1.

A respeito da fruticultura no assentamento, destacaram-se as culturas de abacate, banana nanica, limão, uva e plantio diversificado de frutas, conforme demonstra a tabela 2.

Já a apicultura destacou-se pelo alto valor agregado no preço do produto. Em média, o litro do mel foi vendido a R\$ 17,60. Foram produzidos no

Já a apicultura destacou-se pelo alto valor agregado no preço do produto. Em média, o litro do mel foi vendido a R\$ 17,60. Foram produzidos no período entre 2013/2014, 931 litros de mel, por 10 apicultores.

O valor bruto da produção agropecuária total (produção vegetal, animal, leiteira e derivados) da safra 2013/2014, incluindo a produção para autoconsumo, registrou R\$ 401.727,46, para um total de 52 produtores.

Em relação a população do assentamento, a caderneta de campo 2013/2014 levantou o total de 245 moradores, sendo 44% mulheres e 56% homens. Quanto a faixa etária dos assentados, observou-se maior concentração da população na faixa entre 30 e 59 anos (33%), idade economicamente ativa. Os adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, correspondem a 16% da população, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3- População do assentamento por faixa etária e sexo, 2014.

	Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total	%
Criança	0 a 5 anos	3	3	6	2%
Pré-Adolescente	6 a 11 anos	5	10	15	6%
Adolescente	12 a 18 anos	13	25	38	16%
Jovem	19 a 29 anos	8	11	19	8%
Adulto	30 a 59 anos	43	39	82	33%
Idoso	60 anos ou mais	9	18	27	11%
Sem informação	Sem informação	26	32	58	24%
Total		107	138	245	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Tendo em vista a característica da comunidade em possuir pouca experiência em técnicas de produção agrícola, o serviço de ATER identificou e planejou, em conjunto com a comunidade assentada, um projeto de formação profissional rural⁶ para conferir maior base técnica à produção das famílias e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos produtos e proporcionar a abertura de mercados.

Dessa forma, um arranjo institucional foi formado para executar o projeto. As instituições participantes foram: Fundação ITESP (Grupo Técnico de Campo de Araras), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI (Casa da Agricultura de Franco da Rocha-SP), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (Agência de Jundiá-SP), Sindicato Rural de São Paulo e Prefeitura Municipal de Franco da Rocha (Departamento de Agricultura).

Entre os anos de 2015 e 2016, foram realizados 17 cursos de formação profissional rural abordando os temas: fruticultura básica, olericultura orgânica e comercialização. Foram mais de 400 horas de capacitações que contaram com a presença de 63% por cento das famílias da comunidade, conforme demonstrado no quadro 1.

Dessa forma, a presente pesquisa teve por objetivo conhecer: 1) a percepção dos agricultores participantes do projeto sobre a forma de aproveitamento destes em relação as técnicas e conteúdos aprendidos nos cursos; 2) o nível de aplicação e/ou aperfeiçoamento das técnicas nas atividades produtivas dos sítios; e 3) as principais dificuldades encontradas pelos agricultores para colocar em prática os conteúdos assimilados.

Procedimentos metodológicos

A metodologia de pesquisa envolveu revisão bibliográfica, consulta à planilhas de controle e acompanhamento dos cursos elaboradas pelo autor, consulta a registros de frequência dos cursos e pesquisa em campo através da aplicação de entrevista, com elaboração de perguntas fechadas e abertas

⁶Formação Profissional Rural é um processo educativo, não formal e participativo, vinculado à realidade do meio rural. Visa o atendimento das necessidades e exigências dos produtores e trabalhadores rurais, das unidades produtivas e do mercado de trabalho, para ampliar e melhorar as competências nas ações do dia-a-dia. Como consequência permitirá realizar suas atividades de maneira a aumentar a produtividade, rentabilidade e competitividade do setor agropecuário. O SENAR baseia seus cursos em princípios e diretrizes estabelecidas pela OIT - Organização Internacional do Trabalho, nas políticas do CINTERFOR - Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional, formuladas durante reuniões de comissões técnicas, nas políticas dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e nas diretrizes emanadas da CNA e suas federações vinculadas. (SENAR, 2017)

(ALMEIDA, 1989). Para a análise das respostas às perguntas abertas, o método de interpretação dos dados baseou-se na análise argumentativa do discurso (FAVERO; SARRIERA, 2009).

A entrevista foi realizada com um grupo de 15 agricultores sorteados de uma amostra intencional composta pelos 20 produtores que mais frequentaram os cursos sobre fruticultura básica, olericultura orgânica e comercialização, listados no Quadro 1.

Quadro 1- Cursos de formação profissional rural realizados no assentamento São Roque em 2015/2016

Tem a	Nome do curso	Mês / ano de realização	Carga horária	Participantes
Fruticultura	Fruticultura Básica - Instalação da Lavoura – 1ª Turma	Out/2015	24	19
	Fruticultura Básica - Amostragem de solo	Nov/2015	16	19
	Fruticultura Básica - manejo, tratamentos culturais e colheita	Dez/2015	24	20
	Fruticultura Básica - controle alternativo de pragas e doenças	Dez/2015	16	20
	Fruticultura Básica - Instalação da Lavoura – 2ª Turma	Mar/2016	24	18
Olerícolas	Controle de Formigas Cortadeiras na Fruticultura	Mar/2016	16	15
	Programa Olericultura Orgânica	Mar a Out/2016	128	18
Comercialização	Controle de Formigas Cortadeiras na Olericultura	Mar/2016	16	15
	Produtos Agroindustriais com o forma de agregar valor na fruticultura	Abr/2016	16	20
	Produtos Agroindustriais com o forma de agregar valor na olericultura	Abr/2016	16	20
	Exigências legais para form alização e comercialização	Mai/2016	16	20
	Canais de distribuição	Mai/2016	16	20
	Com o vender para o governo	Jun/2016	16	20
	Produtos agroindustriais com o forma de agregar valor na apicultura	Out/2016	16	20
	Turismo: com ercialização	Out/2016	16	20
	Certificação com o ferram enta de competitividade	Nov/2016	16	20
	Organização de vendas conjuntas	Dez/2016	24	15

Fonte: elaborado pelo autor.

Resultados da pesquisa

Perfil dos entrevistados

As análises dos questionários aplicados em campo revelaram: 80% dos pesquisados possuíam o ensino fundamental incompleto (Gráfico 1); 47% das famílias eram compostas por 2 a 5 integrantes (Gráfico 2); em relação a força de trabalho, a maioria das famílias (60%) declarou haver de 2 a 3 pessoas que efetivamente trabalhavam na área (Gráfico 3). Dois terços dos pesquisados responderam positivamente quando questionados se já haviam participado de outros cursos de aprendizagem rural. Os temas dos

cursos realizados anteriormente mais citados pelos participantes foram: apicultura, artesanato em fibra de bananeira e bambu, panificação, fabricação de conservas doces e salgadas e fabricação de embutidos (linguiças e defumados). Quando questionados quais foram as entidades promotoras dos cursos, o MST recebeu 51% das citações (Gráfico 4).

Gráfico 1- grau de escolaridade dos entrevistados.

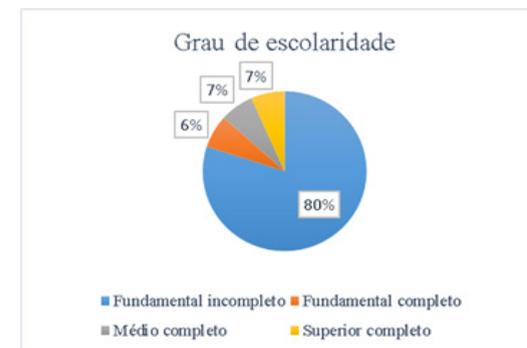


Gráfico 2 - Quantidade de pessoas na composição familiar.

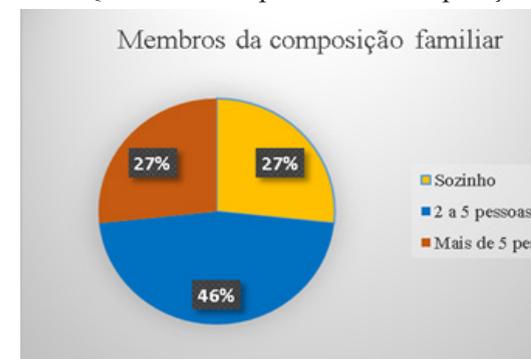
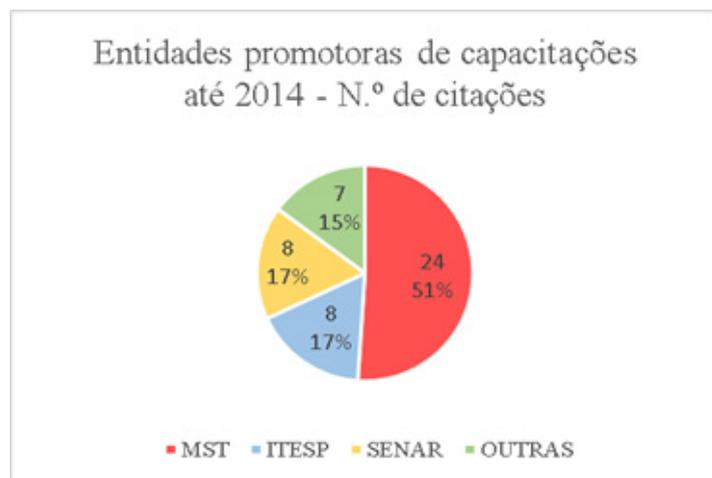


Gráfico 3 - Quantidade de pessoas que compõem a força de trabalho.



Gráfico 4 - Entidade promotoras de capacitações até 2014.



Fonte: elaborado pelo autor.

Como os agricultores avaliaram o seu aproveitamento dos cursos?

No âmbito do projeto de formação profissional rural objeto do presente estudo, em relação à percepção dos produtores sobre a forma de aproveitamento dos conteúdos e técnicas trabalhados nos cursos, especificamente sobre o tema **fruticultura** básica, a análise das entrevistas revelou: a) houve confirmação e aperfeiçoamento de técnicas que já praticavam; b) foram resolvidas dúvidas acumuladas ao longo do tempo; c) assimilaram novos conhecimentos; d) destacaram que a assimilação dos conteúdos é lenta e progressiva, pois o resultado da aplicação da técnica depende da prática e da natureza; e) entenderam que a metodologia e as aulas práticas facilitaram o aprendizado; f) opinaram que haveria melhor aproveitamento caso houvesse continuidade dos ensinamentos pela ATER.

“Em primeiro lugar esse curso de formiga, tem que ter paciência para acabar com elas, então o aproveitamento é lento. Já o curso de frutas eu aprendi bastante, vou fazer a cova do jeito que foi ensinado e também a poda do abacate, é importante podar em cima para os galhos saírem para o lado.” (S.V.L., agricultor, 63 anos)

“100% não, porque a poda é complexa, cada tipo de fruta tem um jeito de podar, a gente não foi categórico na variedade. Quando a gente plantou o pomar, no começo, foi sem um curso, então a gente plantou tudo errado, em espaço e

fundura. Teria sido melhor aproveitado se viesse uma assistência aqui no meu espaço, por conta da variedade que tenho.” (A.M.S., agricultor, 63 anos)

“Aprendi a olhar as doenças nas folhas e a poda, o quê derrubar, quando derrubar, fazer a adubação e na época certa. Podar também na época certa, não colocar enxada no pomar e aproveitar a matéria, isso eu já sabia, mas confirmou.” (M.C.A., agricultor, 60 anos)

“Foi bom, a gente trabalhou com frutas, aprendeu a plantar, a ter o pomar o tempo todo. A questão da poda do abacate ou qualquer outra fruta, podar em cima para os galhos saírem de lado. O Armando (instrutor do curso de fruticultura) tirou muitas dúvidas da gente, que tava acumulado.” (M.B.D., agricultora, 46 anos)

“Aproveitei bem, participei, o conteúdo foi acessível, sobre a importância do solo, plantar em nível, coisas práticas que foram aplicadas.” (M.C.A. agricultor, 42 anos)

Sobre o aproveitamento do curso de **olericultura** orgânica constatou-se que, na percepção dos agricultores, houve melhor aproveitamento deste em relação aos demais cursos, em função da maior possibilidade de aplicação das técnicas nos sítios, além de terem obtido bons resultados produtivos, em pouco tempo. Outra característica marcante apontada foi o maior rendimento das hortas, com utilização de menor área e volume de terra, menos trabalho e maior economia de água para irrigação. Segundo os agricultores, a metodologia prática, o elevado conhecimento do instrutor e a boa qualidade dos materiais utilizados contribuíram para um bom aproveitamento do curso. Outra característica presente no discurso dos participantes é que o curso de olericultura orgânica ultrapassou a expectativa de aprender somente técnicas pois contribuiu para pensar o dimensionamento da horta e a produção em escala.

“Em primeiro lugar esse sistema de composto, rende muito, mais o adubo, a planta sai melhor, rende mais por menos, é melhor para a hortaliça. Aprendi também a plantar uma planta junto com outra, para aproveitar o espaço do canteiro e a fazer a cobertura do canteiro. Teve também a questão do preparo do solo, que aprendi a usar o calcário, a adubação verde. No preparo do canteiro, aprendi a fazer a divisão dos canteiros, para a água escoar entre eles.” (M.B.D., agricultora, 46 anos)

“Eu achei o canteiro do curso mais prático e segura mais a água. O viveiro

de mudas eu também achei bem interessante. Na hora da colheita eu também aprendi, eu deixava a couve muito dura e cortava, e não precisa fazer assim, pode cortar antes. Eu aprendi a fazer melhor a colheita e a economizar água e calcário.” (J.A.S.I., agricultor, 65 anos)

Achei bom porque foi 100% de prática. A questão da cor da terra, tamanho da terra, tipo da terra, leitura do solo e a questão dos adubos, são muito ricos, e a abertura da mente, porque se vende de tudo, desde umbigo de bananeira até as verduras.” (J.C.P.P. agricultor, 39 anos)

“Dentro do curso foi aproveitamento 100%, a turma foi boa, o material, o professor ajudou, aproveitei.” (A.M.S., agricultor, 63 anos)

“Aproveitei bem, apliquei bastante técnicas.” (N.P. agricultor, 63 anos)

A respeito da forma de aproveitamento dos cursos envolvendo a temática **comercialização** os pesquisados apontaram: a) reforçaram algumas ideias que já possuíam; b) adquiriram novos conhecimentos; c) resolveram dúvidas em relação aos programas públicos de compras governamentais; d) construíram uma visão de mercado ao passarem a refletir sobre a forma de escoamento da produção, a diminuição de custos de produção, a necessidade de pontos de venda, escala e frequência de entrega de produtos, qualidade da mercadoria como forma de agregar valor, processamento mínimo do pós-colheita (lavagem, acondicionamento, embalagem, forma de apresentação dos produtos), formas de conservar o cliente e preocupação com a legalidade da venda através de nota fiscal. O envio de mercadorias para a feira de economia solidária do município foi o canal onde alguns agricultores exerceram os conhecimentos adquiridos sobre comercialização. Um pesquisado apontou que não houve aproveitamento adequado dos cursos sobre comercialização por conta da superficialidade dos mesmos. Alguns agricultores apontaram ainda que não houve aproveitamento adequado porque não existiam canais de comercialização no assentamento, com exceção aos programas de compras governamentais.

“A gente aprendeu que a comercialização não pode vender de qualquer jeito, tem a questão de higiene, como embalar, as notas fiscais, que a maioria já tem. A banana agora a gente dá padrão, para não ficar despencando ou tirando banana na frente do cliente, embala bonitinho.” (M.B.D., agricultora, 46 anos)

“Eu aprendi e tive uma dinâmica no meu comércio local, vendo banana, uva,

frutas de época, produtos dos colegas. Eu vi também que o sistema capitalista é podre, é agressivo, eu achava que isso era da pessoa, mas é do sistema.” (M.E.S. agricultor, 56 anos)

“Eu já tinha uma noção, só reforçou, na forma de agregar valor, apresentação do produto, de conquistar mais clientes. Estou mandando produtos para feira.” (D.M.O., agricultor, 47 anos)

“Não aproveitei, ficou superficial, foram apenas noções básicas. Não houve aprofundamento nesse assunto.” (M.C.A. agricultor, 42 anos)

“Pouco aproveitamento, só em partes.” (J.C.P.P., agricultor, 39 anos)

Quais técnicas ou conteúdos foram efetivamente aplicados pelos agricultores?

A segunda seção de perguntas da entrevista procurou saber quais técnicas aprendidas nos cursos foram efetivamente aplicadas nos sítios.

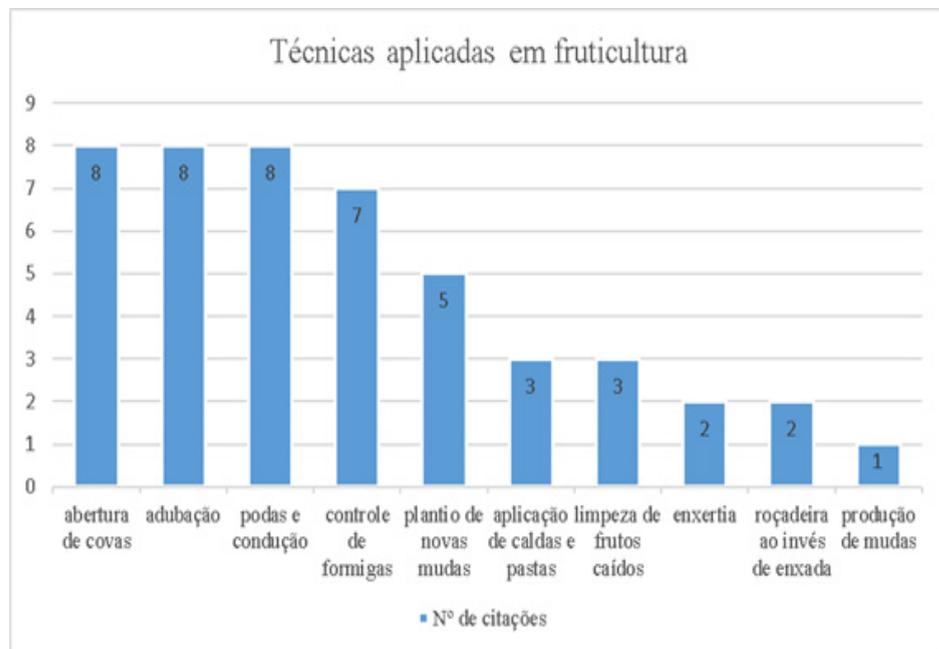
Em relação ao tema **fruticultura**, 80% dos produtores afirmaram terem reproduzido alguma técnica em sua área, sendo que as práticas citadas foram (em ordem de quantidade de citações): abertura de covas, adubação, podas e condução das plantas, controle de formigas cortadeiras, plantio de novas mudas, aplicação de caldas e pastas para controle de pragas e doenças, limpeza de frutos caídos no pomar, enxertia, utilização de roçadeira ao invés de enxada no pomar e produção de novas mudas (Gráfico 5).

“Podei o limão taiti e as mangas, porque o restante queimou com o incêndio. Abri covas nas medidas do curso e apliquei matéria morta, cinza, casca e verduras. Identifiquei uma doença preta na folha do limão e mexerica e pulverizei com sulfato de cobre e cal virgem. Nas podas que eu fiz apliquei a pasta bordalesa. Mudei a técnica de roçar, agora eu roço antes da semente madurecer. Conduzi dois pés de pera d’água, estaquei em volta e com barbante, conduzi para manter a seiva.” (M.C.A., agricultor, 60 anos)

Fiz poda de condução, com ferramenta correta. Não usei mais enxada o pomar, só roçadeira agora. Aprendi a importância de continuar plantando, fazendo mudas, a questão da paternidade da fruta, metade é da semente, do galho, mas a outra metade é da abelha. Não deixo mais fruta podre, caída, no pé da árvore. Fiz o controle do ácaro da lichia, com a receita certa. Mudei o jeito de abrir a cova e mudei a adubação, comprei algumas coisas de fora e estou utilizando mais matéria orgânica. Fiz um modelo de formigueiro com garrafa pet para ver como funciona

o sistema, o tal do fungo, do lixo que a formiga traz e comprovei que era do jeito que foi explicado no curso.” (J.C.P.P., agricultor, 39 anos)

Gráfico 5 - Principais técnicas aplicadas em fruticultura.



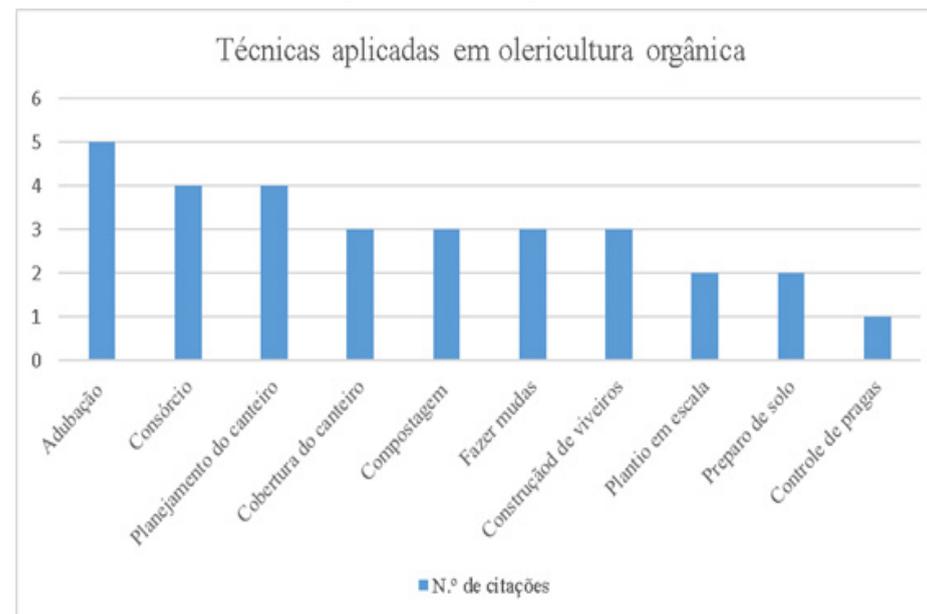
Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre o curso de **olericultura** orgânica, 80% dos entrevistados declararam terem feito novos canteiros com base nas técnicas ensinadas. As técnicas aplicadas pelos entrevistados foram (em ordem de quantidade de citações): adubação, consórcio de plantas, planejamento do canteiro, cobertura do solo, compostagem, produção de mudas, construção de viveiro, plantio em escala, preparo do solo e controle de pragas e doenças (Gráfico 6).

“Fiz controle de pragas com microgel, utilizei fertilizante foliar, fiz novos canteiros na técnica do curso, refiz os antigos, com o tamanho certo, fiz melhor aproveitamento do espaço com consórcio, construí um viveiro igual ao do curso, plantei o quebra vento, e estou produzindo as mudas.” (M.C.A., agricultor, 60 anos)

“Fiz a compostagem, a mini estufa, preparo de mudas na bandeja, estamos utilizando o substrato, a preparação de canteiro, a vagem e o quiabo eu plantei com a ideia do curso, aproveitei mais o que tem plantado no lote para vender.” (M.B.D., agricultora, 46 anos)

Gráfico 6 - Principais técnicas aplicadas em olericultura.



Fonte: elaborado pelo autor.

“Estou trabalhando mais com o pé no chão, não adianta fazer uma grande quantidade de horta e não ter água e perder cliente. Faço compostagem e fiz canteiros na técnica, mas para meu consumo.” (D.M.O., agricultor, 47 anos)

“Fiz plantio de adubação verde, rocei, depois incorporei com esterco. Fiz o canteiro com base na técnica, tirei rabanete, rúcula e alface. Tenho vontade de fazer o viveiro.” (R.G., agricultor, 59 anos)

A respeito da aplicação do conteúdo dos cursos sobre **comercialização**, apenas 33% dos entrevistados declararam terem reproduzido alguma técnica ou aplicado algum conceito, sendo destacado o processamento mínimo para agregação de valor nas mercadorias, lavagem, seleção, acondicionamento, utilização de embalagem e a mudança no relacionamento com clientes através da adoção de novas estratégias, melhorando o diálogo, oferecendo amostras de produtos, por exemplo (Gráfico 7).

“Olha, 90% do sítio está estrutura conforme aprendi nos cursos. Agora eu faço o planejamento da produção. Estou planejando lançar um tempero e preciso de um lugar adequado para fazer; pensar no rótulo, e também aproveitar os produtos da roça, coentro, que é um dos carro-chefe, e agregar valor nele.” (M.C.A.,

agricultor, 60 anos)

“Sim, estamos vendendo na feirinha, dois dias da semana. Levamos empacotado, no padrão, a gente põe produto para o cliente provar, dá um brinde, para ganhar o cliente. A gente tem ideia de trazer o povo da cidade para conhecer o assentamento e comprar aqui.” (M.B.D., agricultora, 46 anos)

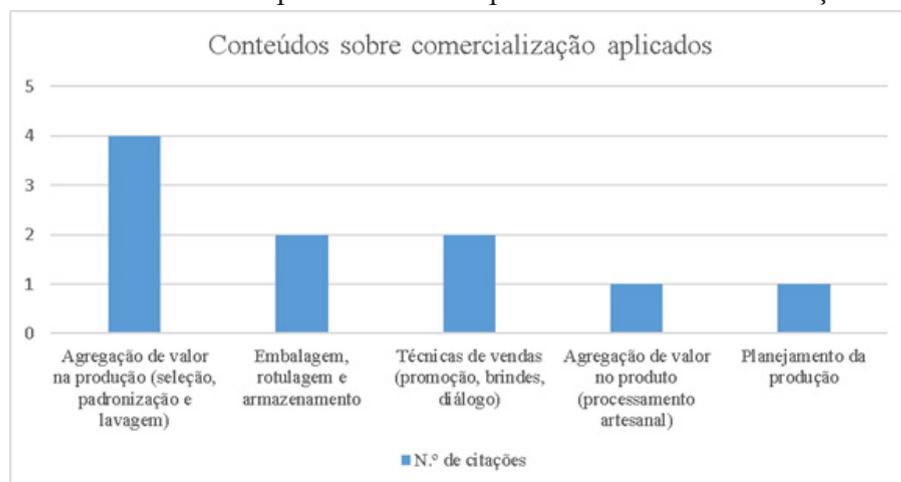
“Ainda não apliquei os conteúdos, mas estou separando às áreas do sítio, para não ter galinha na horta, fazer cerca de quebra-vento, e para o veneno do vizinho não ir na produção.” (R.B, agricultor, 46 anos)

“A gente tem o caminho, mas não aplica.” (A.M.S., agricultor, 63 anos)

“Na prática eu não tenho aplicado, eu tenho a teoria, mas não estou aplicando.” (D.M.O., agricultor, 47 anos)

“Eu não fiz ainda, mas estou na mente.” (S.V.L., agricultor, 63 anos)

Gráfico 7 - Principais conteúdos aplicados em comercialização.



Fonte: elaborado pelo autor.

Quais foram as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores para aplicarem o conhecimento construído?

O terceiro e último bloco de perguntas procurou conhecer quais as principais dificuldades para o maior aproveitamento dos cursos.

Nesse sentido, a principal dificuldade levantada pelos pesquisados foi a falta de recursos financeiros e a falta de irrigação.

Especificamente em relação à **fruticultura**, outras dificuldades enfrentadas foram: características físicas do terreno (declividade, tipo de solo e umidade), falta de organização coletiva e falta de mão de obra. No tocante à **olericultura**, as demais dificuldades apontadas foram: declividade do terreno, problemas de saúde, falta de canais de comercialização e o período de excesso de chuvas. Por fim, a respeito das dificuldades para aplicação dos conteúdos assimilados nos cursos sobre **comercialização**, os entrevistados destacaram: o fato de não haver canais de comercialização, deficiência em planejamento da produção, o custo de transporte de mercadorias, a falta de equipamentos para agregação de valor, a superficialidade do curso, a demora para recebimento do valor das vendas, falta de irrigação, deficiência na organização interna do assentamento, falta de mão de obra, a concorrência, falta de tempo para se dedicar à comercialização.

“Falta recurso para pôr em prática os conhecimentos que foram adquiridos, por exemplo, comprar uma calda, um produto, iorin, esterco que não tenho. E também falta organização para comprar em conjunto, para diminuir o custo.” (R.B, agricultor, 46 anos)

“A dificuldade é implantar a horta no sítio, a água é uma dificuldade, o não escoamento da produção, até agora não temos um ponto de venda.” (A.M.S., agricultor, 63 anos)

“Precisava de água e uma tobata, mas preciso mesmo é de grana. Até a terra aqui é difícil, por conta de declividade, tem cupim.” (N.P. agricultor, 63 anos)

“Falta produção em larga escala, dos companheiros, para manter uma comercialização e também ter a certificação. Falta também planejamento de produção no coletivo.” (M.C.A., agricultor, 60 anos)

Considerações finais

Considera-se que o projeto de formação profissional rural realizado no Assentamento São Roque, na percepção dos agricultores, teve aproveitamento satisfatório, principalmente em relação aos cursos sobre fruticultura e olericultura, pois, além de contribuir para a aprendizagem de novos conhecimentos e/ou aperfeiçoamento de técnicas de produção

agrícola, houve efetiva mudança da base técnica de produção ocasionando, num primeiro momento, maior rendimento da olericultura e a expectativa de melhor produção para fruticultura a médio prazo.

A despeito do aproveitamento positivo dos cursos, consideramos importante registrar que, em nossa percepção, do ponto de vista pedagógico e metodológico, os momentos de aprendizagem vivenciados, salvo raras exceções, continuam reproduzindo práticas do modelo difusionista de Assistência Técnica e Extensão Rural, calcadas na comunicação unidirecional, verticalizada e, por vezes, autoritária, e que reforçam uma suposta supremacia dos conhecimentos científicos sobre os saberes e práticas tradicionais. Entendemos que esta postura esteja mais relacionada com o tipo de formação acadêmica dos instrutores dos cursos do que uma postura particular em si.

Ademais, foi possível compreender que a falta de canais de comercialização, principalmente, impactou o baixo aproveitamento, no curto prazo, das capacitações sobre este tema, sendo, certamente, um dos desafios a serem enfrentados pela comunidade e pelo serviço de ATER

Referências

ALMEIDA, J.A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. 1ª ed. Brasília: MEC/ABEAS, 1989. 182 p.

FAESP/SENAR. Formação Profissional Rural. Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/senar-educacao-rural-formacao-profissional>. Acesso em 29 de set. 2017.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. v.12 n.1, pp 1-16. 1º Sem. 2009.

PILLA, M. A.; ANDRADE, M. R. O.; MARQUES, L. A. P. **Fundação ITESP**: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013. 304 p.

SILVA, A.P. S. Comunas da terra: relações entres sujeitos na paisagem híbrida campo-cidade. **Diálogos possíveis**, v. 12 n. 2. pp 147-169. 2013.

AS DIFICULDADES DE “PASSAR O BASTÃO”: PERSPECTIVAS DA SUCESSÃO DA PROPRIEDADE ENTRE PRODUTORES DE COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS GERAIS/MG

Denison Ferreira da Silva¹
Maria Lúcia Ribeiro²
Henrique Carmona Duval³
Vera Lucia S. Botta Ferrante⁴

Resumo: Este trabalho tem como tema principal a hereditariedade e a sucessão da propriedade na agricultura familiar. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema e foram aplicados questionários com dez famílias de duas comunidades rurais de Campos Gerais/MG. Entrevistas com agentes externos e as anotações em diário de campo durante as visitas às comunidades permitiram um conhecimento mais detalhado do objeto de estudo. Pôde-se verificar que não há explicitamente qualquer tipo de planejamento para a passagem da posse da propriedade, pois existe uma resistência das famílias em tratar da morte e discutir a continuidade da propriedade. No entanto, há evidências de que a sucessão, entendida enquanto um processo, se expressa em situações que indicam que estratégias para a sucessão são construídas historicamente.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sucessão; Hereditariedade.

Abstract: This work has as its main theme the heredity and succession of property in family agriculture. A bibliographic survey was carried out on the subject and questionnaires were applied with ten families from two rural communities of Campos Gerais / MG. Interviews with external agents and field diary annotations during the visits to the communities allowed a more detailed knowledge of the object of study. It could be verified that there is not explicitly any type of planning for the passage of ownership of the property, because there is a resistance of the families in dealing with the death and to discuss the continuity of the property. However, there is evidence that succession, understood as a process, is expressed in situations that indicate that strategies for succession are constructed historically.

Keywords: Family Agriculture; Succession; Heredity.

Introdução: tendências para o declínio da população rural

Um dos grandes desafios da reprodução social de famílias rurais é a questão sucessória, pois “passar o bastão” não é uma tarefa fácil na esfera familiar. Um dos fatores que problematizam a transmissão do comando de uma propriedade familiar são os desequilíbrios demográficos rurais, como os analisados por Costa (2013). Sua análise quanto às disparidades demográficas põe em risco a própria reprodução social das famílias, não apenas no Brasil, mas também em outros países. O estudo pormenorizado de Camarano e Abramovay (1998) organiza uma série de fatores que influem sobre a intensificação do êxodo rural brasileiro em meados do século XX. Esse processo assinalou a perda gradativa de características tradicionais, abrindo espaço para um possível desenraizamento por parte da população rural.

Os problemas enfrentados na agricultura pela falta de sucessores já se reproduzem em estudos comparados a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), nos censos entre os anos de 2000 e 2010, os quais indicam que a população rural diminuiu em 2 milhões de pessoas e, agora, representam 15,6% da população do Brasil.

O declínio da população rural aparece em tais dados em um período de tempo de doze anos 2001-2012; a população rural que era de 16,20% diminuiu para 15,17%. Observando este mesmo corte de tempo, a população urbana apresenta um crescimento de 83,88% em 2001 para 84,83% em 2012.

¹Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – Uniara. dfs.deninho@gmail.com

²Docente do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – Uniara.

³Docente do Centro de Ciências da Natureza, UFSCar Lagoa do Sino.

⁴Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – Uniara.

Essa tendência no panorama demográfico nacional vem ocorrendo também no estado de Minas Gerais, com a progressão dos moradores urbanos de 83,4% para 84,5%, à medida em que houve um recuo de 16,6% para 15,5% da população rural no mesmo período.

Parte desta queda pode ser atribuída ao processo de hereditariedade no campo. Observando a transmissão da propriedade rural desde sua posse, assim como o recebimento por herança, analisam-se vários casos em que há possibilidade de sua fragmentação. Como observa Carneiro (2001, p.22), em contexto de sucessão, tanto pode ocorrer a fragmentação da propriedade, como também pode favorecer a manutenção do patrimônio. Um dado significativo nessa discussão obtido no último censo agropecuário de 2006, aponta que o território brasileiro tem 5,2 milhões de estabelecimentos rurais e cerca de 29% foram obtidos por herança familiar (IBGE, 2006).

Esse resultado implica na necessidade de um debate sobre os sucessores nas famílias dos produtores rurais, já que os dados apresentados apontam para um possível esvaziamento rural, como indicado por Abramovay (1992) ao afirmar que o Brasil é marcado por um setor agroindustrial bem desenvolvido e tecnológico e, por outro lado, ainda lida em determinadas regiões com o coronelismo e com a falta de políticas públicas de estruturação que possam colocar o agricultor familiar em condições de produzir e comercializar seus produtos. Para Abramovay *et al.* (1998, p.56) “uma unidade produtiva sem sucessores dificilmente contará com os investimentos em capital, terra e formação necessários ao seu desenvolvimento”.

Como o êxodo rural adquiriu característica seletiva, sobretudo entre jovens mulheres, Costa (2013) indica que a tendência geral no meio rural é marcada pela masculinização e pelo envelhecimento. Segundo Duval (2015), o matrimônio e a produção agropecuária são estratégias vitais para que os grupos rurais confirmem suas posições e regularidades de reprodução social. No entanto, o autor afirma que se continua a observar fenômeno identificado por Bourdieu (2004), de que as mulheres saem para as cidades em função de sua condição desprestigiada no processo sucessório no meio rural. Portanto, adotam estratégias como casamentos, formação escolar e trabalho fora de seus locais de origem, notadamente nas cidades, o que ocasiona o surgimento de fenômenos como o celibato masculino no meio rural.

Deve-se ressaltar também que as dificuldades de acesso à educação e à saúde têm causado a expulsão dos camponeses para as cidades, buscando trabalho e renda e desestimulando os jovens na continuidade da vida no

campo, comprometendo a sucessão geracional. A grande maioria dos descendentes de famílias rurais se desloca para as cidades na busca de oportunidades de melhorarem de vida e atrás de uma renda assalariada. Conforme relata Alves (2006), as famílias rurais levam em consideração múltiplos aspectos ante a decisão de migrar:

Admite-se que a família tome decisões que visem ao bem-estar de todos os seus membros, embora o chefe de família possa sair perdendo. Viver no meio rural ou na cidade, são duas opções e os prós e os contras são devidamente avaliados. Na decisão de migrar para a cidade, o diferencial de salário, o desconforto do ajuste ao novo estilo de vida, o risco de não encontrar emprego e a violência urbana são devidamente considerados. Contudo, se o diferencial de salário for tentador e as vantagens que as cidades oferecem forem incorporadas a ele, a família corre o risco de migrar (ALVES, 2006 p.7).

Com base nestas tendências, o presente trabalho teve como objetivo construir um quadro de referências para se analisar o processo sucessório nas comunidades Capoeirinha e Dois Paus, no município de Campos Gerais/MG,

Diferentes perspectivas e tendências sobre a sucessão

Woortmann (1995) relata que o processo de transmissão do patrimônio familiar trata da transferência de bens de pais para filhos e, em especial, a terra através da herança constitui um dos movimentos básicos da agricultura familiar. Esse processo inicia-se na infância, conforme Burton e Walford (2005), pois a divisão sucessória é realizada em etapas. Nas famílias rurais, desde criança, a dedicação ao trabalho agrícola é dividida com o tempo dedicado aos estudos. São transmitidas funções de responsabilidades quanto a termos técnicos e passagem de conhecimentos produtivos. Se o pai sai da administração, passa-se a posse ao seu sucessor que adquire o saber-fazer do patriarca, geralmente o filho primogênito.

O tema da sucessão foi analisado por Gasson e Errington (1993), assinalando que o filho herdeiro pode morar em um determinado lugar separado do pai, gerindo de forma própria a tomada de decisão. Com sua vida financeira resolvida, o jovem assume o posto paterno após a aposentadoria dos pais, como também divide o mesmo teto que o pai e assume definitivamente o posto após o falecimento do mesmo. Por outro lado, Spanevello (2008) mostra que será possível delimitar um quadro sobre os prováveis acertos da transmissão do patrimônio familiar, ocorrendo casos

de compra de terras para ajudar o filho sucessor. A transferência dessa terra ocorre tardiamente, para demonstrar que não perdeu sua autoridade perante o filho e, a partir do esgotamento da força física dos pais, os mesmos vão se retirando e cedendo o lugar para os filhos tomar conta do estabelecimento.

O processo de transmissão da herança, igualmente importante na perspectiva da família rural, compreende dois fatores que se complementam: 1) a escolha do sucessor, que geralmente mantém a unidade do grupo familiar; 2) a divisão dos bens (CARNEIRO, 2001). Os estabelecimentos não são um conjunto que possui igual natureza e/ou apresenta semelhança de estrutura e função, possuindo três tipos de unidades familiares: as essencialmente familiares, as que complementam sua força de trabalho com empregados temporários, e as que contratam empregados permanentes utilizando empregados temporários ou não conhecidos como empresas familiares (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989). Estas situações, no entanto, podem variar em recortes de temporalidade, em função das dinâmicas de sucessão familiar.

Sabe-se da importância que a pequena propriedade exerce no funcionamento das dinâmicas produtivas no meio rural, envolvendo uma tradição familiar de enraizamento na terra. A preparação da passagem dos negócios aos herdeiros é de grande dificuldade e também pode ser frustrante, como afirma Longenecker *et al.* (1997). Os conflitos, na hora da sucessão, são os piores, pois sempre são expostos problemas estruturais de muitos anos. A sucessão é determinada por um longo prazo de acordo com a preparação que os pais deram aos filhos na relação de riqueza e poder (LODI, 1993).

A prática de negociação exercida dentro da família nem sempre obtém êxito, por mais habilidosa que seja feita, pois sempre existirão muitas emoções envolvidas podendo dissolver o mais robusto dos empreendimentos familiares (LESSA, 2003). Este autor aponta ainda a visão de competição entre os membros familiares, que exercem interferência na gestão da propriedade, criando conflitos de difícil solução na transmissão patrimonial.

Os pais, por sua vez, também podem se mostrar desconfiados com a capacidade dos filhos de gerenciar a propriedade tornando o contexto pouco favorável à continuidade. Essa prática de transferir a liderança de uma geração à outra é cercada de conflitos devido às diferenças de cultura entre gerações. A conciliação e o rompimento podem ser realizados conforme o modelo paternalista e os filhos possivelmente enfraquecem a cultura da família patriarcal, que sugere que o pai possui mais experiência do que o filho e, portanto, não cede muito espaço a este (LONGENECKER *et al.*, 1997).

Atualmente, no Brasil, fecha-se ou divide-se em diversas empresas rurais

familiares justificados pela incapacidade da estabilização de relações, já que a profissionalização da gestão é cada vez mais recente e a introdução de normas e regras auxilia bastante na sobrevivência da empresa. A família tem que ser comprometida com a continuidade da propriedade, pois isso colocará o futuro em risco com apenas pequenos desentendimentos. Os herdeiros precisam de uma preparação em termos de adquirir um *saber-fazer*, se inteirar sobre as formas de organização da produção, antecipando e planejando sua carreira como ponto de partida (LESSA, 2003). Portanto, os sucessores adquirem os modos de fazer tradicional dos pais e precisam, ao mesmo tempo, adquirir novas habilidades para participar de um mercado de agricultura moderna.

Conforme Abramovay (1998), a formação de novos jovens agricultores é um processo que envolve componentes como: a transferência de patrimônio; a continuação paterna na atividade profissional do campo; e a saída das gerações mais velhas da gestão patrimonial. Já as tendências gerais para as propriedades familiares são a especialização em uma atividade, diminuindo a utilização da mão de obra familiar ou partir para a venda ou arrendamento. Estes proprietários atingem uma idade elevada e poderiam se aposentar pelos mecanismos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ganhar um salário que talvez sustente a família e se complemente com a renda da própria atividade econômica. Neste contexto, faz-se necessária uma análise mais aprofundada sobre a questão sucessória das pequenas propriedades agrícolas, atribuindo-se importância tanto às dinâmicas internas das famílias como ao contexto mais geral de reprodução social da agricultura familiar.

O presente estudo realiza a análise da sucessão familiar na região de Campos Gerais/MG enquanto um processo social. Em um contexto de difícil aposentadoria, divisão da propriedade, dilemas produtivos, êxodo rural, estratégias de trabalho e educação fora da propriedade, como os pais e filhos tratam da sucessão na esfera familiar? Que decisões e ações estão tomando? O trabalho pretende elaborar uma reflexão sobre alguns casos dessa transição, avaliando também as justificativas dos futuros herdeiros em continuar ou não na atividade rural.

Procedimentos Metodológicos: o espaço da pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida em duas comunidades rurais do município de Campos Gerais/MG, Capoeirinha e Dois Paus, onde vivem aproximadamente 3.620 famílias.

A escolha deste universo empírico de pesquisa é justificada pela população rural do município ser formada por cerca de 8.444 habitantes, ou seja, 30,6% do total de habitantes que é de 27.600 habitantes (IBGE, 2010). O município apresenta uma área territorial de 769,504 Km², com cerca de 2.000 Km de estradas vicinais e galhos de estradas com 5.000 propriedades segundo a Secretaria de Agricultura da Municipalidade.

O critério de seleção destas localidades foi baseado por estas comunidades serem formadas exclusivamente por agricultores familiares e possuírem uma ampla diversidade produtiva e por empregar mão-de-obra familiar. Além disso, as duas comunidades são as mais populosas do município, segundo a Paróquia Nossa Senhora do Carmo, de Campos Gerais, Diocese de Campanha, possuem, ao todo, 250 famílias. Os núcleos familiares escolhidos para essa pesquisa foram pequenos proprietários.

Dificuldades da pesquisa de campo e algumas similaridades entre as famílias

Para o delineamento do estudo enfrentamos uma série de percalços dos quais destacamos a dificuldade de se aproximar dos sujeitos da pesquisa. Quanto à escassez de levantamento de dados referentes à cidade de Campos Gerais, encontramos apenas aqueles do IBGE, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG) e fontes extraoficiais da Prefeitura Municipal, aliados à desconfiança de moradores da zona rural em fornecer informações locais e a várias tentativas negadas de conseguir autorização, junto à Diocese de Campanha, para se ter acesso ao livro Tombo, que descreve as rotinas do município antes da implantação oficial dos cartórios.

No entanto, foi justamente por meio da Diocese que se pôde selecionar os sujeitos da pesquisa. O caminho a ser percorrido foi iniciado por meio da forte influência, principalmente nas zonas rurais, da Igreja Católica Apostólica Romana, através de inúmeras e longas conversas com habitantes do município, o que nos encaminhou ao pároco da cidade de Campos Gerais. Este, após entender os objetivos e a importância da nossa proposta, forneceu em um primeiro momento o número de famílias de cada comunidade rural do município. Dentre estes dados destacaram-se as duas comunidades selecionadas por apresentarem o maior número de famílias em relação às demais. A solicitação de contatos com os líderes das comunidades das

duas localidades foi também facilitada pelo bom relacionamento entre o representante da Igreja e os das comunidades. Foi possível verificar, admitido pelo pároco, que há conflitos referentes às comunidades rurais e, geralmente, os líderes locais são escolhidos de acordo com a sintonia com a Igreja. O comprometimento com os trabalhos comunitários e as responsabilidades para estimular a religiosidade da localidade são fortemente considerados. Evidencia-se que em relação à escolha de lideranças locais, a Igreja opta por escolha pontual para, essencialmente, manter sua grande influência estimulada pela religiosidade e evitar rompimento de relacionamento entre moradores e Igreja.

A indicação pelos líderes das comunidades das famílias que participariam do estudo apontou, novamente, uma tendência para aquelas alinhadas com os princípios da religião católica e em sintonia com o líder da comunidade. A partir dessas premissas foram selecionadas dez propriedades das duas localidades, tendo em vista os aspectos e características relevantes para a pesquisa como similaridades e diferenças, condições geográficas de relevo em áreas planas ou com declive, facilitando ou dificultando a atividade agrícola, influenciando a renda e causando diferenças econômicas com os atores da pesquisa.

Todas as famílias participantes da pesquisa têm semelhanças, como: a participação nas reuniões das associações rurais; a realização de trabalho coletivo organizado por meio de mutirões; exploração diversificada da propriedade com a produção de café, torrefação, apicultura, o cultivo de plantas e criação de animais para autoconsumo. Apesar de serem aspectos do modo de vida que se assemelham dentre as famílias das comunidades, existem diferenças, sobretudo com relação à posse das terras, herança e problemas com sucessão, que serão observadas na discussão dos resultados da pesquisa.

Outra observação importante quanto à chegada às comunidades é que as famílias demonstraram grande satisfação em participar da pesquisa, mostrar todas as rotinas da propriedade rural, exibindo o trabalho de anos na propriedade como se fosse um troféu por conseguirem sobreviver a todas as dificuldades que a vida lhes impôs – o que certamente torna a passagem de comando da propriedade para os filhos ainda mais cuidadosa.

Técnicas de pesquisa para a coleta de informações

A abordagem da questão sucessória foi desenvolvida através da aplicação

de questionários às dez famílias, sendo cinco em cada comunidade, guiados por um roteiro com perguntas qualitativas. O questionário foi dividido em três blocos abordando os seguintes aspectos: características do núcleo familiar da propriedade; continuidade das atividades agrícolas e transmissão patrimonial. A validação do questionário foi realizada pela aplicação do mesmo a três proprietários rurais não participantes da pesquisa para fins de ajuste.

A coleta de dados nas comunidades Capoeirinha e Dois Paus foi realizada em cerca de quatro semanas, durante o mês de abril de 2016. Cabe ressaltar que a aplicação dos questionários se deu em período muito próximo à colheita do café, na qual é primordial toda a preparação para a colheita.

Os questionários foram aplicados, em sua maioria, com o casal e embora as respostas tenham sido dadas pelo homem, considerado “chefe de família”, a esposa sempre que achava necessário intervia em alguma resposta do marido. Convém observar que o marido sempre achava necessário consultar a esposa, principalmente em questões familiares. Mas, além disso, as esposas mostraram conhecer toda a rotina da propriedade rural. Em muitas famílias as esposas não paravam com os afazeres domésticos, ao mesmo tempo que davam toda atenção à pesquisa e intervinham na resposta quando achavam necessário. As respostas dos questionários aplicados foram gravadas com a autorização e consentimento de ambos.

Todas as observações quanto à participação das mulheres nas conversas, bem como outras que surgiram no momento da pesquisa de campo, foram registradas no diário de campo. Este também serviu para se completar as informações sobre os sistemas produtivos nos momentos de caminhadas transversais pelas propriedades, nos quais também foram realizados registros fotográficos. Para complementar as informações foram entrevistados agentes externos como o técnico da EMATER, um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e o pároco.

Discussão e resultados: apresentando o perfil e as diferenças entre as famílias

Para iniciar esta seção, apresentamos no Quadro 1, a seguir, algumas semelhanças e diferenças das famílias quanto às principais questões que norteiam a presente investigação.

A análise destes dados aponta que a trajetória de trabalho das famílias investigadas é majoritariamente rural e suas propriedades foram adquiridas

Quadro1- Similaridades e diferenças das famílias das comunidades Capoeirinha e Dois Paus.

<i>Família</i>	<i>Origem</i>	<i>Trajatória ocupacional</i>	<i>Forma de aquisição da terra</i>	<i>Número de pessoas residentes</i>	<i>Número de filhos homens/mulheres</i>
1	Capoeirinha	Trabalhador rural	Parte por herança Parte por aquisição	4 pessoas	1/1
2	Capoeirinha	Trabalhador rural	Parte por herança Parte por aquisição	5 pessoas	1/2
3	Capoeirinha	Trabalhador urbano	Posse	4 pessoas	2/0
4	Capoeirinha	Trabalhador rural	Posse	6 pessoas	2/2
5	Capoeirinha	Trabalhador rural	Herança	4 pessoas	2/0
1	Dois Paus	Trabalhador rural	Posse	4 pessoas	1/1
2	Dois Paus	Trabalhador rural	Posse	4 pessoas	1/1
3	Dois Paus	Trabalhador rural	Posse	6 pessoas	2/2
4	Dois Paus	Trabalhador rural	Posse	6 pessoas	0/4
5	Dois Paus	Trabalhador rural	Parte por herança Parte por aquisição	4 pessoas	0/2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

por meio da posse. Em três casos, as aquisições das terras foram em parte por meio de herança e em parte por meio de compra e, em apenas um caso, a propriedade toda foi herdada. Embora existam essas características comuns à maioria das famílias, existem especificidades em termos da ocupação dos

pais, filhos e filhas e quanto aos sistemas produtivos nas propriedades, sendo que esses foram aspectos compreendidos como fundamentais para se analisar as perspectivas de sucessão familiar e serão abordados no presente artigo.

Cabe destacar, dentre as famílias investigadas, algumas situações específicas quanto às possibilidades de sucessão. Cada um dos exemplos a seguir, mostra uma posição possível para as perspectivas de permanência dos filhos na propriedade ou mesmo para permanecer perto da família, bem como indica a chance de filhos que não possuem interesse na propriedade familiar e na continuidade na atividade agropecuária.

Com relação a essas diferenças entre as famílias, em duas delas, os homens são irmãos, e os herdeiros mais velhos já trabalham efetivamente no sistema produtivo, principalmente no café. Em ambas houve estímulo para se trabalhar com os pais e, desde cedo, os filhos descobriram a vocação para o manejo com a terra. Outra família também se destacou na lavoura de café, conseguindo implementar o seu sistema produtivo e até investir em uma torrefação de café. A partir desses três casos ficou claro que as famílias que possuem sistemas produtivos, baseados no café, possuem melhor estruturação e continuidade, já que é uma região típica de cafeicultores de várias gerações. O fato destas três famílias se destacarem na produção cafeeira e no envolvimento dos filhos no trabalho nas propriedades levanta a hipótese de que são famílias com maior potencial para a continuidade na terra e sucessão.

Em outra família, o casal nasceu na zona rural e a vida inteira trabalhou para outros proprietários. Fez suas economias, comprou sua gleba de terra e hoje cria seus filhos demonstrando os valores e as dificuldades para se chegar a ser proprietária. Atualmente, a família se sustenta da apicultura e produção de leite, utiliza a amizade com outros proprietários para a instalação das caixas de abelhas perto de áreas de proteção ambiental de outras propriedades. Neste caso, sistemas produtivos com foco em outros produtos, que não o café, podem significar uma maior fragilidade quanto à permanência na terra e até certa dependência do apoio comunitário.

A dimensão produtiva foi considerada de extrema relevância para as possibilidades de sucessão e permanência na terra. Sendo assim, segundo a entrevista com os representantes da EMATER/MG, há um importante trabalho realizado junto aos produtores quanto à assistência técnica, que interfere na possibilidade de se praticar uma agricultura mais diversificada e assim aumentar os rendimentos das famílias, favorecendo a permanência na

atividade. Observamos que se realizam programas que têm esse propósito, como o Minas sem Fome, no qual são distribuídas sementes das mais variáveis hortaliças e cereais, promovendo a diversificação agrícola e a segurança alimentar. A feira do produtor também oferece boa oportunidade para o escoamento da produção diversificada. Por outro lado, a associação rural e as reuniões comunitárias fortalecem bastante as relações entre os pequenos agricultores e as formas de organização e comercialização da produção.

É importante frisar o caso de outra família que largou toda uma vida em uma grande cidade (São Paulo), buscando qualidade de vida no campo. Deixaram a vida na capital, compraram um lote de terras, investiram em piscicultura. Após o estabelecimento em definitivo, a mulher conseguiu passar em concurso público e hoje possui um salário que compõe o sustento familiar com a sua renda externa.

Cabe salientar que em uma propriedade corre-se sérios riscos de não haver sucessão devido ao desinteresse dos herdeiros. Segundo os pais, tentou-se diversas táticas para despertar o interesse, e os filhos já adolescentes não corresponderam. O casal estimulou os filhos a tomarem conta de alguns pés de café em troca de receberem tudo o que os pés de café produziam, só que não obteve o êxito desejado. Isso fez com que o proprietário arrendasse parte das terras, já que é aposentado por invalidez e a esposa é funcionária pública, havendo uma renda externa para o sustento. A incerteza de futuro na terra para os filhos se dá por não apresentarem a identidade com a propriedade rural e isso faz com que o risco do seu desaparecimento seja cada vez maior.

Com este breve quadro sobre o perfil de algumas famílias se pretendeu demonstrar que existem diferenças substanciais entre elas não apenas quanto às possibilidades de sucessão, mas também quanto ao histórico de permanência da família naquele território, quanto aos sistemas produtivos, quanto ao interesse dos sucessores em se apropriar ou não do comando da propriedade. São diferenças que apontam para a complexa relação da hereditariedade em cada uma das famílias, acompanhadas por aspectos que lhes fogem ao controle como o mercado de produtos agropecuários e as dinâmicas territoriais, não abordadas no âmbito deste artigo.

No entanto, é possível apontar que dentre as famílias da amostragem, aquelas que produzem café possuem uma situação mais favorável em função da tradição desse sistema produtivo na região e da melhor estruturação da propriedade. Mesmo assim, das quatro famílias que lidam com café, em uma delas, os herdeiros demonstraram desinteresse em permanecer na atividade,

o que nos leva sempre a priorizar na análise da sucessão o viés da diferença e das especificidades de cada família.

Sucessão nas comunidades rurais: uma questão invisível?

Observamos que o tema da sucessão rural passou longe das porteiras das comunidades estudadas. O assunto nem sempre é tratado com seriedade necessária entre as lideranças rurais, associações de produtores e Secretaria de Agricultura, talvez por se tratar de um aspecto muito particular na esfera das decisões das famílias e carecer de um refinamento metodológico para mensuração. Alguns órgãos oficiais como EMATER tentam realizar estudos sobre essas consequências, que a médio e longo prazo poderão trazer desafios para a produção de alimentos na agricultura familiar (MINAS GERAIS, 2004; EMATER, 2016).

O assunto precisa ser introduzido de forma mais abrangente e concisa, buscando alternativas contra as incertezas que circundam a sucessão familiar. Diferentemente dos setores secundários e terciários, nos quais há uma preocupação na passagem de bastão entre uma geração e outra para o comando dos negócios familiares, esta situação é quase sempre inexistente no setor rural.

O proprietário rural também não é o único responsável por essa situação, já que o mesmo nunca recebeu qualquer tipo de instrução, incentivo e capacitação sobre o tema, deixando-o com “os pés e mãos amarradas” para se tratar do assunto. É de fundamental importância capacitar o pequeno produtor de maneira adequada dentro da sua linguagem, estimulando uma proposição diária sobre sucessão e assim ser discutida com a família. Caso contrário, será sempre uma discussão fundamentada na intuição e na emoção dos proprietários.

Resgatar o assunto sobre a sucessão demonstra que somente há preocupação depois da morte do produtor. A resistência apresentada dos produtores com a questão da morte demonstra ser quase um “azar” o tratamento do assunto de forma natural. Os sucessores não gostam de se expressar e visivelmente não houve qualquer preocupação ou preparação para quando este evento natural acontecer. O tema mexe bastante com as emoções da família, porém este assunto tem que ser tratado de uma forma o mais profissional possível, como uma forma de planejamento da continuidade da família e da propriedade.

Para os que defendem a continuidade, o ideal é que os filhos estejam engajados no trabalho na propriedade e na produção de alimentos que a agricultura familiar oferece. O processo sucessório precisa ser administrado com cautela, preparação adequada e introduzido no dia a dia das famílias, para que a transferência ocorra sem qualquer sequela ao meio produtivo e ao desmembramento da propriedade.

Notamos até um discurso alinhado entre todas as famílias desta comunidade com relação à recomendação aos sucessores de não realização da venda da propriedade, incentivando a ficar na terra. Os pais definitivamente não querem a venda da propriedade.

Porém, o jovem precisa estar a par que tem uma propriedade nas mãos, precisa, como ninguém, colocá-la para funcionar. Os cursos de capacitação, novos conhecimentos e métodos produtivos são fundamentais para a manutenção da propriedade. Buscar a sensibilidade dos pequenos produtores rurais sobre a sucessão é o maior desafio até então encontrado.

Tais aspectos podem ser facilmente observados em algumas falas dos atores desta pesquisa: 1) “Espero que continuem na atividade, mas nunca se sabe”. 2) “Vou continuar aqui até ter saúde! Não pretendo voltar para a cidade de jeito nenhum!” 3) “Pretendo ficar aqui até o fim, até morrer! Não quero voltar para São Paulo mais não, embora financeiramente muitas vezes tenho vontade. Você viaja para lá e fica doidinho para voltar [para o meio rural]!” Estes depoimentos demonstram a dúvida colocada quanto às decisões para a sucessão, sendo notada nas falas a falta de planejamento.

Nos próximos depoimentos, podemos notar que mesmo que não haja planejamento quanto à sucessão, uma estratégia utilizada para a continuidade da propriedade é segurar os filhos até o leito de morte. Este é mais um exemplo de que a sucessão é diretamente ligada à morte do proprietário: 1) “Os filhos querem permanecer comigo até a velhice”. 2) “Muito difícil! Os meninos não gostam de roça! Eu já estou perrengue”!

Um dos nossos questionamentos foi em relação à alguma propriedade em que a sucessão já tenha acontecido, para se investigar como se deu a sucessão de fato. Na comunidade da Capoeirinha pode-se relatar um caso de uma família que se encontra no processo sucessório. Somente o filho mais velho participou da entrevista, uma vez que sua irmã manifestou estar de acordo com a opinião do irmão e confirmando uma tendência à transmissão do comando ao primogênito masculino.

Indagado sobre o processo de transição, o mesmo salientou que não ocorreu

ainda, porém a responsabilidade de tomar conta da propriedade já se encontra em suas mãos. Relatou ainda que os laços familiares se fortalecem com uma boa convivência desde a infância entre todos os membros familiares. O sucessor sempre foi estimulado pelos pais a aprender todas as rotinas do campo e, através daquele aprendizado, foi condicionado a ter gosto pela atividade desenvolvida, enquanto a irmã foi estimulada a se dedicar aos estudos até sua formação profissional como farmacêutica – profissão que exerce fora da propriedade. Segundo o relato, os atritos familiares são resolvidos com um planejamento onde há consenso de todos os membros familiares, cada um expondo a sua opinião a um virtual ou real problema a ser transposto.

O trabalho na propriedade tem assiduidade somente do pai, mãe e filho (sucessor), sendo que a filha ocasionalmente ajuda. Os pais ainda têm a palavra final, porém a mão de obra mais pesada é responsabilidade do filho com contribuições do pai, visando o aprendizado e manutenção da propriedade. Os resultados com a produtividade da propriedade são cobrados diretamente ao sucessor e apresentados de forma transparente para o aval financeiro do pai que confecciona os cheques para quitar as dívidas; os questionamentos necessários e as cobranças pela excelência administrativa da propriedade são inevitáveis. Somente em extrema necessidade de mão de obra que a irmã participa do trabalho como o plantio de feijão, colheita do café dentre outras atividades, uma vez que ela trabalha fora.

O sucessor não tem planos de abandonar a propriedade, pois adora as rotinas do campo e já sabe que essa atividade garante a sua sobrevivência. A irmã possui outros planos, mas por enquanto não abre mão de morar na propriedade, trabalhar na cidade e auxiliar, dentro das possibilidades, na manutenção da propriedade e cuidado dos pais idosos.

Pelo menos até o momento, e a partir do que foi relatado, a relação entre o irmão e a irmã tem se mantido fraterna e cordial em qualquer eventualidade. Para o sucessor não há nenhuma facilidade quanto à sucessão. Sempre há troca da mão de obra do pai para com o filho e a aprendizagem ocorre de forma gradativa e natural. Importante enfatizar que a morte é sempre um assunto delicado e difícil para estabelecer um diálogo. Apesar de ser uma realidade próxima e natural, quando a pauta do assunto é colocada logo é contornada, sendo tocada de forma rápida e ligeira, dando uma sensação de que se falar da morte é algo que não traz sorte, crença que parece influenciar as representações dos agricultores sobre a sucessão.

É muito difícil fazer uma projeção futura sobre a destinação da

propriedade na falta dos pais, mas o bom relacionamento entre os sucessores que vem desde o berço faz com que os pais acreditem que a propriedade não vai se dividir.

A ocupação dos filhos e filhas como um desenho da sucessão

A ocupação dos sucessores mostra que a grande maioria de ambos os gêneros, nas famílias participantes do estudo na comunidade Capoeirinha, ainda se situa como dependente dos pais, pois foi observado que seis sucessores e quatro sucessoras são dependentes – o que pode se observar pela média de idade dos sucessores. Por outro lado, um sucessor é produtor rural e outro é operador de máquina de bordar, enquanto que uma sucessora é farmacêutica, conforme se segue:

- Sucessores masculinos: produtor rural (1), operador de máquinas (1), dependentes dos pais (6), sendo que dois deles têm entre 1 e 9 anos, três entre 10 e 19 anos e três com idade entre 20 e 29 anos.
- Sucessoras femininas: farmacêutica (1), dependentes dos pais (4), sendo que quatro delas possuem entre 10 e 19 e uma entre 20 e 29 anos.

Em relação à ocupação dos sucessores nas famílias participantes do estudo da comunidade Dois Paus, apenas uma sucessora é dependente, o restante, tanto masculino como feminino, possuem ocupação diversificada, como pode ser observado a seguir:

- Sucessores masculinos: produtor rural (3) e comerciante (1), sendo três deles acima dos 30 anos e um entre 10 e 19 anos.
- Sucessores femininos: comerciante (3), autônomo (1), administrador de empresa (1), manicure (1), professor (1), empregada doméstica (1), do lar (1), sendo uma delas com idade entre 10 e 19 anos, cinco entre 20 e 29 anos e quatro delas acima de 30 anos.

O fato de os interlocutores da pesquisa não mencionarem nenhuma vez que há produtoras rurais entre os sucessores demonstra um desenho de sucessão, que aponta tendência ao gênero masculino como sucessor na propriedade rural, só que isso nunca é declarado de maneira espontânea pelos

casais, possivelmente para se evitar algum conflito entre os herdeiros. Nem a sucessora classificada como “do lar” foi considerada enquanto produtora rural.

Neste sentido, é interessante notar também que, no caso da família já mencionada, a sucessora feminina que possui curso superior em Farmácia, ainda mora com os pais e conhece e colabora com toda a rotina da propriedade, tem uma ligação muito estreita com os pais. Quando foram iniciadas as perguntas sobre sucessão, inevitavelmente a conversa acabou girando em torno do processo perecível da vida, causando grande desconforto da filha e muitas brincadeiras, quando se tratou da morte pelo casal, como, por exemplo: “Filha o que vai fazer quando eu e sua mãe batermos as botas?” A filha até se retirou momentaneamente da sala onde a pesquisa era realizada e deu a perceber seu tom bem sério, dirigido aos pais: “Vocês podem parar com essa brincadeira! Não gosto nem de pensar quando isso acontecer!”.

Considerações finais

O trabalho visou conhecer se há preocupação com a continuidade sucessória no campo considerando que os últimos levantamentos do Censo apontam diminuição significativa da população rural deslocando-se para as cidades.

No que tange à pesquisa, procurou-se aplicar questionário a 10 proprietários das comunidades rurais da Capoeirinha e de Dois Paus, no município de Campos Gerais/MG, priorizando, na medida do possível, que o questionário fosse respondido pelo casal.

Verificamos que ambas as comunidades rurais não apresentam nenhum tipo de planejamento sucessório, mas existe um reconhecimento sobre a importância do assunto. Quando o assunto vai para o planejamento sucessório é inevitável que a conversa entre no campo da morte, gerando grande desconforto com o assunto.

Porém, são muitos os fatores que se relacionam na sucessão e na continuidade familiar na terra. Para Cândido (1979 p.17):

(...) conhecer os meios de vida num agrupamento de caipiras: quais são, como se obtém, de que maneira se ligam à vida social, como se refletem as formas de organização e as de ajustes ao meio [...] aquelas recorrem à descrição, atém-se aos detalhes e às pessoas, a fim de integrá-los numa visão que abranja, em princípio, todos os aspectos da cultura.

Em função disso, embora as discussões sobre o planejamento familiar

para a sucessão não ocorram, enquanto eventos determinados, podemos auferir que, na prática, as situações são historicamente desenhadas e foram observadas nesta pesquisa por meio da ocupação dos possíveis sucessores.

As suposições no planejamento sucessório são perigosas, pois existem constantes interferências em diferentes momentos, nos quais a garantia e a manutenção da propriedade remetem a uma incógnita, que poderá ser alterada com o passar dos anos. Um exemplo disso são as estratégias matrimoniais das famílias a partir da existência de filhos e/ou filhas, possivelmente sucessores. Este trabalho demonstrou que a permanência dos filhos homens na propriedade é uma tendência no caso da Comunidade da Capoeirinha, diferente do que ocorre com a Comunidade de Dois Paus, que apresenta um número maior de mulheres como sucessoras e a permanência na propriedade possivelmente depende de seu cônjuge, já que suas ocupações não são vinculadas à produção rural.

É preciso acentuar que nas duas comunidades houve muitas mudanças, no dia a dia, devido à grande expansão econômica e introdução de novas racionalidades da agricultura moderna, mas também da permanência de muitas formas de convívio em comunidade, tais como trabalho em mutirão e as missas comunitárias. Todas as famílias investigadas contaram que “as condições de vida hoje são bem mais fáceis do que as de antigamente”. Em uma família, o marido chegou a falar que “o maquinário disponível hoje em dia deixa bem mais fácil o trabalho do que antigamente, quando tinham que pegar no cabo da lacreia” referindo-se à enxada.

Em relação aos planos sucessórios para a continuidade na atividade constatou-se, por unanimidade, a preocupação dos agricultores para a continuidade da atividade pelos filhos. Entretanto, este assunto é tratado como tabu pelos membros das famílias dado o grande receio em discutir este tema que envolve tanto a morte individual de um ente querido como também coloca em questão a própria reprodução social e cultural do grupo familiar.

Por meio do exame da ocupação dos possíveis sucessores, há uma tendência à sucessão das propriedades e à passagem de sua gestão para os filhos homens, enquanto as mulheres possuem outras ocupações fora da propriedade. Porém, cabe ressaltar as famílias com filhos e filhas, cujos casais não manifestaram preferência por um dos gêneros para a continuidade na propriedade. Simplesmente o único pedido que fizeram aos filhos é que não vendessem de forma nenhuma a propriedade devido ao grande valor emocional.

Em um núcleo familiar composto por dois filhos aconteceu uma curiosidade: nenhum dos dois filhos apresentou interesse na continuidade na propriedade. Diante dessa situação, o pai teve que responder ao questionário sussurrando, pois “os filhos não podem ficar sabendo, não gostam que eu fale com os outros sobre isso”. Em outra família, até o momento, os sucessores mostraram-se desinteressados, fato que obrigou o pai a arrendar a maioria das terras, mesmo alertando os filhos que aquele pedaço de chão tem um valor inestimável para ele. Ao que tudo indica, a sucessão irá ocorrer, mas a distribuição das terras em forma de testamento é praticamente um assunto que não se fala em vida.

Diante dessas considerações, mesmo que a composição de idade e nível educacional dos sucessores sejam bastante diversificados, alguns já até assumiram o controle de algumas atividades produtivas e até então não houve disputas entre os sucessores e nem mesmo a preferência de algum dos filhos para continuarem na atividade. A única preocupação evidente dos pais é com relação ao possível casamento dos sucessores já que, segundo eles, podem ser intensamente influenciados pelos seus cônjuges.

A sucessão pode ocorrer pelo convívio geracional, onde os valores passados pelos pais durante a “criação” determinam a vontade que cada sucessor apresenta para a manutenção da pequena propriedade. Embora aconteça enquanto um processo, há que se examinar as estratégias matrimoniais e produtivas das famílias, além da ocupação dos filhos e filhas. Resta conhecer o que ocorrerá depois do casamento dos sucessores, como os cônjuges irão agir a respeito da herança após a morte dos pais. Será que todos esses valores passados durante a criação serão levados em conta? Será que as condições para a produção agropecuária se manterão favoráveis ao incremento da renda familiar, assim como as outras fontes de renda? Tais indagações podem ser válidas para a continuidade de pesquisas que possam investigar a sucessão familiar enquanto um processo e se há um planejamento prévio para a sucessão por parte de outras famílias das pequenas propriedades rurais.

Referências

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Estudos Rurais. São Paulo/ Campinas: Editoria Hucitec/Anpocs, 1992.

ALVES, E. Migração Rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias. In: **Embrapa informação tecnológica**. Brasília, DF, 2006, p.7-176.

BOURDIEU, P. **El Baile de los Solteros**. La crisis de la sociedad campesina em el Bearne. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple sucession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration? **Journal of Rural Studies**, Londres, v.21, p.335-347, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARNEIRO, M.J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. **Revista Estudos Feministas** [online], vol.9, n.1, pp. 22-55, 2001.

COSTA, C. da. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.20, n.3, p.22-51, set./dez., 2013.

DUVAL, H. C. **Bens Materiais e Simbólicos: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. Campinas 2015.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business** - Wallingford, Cab International, 1993, 290 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível

em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=311160>. Acesso em: 30 ago. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 30 ago. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 26 set. 2015.

IMA- Instituto Mineiro de Agropecuária. Disponível em: <<http://www.ima.mg.gov.br/certificacao/cafe>>. Acesso em: 03 out. 2015.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. Novos dados sobre a produção familiar no campo. XXVII Congresso da SOBER, 1989, Piracicaba/SP. In: **Anais...**, 1989.

LESSA, C. M. **Riscos na sucessão em empresas familiares**. Disponível em: <http://www.jps.com.br/artigos/familiar_port.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

LODI, J.B. **A empresa familiar**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

LONGENECKER, J, G; MOORE, C.W; PETTY, J.W. **Administração de pequenas empresas**. Trad. Maria Lúcia G. L. Rosa e Sidney Stancatti. São Paulo: Makron, 1997.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cr%C3%A9dito-para-agricultura-familiar-possibilita-perman%C3%Aancia-de-jovem-no-campo> Acesso em: 04 out. 2015.

MINAS GERAIS, SECRETARIA DE AGRICULTURA. **Programa Sistema de Realidade Municipal**. Emater/MG, 2004.

SPANEVERELLO, R.M. 2008. **A Situação das Filhas na Transmissão do Patrimônio da Agricultura Familiar**. Proceedings Fazendo Gênero 8, Florianópolis, 25-28 August, 1-7.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

AQUISIÇÃO DE CAPITAL CULTURAL NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA NO SUL DA BAHIA: DA MILITÂNCIA DOS PAIS AO ACESSO À UNIVERSIDADE

Jheyds Lemos Farias¹
Elis Cristina Fiamengue²
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker³

Resumo: Este artigo é resultado de um trabalho apresentado ao final da disciplina Educação e Sociedade, ministrada pela professora Elis Fiamengue no curso de História na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus/Bahia. No decorrer da disciplina foram discutidos diferentes autores, entre os quais Paulo Freire e Pierre Bourdieu e, ao final, os alunos foram instigados a fazer um exercício de memória, recordando sua trajetória, refletindo sobre a mesma e relacionando-a aos processos de aquisição de capital cultural. A partir da construção de um memorial sobre a trajetória de luta pela terra dos pais, o aluno Jheyds Lemos Farias elaborou uma reflexão acerca das formas de aquisição do capital cultural nos processos políticos de demanda por terra para reforma agrária no sul e extremo sul da Bahia.

Palavras-chave: Memória; Capital Cultural; Luta Pela Terra

Abstract: This paper is the result of a work presented inside “Education and Society” course, taught by Professor Elis Fiamengue, as part of the History graduation course offered at Santa Cruz State University (“Universidade Estadual de Santa Cruz” - UESC), located at the city of Ilhéus, Bahia State. In the program of this course, several authors were discussed, such as Paulo Freire and Pierre Bourdieu, and in the end of the course the students were motivated to do a memory exercise, remembering their lives, thinking about it and relating it to capital cultural acquisition processes. Starting with the construction of a text remembering the course of the struggle for land made by his parents, the student Jheyds Lemos Farias made a thinking about the ways of cultural capital acquisition on the political processes of land demand, seeking land reform at the south and south ends of Bahia state.

Keywords: Memory; Fight For Land; Cultural Capital

Introdução

As Ciências Sociais, na contemporaneidade, têm tomado cuidados para satisfazer as exigências de um momento histórico no qual, cada vez mais, os sujeitos oprimidos querem fazer valer sua própria voz. Como bem lembra Thompson (1998) no seu livro *A Voz do Passado*, não se trata só de dar voz aos sujeitos, já que de certa forma a voz já lhes foi dada. Trata-se, agora, de dar ouvidos aos participantes de pesquisas em áreas humanas, para que eles recordem, interpretem e expliquem suas trajetórias. É o que faremos com um aluno da graduação em História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Jheyds Lemos Farias, cujo depoimento rico de interpretações, demonstra como uma atividade de luta pode dinamizar a aprendizagem pelos estímulos políticos que atuam sobre motivações.

Acreditamos que nosso aluno construiu um documento precioso para estudos de aprendizagem em futuro próximo ou distante, quando poderá ser feito pelo próprio autor do documento ou por pesquisadores interessados na complexidade da experiência pedagógica propiciada pela luta.

Importante lembrar que documentos aparentemente sem importância têm sido aproveitados pela História do cotidiano e mesmo pela “grande História” e, inclusive, tem despertado o interesse dos sociólogos, conforme destacam Whitaker, Fiamengue e Veloso (2010).

Ou seja, publicamos este depoimento como contribuição às diferentes áreas de pesquisa, já que além de dar voz e ouvido aos oprimidos do

¹Graduando em História na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, Bahia

²Doutora em Sociologia, Professora Adjunta do departamento de ciências da educação, Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus, Bahia

³Doutora em Sociologia, Professora no Programa de pós-graduação em Educação Escolar na FCL/UNESP/ARARAQUARA e no Programa de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente no NUPEDOR/UNIARA

sistema, temos o compromisso com a ciência e esta exige novas abordagens, interpretações e iluminações teóricas que possam tornar cada vez mais compreensíveis à vida social de modo geral e ao contexto do aprendizado na luta pela terra mais especificamente.

Apresentamos, então, um texto em primeira pessoa, no qual o autor elabora reflexões e discute as elaborações de Pierre Bourdieu acerca do acesso ao capital cultural.

Metodologia

No segundo semestre de 2015 ministrei a disciplina Educação e Sociedade no curso de História na UESC e como trabalho de avaliação final solicitei aos alunos que construíssem um memorial na expectativa de que pudessem contar suas histórias e elaborassem reflexões acerca dos inúmeros processos excludentes presentes no sistema escolar, mas que também pudessem identificar as resistências.

Desse modo, os alunos foram convidados a escrever relatos bastante minuciosos e a rememorar suas trajetórias de vida, identificando os momentos e as oportunidades nas quais puderam ter acesso ao capital cultural disponível.

Essa proposta de trabalho final de avaliação na disciplina Educação e Sociedade ancorava-se na perspectiva de uma auto-etnografia que permitisse aos alunos refletirem sobre a trajetória que percorreram a caminho da Universidade.

O aluno Jheyds Lemos Farias elaborou sua reflexão a partir da trajetória de luta pela terra de seus pais. Seu memorial demonstra a efetividade da pedagogia da luta, tal como Paulo Freire nos mostra (FREIRE, 2005), bem como apresenta os processos e possibilidades de aquisição de capital cultural, o que permitiu o acesso ao ensino superior.

No ano de 2016 apresentamos este trabalho no VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais e reescrevemos o texto com a contribuição da professora Dulce Whitaker na perspectiva de deixar que os agentes sociais falem por si e que reflitam cientificamente acerca dos processos que insistem em excluí-los, mostrando como elaboram estratégias de resistência à essa exclusão.

O Memorial

Minha família sempre teve tradição rural, apesar disso, quando nasci em

setembro 1992, meus pais moravam num conjunto habitacional do BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH), chamado Urbis III, em Eunápolis. Os embriões (nome que era dado às habitações do conjunto) eram compostos somente por uma sala/cozinha e um quarto, ao lado de um pequeno terreno, onde os mais afortunados logo construíram, transformando tudo em moradia. Minha família não estava nessa categoria, e moramos ainda muitos anos no embrião antes de conseguir construir a tão sonhada casa (que não era ainda própria, pois permanecia a dívida no banco), e que anos depois foi construída num mutirão dos companheiros do movimento, e muito tempo depois (já nos anos 2000) finalmente quitada.

Com dois filhos (eu e Jaks, meu irmão um ano mais velho), a instabilidade econômica dos anos 90, e uma dívida no banco, meus pais trabalhavam arduamente para que nada nos faltasse. Minha mãe, Rozelene Lemos (ou só Roze, como ela prefere) estudou até concluir o ensino fundamental (fazendo curso técnico integrado ao ensino médio, posteriormente) é de Minas Gerais, e sua família veio para a Bahia quando ela ainda era adolescente, batalhando pela estabilidade em um estado de costumes diferentes, e numa região litorânea característica pelas invasões irregulares de terra e oportunismo. Quando nasci, ela trabalhava como caixa de uma empresa de supermercados regional (fruto de uma oligarquia política da região) num regime de trabalho cansativo e extremamente estressante, do qual cada centavo que faltasse em qualquer dos caixas era imediatamente reduzido do salário dos funcionários. Meu pai (Juenildo Oliveira, ou Zuza, como a vida o rebatizou com o tempo) estudou até a primeira série e depois de adulto cursou até a quarta série (posteriormente, estudando numa comissão certificadora, para conseguir documentação necessária para um curso técnico em agropecuária sustentável, integrado ao ensino médio, que concluiu recentemente), é o filho mais velho de uma família de mais de doze filhos, que sofreu com o êxodo rural quando o dono da fazenda, em que todos moravam de favor, vendeu a propriedade expulsando os funcionários. Graças ao sistema latifundiário, os proprietários dessas fazendas raramente as visitavam, pois não se interessavam por nada relacionado ao rural, exceto os lucros advindos do trabalho desempenhado por pouquíssimos funcionários, em muitos casos um ou mais grupos familiares. Da vida no campo desfrutavam somente em raras ocasiões, em geral de festividades, onde os trabalhadores se desdobram ao máximo para minimizar as queixas acerca do imóvel, que aos olhos do patrão sempre existiam, apesar dos cuidados. Graças a essa ausência, meus

avós, paralelamente ao trabalho da fazenda, adquiriram algumas reses de animais, que foram vendidos e serviram para comprar uma casa na periferia da cidade de Itabela, a 30 km de Eunápolis. Nessa época, todo trabalho era bem-vindo, e meu pai cuidava dos irmãos mais novos e também da lavagem da roupa, além de outros “bicos” que ajudavam nas despesas de casa. Ainda na adolescência iniciou-se como ajudante em oficinas mecânicas e quando nasci, era um dos pintores de automóveis conceituado na cidade.

Ambos eram católicos e faziam parte de um grupo de jovens da igreja, que desenvolvia algumas atividades filantrópicas, como arrecadação de alimentos, agasalhos, mutirões para limpeza de terrenos, construção e reforma de casas, entre outras. Nesse contexto, conheceram alguns outros militantes, que faziam parte do movimento sindical rural da região e os levaram a participar de reuniões com intuito de conhecer os ideais e práticas dos sindicalistas. Com muita coragem, em fins de 1993, resolveram se unir a um movimento novo, que acabava de chegar com representatividade e organização na região. O Movimento de Luta pela Terra (MLT) que surgiu no Sul da Bahia, com a crise da lavoura cacaueteira, devido a propagação de uma praga denominada popularmente “Vassoura-de-bruxa”, que se espalhou pelos cacauais da região reduzindo drasticamente a produção. Em decorrência disso, demissões em massa fizeram com que inúmeras pessoas migrassem para as periferias das cidades sul-baianas. O movimento sindical, aliado a alguns estudantes e outras forças não governamentais, resolveram se unir em defesa dessas pessoas, criando então um movimento unificado que visava, através de ocupações de terras improdutivas e/ou devolutas, forçar o estado brasileiro a realizar uma reforma agrária popular. O movimento rapidamente ganhou força, aumentando sua área de atuação para diversas regiões da Bahia, inclusive a região Extremo Sul, onde fica o município de Eunápolis.

Quando meu pai, com dois filhos menores de dois anos, resolveu abandonar a oficina mecânica onde trabalhava, causou espanto na maior parte dos colegas, pois pela convivência, todos sabiam dos ideais igualitários e de liberdade que meu pai cultivava, mas disseram que era loucura abandonar a segurança de profissional qualificado que ele tinha. Ele, por sua vez, alegou aos colegas que não havia segurança alguma em ser subordinado a um sistema semi-escravista, e que iria voltar ao campo para lutar por liberdade. Assim, no fim de 1993, o MLT se organizou para ocupar uma fazenda onde havia as instalações de uma usina para

processamento de cana-de-açúcar e milhares de hectares de improdutividade, pois há anos tudo estava abandonado. Assim, iniciou-se a “longa marcha do campesinato” rumo à ocupação da fazenda Embaúba, com centenas de famílias de trabalhadores rurais expulsos que viam o sonho de retornar ao campo, e também famílias de trabalhadores de setores mais urbanos que viam na reforma agrária alternativa para melhoria da região. Dentre estas, minha família.

Devido à experiência dialética que meus pais tinham graças, ao grupo de jovens, e, também às diversas reuniões da associação de moradores, sindicato, entre outras, logo assumiram posições de liderança no acampamento. Meu pai assumiu uma das coordenações e minha mãe a secretaria. Como ela já havia dado aula pelo município, como professora leiga, assumiu posteriormente as aulas. Com pouco tempo de acampamento, o movimento se preocupou com a construção de uma escola, onde aconteceriam as principais reuniões e a alfabetização dos companheiros. No entanto, no dia da ocupação da fazenda, os companheiros perceberam uma árvore que proporcionava uma grande sombra, e, pela falta de construção adequada, fizeram ali mesmo a primeira assembleia. Isso se tornou tradição nessa comunidade, à exceção dos dias de chuva, todas as assembleias eram feitas sob a sombra da árvore, de maneira que a escola ganhou cada vez mais arestas de ambiente de ensino, com inúmeras colagens nas rudimentares paredes de madeira, quadro de giz, e muita atividade. Além das aulas, os coordenadores do acampamento sempre promoviam palestras temáticas e formações políticas, como minicursos, oficinas, entre outras ações.

Nessa época, eu ainda era muito novo para participar de todas as atividades, mas ia regularmente à escola que possuía três turmas, uma inicial no turno matutino, da qual eu participava com outras crianças e tinha como objetivo alfabetização de crianças e adultos, uma à tarde, que servia para adolescentes que já estavam em idade escolar, mas que devido ao contexto socioeconômico da época não tinham condições de estudar nas escolas do município, para não ficarem completamente desassistidas estudavam e participavam das diversas atividades. E, ainda, uma turma noturna, que à luz do candeeiro e do “zê-gás” (nome popular conferido aos lampiões a gás), chegavam das lavouras cansados do trabalho diário e ainda encontravam disposição para ir estudar.

Vale ressaltar que o contexto histórico dos anos 1990, para movimentos de luta por reforma agrária na Bahia, não era nada tranquilo. Os governos

locais e estaduais representavam oligarquias que eram detentoras das terras pleiteadas, o que atrasava o processo legal de aquisição de terras por parte dos órgãos competentes do Estado, assim, reinava um clima de insegurança jurídica, pois inúmeros mandatos de reintegração de posse eram executados arbitrariamente e com uso excessivo de força e as manifestações fora do acampamento, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e outros órgãos responsáveis, eram recepcionados com a tropa de choque. Em suma, o governo do Estado da Bahia não tinha um diálogo aberto com os movimentos, todos os processos eram tensos, principalmente nos acampamentos, onde a “jagunçada” tinha a função de executar ordens dos fazendeiros grileiros e latifundiários. Políticas públicas básicas de subsistência como transporte escolar, visita médica, cestas básicas para os acampados, lonas pretas para construção de barracos, nada disso era assegurado pelo Estado que se regia por uma cartilha excludente e omissa, abrindo espaço para inúmeras violações de direito.

Apesar das divisões em turmas, de acordo com a dinâmica das atividades coletivas do acampamento, todos poderiam ir livremente à escola em qualquer dos turnos, muitas vezes iam tirar dúvidas gerais sobre inscrições em embalagens de remédio, rótulo de produtos, entre outras, e gradualmente notavam a necessidade de estudar para vencer as adversidades do dia-a-dia, de modo que mais da metade das famílias (cerca de 200 famílias) tinha pelo menos um membro participando ativamente da escola. Outro atrativo na escola era a diferença. Os acampados que já haviam estudado em instituições formais de ensino, sentiam-se estupefatos com a maneira como se dava a aula, os que nunca haviam estudado comentavam que se soubessem que a escola funcionava assim ingressariam antes. Desde a arrumação da sala em círculo, do diálogo com linguagem simples, as atividades elaboradas com palavras e símbolos locais e regionais e outras metodologias simples e diversificadas faziam com que todo o cansaço físico fosse esquecido. A escola era tida como um momento de lazer, permitindo que o aprendizado fosse agradável e fortalecendo os laços de amizade e militância dentro da comunidade, pois era também um espaço de compartilhamento de experiências e saberes.

Como minha mãe era professora dessa inovadora escola, eu estava sempre que podia com ela, acompanhando de perto as atividades das outras turmas, e participando da turma matutina de alfabetização, juntamente com meu irmão e as demais crianças. Apesar de novos, as abordagens temáticas já existiam na classe. Havia temas corriqueiros para discussão, como comportamento,

respeito aos mais velhos, a história do movimento, o contexto histórico, político e até jurídico da área pleiteada para assentamento, entre outros. Para os acampados estudantes, mesmo alguns adolescentes que já frequentaram escolas formais, tudo era muito novo e cativante, diferente das escolas da cidade, onde os membros da zona rural são constantemente excluídos ou maltratados por sua condição de cidadãos do campo.

Porém, enquanto os acampados se organizavam para resistir através da educação diferenciada, os proprietários agiam no sentido de desestruturar a comunidade, com pistoleiros e a conivência de agentes do Estado, como policiais e oficiais de justiça. Houve nesse acampamento, cerca de treze despejos por mandato de reintegração de posse, quando se mudava todo o quadro da vida dos acampados, que “despejados”, voltavam para as beiras de estradas e rodovias. Uma situação deveras complexa, pois se dentro das áreas pleiteadas para assentamento a vida era difícil, na beira das estradas era muito pior e mais perigosa, com o trânsito de veículos pesados, o risco de atropelamentos era iminente. Também aumentavam os casos de problemas de saúde relacionados à respiração, devido à poeira, e o pior, sem condições mínimas de subsistência, muitos companheiros que almejavam a independência dos modelos financeiros da cidade, acabavam tendo que voltar do campo para a cidade em busca de trabalhos assalariados, onde recebiam diárias para desenvolver trabalhos extenuantes e nunca bem remuneradas.

Não havia nessas condições estruturação básica para a escola continuar funcionando, então nos períodos de despejo, a maior parte dos acampados ficava sem estudar, alguns outros tentavam matricular seus filhos nas escolas do município, o que fazia com que estes andassem cerca de oito quilômetros até o ponto de ônibus mais próximo para ir e a mesma distância para voltar ao acampamento, nas margens da estrada. E, alguns poucos, incentivados pelas lideranças da comunidade, mesmo na beira da estrada, continuavam seus processos de aprendizagem e discussão.

O processo de despejo, aos militantes do MLT, era uma via de mão dupla, por que ao mesmo tempo em que todo um trabalho construído devia ser desfeito ou deixado para traz (a estrutura básica do acampamento, as barracas de lona eram desmontadas e levadas para criar as novas “casas” na beira da estrada e muitas vezes as lavouras eram completamente destruídas pelos proprietários assim que se fazia cumprir a reintegração de posse). Por outro lado, as constantes negociações com o governo do Estado, as idas a Salvador para tentar adiantar o processo de aquisição das áreas para reforma agrária,

a organização da base, para que não houvesse dispersão dos acampados, tudo isso desempenhava uma função muito clara de inserir conhecimentos diversos, que em situação de tranquilidade nunca seriam inseridos. A tensão desse tipo de vida por si só, faz com que os companheiros sintetizem métodos de subsistência coletiva, aprendendo com os erros e acertos e aplicando os novos aprendizados nas próximas ocupações. Um exemplo dessa situação: coordenadores do movimento contataram o proprietário da fazenda vizinha à área pleiteada pelo MLT para assentamento, assim, a partir de algumas reintegrações de posse passamos simplesmente a transpor a cerca para a área ao lado, ao invés de andar mais de seis quilômetros “com a casa na cabeça” (expressão utilizada pelos acampados). A primeira vez que utilizamos essa estratégia, os policiais que vieram executar a reintegração de posse ficaram desconfiados, achando que assim que tivessem terminado seus trabalhos, iríamos voltar para a área, o que realmente acontecia, mas quando julgávamos apropriado (a invisível escola dos militantes, ensinou aos companheiros um subterfúgio legal, que permitia que voltássemos à área do despejo em geral 24 horas após o despejo). Além disso, o Estado tem seu preconceito linguístico, suas formas hierárquicas e até oligárquicas, onde os militantes, em constantes reuniões, absorvem os trejeitos, a maneira de falar dos representantes do Estado. Em suma, todo o processo de acampamento que (não necessariamente) culmina em assentamento, é parte fundamental de um processo de aprendizagem do qual os acampados, em geral pessoas de tradição rural, assimilam e traduzem as linguagens e costumes de um Estado que se mostra sempre urbano, desligado das questões agrárias. Nesse sentido, os homens e mulheres da luta, visando não serem lesados em seus direitos fundamentais, se adaptaram a dialogar com juízes, promotores, advogados e outras figuras públicas, apesar de que a maioria destes possui pouca ou nenhuma escolaridade.

Essas constantes intervenções externas da coordenação, denotavam a organização do acampamento e, direta ou indiretamente, faziam com que as lideranças da comunidade aparecessem no cenário político local, o que por sua vez era muito positivo para a luta, aumentava o prestígio político de o movimento atuar frente aos setores de interesse participando ativamente das decisões políticas municipais e regionais; mas, por outro lado, tinha o trágico fator de trazer ao conhecimento dos fazendeiros e latifundiários quem eram as pessoas que desempenhavam funções coordenativas, possibilitando a estes iniciar o processo de desestabilização das lideranças através de

ameaças e pistolagem, para assim facilitar a desestruturação de toda a comunidade. Como coordenadores de um movimento social que luta por reforma agrária, num país com histórico de “latifundismo agrícola-feudal” (CASTRO, 1984) meus pais foram vítimas de ameaças em inúmeros contextos de acampamentos durante toda a vida, e no acampamento Embaúba, especificamente; as ameaças eram agravadas por rondas que os pistoleiros faziam em volta do acampamento, ameaçando trabalhadores que voltavam de suas lavouras e mandando recados ameaçadores às lideranças locais. Em situações como essas, o MLT procura reduzir a participação de determinadas lideranças em áreas de contexto conflituoso, fazendo com que as mesmas atuem em ocupações de outras regiões, que ainda se encontrem em estado menos avançado no processo de acampamento, ainda em fase de organização, ou simplesmente reduzam a presença nas áreas de conflito, participando somente em situações específicas, como assembleias organizativas. Algumas vezes durante a vida, tivemos que nos afastar do acampamento e voltar temporariamente para a cidade, outras, em situações mais tensas, ficávamos algum tempo fora da cidade. E foi assim, que por volta de 1997 tivemos que (aparentemente) sair do acampamento e voltar para a Urbis 3, estudando na escola do bairro. Na área, informações sigilosas estavam sendo veiculadas para os fazendeiros, o que fez com que as lideranças concluíssem haver algum dos acampados, muito provavelmente motivado pelo dinheiro do latifúndio, levando essas informações. Decidiu-se então que seria mais seguro para nossa família atuar de fora para dentro, da comunidade.

Minha realidade acadêmica começou a mudar a partir daí, foi quando me vi inserido no modelo formal de ensino, onde todas as regras e normas já estavam pré-estabelecidas e não havia compartilhamento de experiências, somente a sala quadrada, com estudantes enfileirados e fadados a esconder suas habilidades que não fossem referentes ao interesse do professor. Tudo parecia muito diferente, e a adaptação não foi nada fácil. A escola formal da cidade, não debatia os temas corriqueiros que debatíamos no acampamento, tais como desigualdade, fome, capitalismo entre outros. Pelo contrário, percebemos que a educação que nos seria ministrada diferia em alguns aspectos do que estudávamos no acampamento, desde o formato da sala ao conteúdo aplicado, que com palavras e expressões alheias a nossa realidade cultural dificultava em muitos aspectos nossa compreensão sobre aquele novo ambiente escolar. No entanto, alfabetizados na escola diferenciada do

acampamento – baseada na metodologia de Paulo Freire, contextualizava a educação à realidade popular local, abordando os temas pelas mais variadas perspectivas interpretativas, fazendo com que pessoas de todas as idades pudessem livremente participar das aulas e discussões contribuindo com os mais diversos conhecimentos, tornando o aprendizado mais democrático e abrangente – quando chegamos à escola da cidade (matriculados na turma de alfabetização, pois era necessário certificado de alfabetização para estudar nas séries subsequentes) notamos a diferença de nosso modo de pensar, dos demais estudantes. Além de já conseguir ler e escrever, eu e meu irmão conseguimos fazer análises básicas que ainda não passavam pela cabeça das crianças daquelas turmas. Éramos vistos de maneira diferente pelos professores do bairro, que conheciam a trajetória de luta de meus pais e atribuíam também a isso o nosso êxito. Entraram em consenso de que poderíamos ser adiantados para a série seguinte (primeira série), pois nossos conhecimentos eram compatíveis com os conhecimentos desta turma, (alguns professores sugeriram que meu irmão, por ser mais velho, fosse adiantado para a segunda série, mas meus pais optaram por continuarmos estudando juntos). Houve casos de levarmos notificações (bilhetinhos) para nossos pais, por provocarmos discussões em sala de aula ao questionar fatos de livros didáticos. Certa feita fomos retirados da sala e mandados mais cedo para casa com uma dessas notificações, por dizer que Pedro Álvares Cabral não tinha descoberto o Brasil, tinha na verdade invadido o território de inúmeras nações indígenas, contrapondo o que estava escrito no livro didático. Apesar de reconhecer que possuíamos conhecimentos diferenciados, os professores não alteravam em nada seus métodos e práticas, perpetuando o modelo que considerávamos (com nossas mentes de criança, em conversas com nossos pais) incompleto, pensávamos que a escola do acampamento era mais completa, e acreditávamos que as escolas públicas estaduais teriam mais contextualização com as realidades locais. Assim, quando concluímos a primeira série na escola do bairro, nos matriculamos no Colégio Estadual Professor Fernando Alban, onde ingressamos na segunda série e passamos por uma reformulação do que considerávamos ser o processo de aprendizado. Fomos, gradativamente, nos adaptando à escola da cidade. Inúmeros motivos nos levaram a ficar afastados do campo durante muitos anos, o fato de nossos pais, como inúmeros moradores da zona rural, possuírem um hipervalorização da educação na forma da escola (que na maioria das vezes representava a escola urbana, pois nessa

época, as perspectivas da educação rural eram muito mais limitadas do que atualmente) fazerem um esforço considerável para nos manter na escola da cidade e ao mesmo tempo não perder a percepção da vida rural, do ambiente do acampamento, tanto que estudávamos na cidade e passávamos os fins de semana no acampamento. Além disso, o movimento se estruturou na cidade e também na região, o que aumentava a visibilidade de meus pais, enquanto lideranças, e, conseqüentemente, a preocupação dos mesmos com segurança.

Assim, estudamos todo o ensino fundamental no Colégio Estadual Prof. Fernando Alban, e quando chegamos à oitava série, decidimos juntamente com nossos pais que iríamos realizar o processo seletivo do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, posterior IFBA (CEFET) no qual fui aprovado e meu irmão reprovado, continuando o ensino médio no mesmo colégio. Ao ingressar no CEFET, notei mais fortemente a ideia da separação, das pessoas, das funções, dos conhecimentos. O sistema de ensino desses centros subdividia os alunos (no ato da inscrição para o processo seletivo) em duas modalidades: Ensino médio comum, ou ensino médio integrado a um curso técnico, informática ou edificação. Fui selecionado entre os dez primeiros para uma das turmas de informática. O CEFET ainda não havia aderido à política de cotas, de modo que a instituição ainda era completamente elitizada, agrupando os estudantes das principais escolas particulares da cidade e região e alguns (pouquíssimos) de escolas públicas, como era meu caso. Tive muita dificuldade de assimilação daquele ambiente, demasiadamente diverso do que eu era acostumado. Apesar de conseguir obter êxito em grande parte das disciplinas, houve muitas dificuldades de relacionamento com significativa parte dos alunos e também dos professores, que carregavam nos seus próprios discursos em sala de aula, preconceitos que me atingiam, quando pautavam negros, “sem-terras”, entre outros, o que me desmotivava de continuar. Diante de todos esses contratemplos, fui “jubilado”, termo que eles utilizavam para designar os estudantes que não conseguissem alcançar a meta e eram reprovados dois anos consecutivos na mesma série, tendo que abandonar a instituição ou refazer o processo seletivo. Nesse ínterim, meu irmão se formava no ensino médio pelo colégio estadual e ingressava em Educação Física, na UESC. No CEFET, apesar de ter sido expulso, tive muitos professores que me incentivaram a continuar estudando, e me mostraram que aquela era uma das portas que eu poderia abrir para entrar na universidade (que já era um objetivo meu há muito

tempo), mas não a única.

Assim, quando saí do CEFET, ingressei novamente no Colégio Est. Prof. Fernando Alban, concluindo, enfim, meu primeiro ano do ensino médio. No ano seguinte, motivado por interesses musicais e esportivos, fui estudar no Colégio Estadual Doutor Cleriston Andrade, onde cursei os dois anos que faltavam para conclusão do ensino médio. Grande parte de estudantes e professores conhecidos do CEFET, se surpreenderam quando anunciei os resultados de quatro aprovações para ensino superior: Letras e História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Geografia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e História (UESC), todas **públicas**. Estes tinham o pensamento limitado de que somente com a máxima formatação fornecida como educação pelo CEFET era possível alcançar o que eles consideravam o êxito, entrar na universidade. Optei por cursar história na UESC, por me identificar, desde o ensino fundamental, com os temas, e também por meu irmão já estar estabelecido no Salobrinho, Bairro onde está localizada a UESC, em Ilhéus, Bahia. Agora tento mais uma vez vencer as adversidades impostas por um modelo linear, que acredita na educação somente como objeto para alcançar objetivos, para então conseguir o tão sonhado certificado, que garantirá alegria a meus pais e, em tese, a redução dos preconceitos conferidos a mim pela condição de acampado rural em área de reforma agrária. Afinal, a escada para o “sucesso”, segundo esse modelo, é o êxito máximo acadêmico proporcionado pelos “canudos” certificadores. Por minha parte, acredito nas possibilidades de escrever sobre minha realidade, e posso ressaltar que em cada setor de formatação social, denominados escolas, pelas quais passei, havia professores conscientes da verdadeira ação libertadora da educação, das reais e ilimitadas possibilidades de conhecimento, que são mutuamente compartilhados entre todos, professores que me fazem ter certeza de estar trilhando o melhor caminho, tanto pessoalmente, como para ajudar as comunidades tradicionais formadoras de opinião, com capacidade de revelar ao mundo, pensadores com outros preceitos.

Considerações finais

O texto deste memorial demonstra como diversos fatores culminaram para meu êxito acadêmico, dentre estes, fatores relacionados aos graus de instrução de meus pais e também fatores culturais absorvidos de ambos.

Com realidades similares, ambos viam no sistema escolar um fator de mobilidade social, investindo na educação de fora da comunidade em que vivíamos. Para Bourdieu ocorre exatamente o contrário, pois o sistema escolar legitima desigualdades, atuando como um dos mais eficazes fatores de conservação social. A herança cultural aparece nesse sistema, como dom natural do indivíduo, quando tudo tende a demonstrar que o que de fato ocorre é uma superestimação do dom social.

Para Bourdieu, há educação na escola, sob a forma de capital cultural, com objetivo de preparar os estudantes para setores específicos da sociedade. Assim, as instituições formulam o que julgam apropriado para o processo de educação arbitrariamente, segundo interesses e definições de uma classe social dominante naquele contexto histórico. A isso, Bourdieu denomina “Arbitrário Cultural Dominante”. Pode-se perceber, a partir da leitura do memorial, que o histórico de militância social da família, possibilitou a realização de novas leituras de mundo, a partir das quais **análises** inerentes à condição de acampado rural almejando inserção no modelo educacional.

A tradição oral em casa, reuniões do movimento, o contexto histórico-social da militância nos anos 90, tudo isso teve função difusora (direta: livros, textos, músicas ou Indireta: linguagem, ideologia) de capital cultural, que muitas vezes teve mais qualidade (apesar de menor quantidade, em função do tempo) do que o oferecido no “sistema escolar”, que negligencia saberes, especificando e afunilando os modos de pensar, segundo interesses diversos de elites dominantes. Bourdieu propõe a democratização dos ambientes de ensino, para que assim se possam conectar com conhecimentos diversos.

Relatos de pessoas semianalfabetas que possuem qualidades linguísticas tão abrangentes a ponto de, com completo entendimento dos termos técnicos, conversar sobre temas complexos com juristas como advogados e até juízes, serve para comprovar o fato de que não somente o formato padrão de educação fornecido pelas escolas serve para educar, mas também toda sorte de experiências, dentro de suas possibilidades. Tudo é aprendido, desde que se possa contextualizar minimamente, o que parece ser impossível quando todos os métodos transmitidos lhe indicam um prisma específico para olhar, esquecendo outros fatores que por vezes são imensamente importantes para compreensão dos temas.

Foi evidenciado também no texto que as pessoas se adaptam para aprender, se formatam para adquirir conhecimentos que julgam necessários. Houve a valorização da educação do sistema escolar padrão, mas não

se perdeu de vista uma educação diferenciada, que tinha o intuito de transcorrer sobre temas considerados tão ou mais valiosos e abrangentes do que os do arbitrário cultural dominante. No entanto, percebe-se com Bourdieu, que para os interessados nesse tipo de trajetória acadêmica, é de suma importância a aquisição quantitativa e qualitativa desse tipo de conhecimento. Ele evidencia no texto os benefícios em se conhecer peças teatrais, músicas e livros, fatores culturais que facilitam a absorção da atmosfera de ensino diferente da de base, no caso acampamento em área pleiteada para assentamento de reforma agrária.

Diante de todo o exposto, pode-se concluir que para alcançar o nível cultural que hoje possuo, fui apresentado a diferentes tipos e dosagens de capital cultural. Do teórico citado pelos militantes que frequentavam minha casa, **aos livros** que me emprestaram os mesmos, das **músicas** que meus pais me apresentaram, dos filmes que vimos juntos e do **hábito** sempre incentivado em casa, de leitura de livros diversos, até as discussões e análises político-sociais feitas durante a mesa de café da manhã, somaram-se aos fatores apreendidos e traduzidos por mim, no sistema escolar. Posso afirmar seguro, que todos esses conhecimentos foram fundamentais para minha inserção na universidade, mas outros tantos conhecimentos (talvez mais indiretos) e que não cabem (por imposição do arbitrário cultural dominante) à educação acadêmica, tais como, o jogo de dominó, a luz do lampião no acampamento, as histórias de tradição oral transmitidas, os “causos da roça”, as piadas, e todo um leque infinito de conhecimentos que foram fundamentais e, sem os quais não poderia abranger as análises e conclusões, expandi-las.

Evidencia-se também no texto o fator cultural, além de ressaltar a importância de alguns professores que agiram como difusores de um capital cultural diferente do modelo empregado no sistema escolar padrão, e não só isso, mas também o espírito de valorização do estudo e da educação (como aprendizado geral), e persistência na adaptação ao regime escolar, que infelizmente nem todos os profissionais da educação conseguem transmitir. Valores que são, hoje posso ver, elementos chave para minha entrada na universidade, e que fazem com que eu perceba a necessidade de mais difusores desse tipo de pensamento, o pensamento que resgata e democratiza os conhecimentos dispersos pelos diversos atores históricos ao longo do tempo. Para que todos os futuros licenciados em História percebam a importância de difusão e democratização do capital cultural.

Referências

BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: As Desigualdades Frente à Escola e à Cultura. IN: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003, p.41 – 64.

CASTRO, J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10a Ed. Rio de Janeiro: Ed. Antares; 1984, 348p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2005, 213 p.

THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral**. 2. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C.; VELÔSO, T.M.G. **Ideologia e esquecimento: aspectos negados da memória social no Brasil**. Presidente Venceslau: Ed. Letras A Margem, 2010, 268p.

O POSICIONAMENTO DOS PARLAMENTARES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NA DÉCADA DE 1990: OMISSÕES, PROPOSTAS E VIOLÊNCIAS

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz¹
Priscila Carlos Brandão²

Resumo: O objetivo do texto é apresentar como os deputados federais do Partido dos Trabalhadores, que atuaram na temática da reforma agrária, na década de 1990 lutaram pela sua implantação a nível nacional. Para isso, a fonte principal são os discursos disponibilizados no site da Câmara dos Deputados. Na perspectiva metodológica, o discurso político é o instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas. Os discursos dos parlamentares petistas consolidaram suas carreiras políticas por meio da bandeira da reforma agrária: propondo projetos de lei, criticando as propostas e as ações dos governos federais para protelar, minimizar a importância do tema e diminuir a responsabilidade do Estado na questão de terras no país e participando de comissões de estudos para a consolidação do tema da reforma agrária como especificidades e singularidades como atores políticos do PT e como questão fundamental para os trabalhadores do campo no país.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Parlamentares; discurso político; Reforma agrária; Trabalhadores do campo.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com a dissertação *A identidade e a carreira parlamentar do Partido dos Trabalhadores nos discursos dos deputados federais e senadores (1983-2006)*. Docente do Estado de Minas Gerais. glaubereduardoribeirocruz@gmail.com

² Atualmente é líder do Diretório de Pesquisa do Cnpq “Inteligência Governamental”, coordenadora do Centro de Estudos de Inteligência Governamental da UFMG, em um trabalho interinstitucional, desenvolvido em parceria com vários profissionais da área de inteligência governamental e membro da Junta Diretora da Red Latinomediterranea de Inteligencia, com sede em Cádiz, Espanha

Abstract: The aim of the paper is to present to the deputies of the Workers Party, which worked on the theme of agrarian reform, in the 1990s fought for implementation of agrarian reform, the national level. For this, the main source is the speeches made available on the websites of the Chamber of Deputies. The methodological perspective, the political discourse is the privileged moment for political action, among the facts and events, and as a research subject requires the need to be mapped into regularities in series, in knowledge, in themes and concepts, to locate the construction of images of themselves and others, struggles discursive and political battles. The speeches of the PT parliamentarians consolidated their political careers through the banner of agrarian reform: proposing bills, criticizing the proposals and actions of the federal government to delay, minimize the importance of the issue and reduce the state's responsibility in the land question in the country and participating in committees of studies for the consolidation of the issue of land reform as specificities and singularities as political actors and the PT as a key issue for rural workers in the country.

Keywords: Workers Party; parliamentarians; Political speech; Agrarian reform; Rural workers.

Introdução

A questão agrária no Brasil na década de 1990 está diretamente relacionada aos direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988. Junto a luta pela terra, o salário mínimo e a previdência social podem ser incluídos nos direitos sociais defendidos pelo Partido dos Trabalhadores nos anos de 1990. Por meio da luta institucional, os deputados federais do Partido dos Trabalhadores defenderam uma perspectiva social, baseada principalmente na regulamentação das leis implantadas na Constituição Federal, e os deputados governistas lutaram incessantemente pela implantação do neoliberalismo no país, representado por meio das propostas de desregulamentação das leis direcionadas para a área social.

As fontes utilizadas no texto são: os discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) localizados no Diário do Congresso Nacional (1990-1995) e no Diário da Câmara dos Deputados (1995-1998) e encontrados no site oficial da Câmara dos Deputados. O uso dos discursos se justifica pela importância dos registros realizados e pelo próprio ineditismo, uma vez que nas diversas leituras realizadas envolvendo pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, não foi identificado nenhum autor/autora que

deles tenha se utilizado como objeto de análise.

Os poucos estudiosos que se dispuseram a examinar o partido sob a ótica dos seus parlamentares, tentando preencher lacunas sobre a atuação congressual e a relação entre a estrutura partidária e o mandato parlamentar foram de Ana Lúcia Aguiar Melo (1998), Paulo Roberto Figueira Leal (2005), e Sônia Ranincheski, e Nathália Cordeiro (2008).

As fontes partidárias também serão importantes como referência bibliográfica e instrumento ideológico e político de unificação partidária. Porém, é necessário realizar considerações sobre seus alcances e limites:

Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que os envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 18).

Neste ponto, consideramos que a atividade partidária desenvolvida nas instituições políticas foi praticada no plenário do Congresso Nacional, pois se trata do *locus* privilegiado de divulgação, definição e construção da concepção de política e da sociedade de cada partido político. A atividade parlamentar e o discurso são elementos necessários para a conquista de apoio e para o desenvolvimento de paixão política.

A proposta metodológica: uma reflexão sobre a análise de discurso

Na perspectiva metodológica, a análise de discurso foi o método escolhido para o exame das fontes utilizadas. A análise do discurso e do pensamento político é importante para identificar as ações e os fatos que reagem ao passado, modificam o presente, e criam o futuro. Para se trabalhar com os discursos procura-se apresentá-los como atividade e continuidade de ação, por meio de performances, sendo um “campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos” (POCOCK, 2003, p. 64).

O discurso e o debate político como fontes da história são relevantes a partir da variedade das linguagens políticas, dos atores e dos contextos

históricos, lingüísticos e políticos. Os critérios constituintes da linguagem como fonte histórica são as construções, os acontecimentos e os valores sociais reconhecidos na performance discursiva, sendo o discurso político prático e animado por necessidades do presente: “a situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia” (POCOCK, 2003, p. 39).

O discurso utilizado no plenário da Câmara dos Deputados deve revelar a continuidade e a mudança, onde devemos reconhecer a consistência de paradigmas e uma multiplicidade de performances e de agentes que constroem a identidade e a carreira parlamentar por meio da experiência política. O discurso pode causar abalos e agitações, constituindo-se no instante privilegiado para a ação política, em meio aos fatos e aos acontecimentos, e “certamente devemos estudar as transformações no discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito” (POCOCK, 2003, p. 82).

Há necessidade de conceber os discursos e os pronunciamentos como fontes que se justificam por serem conceitos polissêmicos, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009).

Quando falar aqui de discursos, estarei me referindo a uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Estarei me referindo a uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através de sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão através de distintos meios de comunicação social: o jornal, a revista, o rádio, a televisão, o cinema, a internet, a fotografia etc. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 223-224).

Nesta perspectiva, a análise do discurso está no lugar social³: a própria

³ Encarar os discursos como monumentos é examiná-los, e “eles se tornam a matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos que deles falam, mas são constituídos por eles” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 235).

produção, a época, em quais circunstâncias políticas, econômicas e sociais, por quem, como e o que ele diz sobre o passado construindo sua historicidade por meio da análise externa e interna.

A análise externa requer o contexto, as condições históricas que permitiram sua emergência, datação e localização espacial, autoria e momento histórico, circunstâncias, pretexto, situação e objetivos. Por sua vez, a análise interna exige interrogar-se sobre a ordem do discurso e da formação discursiva, obedecendo regras gramaticais e estrutura da língua e modelos de gêneros narrativos. Albuquerque Júnior (2009) afirma que a utilização dos discursos como objeto de pesquisa requer a necessidade de serem mapeados em regularidades, em séries, em saberes, em temas e em conceitos, para localizar a construção de imagens de si e dos outros, as lutas políticas e as batalhas discursivas, e “é indispensável que estes discursos e pronunciamentos sejam cotejados com outros tipos de fontes e com discursos vindos de outros personagens do período, envolvidos com os mesmos episódios ou dentro do mesmo universo de preocupações” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 243).

Na nossa proposta teórica e metodológica, os discursos sobre a temática da reforma agrária serão considerados como elementos identitários dos deputados federais petistas selecionados entre os anos de 1990 e 1998, tempo curto, porém necessário para perceber com regularidade nos discursos dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores a luta e a defesa pela reforma agrária. Concomitantemente, tenta-se perceber como os parlamentares governistas agiram e reagiram aos discursos proferidos pelos opositores sobre a reforma agrária. Os discursos proferidos na atividade partidária se consolidam como fonte de inspiração, paixão e consciência para a consolidação de um grupo, dando-lhes uma identidade política.

Os deputados federais do Partido dos Trabalhadores: a defesa da reforma agrária

O texto abaixo é uma parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2014. Neste trabalho denominado *Identidade e carreira parlamentar do Partido dos Trabalhadores nos discursos dos deputados federais e senadores (1983-2006)* identifiquei doze parlamentares que construíram suas carreiras políticas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal por meio de temáticas específicas, dentre as quais está presente a reforma agrária.

Neste ponto é necessário esclarecer o que denomino de carreira política: são deputados federais ou senadores que têm mais de dezesseis anos como parlamentar, tempo importante para ter construído e desenvolvido temáticas abrangentes e defendido ideias políticas. Ainda, consegui localizar quatro deputados federais que lutaram, praticamente por durante toda a década de 1990, pela causa da reforma agrária: Paulo Rocha, Adão Pretto, Paulo Paim e Fernando Ferro. Destes, Rocha, Pretto e Ferro têm um histórico com os movimentos de luta pela terra no Brasil. Paim tem um forte vínculo com os movimentos sociais, principalmente, os sindicatos. Este parlamentar tem a luta política mais enraizada com foco na questão do salário mínimo.

A seguir apresento os nomes, os anos e os mandatos dos deputados federais acima citados:

Deputados federais	Anos	Mandatos
Paulo Renato Paim	1986, 1990, 1994, 1998 2002*, 2010*	<i>Quatro</i>
Fernando Dantas Ferro	1994, 1998, 2002, 2006	<i>Quatro</i>
Paulo Roberto Galvão da Rocha	1990, 1994, 1998, 2002, 2006	Cinco
Adão Pretto	1990, 1994, 1998, 2002, 2006	Cinco

Fonte: Dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

* Anos em que o parlamentar foi eleito senador.

Os discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores entre os anos de 1990 e 1998 sobre o tema da reforma agrária totalizam 421. Destes, os parlamentares escolhidos para análise, tem a participação em 391, ou seja, mais de 90% dos discursos pronunciados na Câmara dos Deputados. Abaixo segue as tabelas referentes aos quatro parlamentares, os anos dos pronunciamentos e a quantidade de discursos.

Os discursos têm a reforma agrária como tema principal, e como temas específicos, aparecem às omissões dos governos federais e estaduais, as propostas do Partido dos Trabalhadores e dos parlamentares para a realização da reforma agrária no país e a violência causada pela polícia militar nos estados com o apoio de políticos, juízes e técnicos.

Deputado Federal	Anos	Quantidade
Paulo Paim	1990	1
	1991	1
	1992	0
	1993	1
	1994	0
	1995	0
	1996	8
	1997	3
	1998	0
	Total	14

Deputado Federal	Anos	Quantidade
Fernando Ferro	1995	7
	1996	14
	1997	20
	1998	12
	Total	53

Deputado Federal	Anos	Quantidade de discursos
Paulo Rocha	1990	0
	1991	2
	1992	3
	1993	4
	1994	2
	1995	19
	1996	35
	1997	31
	1998	14
	Total	110

Deputado Federal	Anos	Quantidade de discursos
Adão Pretto	1990	0
	1991	26
	1992	25
	1993	18
	1994	5
	1995	24
	1996	51
	1997	45
	1998	20
	Total	214

Assim, os discursos utilizados abaixo são relevantes porque neles estão contidas as principais propostas partidárias e parlamentares, as críticas mais contundentes sobre as omissões estatais em seus diferentes níveis e, principalmente, as críticas mais expressivas diante da violência no campo contra os trabalhadores.

Nossa análise delimitou-se no estudo dos deputados federais que foram eleitos na década de 1990, respectivamente nos pleitos eleitorais de 1990, 1994 e 1998, e aqui entendidos como os “políticos profissionais”, com a forma de dedicação a política baseada em quem vive “para” a política que se “transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘fim de sua vida’, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação à sua vida” (WEBER, 2005, p. 64-65).

Na perspectiva da carreira política, a atividade parlamentar está relacionada a valores e ideias, na qual surgiram os sentimentos coletivos de reconhecimento duradouro e incondicional. A prática cotidiana de enfrentamento da descrença na política, do ceticismo dos eleitores, da violência dos adversários, das dificuldades financeiras, da falta de tempo nas campanhas, do risco de perder e da infelicidade da derrota mostrariam os percalços da função parlamentar. Para Karina Kuschnir (2000), as características da carreira política são: o treinamento, a entrada na política por meio de alianças e de potenciais eleitores, a fidelidade partidária, a baixa estabilidade e a experiência, com exercício profissional valorizado para a formação de uma identidade parlamentar, sendo que “o estudo dos processos de mudança, ascensão, mobilidade e estabilidade são fundamentais para a compreensão das características de uma carreira” (KUSCHNIR, 2000, p. 58).

O nosso critério para análise dos parlamentares petistas foi a participação na Câmara dos Deputados entre os anos de 1990 e 1998 que tiveram a temática da reforma agrária como discurso cotidiano no plenário da Câmara dos Deputados. A partir daqui, apresentaremos o contexto do Brasil na década de 1990.

As perspectivas políticas para reforma agrária na década de 1990: o neoliberalismo, o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

No Brasil, a década de 1990 foi o momento político em que ocorreu a efetivação da proposta neoliberal. A expansão do neoliberalismo na América Latina, principalmente no Chile, no Uruguai e na Argentina na década de 1970, ocorreu com enfoque monetarista e atingiu a organização da economia e da sociedade, “o projeto neoliberal visava instalar uma nova disciplina no corpo social, imprimindo ênfase nas políticas econômicas como remédio para as economias altamente inflacionárias e com elevados déficits na balança de pagamentos que esses regimes tinham herdado do período anterior” (GROS, 2003, p. 33). No caso chileno, a participação dos empresários nacionais foi fundamental para a prática de políticas estabilizadoras, consolidadas com as reformas econômicas e institucionais. As propostas para a área econômica foram: “privatizações e abandono das funções reguladoras e desenvolvimentistas do Estado; liberalização do mercado no que se refere a preços e mercado de capitais; e abertura da economia para o capital internacional” (GROS, 2003, p. 38-39). As mudanças institucionais propostas aconteceram pela: “reforma trabalhista, do sistema de previdência social, privatização da prestação de serviços sociais, descentralização administrativa e, sobretudo, a reforma política” (GROS, 2003, p. 39).

As reformas chilenas eram exemplos de modernidade e de modernização neoliberal para os países que assimilaram as mudanças radicais e as políticas neoliberais: política trabalhista, previdência social, educação, saúde, descentralização regional, agricultura e aparato judicial. As reformas tiveram a eficácia de minimizar a importância da política e da ação coletiva organizada para a sociedade, a despolitização dos problemas sociais, a imposição da perspectiva individualista e da estabilidade capitalista.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela força e atuação dos trabalhadores na política, por meio dos sindicatos, dos movimentos sociais e populares e dos partidos políticos. Os trabalhadores tiveram presença e influência na Constituição Federal, principalmente pela necessidade de políticas distributivas e de combate na concentração de renda e alteração no modelo econômico vigente no período do regime militar. As elites brasileiras tentaram implantar o neoliberalismo como projeto político hegemônico na década de 1980 para enfrentar e vencer a resistência dos trabalhadores, e marcar a presença e a atuação na política brasileira, por meio dos Institutos Liberais.

Estes tiveram a função de divulgar os princípios do liberalismo baseados

na supremacia do indivíduo sobre o Estado, na atividade econômica, e na valorização do mercado para combater o planejamento e a regulação estatal. A ação política dos institutos liberais aconteceu com a tradução e a publicação de livros e de revistas, a divulgação de seminários, colóquios, conferências, cursos e palestras, a presença em jornais e rádios e principalmente com as propostas de políticas públicas (GROS, 2003, p. 14). Concomitantemente a proposta neoliberal, o Partido dos Trabalhadores, mostrou a necessidade da reforma agrária nas suas resoluções de encontros e congressos e por meio dos discursos dos seus deputados federais na Câmara dos Deputados.

A proposta de reforma agrária foi defendida pelo Partido dos Trabalhadores desde o início da década de 1980. No 1º Encontro Nacional, realizado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto de 1981, o PT definiu o problema da distribuição das terras no país como o causador dos ciclos migratórios, do inchaço das cidades, do aumento dos preços e da importação de alimentos. O Partido dos Trabalhadores mostrou-se indignado com a falta de solução política para o problema da terra no país e defendeu o sindicalismo rural e a união entre as reivindicações do campo e da cidade do Brasil, porque “o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 109).

No 3º Encontro Nacional, realizado no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campos, entre os dias 6 e 8 de abril de 1984, o PT defendeu a principal reivindicação dos trabalhadores do campo: a posse e o uso da terra. Para o partido, as transformações nas relações de trabalho e de propriedade no campo não poderiam se limitar ao alcance econômico, porque a reforma agrária tem a perspectiva da mobilização, da conscientização e da organização dos trabalhadores. A realização da reforma agrária deveria ser complementada com “o fornecimento de créditos, tecnologia, transporte, silagem, levando-se em conta as diferentes categorias de trabalhadores rurais brasileiros, como pequenos proprietários, parceiros, posseiros e empregados” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 150-151).

Nos dois encontros percebe-se que a necessidade de união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira e a exigência das ações governamentais para a instalação, a produção e o desenvolvimento da

reforma agrária e do trabalhador rural brasileiro foram as principais bandeiras defendidas pelo Partido dos Trabalhadores.

No 7º Encontro Nacional, realizado entre os dias 30 de maio e 3 de junho de 1990, no Palácio das Convenções do Anhembi, na cidade de São Paulo, o Partido dos Trabalhadores reafirmou a continuidade da reforma agrária como bandeira de luta democrática, popular e anticapitalista, que se concretizaria com a socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores. Para o PT, a reforma agrária defendida pela burguesia se limitaria aos interesses particulares e não atenderia os interesses dos trabalhadores rurais, por isso haveria a necessidade da existência de pequenas propriedades rurais, de empresas e de cooperativas socializadas, e de empresas agrícolas particulares para a construção do socialismo. “O fundamental é que o eixo do processo de socialização ocorra com a participação efetiva e democrática dos trabalhadores, com sua adesão voluntária às medidas de socialização e que estas obedeçam tanto a razões econômicas quanto sociais e políticas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 474).

No 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções, em Brasília, o PT defendeu a democratização da terra como estratégia do projeto nacional partidário, que romperia com o latifúndio e combinaria a ação governamental e a mobilização das forças populares. O Partido dos Trabalhadores definiu a proposta da reforma agrária para estimular o desenvolvimento econômico do país e avançar na luta pelo socialismo por meio do “apoio à luta dos camponeses pela terra, através das ocupações, com a ação do nosso governo para viabilizar os assentamentos e possibilitar a formação de novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 555).

No 9º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, no Congresso Nacional em Brasília, o PT definiu como prioridade as bandeiras da reforma agrária, da distribuição de renda, da retomada do crescimento econômico, da erradicação da miséria, da revolução educacional e da recuperação dos serviços públicos para os brasileiros que levariam a vitória de Lula na eleição presidencial em 1994. Para o Partido dos Trabalhadores, o conteúdo do programa do futuro governo democrático e popular se resumiria em idéias-força como: emprego, salário decente, comida, terra, casa, escola, saúde, cadeia para os corruptos e fim da violência. A construção de projetos, de prazos, de metas e de números palpáveis seria

considerada na “difusa vontade de mudança que hoje se aglutina em torno de Lula precisa ser politizada e transformada em compromisso concreto de luta pelas reformas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 586-587).

No 10º Encontro Nacional, realizado entre os dias 18 e 20 de agosto de 1995, no Serviço Social do Comércio (SESC) / Guarapari, no Espírito Santo, a definição da proposta partidária foi: pela defesa da reforma agrária, pelo fim da violência e pela punição dos responsáveis pelos crimes nos campos. As ações do MST e dos trabalhadores do campo seriam importantes na luta pela reforma agrária, e o PT deveria traduzir a sua proposta de reforma agrária “em ações partidárias concretas e permanentes” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 555).

Nos anos de 1990, as alianças políticas e partidárias mostraram a necessidade do processo de socialização e de adesão voluntária à reforma agrária no país, por meio da ação governamental, da mobilização das forças populares, e da autonomia partidária para propor as reformas para o país.

As propostas do PT para a reforma agrária perpassaram os anos entre 1980 e 1990, com mudanças na forma de realização política. Na década de 1980 foram definidas as necessidades de união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira e a exigência das ações governamentais para a instalação, a produção e o desenvolvimento da reforma agrária e do trabalhador rural brasileiro. Nos anos de 1990, as propostas partidárias defendidas foram: as alianças políticas e partidárias mostraram a necessidade do processo de socialização e de adesão voluntária à reforma agrária no país, por meio da ação governamental, da mobilização das forças populares, e da autonomia partidária para propor as reformas para o país.

A partir da análise das fontes partidárias percebe-se uma mudança no modo como o partido definiu sua atuação diante da reforma agrária. Nos anos 1980 havia mais a autonomia e a exigência partidária para a efetivação da questão da terra no país, o que na década de 1990 mudaria para a prática política da negociação, das alianças e das soluções políticas e sociais por meio da luta institucional. A crença na reforma agrária por meio da socialização das terras e da adesão voluntária de partidos e dos movimentos sociais demonstrou a tentativa do PT em ser o condutor da reforma agrária no país, por meio das reivindicações dos trabalhadores do campo e do apoio de todos os aliados políticos, sem críticas e sem questionamentos.

O Partido dos Trabalhadores reagiu às propostas de reformas neoliberais, priorizando o social como área de ação política. Por isso, as temáticas sociais

generalizantes e universais como escola, saúde e crescimento econômico demonstraram a mudança na atuação no Congresso Nacional pelos parlamentares petistas. Na década de 1990, a luta parlamentar teve como prioridade a exigência da regulamentação e do cumprimento da Constituição Federal de 1988 por parte dos Governos Federais em três temas: a reforma agrária, o salário mínimo e a previdência social. As temáticas defendidas pelo PT para o cumprimento constitucional serão atacados incessantemente pelas propostas neoliberais entre os anos de 1990 e 1998.

O PT tentou abranger suas bases sociais incluindo os trabalhadores rurais sem terra, os pequenos e os médios proprietários, os trabalhadores de empresas privadas e os servidores públicos, os aposentados e os pensionistas e os partidos democráticos e populares na década de 1990 por meio da luta parlamentar. A definição do PT pelo apoio institucional dos partidos democráticos e populares representou a definição de critérios para as alianças no combate ao neoliberalismo, na defesa das reformas sociais e no cumprimento das leis definidas da Constituição Federal.

A análise da reforma agrária deve considerar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como ator político pertencente ao processo histórico de resistência do campesinato. Para Bernardo Mançano Fernandes (2000), o MST lutaria contra os projetos políticos e econômicos direcionados pelos governantes brasileiros para a agricultura e a concentração da propriedade de terras. As reivindicações pela reforma agrária teriam nas ocupações e nos acampamentos, a prática política do movimento diante dos órgãos públicos. A conquista das terras e a contrariedade à proposta governista de colonização marcariam os primeiros anos do MST, constituído no final da década de 1970, e representariam a ação contínua de espacialização da luta pela terra por meio da participação, da direção coletiva, da descentralização administrativa e do trabalho de base.

A ocupação de terras seria a identidade política do MST para reivindicar desapropriações de fazendas para assentar as famílias dos trabalhadores rurais sem terra, para resistir aos métodos repressivos e desmoralizadores dos governantes brasileiros, para produzir alimentos para a subsistência das famílias assentadas, porque “a solução para os conflitos só viria com a desapropriação” (FERNANDES, 2000, p. 124). O MST teria como finalidade a continuidade de organização e de desenvolvimento dos trabalhadores rurais sem terra por meio da formação política, da educação, da administração e da comunicação, que se constituiriam na estrutura organizativa e nas instâncias de representação política do movimento.

Os governos neoliberais na década de 1990 reagiriam com repressão, violência, impunidade e perseguição política à expansão e a territorialização da reforma agrária defendida pelo MST que “intensificou a luta pela terra, de modo que na década de 1990 cresceram tanto o número de ocupações quanto o número de assentamentos, em todas as regiões” (FERNANDES, 2000, p. 200). Os assentamentos conquistados nos anos 1990 representariam as intensificações das ocupações contra as políticas neoliberais no país, que continuariam com o aumento do desemprego, a concentração de terras e a expropriação e a exploração da produção rural.

A ocupação como método de ação política envolveria terras de recuperação, devolutas e de latifúndios improdutivos, os acampamentos como espaços interativos e comunicativos das lutas e as marchas como expansão das negociações e de fatos novos colocariam a luta pela terra como luta contra o capital que criminalizaria as reivindicações pela reforma agrária no país. Para Fernandes, “criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam” (FERNANDES, 2000, p. 281).

A autonomia e a independência dos trabalhadores rurais sem terra na luta pela reforma agrária mostraram os limites das propostas governistas para o problema da propriedade no país. A colonização, a negação do acesso à terra, a violência nos campos e a criminalização dos movimentos rurais eram os critérios políticos utilizados pelas diferentes esferas de governo no Brasil diante da reforma agrária no país, que era questionada como um interesse corporativo, e não um interesse coletivo. O elemento político da terra mostrou a crença do MST na reforma agrária, em que os governantes definiram as políticas agrárias e agrícolas, ignoraram o desemprego, a exploração e a expropriação dos trabalhadores e das produções rurais, continuaram com a desigualdade do acesso a terra e não aceitaram críticas e nem questionamentos.

O contexto político dos anos 1990 mostrou três perspectivas diferentes para a solução da questão da terra: os governos federais que ignoraram a questão da reforma agrária em prol da proposta neoliberal; o Partido dos Trabalhadores que tentou ser o condutor da questão da terra por meio das propostas como socialização das terras e da adesão voluntária de partidos e dos movimentos sociais, das temáticas sociais generalizantes e universais como escola, saúde e crescimento econômico, e da tentativa de abranger suas bases sociais incluindo os trabalhadores rurais sem terra, os pequenos e os médios proprietários, os trabalhadores de empresas privadas e os servidores públicos, os aposentados e os pensionistas e os partidos democráticos e

populares por meio da luta parlamentar; e do MST que conseguiu por meio das ocupações e dos assentamentos efetivar o sonho da reforma agrária.

Os três atores mostraram perspectivas diferentes para a ação política diante da temática da terra, veremos com mais profundidade como os deputados federais do PT lutaram pela reforma agrária na Câmara dos Deputados: se entre o indivíduo (parlamentar) atuou com autonomia ou se se restringiu as orientações do ator coletivo (partido político). Assim, tentaremos perceber se houveram múltiplas identidades demonstrando fontes de tensão e contradição na defesa dos interesses políticos e na ação em prol da problemática da terra.

Os discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores

A seguir faremos uma análise dos discursos dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores na década de 1990 sobre a temática da reforma agrária. Dentro das possibilidades de luta parlamentar, os atores políticos mobilizaram três critérios para agir, criticar e revelar a importância da causa no país. Por meio das omissões governamentais, das propostas partidárias e individualizadas e das violências sofridas pelos movimentos do campo, os parlamentares do PT construíram uma concepção sobre a situação agrária do país e demarcaram uma forma de atuação política na Câmara dos Deputados.

As omissões governamentais

As omissões mais contundentes foram apresentadas por Adão Pretto e Paulo Rocha. Para os parlamentares petistas, a reforma agrária ampla e massiva, sob o controle dos trabalhadores, seria a solução para os problemas do Brasil, como a importação de alimentos, o êxodo rural, o inchaço das cidades e o desemprego. O parlamentar Adão Pretto argumentou que a União Democrática Ruralista (UDR) lançou nota em jornal afirmando a sua disponibilidade para entrar em guerra, e “vai pegar em armas para tirar à força os agricultores que fizerem qualquer investida nas propriedades”.⁴ Para o deputado federal, o êxodo rural tem relação direta com a reforma agrária porque contribui “para aumentar o desemprego e a miséria, causa principal da violência na cidade e no campo”.⁵ A permanência dos casos de violência

e a convicção da necessidade da reforma agrária, por meio de projetos de

⁴Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 149, 31/10/1991, p. 21563.

⁵Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVI, nº. 149, 31/10/1991, p. 21564.

leis são pontos importantes para a defesa incondicional da reforma agrária no país. Adão Pretto afirmaria que, no projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados no ano de 1993, os proprietários de terras produtivas não sofreriam as consequências, afinal “se aprovarmos este projeto, e houver desapropriação de terras na metade dos latifúndios improdutivos do Brasil, poderemos assentar todos os colonos sem terra do País”.⁶

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a relação entre a cidade e o campo deve ser entendida na unidade dialética como um processo avançado de cooperação no trabalho e nas diferenças que se aprofundam com características gerais de ambas, “o que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo”. (OLIVEIRA, 2013, p. 65). Para o autor, o traço essencial da estrutura fundiária: o caráter concentrado de terras, principalmente por meio da expropriação ou anexação das pequenas propriedades em áreas acima de 100 hectares, e nas propriedades abaixo de 100 hectares permanece o trabalho familiar.

É, pois, no bojo dessa articulação entre o processo de expansão desigual do trabalho assalariado no campo, na expansão do também desigual processo de expropriação e no dominante processo histórico da concentração fundiária do país que vamos encontrar contraditoriamente a origem dos conflitos e da luta pela terra no Brasil com sua marca histórica: a violência. (OLIVEIRA, 2013, p. 80)

A perspectiva de reforma agrária por meio da desapropriação de terras para atingir os colonos é similar a questão levantada do trabalho familiar em áreas de menos de 100 hectares. E no centro do processo, a violência apareceu como uma ligação intrínseca, pois atingiu os trabalhadores e foi utilizada como retaliação a proposta de divisão das terras. Desapropriação de terras, trabalho familiar e violência formaram uma tríade difícil de ser solucionada na questão agrária e nos discursos dos deputados federais petistas e nas propostas governamentais.

⁶Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, nº. 12, 28/1/1993, p. 1938. O conflito como motivação principal das disputas em torno da propriedade e do uso da terra e a desigualdade social, a assimetria de poder e a impunidade dos agentes como parte fundamental da violência no Brasil são analisados por (BRUMER & SANTOS, 2006). Assim, o uso improdutivo das terras não é um argumento homogêneo entre o discurso político e a análise acadêmica.

Os governos neoliberais dificultaram a realização da reforma agrária por meio da exigência do pagamento de dívidas dos trabalhadores do campo, da limitação dos créditos rurais, dos assentamentos de famílias acampadas, da falta de assistência técnica e do direcionamento dos recursos para os latifundiários. Para Adão Pretto, existe a possibilidade de direcionar o dinheiro para as seguintes áreas: a produção de alimentos, a reforma agrária, o perdão da dívida de pequenos agricultores, o custeio da lavoura de pequenos agricultores e a construção da casa própria. Assim, o “Governo não pode estar preocupado só com meia dúzia de multinacionais, grandes empresários, usineiros e banqueiros, mas com o povo brasileiro, porque podemos tirar o Brasil da situação em que ele se encontra”.⁷

O Governo Federal, entre os anos de 1990 e 1994, mostrou sua imobilidade nas decisões sobre o setor agrícola brasileiro. Para Adão Pretto, os ministros e os secretários no Ministério da Agricultura eram incompetentes porque apenas falaram números e não colocaram em prática a aplicação de valores que, efetivamente, aumentaram a produção de alimentos no país. O deputado federal levantou as seguintes questões: “os homens que ocupam altos postos no Governo enxergam as coisas, mas não tomam decisões. Por que não o fazem? O Brasil está precisando de quê? O que está travando o desenvolvimento do país?”⁸ A sua conclusão era a falta de coerência, de dignidade, de caráter e de vontade política - algo absolutamente incompreensível.

De cada três hectares disponíveis só um está sendo ocupado, e ocupado mal. No Brasil, 12 milhões de agricultores não têm terra; há mais ou menos 8 milhões ou mais de desempregados nas cidades; 32 milhões de brasileiros passam fome, e mais de 70 milhões se alimentam mal, por falta de recursos.⁹

Para João Pedro Stédile, a negação do problema agrário no país feita pela burguesia e pelo governo mostra que a propriedade de terra não é empecilho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, principalmente porque optou pela grande propriedade: “o fato de existirem grandes propriedades facilitou que se implantasse de maneira mais rápida o crédito rural, que se implantasse uma modernização mais rápida, a mecanização e a monocultura” (STÉDILE, 2013, p. 373). Para o autor, o capitalismo presente na agricultura

por meio da acumulação, da concentração e da centralização concentra a terra e permanece a imigração campo e cidade. Neste ponto, a reforma agrária deve resolver o problema agrário, principalmente porque a burguesia considera problemas com sem-terra como problemas políticos, e “são vistos como problema agrário, que tenha que mudar a estrutura da propriedade agrária” (STÉDILE, 2013, p. 379).

A omissão governista ao analisar números e não colocar em prática uma política favorável a reforma agrária coincide com a condução da burguesia aos problemas agrários. Na prática, a atitude governista e burguesa mantém a concentração de terras intocável, a prioridade para as grandes propriedades e a negação da reforma agrária com a sua função social.

A política praticada pelo Governo Federal neste período baseada nos juros altos, no privilégio e na isenção de impostos para os latifundiários, na cobrança de dívidas agrícolas para os pequenos agricultores, e na retenção de recursos para a reforma agrária demonstrou o limite governamental na atuação diante da agricultura. Para Paulo Rocha, há uma descrença em acreditar no diálogo com o Executivo porque a Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados realizou um estudo que comprova a retenção de recursos previstos para a área social e a reforma agrária no ano de 1995 e constatou “que apenas 3,47% do total previsto para a reforma agrária foi liberado. Isto é um exemplo claro da falta de vontade política para resolver o problema da concentração da terra”.¹⁰

Para o deputado federal, os dados utilizados acima também ressaltaram que no Orçamento do ano de 1995 não foi repassado cerca de R\$ 36,2 milhões para a reforma agrária e isto mobilizava o MST a agir sem negociar com o Governo Federal, já que não há nenhuma atitude favorável à questão da terra no país. Esta postura agravou os problemas, os conflitos e o descaso com os assentados que precisavam “de infra-estrutura básica como estradas, postos de saúde, escolas, eletrificação rural, assistência técnica, crédito agrícola e transporte para escoamento da produção”.¹¹

O discurso defendido pelo parlamentar na tribuna da Câmara dos Deputados foi criticado pelos deputados federais governistas como puramente retórico e com dados vazios, contudo o desprezo do Governo Federal com as questões sociais, principalmente a terra, estava refletido em dados reais.

⁷Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLVIII, n.º. 68, 28/4/1993, p. 8151.

⁸Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, n.º. 96, 30/6/1994, p. 10636.

⁹Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano XLIX, n.º. 96, 30/6/1994, p. 10636.

¹⁰Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, n.º. 87, 17/5/1996, p. 14094.

¹¹Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, n.º. 87, 17/5/1996, p. 14094.

Nas negociações com a Oposição e com o movimento social, o Governo diz muita coisa e até promete. Mas na sua ação política e, principalmente, na sua base parlamentar, aqui, no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, vai totalmente de encontro ao discurso falacioso, carregado de mídia, para a população. O concreto é que não há uma boa vontade política por parte do Governo Fernando Henrique Cardoso no que se refere à reforma agrária e aos problemas do campo, como, por exemplo, a violência.¹²

Para José Eli da Veiga, a reforma agrária tem um sentido distributivo realizado com a intervenção do Estado. O autor utiliza como exemplos de reforma agrária: a japonesa, a taiwanesa, a coreana, a egípcia e a mexicana para examinar como o papel da agricultura desempenha no processo geral de desenvolvimento e no impacto redistributivo entre a população urbana. Para Veiga, o objetivo da intervenção era garantir comida farta e barata para a crescente população urbana por meio do desenvolvimento da agricultura familiar e “a intervenção estatal visa remunerar o *trabalho* do agricultor, e não garantir a rentabilidade de seus investimentos em níveis comparáveis à rentabilidade dos investimentos industriais, comerciais, bancários etc” (VEIGA, 2013, p. 98).

A opção governista por restringir o orçamento da reforma agrária reforça o argumento de omissão e de não prioridade para a questão da terra no Brasil e o discurso político se aproxima da análise acadêmica ao demonstrar que a reforma agrária deve atingir pontos importantes além da posse da terra, como a opção pela agricultura familiar e o desenvolvimento da infraestrutura para a melhoria das condições de vida dos assentados.

O Governo Federal, entre os anos de 1995 e 1998, tentou transferir sua responsabilidade sobre a reforma agrária para os governos municipais, limitou o acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), e transformou o INCRA em imobiliária fundiária com a criação do programa Cédula da Terra.

O deputado federal Adão Pretto afirma que o Ministro Extraordinário de Política Fundiária Raul Jungmann, defendeu no Seminário Nacional sobre Reforma Agrária realizado com os Prefeitos eleitos no ano de 1996 de todo o país, que ocorreria - a transferência de cadastro, de levantamento de terras e da constituição dos conselhos de reforma agrária – ou seja, de responsabilidades do Governo Federal para os Governos Municipais. A efetivação da proposta do Governo Federal tem a intenção de isolar e impedir

¹²Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, n.º. 87, 17/5/1996, p. 14094.

os trabalhadores rurais sem terra de participarem das políticas de reforma agrária, “pois é notório, em nosso País o poder que os grandes latifundiários exercem sobre os poderes municipais, o que inviabilizaria politicamente qualquer ação mais ousada”.¹³

Para o parlamentar, o Executivo também estava publicando dados inverídicos sobre o assentamento de famílias, “os dados do Incra do mês de setembro apontavam o assentamento de 24 mil famílias. Na semana passada, em audiência pública, o Ministro afirmou ter assentado até agora 50 mil famílias”.¹⁴ O critério utilizado pelo Governo Federal era direcionado para todos os decretos publicados, e o critério utilizado pelo deputado federal do PT era somente após a contestação dos proprietários de terra na Justiça, o que levava no mínimo dois anos para imissão de posse na área.

O envio de medidas provisórias referentes a reforma agrária era outra prática do Executivo para desmoralizar a atuação do Congresso Nacional diante da temática da terra. No projeto enviado no ano de 1997 constava a simulação de ocupações pelos fazendeiros das próprias terras, sob o argumento de que terras invadidas não podem ser desapropriadas. Para Adão Pretto, o uso desta medida provisória impedia o desencadeamento da reforma agrária no país e seria “mais uma aberração deste Governo, que realmente trata das questões sociais do Brasil com tamanho desprezo”.¹⁵

Novamente, os dados relacionados a liberação de recursos foram omitidos pelo Executivo com o objetivo de dissimular os investimentos feitos na agricultura. Os números governistas falavam em 8,5 bilhões para a agricultura e apenas 1,5 bilhão para a agricultura familiar, representada pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e 1 bilhão para a pequena propriedade, quando somente 500 mil foram liberados. Para Adão Pretto, o PRONAF é uma demagogia porque poucos agricultores têm acesso ao programa: de um total de 430 mil famílias, apenas 3 mil foram contempladas até o ano de 1997.

O Rio Grande do Sul possui 427 Municípios, e somente 113 forma contemplados pelo Pronaf. Muitos desses Municípios contemplados têm em média três ou quatro agricultores contemplados. Há Município que está entre os 113 contemplados, e nenhum agricultor ainda conseguiu o Pronaf.¹⁶

¹³Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, n.º. 199, 12/12/1996, p. 32886.

¹⁴Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, n.º. 199, 12/12/1996, p. 32887.

¹⁵Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, n.º. 98, 18/6/1997, p. 16500.

¹⁶Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, n.º. 98, 18/6/1997, p. 16501.

Para Ricardo Abramovay, a agricultura familiar tem um peso decisivo no processo de modernização nos países centrais como Estados Unidos, Grã-Bretanha e na Europa Continental. Nestes lugares, os preços dos produtos agrícolas são decididos em esferas públicas e universais, fazendo com que os mercados sejam organizados institucionalmente e o Estado intervém na questão da agricultura para determinar a renda, nas políticas de estrutura, nas políticas sociais por meio de políticas fundiárias produtivistas, e não distributivistas como na América Latina, e na posse e no uso da terra, que são direcionados para o progresso técnico. Para o autor, a importância da agricultura não pode se reter nas máquinas e nos insumos, e sim considerar a produção familiar “no sentido de que o patamar mínimo para o funcionamento da atividade vai aumentando em todos os países capitalistas” (ABRAMOVAY, 2013, p. 120).

As propostas dos parlamentares para a efetivação reforma agrária

As principais propostas apresentadas em plenário da Câmara dos Deputados foram feitas por Fernando Ferro, Adão Pretto e Paulo Rocha.

Fernando Ferro analisou a situação da fazenda Safra no submédio do São Francisco em Pernambuco por meio do discurso do Ministro da Agricultura e do presidente do Incra que afirmaram a necessidade de intervenção militar nos conflitos rurais no país, isso mostra que o Governo pode desenvolvendo ações “justamente para buscar situações negociadas, mediadas no campo, para evitar essa tragédia a que assistimos diariamente, se ponha a serviço da disseminação da violência”.¹⁷

O deputado federal demonstrou a sua disponibilidade para negociar alternativas com os trabalhadores sem terra, a Igreja, os Parlamentares e os donos da terra, sobre o deslocamento de 2200 famílias para uma fazenda vizinha ou a prorrogação do prazo junto ao Banco do Brasil. A negociação era importante para ressaltar que o grito da terra não pode ser tratado como uma questão policial porque as lutas sociais devem ser objeto de intervenção política. “Portanto, peço ao Governo Federal que tome a iniciativa de nos ajudar nessa negociação. Tenho conhecimento de que o Governo pode interferir nesse processo de despejo, evitando-se um conflito com os trabalhadores rurais”.¹⁸

Para Vera Lúcia Vieira, as lutas sociais ocorridas após a publicação da

¹⁷Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 149, 23/9/1995, p. 23344.

¹⁸Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 149, 23/9/1995, p. 23345.

Constituição Federal de 1988 sofrem a violência institucionalizada por serem consideradas ameaçadoras de um ordenamento social, “mesmo nos casos em que suas demandas sejam apenas por reformas necessárias à viabilização do próprio capitalismo” (VIERIA, 2005, p. 197).

A disponibilidade para negociar por parte dos parlamentares petistas e o uso da violência por parte do governo federal também mostram como a questão agrária no país foi usada por parte dos poderes políticos. Ao criminalizar os movimentos sociais, o governo afirma que não há solução possível para o problema da terra e qualquer reivindicação não atinge o cerne da questão: a situação terra não será modificada, mesmo que para isso a própria sociedade tenha que morrer. Ao propor a negociação como método de solução, os deputados federais possibilitam pensar juntos em possibilidade que atinja a todos envolvidos na questão da propriedade de terras no país.

O Governo Federal tentou a implantação da reforma agrária por meio do projeto Cédula da Terra, que teria a parceria do Banco Mundial e já teria sido implantado na África, na Ásia e na América Latina. Para Adão Pretto, o Cédula da Terra tem a intenção de baratear a compra da terra, transformar o Incra numa imobiliária fundiária, e acabar “com o binômio desapropriação-assentamento, instrumento clássico de reforma agrária no mundo inteiro”.¹⁹

O deputado federal argumenta que a pior terra seria vendida pelo melhor preço, os colonos seriam aprisionados em dívidas com os bancos, sem condições de cultivar alimentos em associação e levaria ao engano sobre a efetivação da reforma agrária, pois “a reforma agrária só vai melhorar quando houver vontade política de enfrentar o latifúndio, realizando uma reformulação fundiária, escolhendo áreas para plantar e dotando-as das condições que emancipem o assentado”.²⁰

Para o deputado federal, duas condições eram necessárias para a efetivação da reforma agrária no país: o crédito do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) justo e condizente com os desafios dos assentados para a assistência técnica, escola, atendimento a saúde; e a ação com urgência na desapropriação de terras improdutivas, que agridem o meio ambiente, que têm trabalho escravo e que plantam substâncias psicotrópicas porque o mecanismo de compra de terras já foi realizado sem sucesso no passado.

¹⁹Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 142, 15/8/1997, p. 23671. Para Sérgio Sauer, o Cédula da Terra é um projeto piloto, “como uma experiência alternativa de acesso à terra via mecanismo de compra e venda” (SAUER, 2010, p. 100).

²⁰Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 142, 15/8/1997, p. 23671.

Ele traz em si o perigo de estarmos dando regularidade aos processos de grilagem de terras, impedindo a luta para tomar a terra de quem a roubou. Queremos impedir a ciranda de compra e venda de pequenos proprietários, que serão os principais participantes desse equivocado programa.²¹

Para Sérgio Sauer, o Governo Federal neste período buscou aliança com o Banco Mundial em programas de acesso a terra para diminuir os conflitos e combater a pobreza rural e os recursos vindos do Banco Mundial “permitiram ao governo FHC amenizar a pressão social por terra sem alterar a estrutura fundiária ou ampliar os processos de desapropriação” (SAUER, 2010, p. 100). A proposta do Banco Mundial concebe a reforma agrária como medida social, mas tira a responsabilidade do Estado – que critica o método da desapropriação, por meio de uma crítica abstrata, homogeneizadora e universalista, além de morosas, caras e ineficientes.

A intenção era de rebaixar politicamente e redefinir o sentido da própria reforma agrária, criando uma disputa de protagonismo político e deslegitimar as ações dos movimentos sociais, especialmente entre 1995-2002, pois “a criação de uma linha de crédito para a compra de terra deslocou parcelas significativas de camponeses das mobilizações e luta, que passaram a sonhar com acesso à terra via compra” (SAUER, 2010, p. 117).

Ao colocar em prática a proposta do Banco Mundial, o Governo Federal percebe a desapropriação como um processo coercitivo e conflitivo, não admite o conflito como parte fundante da democracia e reproduz a ideologia neoliberal com a crítica ao Estado como um entrave para o desenvolvimento. Na prática, a lei da oferta e da procura nega a reforma agrária constitucional, que é fundamentada no comprimento da função social da propriedade e da terra, “portanto, a terra possui um caráter multidimensional (político, econômico, cultural e ambiental)” (SAUER, 2010, p. 119).

O Executivo mudou a forma de ação junto ao MST: do diálogo e das negociações passou para o autoritarismo, ressaltando a questão política e direcionando a sociedade brasileira contra o movimento social. Para Paulo Rocha, os argumentos são antigos e usados por governantes que “quando se sentem acuados pelos movimentos sociais, quando o Estado se sente obrigado a dar respostas às questões prementes do nosso povo, da nossa gente”.²²

²¹Diário da Câmara dos Deputados. Ano LII, nº. 142, 15/8/1997, p. 23672.

²²Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 61, 9/4/1998, p. 9584.

O deputado federal ressaltou que a política praticada pelo Governo Federal do país se esgotou porque a sua composição e as suas alianças políticas se restringiram aos latifundiários, as agroindústrias e o capital financeiro. “Então, chegou ao limite o número de assentamentos que o Governo Fernando Henrique Cardoso pode conceder para resolver o problema da terra”.²³ Com os olhos direcionados para a reeleição, o Executivo ignorou os problemas do campo, como a necessidade de uma reforma agrária que seja capaz de produzir alimentos, que fixe o homem no campo por meio da média e da pequena propriedade, que se construa um sistema de transporte para escoamento da produção e uma política de preços.

A política do MST está, sim, baseada numa concepção de desenvolvimento, na qual se pensa em desenvolvimento a partir do cidadão, a partir da família, a partir da pequena e média propriedade, uma concepção de desenvolvimento não a partir do grande projeto, dos ricos apenas, mas voltada para os interesses da maioria, dos trabalhadores sem terra dos pequenos agricultores e do pequeno e do médio produtores.

Com financiamento e assistência técnica, com certeza, vamos mudar a situação no campo. Haverá paz, tranquilidade e desenvolvimento.²⁴

Concomitantemente ao uso da violência do Estado diante dos trabalhadores rurais sem terra, as omissões estatais permaneceram por meio da retenção de recursos, da tentativa de transferência da reforma agrária para governos municipais, da limitação do acesso ao PRONAF, da transformação do INCRA em imobiliária fundiária, do envio excessivo de medidas provisórias para o Parlamento nacional e das alianças com os latifundiários, as agroindústrias e o capital financeiro.

As violências contra os movimentos sociais do campo

No caso das violências, Paulo Rocha, Adão Pretto e Paulo Paim se destacaram na defesa dos trabalhadores e crítica contundente em relação à atuação do Estado. O não reconhecimento dos movimentos que reivindicaram a reforma agrária por parte dos Governos Federais na década de 1990 representou a tentativa de transformá-los em ilegais e ilegítimos, utilizando a força policial para coibir qualquer manifestação a favor da luta

²³Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 61, 9/4/1998, p. 9585.

²⁴Diário da Câmara dos Deputados. Ano LIII, nº. 61, 9/4/1998, p. 9585.

pela terra.²⁵ O caso específico relatado pelo deputado federal Adão Pretto é sobre o massacre de Corumbiara:

Venho a esta tribuna novamente, tratar do desejo ocorrido na Fazenda Santa Elina, no Município de Corumbiara, no Estado de Rondônia. As informações sobre o número de mortes ainda são completamente imprecisas. Temos informações de que a polícia isolou e, ontem, durante todo o dia, ninguém conseguiu chegar no local.

A situação é de verdadeira calamidade. Houve um massacre. Os hospitais da região estão lotados de feridos. Infelizmente, mais uma vez a reforma agrária é tratada apenas pela polícia.

Caros colegas, solicitamos ontem a constituição de uma Comissão desta Casa para se dirigir ao local para acompanhar o caso e tentar intermediar uma solução. Também foi formada uma Comissão das entidades, movimentos e Deputados Estaduais daquele Estado.

Sr. Presidente, nobres colegas, é necessário que se responsabilize o proprietário, que haja punição e que a área improdutiva seja desapropriada e entregue aos trabalhadores. Não podemos mais presenciar ações autoritárias que massacram os trabalhadores que somente lutam pela sua sobrevivência. Precisamos responsabilizar o Poder Judiciário pela sua insensibilidade em relação aos problemas da terra e por se aliarem, quase sempre, aos latifundiários. Também precisamos responsabilizar os Governos Estadual e Federal pelo uso que fazem da Polícia Militar e pela sua completa inoperância para fazer a Reforma Agrária.

Esperamos que as comissões que se dirigiram para a área consigam levantar todas as informações detalhadas e que as autoridades tomem as providências cabíveis.²⁶

A prática da violência no campo era realizada pelos latifundiários, com a omissão e a participação da polícia militar, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Justiça e do Ministro da Agricultura. Para os deputados federais do PT, a difusão da violência nos campos mostrou a existência de problemas agrários em todo o país: Alagoas, Pará, Rio Grande do Sul, Paraíba, Mato Grosso, Mato Grosso do

²⁵A atitude governista é similar a proposta de criminalização dos movimentos sociais de Vera Lúcia Vieira, que “têm como preceito básico, não o atendimento das demandas sociais, mas, pelo contrário, a rearticulação do bloco do poder de forma a apaziguar, cooptar e anular as demandas sociais latentes” (VIEIRA, 2005, p. 198).

²⁶Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano L, nº. 120, 11/8/1995, pp. 17549-17550.

Sul, Rondônia, São Paulo, Paraná, Distrito Federal, Espírito Santo, Ceará e Pernambuco, estados com assassinatos registrados contra assentados, manifestantes e pequenos agricultores.

O recrudescimento do uso da força militar para solucionar os problemas agrários no país aconteceu em Eldorado dos Carajás, caso limite da violência extrema diante dos manifestantes pela reforma agrária. O envolvimento dos atores políticos e sociais como a polícia militar, o Governador do Estado do Pará – Almir Gabriel –, a Federação da Agricultura do Estado do Pará, o Presidente dos Sindicatos dos Fazendeiros, e o Presidente da República ocorreu por meio da radicalização, da autorização e da omissão das mortes de famílias dos trabalhadores rurais sem terra. O massacre em Eldorado dos Carajás foi assim apresentado no plenário da Câmara dos Deputados no dia 18 de abril de 1996 pelo deputado federal Paulo Rocha:

Nós, os trabalhadores do Pará, estamos de luto. Dezenove agricultores e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) foram massacrados e assassinados pela Polícia Militar, em Eldorado dos Carajás. Outros 45 trabalhadores estão feridos e hospitalizados. O massacre ocorreu ontem, no final da tarde. Trata-se de mais um capítulo na longa crônica de mortes anunciadas. É que no último dia 2 de abril solicitei aqui da tribuna desta Casa a instalação de uma Comissão Externa, formada por Deputados, para tentar intermediar o conflito envolvendo fazendeiros e sem-terras da região sudeste do Pará.

Já enviei diversas cartas ao Governador do Pará, Almir Gabriel, solicitando o empenho das autoridades federais e estaduais para resolver o conflito. Foi mais forte a pressão dos fazendeiros, os quais desde o último dia 28 de março anunciaram, em Belém, que iriam pegar em armas para retirar os sem-terras da região. O Sr. Geraldo Milton Soares, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará e Presidente dos Sindicatos dos Fazendeiros da região, foi o porta-voz da radicalização dos empresários.

Nós já conhecemos esse procedimento. Trata-se de uma senha para criar um clima, tanto na opinião pública quanto nos aparelhos de repressão. Daí o nosso alerta para o Governador, para os Srs. Deputados e para a Mesa Diretora desta Casa, a quem encaminhei pedido de formação da Comissão Externa. Mas não adiantou. Mais uma vez temos que chorar os nossos mortos.

Já são mais de 300 trabalhadores rurais e líderes sindicais assassinados nos últimos 25 anos, segundo levantamento feito pela

última CPI da Assembléia Legislativa do Estado e atualizada com informações da Comissão Pastoral da Terra.

Enquanto isso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tem coragem de fazer a reforma agrária. Mas assegura recursos do Tesouro para rolar a dívida dos latifundiários representados pela chamada bancada ruralista no Congresso Nacional.

A responsabilidade por esse massacre e por tudo o que ocorreu aos trabalhadores é do Estado, pela insensibilidade dos que foram alertados para o banho de sangue que poderia ocorrer, mas preferiram ignorar, trabalhadores inocentes e até crianças pagaram com a vida por reivindicarem o cumprimento de um direito que lhes foi negado. Honra e glória aos sem-terras de Curionópolis, que tombaram lutando pelo direito de conquistar um pedaço de terra para produzir.²⁷

Para o deputado federal, a responsabilidade pelo massacre em Eldorado dos Carajás era “do Estado, pela insensibilidade dos que foram alertados para o banho de sangue que poderia ocorrer, mas preferiram ignorar, trabalhadores inocentes e até crianças pagaram com a vida por reivindicarem o cumprimento de um direito que lhes foi negado”.²⁸ Para Adão Preto, os massacres contínuos mostraram a transformação das polícias militares em braço armado, o INCRA em braço institucional dos latifundiários brasileiros e a Justiça em estimuladora da continuidade das chacinas pela prática da impunidade. Falar-se-ia no episódio havido no Pará até surgir um maior, “depois ninguém mais falará no massacre do Pará. É assim que este País vai-se comportar?”, questionaria Adão Preto.²⁹

Para os parlamentares da base governista, os trabalhadores sem terra iniciaram o tumulto com a polícia militar em Eldorado dos Carajás por meio de barricadas, e o Presidente da República seria isentado da responsabilidade de violência. Para Agnaldo Timóteo (PPB), a televisão manipulou as imagens de violência em Eldorado dos Carajás para distorcer a função policial, e os parlamentares da oposição negaram os atos violentos praticados pelos manifestantes.

Estou preocupado. Será que somente eu vi aquelas cenas? Será que os Deputados Paulo Paim, José Genoíno e outros não as viram também? Não é a primeira vez que eles partem contra a polícia, jogando pedras e fazendo pontas em pedaços de pau, para usarem

²⁷ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10225.

²⁸ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10225.

²⁹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 68, 19/4/1996, p. 10263.

como arma. Todo mundo viu um facão na mão daquela senhora que levou um tiro na perna, e um revólver na mão de um deles. Nós os vimos atirando!³⁰

Para o deputado federal, existe a necessidade de que a verdade fosse mostrada dos dois lados, porque a violência partiu da polícia militar e dos trabalhadores rurais sem terra, por isso, o que aconteceu foi “uma tragédia provocada pela insensibilidade e pelo terrorismo de alguns canalhas que se travestem de líderes dos sem-terra para criar movimentos políticos e tirar proveito da situação política em todas as eleições”.³¹

Para Edinho Bez (PMDB), o fato ocorrido era lamentável e, por meio de muitas mentiras, estavam explorando-o politicamente principalmente alguns deputados do Partido dos Trabalhadores, como teria feito José Genoíno, ao dizer que o PT não estimula os movimentos sociais, apenas apoia-os. Para o deputado federal, a população não pode ser enganada com o argumento de que o PT está fora disso, “o PT tem de assumir o papel e estimulador desses movimentos”.³²

Para Paulo Paim, era uma brincadeira, uma irresponsabilidade o discurso parlamentar que relacionava a violência do uso militar da metralhadora e do uso dos manifestantes de pau e de pedras, o que mostrava a falta de seriedade que “este Parlamento, com este nível de debate, desrespeita os mortos e suas famílias. Só sendo débil mental! É não ter o mínimo de sensibilidade, usar esse tipo de argumento num debate sério como o da reforma agrária”.³³

Para José Gomes da Silva, a situação atual da reforma agrária brasileira demonstra como a violência tem três características principais: “seletiva, institucionalizada e impune” (SILVA, 2013, p. 212). É seletiva porque busca atingir dirigentes sindicais, sacerdotes, advogados trabalhistas e líderes que apoiam os camponeses. É institucionalizada porque cria grupos paramilitares em diversos Estados. E é impune porque nos últimos 26 anos houve 1.630 assassinatos por questões de terra, mas apenas 22 casos resultaram em julgamento, sendo que apenas 14 deles terminaram com condenação.

O caso de Eldorado dos Carajás pode ser considerado extremo no uso da violência do Estado perante os trabalhadores no campo no país. Contudo, é importante ressaltar que não é um caso exemplar e nem único no Brasil. As ocupações e os assentamentos no território nacional sofreram com a opção

³⁰ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10375.

³¹ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10375.

³² Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10377.

³³ Diário da Câmara dos Deputados. Ano LI, nº. 69, 20/4/1996, p. 10377. Para uma análise das características da violência no campo ver (BRUMER & SANTOS, 2006, p. 62-63).

militar do Executivo para solucionar os problemas da terra. Carajás merece uma relevante consideração: no argumento dos parlamentares governistas, que optaram por direcionar a culpa do ocorrido para os manifestantes – com paus e pedras – e para o Partido dos Trabalhadores. Em nenhum momento, Edinho Bez ou Agnaldo Timóteo questionaram o uso militar e a criminalização dos movimentos sociais que foi colocada em prática pelo Governo Federal.

Ao contrário, os parlamentares petistas demonstraram a opção de criminalizar os movimentos sociais por meio do uso da força policial, o uso do INCRA como braço institucional da violência e o uso da Justiça para omitir a impunidade das chacinas no país. Ao acrescentar o INCRA e a Justiça nos discursos sobre os casos de violência no campo brasileiro, os deputados federais do Partido dos Trabalhadores argumentaram como o Estado estava se fortalecendo para combater qualquer proposta de reforma agrária. O aparato institucional do Estado brasileiro no uso da violência seletiva e impune foi à forma encontrada para expressão a não solução da questão da terra no país, e o caso de Eldorado dos Carajás foi fundamental para explicitar como juízes, governistas e políticos não se importaram com o método autoritário da violência diante dos trabalhadores rurais sem terra.

Atuação parlamentar e orientações partidárias: as ideias e a prática política sobre a reforma agrária entre o PT e os deputados federais

A análise da atuação parlamentar e das orientações partidárias precisa ser realizada com a finalidade de avaliar a atuação dos deputados federais perante o partido. As propostas apresentadas na Câmara dos Deputados definidas e defendidas no plenário foram: reforma agrária ampla e massiva para solucionar os problemas do país, desapropriação dos latifúndios improdutivos, disponibilidade para o diálogo com atores sociais e a importância do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

As propostas partidárias definidas foram: no ano de 1981 com a defesa do sindicalismo rural e da união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira; no ano de 1984, o complemento da reforma agrária por meio do fornecimento de créditos; no ano de 1990, a socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores; no ano de 1993, o apoio as ocupações, a viabilidade dos assentamentos e a possibilidade de formar novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores; no ano de 1994, levaria a vitória de Lula na

eleição presidencial, por meio de projetos, de prazos, de metas e de números palpáveis; e no ano de 1995, o partido deveria traduzir a sua proposta de reforma agrária em ações partidárias concretas e permanentes, que constam nas Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores publicadas no ano de 1998.

Assim, há compatibilidade entre as propostas partidárias e parlamentares no critério: importância do Procera (proposta parlamentar) e fornecimento de crédito (proposta partidária). Em itens como reforma agrária ampla e massiva (proposta parlamentar) e a defesa do sindicalismo rural e da união entre as reivindicações do campo e da cidade brasileira, a socialização das empresas agroindustriais e o desenvolvimento de cooperativas de pequenos produtores, o apoio as ocupações, a viabilidade dos assentamentos e a possibilidade de formar novas empresas rurais, geridas pelos próprios trabalhadores (propostas partidárias) percebe-se que o partido conseguiu definir conceitualmente como fazer a reforma agrária, o que os parlamentares não fizeram na prática. Em itens como disponibilidade para o diálogo (proposta parlamentar), houve a abertura da possibilidade de negociação como método de ação política, o que pode ser entendido como a tradução das ações concretas e permanentes (proposta partidária).

Enfim, verificou-se como o parlamentar atuou com autonomia, ao propor temas além das orientações partidárias como a abertura para negociação e efetivou a proposta partidária como o apoio ao crédito direcionado para a reforma agrária. Concomitantemente, o partido propôs conceitualmente como fazer a reforma agrária que, no plenário da Câmara dos Deputados se restringiu as desapropriações de terras improdutivas e ao repasse de crédito para a compra de terras pelo Governo Federal. Os discursos dos deputados federais Adão Pretto, Fernando Ferro, Paulo Paim e Paulo Rocha mostraram como a temática da reforma agrária foi importante para demarcá-los como atores políticos importantes por meio da crítica incessante a criminalização dos movimentos sociais utilizada pelos Governos Federais na década de 1990 e as omissões estatais diante dos problemas da terra. As múltiplas propostas partidárias não foram prejudicadas por não serem colocadas em prática, isso representou a autonomia parlamentar para propor soluções as situações vivenciadas no cotidiano dos trabalhadores rurais sem terra entre os anos de 1990 e 1998.

Considerações finais

A luta dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores na década de 1990 pode ser dividida em duas etapas. A primeira, até 1995, estes ressaltaram as omissões do Estado brasileiro por meio da violência provocada pela UDR; das relações promíscuas com multinacionais, grandes empresários, usineiros e banqueiros; do discurso vazio e pouco prático sobre o tema reforma agrária; e do não reconhecimento dos movimentos sociais e uso de força policial, principalmente no caso de Corumbiara. As omissões acima foram ressaltadas pelos parlamentares petistas como um descaso do Executivo em solucionar a problemática da terra. A solução proposta pelos parlamentares foi uma reforma agrária ampla e massiva por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos e por meio da negociação com a Igreja, os parlamentares, as famílias assentadas e os donos da terra.

Assim, os quatro atores políticos do PT na Câmara dos Deputados propuseram a reforma agrária no país por meio da negociação, critério político definido pelo partido no início da década de 1990 e que foi colocado em prática nas lutas institucionais. Ao envolver importantes atores sociais que foram atingidos pela reforma agrária, ao propor a desapropriação e uma reforma agrária ampla e massiva, os parlamentares petistas mostraram a possibilidade de – concretamente - solucionar os problemas da terra.

Ainda assim, a crítica era importante para ressaltar o modo como o Executivo estava conduzindo a reforma agrária no país na década de 1990. Ao utilizar a força policial diante dos movimentos sociais, o Governo Federal mostrou a intolerância no diálogo e o uso autoritário do aparato militar na criminalização dos movimentos sociais. Ao ignorar o uso da violência por parte da UDR, o Executivo mostrou o descaso com as vidas dos trabalhadores rurais sem terra. Ao usar de um discurso vazio e pouco efetivo sobre a reforma agrária, os governistas mostraram que – na prática – nada seria feito pela resolução do problema da terra, principalmente porque as relações com as multinacionais, os grandes empresários, os usineiros e os banqueiros seriam afetadas caso se iniciasse a desapropriação ou a compra da terra por parte do Governo Federal no país.

A segunda etapa, entendida entre os anos de 1996 e 1998, mostrou como o Governo Federal tentou se desvencilhar da problemática da reforma agrária no país, com a venda mais barata da terra, o não repasse de recursos para a infraestrutura em assentamentos, a cobrança de dívidas aos pequenos e médios agricultores, as propostas de reforma agrária que não envolveria terras invadidas. Os métodos governistas demonstraram como a terra não era e nem se transformaria em uma dificuldade nas relações

políticas com grandes proprietários e empresários agrícolas e agrários no país, nada colocaria em questão a opção do Governo Federal por ignorar as reivindicações dos movimentos sociais do campo e optar pelo apoio de atores sociais que tem a posse da terra no Brasil.

Os parlamentares petistas ressaltaram que as condições para efetivar a reforma agrária eram o aumento do crédito do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e a desapropriação de terras improdutivas no país. A existência do crédito para a reforma agrária mostrou que há a possibilidade da compra da terra pelo Governo Federal no país; há possibilidade de desapropriar terras improdutivas que se enquadrem nos critérios de agressão ao meio ambiente, de uso do trabalho escravo e de uso para plantar substâncias psicotrópicas; e a opção desenvolvimentista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra mostrou como deve ser iniciada a reforma agrária: pela pequena propriedade que incluía pequenos e médios proprietários com o financiamento e a assistência técnica necessária para capacitar e fixar os trabalhadores no campo.

A transformação das reivindicações pela reforma agrária em reivindicações políticas por parte do Governo Federal representou os métodos governistas para criminalizar a legitimidade dos movimentos rurais que tiveram a reforma agrária como bandeira de luta política e social. As omissões das instituições estatais no direcionamento político da reforma agrária e da existência da violência no campo brasileiro mostraram a prioridade neoliberal para o grande capital na questão agrária e o descaso da temática da terra no o país.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo Abramovay. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo, Expressão Popular, 2013. pp. 111-122.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla & LUCA, Tânia de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo, Contexto, 2009. pp. 223-249.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites

da Sociologia Rural no final do século XX). **NERA**, Presidente Prudente, 9, pp. 49-72, jul-dez. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2000.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro, FGV, 2005.

MELO, Ana Lúcia Aguiar. A ação política do Partido dos Trabalhadores e a busca do equilíbrio. **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, v. 11, n. 2, p. 47-60. 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In João Pedro Stédile (org.), **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo, Expressão Popular, 2013. pp. 55-80.

POCOCK, John G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo, EDUSP, 2003.

RANINCHESKI, Sônia; [CORDEIRO, Nathália R.](#) (2008), “Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil”. **Debates**, v. 2, pp. 213-244. 2008.

Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SAUER, Sérgio. ‘Reforma agrária de mercado’ no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, pp. 98-126. 2010.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo, Expressão Popular, 2013. pp. 197-224.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo, Expressão Popular, 2013. pp. 365-384.

VEIGA, José Eli da Veiga. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo, Expressão Popular, 2013. pp. 81-110.

VIEIRA, Vera Lúcia Vieira. Criminalização das lutas sociais em estados autocráticos burgueses. **Projeto História**, São Paulo, v. 31, p. 189-205, dez. 2005.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 13ª edição. São Paulo, Cultrix. 2005.